

FRONTEIRAS DA PESQUISA EM GEOGRAFIA

ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ - LAURO CESAR FIGUEIREDO
(ORGS.)

Adriano Severo Figueiró
Lauro César Figueiredo
(Organizadores)

FRONTEIRAS DA PESQUISA EM GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGGEO
7º Seminário de Mestrado em Geografia
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Felipe Martins Müller
Reitor

Dalvan José Reinert
ViceReitor

Helio Leães Hey
PróReitoria de PósGraduação e Pesquisa

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins (FURG)
Prof.^a Dr.^a Cláudia Luísa Zeferino Pires (UFRGS)
Prof.^a Dr.^a Elsbeth Spode Becker (UNIFRA)
Prof.^a Dr.^a Sílvia Rea La Cruz (INPE-CRS)

Produção de Capa
Editoração e Composição Eletrônica
Adriano S. Figueiról

Este livro no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito dos organizadores.

G345 Fronteiras da Pesquisa em Geografia / organização de Adriano Severo Figueiró e Lauro César Figueiredo. Santa Maria: UFSM, 2012

468 p.: il.

ISBN: **978-85-64049-02-4**

1. Geografia. 2. Geoinformação. 3. Sensoriamento remoto. 4. Meio ambiente. 5. Paisagem. 6. Produção do Espaço. 7. Dinâmica Regional. I. Figueiró, Adriano Severo. II. Figueiredo, Lauro César. III. Título.

CDU : 528

911

Ficha catalográfica elaborada por Denise Barbosa dos Santos
CRB10/1456 Biblioteca Central da UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Avenida Roraima, nº 1000

Cidade Universitária

Bairro Camobi

Santa Maria – RS – CEP : 97105900

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	A importância da Agricultura Familiar: Subsistência e invisibilidade <i>Alecsandra Santos da Cunha</i> <i>Cesar De David</i>	06	CAPÍTULO 10	Geografia Cultural: algumas reflexões <i>Meri lourdes bezzi</i> <i>Elizandra voigt</i>	247
CAPÍTULO 2	Agricultura e Desenvolvimento Sustentável..... <i>Kelly Perlin Cassol</i> <i>Carmen Rejane Flores Wizniewsky</i>	35	CAPÍTULO 11	Conflitos em Relação às Manifestações Concretas dos Sistemas de Significações Religiosos: uma contribuição para a geografia da religião <i>Rachel Cabral da Silva</i> <i>Benhur Pinós da Costa</i>	279
CAPÍTULO 3	As Contradições da Cultura da Soja: uma reflexão a partir da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável <i>Simoni Teresinha Jablonskimarmilicz</i> <i>Carmen Rejane Flores Wizniewsky</i>	61	CAPÍTULO 12	O Catador de Materiais Recicláveis e os Resíduos Sólidos. <i>Andrea Pereira Lock</i> <i>Ane Carine Meurer</i>	309
CAPÍTULO 4	Multifuncionalidade da Agricultura Familiar: saberes tradicionais <i>Joel Albino Rabaioli</i> <i>Vera Maria Favila Miorin</i>	83	CAPÍTULO 13	Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da escola de surdos <i>Cátia Regina Züge Lamb</i> <i>Ane Carine Meurer</i>	332
CAPÍTULO 5	A Educação do Campo e os Desafios Socioambientais <i>Cesar de David</i> <i>Eliane Weber</i>	106	CAPÍTULO 14	Territorialidade e Redes Virtuais: a materialização de eventos para o reconhecimento da sexualidade LGBTTT <i>Benhur Pinos da Costa</i> <i>Leandro Dal Forno</i>	360
CAPÍTULO 6	A “Cidade” Enquanto Objeto de Estudo: percorrendo ‘caminhos’ para um estudo da cidade e do urbano <i>Cristiomar Golo</i>	142	CAPÍTULO 15	Geografia Socioambiental e Comunidade: reflexões e interrelações <i>Marcelo Bêz</i> <i>Lauro César Figueiredo</i>	383
CAPÍTULO 7	Capitalismo e cidade: sua (re) produção desigual <i>Rafael Matos Felacio</i> <i>Gilda Maria Cabral Benaduce</i>	166	CAPÍTULO 16	Aplicação do Sensoriamento Remoto na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul <i>Cassiane Jrayj de Melo Victoria Bariani</i> <i>Waterloo Pereira Filho</i> <i>Nelson Mario Victoria Bariani</i>	409
CAPÍTULO 8	O Uso da Fotografia na Leitura da Paisagem Citadina <i>Andreia Herkert Netto</i> <i>Lauro Cesar Figueiredo</i>	190	CAPÍTULO 17	Estudo Geoambiental na Geografia e Sua Importância Como Base para o Planejamento e Ordenamento Territorial. <i>Gerson Jonas Schirmer</i> <i>Luiz Eduardo de Souza Robaina</i>	442
CAPÍTULO 9	Geografia, Patrimônio e Paisagem Ferroviária: uma breve reflexão teórica <i>Heliana de Moraes Alves</i> <i>Lauro César Figueiredo</i>	221			

*Alecsandra Santos da Cunha*¹

*Cesar De David*²

1 – Introdução

O Brasil sempre foi, e ainda é, um país voltado para grandes exportações de produtos primários, entre os quais a cana-de-açúcar do nordeste desde a época de sua ocupação; o ouro e o diamante de Minas Gerais por volta do século XVII e início do século XVIII; o café do sudeste na época do Império; a borracha da Amazônia no início do século XX; os grãos de várias regiões do país, principalmente a soja, da segunda metade do século XX até os dias atuais. Nesse sentido, grandes extensões territoriais são destinadas à essas atividades produtivas, pois demandam grandes espaços. Por essa razão o Estado tem garantido as elites o acesso à terra,

desde os grandes latifúndios do período colonial, as Capitâneas Hereditárias e as Sesmarias, com o objetivo de controlar o acesso popular às terras brasileiras.

Para entendermos as razões que explicam porque a estrutura fundiária brasileira permanece baseada no latifúndio, podemos unir a reflexão anterior ao período pós-guerra, quando políticas internacionais foram implantadas no país com o objetivo de modernizar o meio rural brasileiro. Por ser considerado, pelo governo nacional e por governos internacionais, um espaço atrasado e que poderia ser

facilmente alcançado pelas propagandas socialistas, o espaço rural brasileiro começou a sofrer algumas transformações em função de políticas públicas, que a partir de uma abordagem

produtivista objetivava o desenvolvimento capitalista no campo.

Desse modo, os vários programas de educação rural e técnicas agrícolas, no meio rural, tinham o intuito de colocar a população pobre no cenário econômico nacional. Com esse caráter produtivista, esses programas não alcançaram o sucesso esperado, uma vez que não foram levadas em consideração as especificidades culturais e de desenvolvimento das áreas rurais brasileiras. (VENÂNCIO, 2008, p.18).

Durante quatro séculos a economia esteve voltada para e pelo exterior, mantendo as características agrárias do país. Nas primeiras décadas do século XX, o centro dinâmico é deslocado para o mercado interno, que se mostra cada vez mais fortalecido e em constante crescimento, refletindo a força na indústria e no urbano. O processo de urbanização é acelerado pelo processo de industrialização, e este faz acender a instalação de fábricas e crescer os setores do comércio e serviços, atraindo de modo crescente a população. O êxodo rural se acelera em contínua tendência

ao crescimento, pois a cidade se torna mais atrativa por diversas razões.

Os interesses do urbano começam a sobrepor os interesses do latifúndio, hegemônico até o momento, e passam a privilegiar a população urbana, principalmente a burguesia e a classe média, em detrimento do latifúndio exportador. “A negação de estruturas, instituições e valores vigentes é, em geral, o primeiro passo na tentativa de abrir caminho para as novas formas emergentes que se quer afirmar e tornar vitoriosas.” (BRUM, 1983. p. 49).

Como consequência da união desses fatores, a modernização do campo brasileiro ocorreu a partir da década de 1960, através da Revolução Verde, um pacote tecnológico composto por insumos, agrotóxicos, maquinários, fertilizantes e a criação dos Complexos Agroindustriais. Entretanto, as transformações ocorridas atingiram apenas os grandes proprietários que eram providos de capital e créditos fornecidos pelo Estado para os devidos investimentos. Dessa forma, a questão agrária brasileira é repleta de contradições. É constituída por realidades que passam por transformações territoriais, sociais e econômicas. As raízes agrárias do Brasil contribuem para o conservadorismo que mantém a estrutura fundiária concentrada e a estrutura agrária em que os médios e grandes produtores possuem maior acesso às políticas públicas que subsidiam suas lavouras e financiam o desenvolvimento de novas tecnologias para auxiliarem os processos da produção agropecuária, elevando os índices de produtividade. Enquanto os agroempresários, parte da elite econômica do país, são beneficiados, grande parte dos agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas,

assentados da reforma agrária, entre outros, ainda encontram-se esquecidos e ignorados, relegados à invisibilidade, difíceis condições de trabalho e a uma vida muitas vezes sem dignidade.

Durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, a concentração de terras aumentou ainda mais. Durante o período de modernização do campo brasileiro essa concentração alcançou números relevantes no que tange à concentração fundiária. Segundo OLIVEIRA (2002), em 1940 cerca de 1,5% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de 1000 ha ocupavam 48% do total de terras, enquanto 86% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha ocupavam menos de 19% do total de terras. Em 1985, o número de proprietários com mais de 1000 ha diminuiu para menos de 0,9%, sendo 44% do total de terras, e mais de 90% dos proprietários com menos de 100 ha alcançaram o número de 21% do total de terras. Assim, “(...) o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma

consequente deterioração da distribuição da renda no setor

Em decorrência desses processos, os pequenos proprietários de terra foram, cada vez mais, relegados ao esquecimento, à invisibilidade, à falta de investimentos e subsídios que os possibilitassem produzir e viver de forma digna. As dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares são inúmeras, dentre elas a redução de suas atividades, que têm suas causas em vários fatores, como a modernização da agricultura, que devido ao alto custo dos insumos não está ao alcance da maioria dos agricultores familiares; o modelo agroexportador, que busca a produção em grande escala em grandes extensões de terras expulsando do campo os

agrícola.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.29).

produtores familiares; o êxodo rural, que retirou e ainda retira a força de trabalho do campo. Contudo, a agricultura familiar mantém os embates com esse modelo agroexportador imposto desde os tempos da colônia. Este modelo adota o padrão de latifúndios e da modernização conservadora do campo que incorpora o espaço das atividades da agricultura familiar.

Em contrapartida, a bibliografia da questão agrária brasileira deixa clara a importância da agricultura familiar para a economia do país. Pois:

Essa importância se dá graças à sua capacidade de produção para suprir as necessidades do grupo familiar e produzir gêneros alimentícios para a população urbana, assegurando baixos preços. Porém, apesar dessa importância econômica, esse grupo de produtores encontra-se em desvantagem, tanto na produção como na comercialização de seus produtos, pois sempre foi colocado em segundo plano pelas políticas agrícolas e agrárias em toda a história da formação econômica brasileira (...) (VENÂNCIO, 2008, p.21).

A reprodução dessa forma social de trabalho e produção nas mais diversas regiões do país chamou a

atenção para a importância desse segmento de agricultores na organização e produção do espaço. Levando em

consideração o fato de que a agricultura familiar supre a demanda pela qual o agronegócio não se interessa, ou seja, o abastecimento alimentar do mercado interno nacional, WANDERLEY (2000, p.18) afirma que “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”. No âmbito de construção de

identidades alicerçadas na pequena propriedade de produção familiar, muitas questões surgem em meio à sua reprodução no espaço-tempo. E, é nesse sentido que serão desenvolvidas as reflexões referentes à agricultura familiar nesse trabalho, sua atuação e reprodução no espaço da Campanha Gaúcha Ocidental.

2 – Espaço, território e Agricultura Familiar: considerações teórico-conceituais

O espaço é a mais fundamental categoria de análise da Geografia. Em toda a história da humanidade o conhecimento do espaço sempre foi essencial para a manutenção da vida cotidiana. O espaço, para LEFEBVRE (1974) em sua análise marxista, consiste “no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições”. Percebe-

se que Lefebvre aborda o conceito de espaço social seguindo uma linha crítica, onde o espaço é produto das relações que constituem o sistema capitalista. Já para CORRÊA (2005), as relações trabalhistas da sociedade constroem o espaço, através da transformação da própria sociedade e da natureza, refletindo diretamente na paisagem.

Na perspectiva de Hartshorne, o espaço é absoluto, isto é: "... um conjunto de pontos que têm existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas

intuitivamente utilizado na experiência." (CORRÊA, 2005, p.18).

(...) as sociedades, através de suas relações de trabalho, transformam a si e a natureza, resultando na produção do espaço que incorpora e reflete, na paisagem, a forma como diferentes grupos sociais se relacionam com a natureza. É todo espaço onde há possibilidade de vida e interação do homem. (CORRÊA, 2005, p. 22).

Para Ratzel (CORREA, 2005) o espaço é imprescindível à vida, valoriza sua posse e o seu domínio. Surgem assim, dois conceitos chave, que são o território e o espaço necessário à vida, o espaço vital. O espaço, segundo Ratzel, é o quanto de uma área é necessário à vida dos que detêm o território, que por sua vez é a posse dessa área. A relação entre os conceitos de território e espaço vital se forma pela apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo e suas necessidades territoriais em função de seu desenvolvimento tecnológico. Ratzel defende uma relação implícita entre espaço vital e território, que acabou por

justificar a guerra pela posse do território, uma vez que era extremamente vital à sociedade dominá-lo.

Na perspectiva de Ratzel, o território está ligado diretamente à noção de poder, se consolida a partir da manutenção, conquista e exercício do poder sobre um espaço, existindo assim, uma relação intrínseca entre espaço e território: "O território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder.", ou seja, "... quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço..." (SOUZA, 2005, p.78). Isto não quer dizer que a noção de território fica presa à questão do Estado, vai muito

além disso, pois pode permear sociedades distintas, ou grupos sociais diversos. A relação entre espaço concreto, território e grupos sociais passa a ser crucial para análise dos mesmos, pois características como fronteiras fluídas, limites mutáveis, durabilidade, poder e controle constroem inúmeras identidades socioespaciais. Neste contexto ainda há que se considerar o Espaço Geográfico que é uma construção histórica, econômica e cultural de uma sociedade (SOUZA, 2005).

A noção de território se dá a partir do espaço ocupado, construído, gerido e utilizado pelo homem. Sua organização acontece de acordo com o uso e ocupação do solo, variando dentro das redes existentes. Tais redes são construídas em função de um lugar central, este por sua vez detém o controle do território (GILLARDOT, 1997). A partir das territorializações-desterritorializações-reterritorializações de novas atividades no espaço, criam-se, também, diversos territórios.

Assim, o território é inerente a toda espacialidade social, porém, ultrapassa as relações de poder em si. Essa

ideia transcende o conceito de Ratzel, para o qual o território está naturalizado como Estado-Nação, e o Estado-Nação tem necessidade extrema de estar vinculado à um solo para ter unidade.

Disso decorre que as novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente, na dimensão de novas territorialidades, nos faz pensar nos conceitos de território para se refletir e compreender as relações urbano/rural. O território também pode ser entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Por isso, ele não cabe somente dentro de uma divisão político-administrativa (NEAD, 2001). O território se concretiza no espaço anteriormente concebido, através de atores. A materialização do território se dá a partir das relações de poder do indivíduo com o espaço (RAFFESTIN, 1993). Dessa forma, ele decorre de relações materiais e imateriais, geopolítica, econômica e cultural, assumindo distintos significados para diferentes sociedades ou grupos sociais. Suas configurações atuais lhe remetem à fronteiras fluídas na dimensão espaço-temporal,

pois a gênese e consolidação de redes globais dão novos

Com base nessa discussão buscamos caminhos para entender os territórios rurais e suas formas de reprodução no contexto atual. Pensou-se no espaço geográfico como ponto de partida para a compreensão da configuração desse tema, considerando que o “espaço geográfico se cria como produto histórico e social a partir da contradição entre uma produção socializada e má apropriação privada.” (CARLOS, 2005. p. 83 e 84).

Para a autora, a cidade é uma reprodução das necessidades do capital e, devido a esse fato, as pessoas perdem a identificação com o espaço. Considera que o tempo e o capital são os mediadores da vida das pessoas nas cidades, onde o tempo é medido pela necessidade de se ganhar dinheiro.

O meio técnico-científico-informacional no qual a sociedade atual está inserida influencia tanto o espaço urbano, quanto o espaço rural, produzindo grandes transformações em ambos, e de certa forma gerando algumas situações muito semelhantes, como é o caso das relações de

significados e abordagens ao território (SAQUET, 2007).

produção. Para DOLLFUS (1991, p.75): “(...) o espaço rural constitui o domínio das atividades agrícolas e pastoris. Todavia, as atividades agrícolas e a pecuária que, em escala mundial, ocupam a maior parte do espaço rural, não excluem outras formas de utilização das superfícies.”

Partindo-se da definição de Dollfus (1991), o “campo” não exerce apenas atividades ligadas à agropecuária. Observa-se crescente busca do espaço rural para funções que vão além do agrícola. A necessidade de “fuga” das cidades, a procura do “ar puro”, “natureza” e “silêncio”, tem sido fator responsável pela leva cada vez mais intensa de pessoas em busca do lazer e do repouso.

Na bibliografia sobre o assunto, são inúmeras as definições do *rural* e do *urbano*. Na perspectiva do que vem acontecendo em diversas partes do país, na intrínseca relação urbano/rural, cabe ressaltar que a seguinte definição de DOLLFUS (1991) explica com mais clareza o que se constata em muitos municípios brasileiros:

(...) o espaço rural, é um espaço tutelado, largamente subvencionado, mutilado eventualmente pela urbanização responsável pela degradação de algumas de suas partes situadas nas proximidades das grandes aglomerações; é um espaço entrecortado e retalhado pelas vias de comunicação (estradas de ferro, de rodagem, etc.). Serve, com efeito, de suporte para as comunicações que possibilitam as relações interurbanas.(p.43)

O espaço urbano de forma geral é entendido como sendo a “cidade”. Um lugar que oferece todas as aspirações idealizadas pela “vida moderna”. Segundo CORRÊA (1999, p.28), o espaço urbano capitalista (visto que esse é o sistema econômico vigente) é: “(...) fragmentado, articulado, reflexivo, condicionante social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes sociais que produzem e consomem o espaço”.

O espaço urbano é assim entendido em decorrência da complexidade dos usos e ocupações do solo. Nesse espaço acontecem as relações sociais, as informações, a difusão das ideologias, os diversos fluxos (de capital - espaço próprio à sua máxima reprodução, mercadoria, pessoas, etc.). No espaço urbano é onde acontecem as diferenças, a convergência e divergência de culturas, é o espaço da multiplicidade. O espaço urbano é produzido por diversos agente socais.

A complexidade da ação dos agentes sociais induziu a práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, adensamento do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, recolocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1999. p.33).

As mudanças no modo de vida das pessoas intensificaram-se após a industrialização, concomitantemente com a urbanização, resultando em diferentes formas de uso e ocupação do solo. A autora explica: “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”. (CARLOS, 2005. p. 23)

Percebemos que o campo incorporou diversas características dos espaços urbanos e, sobretudo do modo de vida capitalista, onde suas fronteiras são cada vez mais imprecisas. As transformações não são visualizadas como oriundas do campo, mas frutos de uma lógica urbana que extrapola os limites da cidade. O urbano se expande e se reterritorializa para além das cidades, levando consigo as mudanças.

A perspectiva do poder urbano na modernização sobre o rural camponês e pré-capitalista vem fazendo com que desapareça a imagem do rural pitoresco. Dando lugar a um rural moderno, tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, um rural urbano e global: “(...) aquela imagem de

rural camponês e pré-capitalista estaria desaparecendo em favor de outra imagem, a de rural da alta modernidade; um campo harmônico e sem conflitos, uma utopia de uma natureza intocada” (MOREIRA, 2007. p.69). Ainda assim, um rural marcado pelas desigualdades, no qual a modernização e a modernidade não se completam. Existe uma presença marcante de mudanças nos sentidos atribuídos ao rural na modernidade (MOREIRA, 2007).

Um duplo processo de desenraizamento pode ser observado segundo MOREIRA (2007), o desenraizamento do tempo no qual o passado desaparece ressurgindo enquanto cultura do consumo, revalorizando as tradições, produtos e costumes que se baseiam o turismo rural, por exemplo. E, ainda, o desenraizamento do espaço onde os territórios e identidades desaparecem, ressurgindo desterritorializadas, como representações econômicas e culturais, esse fenômeno pode ser exemplificado pelo estilo de vida ‘country’ nos territórios do agronegócio.

Portanto é fato que há uma modernização e urbanização do campo. Alguns fatores têm contribuído para

legitimar essa ideia de urbanização do campo e a extinção das ruralidades: a queda da população envolvida em atividades agrícolas, o crescimento do envolvimento dessas populações em atividades não-agrícolas (pluriatividade) e a incorporação de tecnologias, com destaque para a formação dos complexos agroindustriais.

O rural que não vemos está presente também naquilo que é entendido por não agrícola. A agricultura é uma das “partes” do rural. Ambos não podem ser tratados como sinônimos. Os espaços rurais são heterogêneos e comportam uma série de atividades que ultrapassam a lógica agrícola. Múltiplas são as estratégias de vida desenvolvidas no interior de tais espaços.

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o ‘valor’ desse lugar muda, e assim o ‘valor’ de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade pré-existente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares (SANTOS, 2002. p.66).

E, dentro do espaço rural, (co)existem diversos territórios, como os territórios do agronegócio, além dos territórios da produção familiar, a agricultura familiar. A conceituação de agricultura familiar vem sendo largamente discutida por diferentes linhas de pensamento. Existem

aqueles que defendem o ponto de vista da agricultura familiar e a agricultura camponesa como tendo o mesmo valor de significação. Entretanto, outros teóricos levam em consideração uma reflexão teórica no que diz respeito à origem do camponês, na qual:

(...) o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001. p. 29-30).

Há necessidade de se delimitar o campo teórico das conceituações que envolvem a agricultura familiar, pois pode-se perceber de acordo com os diversos estudos e trabalhos acadêmicos que essas variações de conceitos podem levar à questionamentos polêmicos no que tange a atuação, produção e reprodução do agricultor familiar. Contudo, existem diversos trabalhos que utilizam alguns termos em equivalência com a agricultura familiar, portanto a necessidade de observar bem esses usos.

Assim, os teóricos que utilizam o conceito de camponês, podem trabalhar com esse conceito utilizando as

palavras pequeno produtor e pequeno agricultor, pois para essa corrente de pensamento, pode-se até chamar os camponeses de agricultores familiares, mas não como conceito, mas sim como condição de organização do trabalho. A integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias são alguns dos argumentos usados por esses teóricos para diferenciar o agricultor familiar do camponês. (Veiga, 1991. p.190; Abramovay, 1992. p.21). Contudo:

Lênin (1985) e Kautsky (1986) são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também

entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência – para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado. (FERNANDES, 2003. p.19)

Além da discussão conceitual há que se levar em consideração o pertencimento desses sujeitos. Como bem esclarece TEDESCO (1999), em seu estudo sobre os colonos de origem italiana no Rio Grande do Sul, mais precisamente no nordeste da serra gaúcha, a relação com a terra, a propriedade da terra é a base familiar. A partir dela se criava autonomia, os projetos familiares eram unidos na aliança entre propriedade e trabalho. No estudo também observou-se a definição do *ethos do colono*. O *ethos do colono* familiar se redefiniu no espaço das colônias, sendo construído através da integração das condições materiais de produção, o meio e as relações sociais. O trabalho estava além do interesse econômico, ele representava status e caráter. Hoje, há que se considerar a luta dos diversos tipos de camponeses, inseridos

na realidade dos movimentos sociais que têm como cerne dessa luta ideologias políticas e de justiça social.

Enfim, a discussão conceitual em torno da agricultura familiar é ampla e complexa. O enfraquecimento de outras expressões como ‘trabalhador rural’ e/ou ‘pequeno proprietário’ pode também ser a causa da crescente legitimação da noção de agricultura familiar. Além disso, ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o próprio Estado contribuiu para a legitimação do termo e sua aplicação conceitual.

No embate da questão agrária brasileira atual, um dos principais problemas a ser enfrentado é a luta da agricultura familiar diante do agronegócio³. Pois, o projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do

agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo, em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. As políticas públicas são direcionadas para o agronegócio e acabam por marginalizar a agricultura familiar que é responsável por 87% (IBGE, 2010) da alimentação do mercado interno brasileiro. Ou seja, a maioria esmagadora da alimentação presente na mesa dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar que acaba sendo relegada no que tange à subsídios para sua reprodução.

Dessa forma, a reformulação da política agrícola e a criação de incentivos à verticalização da produção desencadearam as diferenças entre pequenos e grandes produtores. Portanto, é necessário ressaltar que o Brasil sempre visou atender o mercado internacional em suas demandas por determinadas commodities. Por outro lado, relegou a um plano inferior todos os tipos de agricultura que não atendessem o modelo exportador do agronegócio. A este segmento, coube a tarefa de atender as demandas do mercado interno por alimentação. É importante frisar que a

formação do agronegócio atendeu à lógica da submissão do espaço rural às necessidades do industrialismo urbano, transformando de forma indelével as relações entre campo e cidade.

Do início aos meados do século XX, com o objetivo de desenvolver uma economia de mercado que atendesse as demandas das altas camadas da sociedade, os grupos multinacionais foram recebidos de portas abertas no Brasil, o endividamento externo se estende ainda mais e a dependência tecnológica torna-se fato real. Importa-se bens de capital – equipamentos e máquinas pesadas – buscando a expansão da indústria, e para comprá-los e pagá-los no exterior é necessário estimular a agricultura de exportação, em detrimento dos produtos agrícolas destinados ao consumo interno. Com a expansão, modernização e mecanização da agricultura, a importação de fertilizantes e agrotóxicos aumenta, fechando assim, o círculo vicioso da dependência externa, que dita as regras da economia nacional de acordo com interesses das potências hegemônicas mundiais.

Os reflexos da estratégia de modernização no setor agrícola traduziram-se na consolidação do modelo de complexos agroindustriais, na reformulação da política agrícola e na criação de incentivos à verticalização da

produção, desencadeando as diferenças entre pequenos e grandes produtores e mais uma vez, reafirmando as diferenças regionais.

Todas essas transformações (...) apresentam uma característica comum (...), que é a de terem se processado de forma desigual em dois sentidos: regionalmente, beneficiaram os estados do Centro-Sul, particularmente o estado de São Paulo; dentro de cada estado, atingiram preferencialmente os médios e grandes estabelecimentos agropecuários. É preciso enfatizar, porém, que, já em 1960, essas características regionais e entre estabelecimentos eram acentuadas, devido à própria evolução histórica de cada região. (HOFFMANN, 1985, p.11)

Esse modelo concentrador e modernizante é elitista e seletivo, agrava o processo de marginalização, exclui novos contingentes, principalmente na zona rural. O problema da terra, ou seja, terra para se viver e trabalhar sem a ameaça de expulsão, o êxodo rural acentuado e o superpovoamento dos grandes centros urbanos são sintomas que demonstram graves problemas estruturais históricos.

O modelo agrícola, como um dos aspectos do modelo econômico, baseado na modernização conservadora⁴ e os limites de reforma agrária, apresenta equívocos sérios e

comprometedores, como a falta de uma política fundiária definida, na qual um país com abundância de terra e milhões de famílias sem terras tem a fome como uma das principais doenças; uma política agrícola contrária à vocação da nossa realidade que subsidia o capital, fator escasso, inflaciona a terra em abundância, e não valoriza o trabalho que é vital para a produção; concentra-se nos produtos de exportação em detrimento do mercado interno; sem tecnologia, vivendo constante dependência de grupos econômicos nacionais e

internacionais; além da falta de poder na competitividade

Nesse desse contexto, as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar se tornam claras, e são nessas condições que as atividades agrícolas no campo brasileiro se veem diante de uma crise de produção e passam a buscar outras formas de se reproduzirem. Estas famílias passam a

internacional.

buscar as recém-surgidas atividades não agrícolas, como forma de se manterem no campo e em suas propriedades. Percebe-se, assim, um processo de ressignificação do espaço rural, atraindo novas atividades econômicas como fonte de renda.

Observa-se que várias são as opções de ativação do turismo rural em propriedades agrícolas, dentre elas o agroturismo, o ecoturismo, os hotéis-fazenda. De forma geral, percebe-se que o turismo no espaço rural é uma estratégia que pode ser adotada pelos produtores na administração de sua área, permitindo a sobrevivência e a manutenção da propriedade como um todo, visto as condições econômicas e sociais em que se inserem. (ROQUE & VIVAN, 2003. p.01).

Os pequenos produtores se esforçam na diversificação de suas atividades tentando se inserir no novo rural⁵ e seu mercado emergente. Esse processo não pode ser considerado como proletarização e decadência da propriedade familiar, mas sim uma nova fase socioeconômica das famílias agrícolas, que no novo mundo rural, não são capazes de manter-se apenas nos espaços agrícolas. Esse 'novo rural' vem se construindo a partir da valorização de

bens intangíveis, como a paisagem, o lazer, os ritos dos cotidianos agrícola, até então considerados sem importância, atrasados, rústicos e muitas vezes ignorados.

Nessa nova realidade, a ruralidade e a urbanidade, assim como os limites territoriais se tornam fluídos, se ressignificam e, é nessa perspectiva que CARNEIRO (2002, p. 224) questiona se “as categorias genéricas como “rural” e “urbano” são pertinentes para qualificar espaços e universos

sociais nas sociedades contemporâneas”. O dinamismo dessas categorias é tal que no Brasil, hoje, são abarcadas ruralidades diversas, além da revalorização do rural como espaço de lazer, observa-se ainda que, o PRONAF e os assentamentos de reforma agrária estão revalorizando o campo no que tange à agricultura familiar e seu papel na sociedade como expressão de trabalho e vida, reconhecendo-a como um ator social. Ainda, segundo CARNEIRO (2002), a mobilidade causada pela expansão dos meios de comunicação reais e virtuais e, a transformação do campo em

espaço de lazer são os principais motivos que baseiam as novas dinâmicas da ruralidade de brasileira. Em decorrência desses processos observa-se que o mercado de trabalho se amplia e diversifica nas regiões turísticas, as unidades familiares agrícolas se retraem ou desaparecem, dando lugar à pluriatividade, as relações contratuais de trabalho crescem e os jovens tem maior permanência em suas localidades de origem.

Esses elementos acabam por incitar trocas frequentes dos bens matérias e simbólicos entre o urbano e o rural:

(...) contribuindo para a diluição das fronteiras entre a “cidade” e o “campo”, entre o “rural” e o “urbano”. As ocupações econômicas, as maneiras de se vestir, de habitar e outras práticas culturais não são mais suficientes para distinguir a origem urbana ou rural dos indivíduos.

No entanto, essa interação não nos permite afirmar que estejamos vivenciando um processo de homogeneização em direção ao padrão urbano (...). Ao contrário, observamos a necessidade de se identificarem e analisarem os conteúdos das diferentes formas de expressão da ruralidade em contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneos (CARNEIRO, 2002. p.229).

3 – A agricultura familiar no Rio Grande do Sul

O território rio-grandense tinha suas terras habitadas por diversos grupos indígenas, que acabaram por ser dizimados de acordo com a chegada dos europeus. A ocupação do território do Rio Grande do Sul se deu de forma um pouco diferenciada com relação ao restante do Brasil. O maior interesse dos europeus, era a princípio, sua proximidade com a foz da Bacia do Prata, que permitia fácil acesso ao Atlântico e, assim, escoar os produtos explorados no continente.

Foram diversas guerras entre os espanhóis e os portugueses, e ainda, entre esses dois povos e os povos indígenas já habitantes desse espaço. A partir de vários tratados e com a consolidação do território rio-grandense da

forma que se encontra até os dias atuais, o maior interesse da coroa portuguesa era, então, proteger e manter suas linhas de fronteira. Dessa forma, a ocupação generalizada tanto do planalto, quanto da campanha gaúcha aconteceu com o apoio português.

A campanha gaúcha foi ocupada por elites indicadas pela coroa, em vistas de grandes extensões territoriais nas quais se desenvolveu a pecuária de corte e exploração do couro. Já o planalto foi ocupado por imigrantes e caboclos, em pequenas unidades, de difícil acesso devido ao relevo:

Podemos verificar o duplo caráter da ocupação do RS: de um lado, os estancieiros que possuíam um poder que advinha de seus títulos e de seu dinheiro e que, originalmente, não se deslocaram para assentar família, mas para combater por seu rei e, assim, receber as Sesmarias como recompensa; de outro lado, os antigos caboclos e imigrantes que disputavam

as menores e piores terras, onde buscavam, respectivamente, manter e assentar suas famílias. (RAMOS, 1995, p. 53).

Em consequência: “O desenvolvimento do charque rio-grandense impulsionou a riqueza em municípios como Pelotas (localização das charqueadas) e Rio Grande (porto marítimo de escoação), articulando-se uma sociedade latifundiária pecuarista, emergente na política e na economia regional via pujança das charqueadas”. (CHELOTTI, 2009, p.72).

Uma extensão de terra que vai do município de Torres até os arredores de Santa Maria, na região central, foi ocupada por colonos particulares em meio às colônias alemãs já estabelecidas pelo Império: “Assim, as áreas já colonizadas, mas que apresentavam vazios demográficos foram preenchidas por particulares, que fundaram núcleos de colonização (...)”. (CHELOTTI, 2009, p.74). Essas colônias alemãs ocupavam áreas de matas que se encontravam próximas aos grandes vales. A partir de 1874, a expansão da pequena propriedade com base no trabalho livre foi acelerada

pelo Governo Imperial, as colônias de Caxias, Dona Isabel, Conde D’Eu e Silveira Martins se formaram em decorrência dos imigrantes italianos que ocuparam as escarpas do planalto, áreas indóceis no que tange ao relevo e clima⁶. As áreas de mata do norte e noroeste do Rio Grande do Sul foram colonizadas mais tarde pelos descendentes das antigas colônias, já consolidadas naquele momento e com grande contingente populacional.

Com base nesse resumido histórico, pode-se observar que o território rio-grandense teve sua ocupação baseada nos grandes latifúndios no centro-sul do estado, ou seja, na Campanha Gaúcha, e as áreas do centro-norte foram ocupadas por imigrantes, italianos e alemães em sua maioria, dando origem às colônias rio-grandenses de pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar. “Fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território, foram, com certa distância cronológica, armando o arcabouço de

duas diferentes estruturas econômico-social. Ainda hoje, são bem distintas as sociedades rurais” (BERNARDES, 1963, p.3).

Pode-se compreender, com base na narrativa acima, a origem das pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar no Rio Grande do Sul. Mais precisamente na Campanha Gaúcha, as pequenas propriedades têm sua origem no início do século XX, quando colonos do norte mais capitalizados compraram pequenas partes das grandes propriedades do sul. Alguns dos motivos que os levaram a esses empreendimentos foram a questão da escassez de

terras nas colônias devido ao grande crescimento populacional, e ainda, possuir terras nos campos gaúchos representava *status* para aqueles sujeitos, a possibilidade de ascensão social. Entretanto, as pequenas propriedades que se formaram nas franjas dos grandes latifúndios ainda não representavam relevância econômica para a região. (CHELOTTI, 2009).

Esse quadro sofreu alterações com o passar do tempo, atualmente a Campanha Gaúcha é composta por um número maior de pequenas e médias propriedades, entretanto, a extensão territorial ainda é dominada pelos latifúndios.

Ao contrário do que pensa o senso comum, a maioria, ou seja, mais de 60% das propriedades rurais da região são constituídas por pequenas unidades de produção, mas territorialmente ocupando menos de 15% de toda sua superfície. Esse desconhecimento, em parte é explicado pela hegemonia que o espaço latifundiário regional exerceu historicamente sobre a pequena propriedade camponesa. (CHELOTTI, 2009, p.85)

Essas pequenas propriedades têm suas origens na divisão de terras por heranças, ou ainda, nas terras cuidadas por agregados das grandes estâncias, “acolhidos” pelos

estancieiros que lhes permitiam viver ali, mas: “Ao mesmo tempo em que criavam seus próprios animais, ajudavam o estancieiro no cuidado com os rebanhos, mantendo seu

domínio territorial legitimado pela lei de terras. A nosso ver, aí residem as origens sociais do campesinato tradicional gaúcho”. (CHELOTTI, 2009, p. 87-88). Além disso, os agregados produziam gêneros alimentícios para o abastecimento da estância, tornando-a um sistema de produção autossustentável no que diz respeito à autonomia alimentar. Estes elementos históricos esclarecem o fato de existir um número significativo de pequenas propriedades na região em pleno século XXI.

É bom ressaltar que essas pequenas propriedades de agricultura familiar se territorializaram nas franjas dos latifúndios da Campanha Gaúcha, ou seja, em meio aos territórios latifundiários da pecuária, arroz e, mais recentemente, a soja. Segundo CHELOTTI (2009), o sudoeste da Campanha Gaúcha caracteriza-se como uma região periférica de crescimento lento, constituída por municípios que até a década de 1990 possuíam sua matriz produtiva alicerçada na pecuária de corte (bovinos e ovinos) e na lavoura capitalista do arroz irrigado e da soja. A região é caracterizada por grandes latifúndios, assim como o restante

da Campanha Gaúcha, contudo, pode-se observar uma reorganização no espaço da Microrregião Ocidental da Campanha. No município de Manoel Viana, localizado nessa microrregião, os grandes produtores de arroz, soja e gado de corte estão inseridos na lógica nacional do modelo agroexportador e amparados pela modernização conservadora do campo, detêm o controle produtivo agropecuário naquele município, e conseqüentemente, poder econômico e político regional. Nessa perspectiva, os agricultores familiares locais não são reconhecidos como atores socioeconômicos relevantes para a economia regional.

Diante dessa realidade, se define: “(...) este fenômeno social como uma situação de carência de condições que impedem que os indivíduos e/ou suas famílias obtenham recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas” (SCHNEIDER; WAQUIL, 2004, p.128). Não satisfazendo suas necessidades, muitas vezes esses sujeitos deixam o meio rural, pois na impossibilidade de se integrar no padrão tecnológico dominante, se vê sem alternativas para manter suas famílias diante dos complexos agroindustriais.

Entretanto, a agricultura familiar na região parece se manter e subsistir em sua invisibilidade, apesar de suas importâncias e

significâncias. Pois o Rio Grande do Sul é a região:

(...) onde a tradição camponesa é elemento marcante, onde as mulheres lutam lado a lado com seus maridos e companheiros, onde procura se defender o direito á terra pacificamente, onde a consciência política se desenvolve de forma coletiva (...), onde a busca de novas alternativas de produção com a aplicação de novas tecnologias é constante, onde é consciente a necessidade de se integrar ao mercado local, regional e até mesmo internacional. (MEDEIROS, 2004, p.157).

Uma das alternativas que o agricultor familiar tem procurado para se manter na terra é a pluriatividade⁷. Nas propriedades das famílias pluriativas o trabalho e a exploração da terra é realizado pelos próprios membros daquela família, contratar trabalhadores assalariados é raro. A pluriatividade consente em ressignificar as pequenas propriedades como unidades de reprodução, não somente no que tange às atividades agrícolas. A agricultura familiar deixa de ser a única ocupação da propriedade que passa a diversificar suas atividades, obtendo dessa forma distintos tipos de remuneração. Portanto, a pluriatividade se insere em

uma unidade produtiva multidimensional, na qual se desenvolve a agricultura e outras atividades, que por sua vez pode acontecer tanto dentro, quanto fora das propriedades.

A interrelação entre a pluriatividade e a agricultura familiar adquire características particulares em cada região e até mesmo, em cada pequena propriedade. Contudo: “pode-se conhecer em que medidas as famílias pluriativas que possuem ocupações não-agrícolas auxiliam nos trabalhos da propriedade mediante aferição da frequência com que se envolvem em tais tarefas”. (SCHNEIDER, 2003, p. 191).

Sobretudo, e apesar, dessas novas realidades no campo, a agricultura ainda deve ser foco das políticas de desenvolvimento rural. Por isso, ainda é necessário que políticas públicas, agrícolas e sociais, busquem o fortalecimento, expansão e consolidação da agricultura familiar, de forma que garanta ao trabalhador rural acesso à terra e ao trabalho, através da desconcentração de terras, ou

seja, uma reforma agrária eficaz. Dessa forma, a probabilidade de se alcançar o consumo necessário dentro da própria propriedade de produção familiar permite a autonomia daquela família, o que justifica a importância no sentido dos processos produtivos de gêneros alimentares da agricultura familiar em pequenas propriedades atualmente.

4 – Considerações Finais

As questões teórico-conceituais sobre a agricultura familiar é um campo amplo de discussões ainda em aberto. Como foi discutido, diversas linhas de pensamento definem a agricultura familiar de acordo com o seu entendimento, seja ela entendida como uma forma de trabalho e produção camponesa, seja ela entendida como uma atividade capitalista inserida no mercado consumidor. Ou seja, para

alguns teóricos toda agricultura familiar é camponesa, entretanto, para outros, a partir do momento em que o agricultor familiar se capitaliza, incorpora tecnologias e se insere no mercado consumidor capitalista ele deixa de ser um agricultor familiar camponês e passa a ser apenas agricultor familiar. Contudo, há que ressaltar que esse sujeito é repleto de individualidades e identidades, dessa forma, deve se

considerar o sentimento de pertencimento dos agricultores familiares com a terra, com o seu lugar.

Diante do contexto nacional, a agricultura familiar tem sido marginalizada e invisibilizada. O agronegócio toma as rédeas das políticas públicas em benefício próprio, se capitaliza e acumula cada vez mais. Para atender seu modelo exportador é subsidiado pelo Estado, que direciona a maior parte do crédito rural para esse setor, ignorando outras formas de produção, como a agricultura familiar. Esta, por sua vez, vive em constante luta pela sua reprodução no meio rural, vem sendo reconhecida como ator importante para as economias regionais e até mesmo para a economia nacional. Isso não exclui todas as suas dificuldades em se reproduzir econômica e socialmente.

Em função de todas as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, as famílias dos agricultores familiares passam a se reorganizar buscando novas fontes de renda, e assim, surge a pluriatividade. Ela surge como uma forma alternativa de manter esses sujeitos na terra, em seus lugares, através de atividades não-agrícolas desenvolvidas dentro e/ou fora das propriedades familiares. É sobretudo, dentro dessas reflexões que se pode ter ideia da situação da agricultura familiar atualmente no Rio Grande do Sul, ou seja, é uma forma de trabalho e produção que pode estar em decadência e passa por diversas dificuldades. Portanto:

Através da pluriatividade e dos empregos não-agrícolas nas indústrias, a população do meio rural vem elevando seu poder aquisitivo e passando a demandar uma variada gama de bens de consumo. Um dos sinais mais notáveis desse renascimento rural pode ser constatado no crescimento acelerado da construção de novas moradias no meio rural. Há que se destacar ainda: as mudanças na concepção de vida dos habitantes e o domínio político sobre o poder local. (SCHNEIDER, 1999, p.174).

Diante da pequena revisão de literatura feita sobre a agricultura familiar na Campanha Gaúcha, e mais precisamente, no município de Manoel Viana localizado na Campanha Ocidental Gaúcha, pode-se constatar que a sua reprodução enfrenta obstáculos diante do agronegócio, que detém o poder econômico e político regional. Os grandes produtores de arroz, soja e a pecuária se apropriam do espaço de produção, seus grandes latifúndios, relegando e invisibilizando a agricultura familiar, que tenta de diversas

formas sobreviver e se manter à luz da necessidade de resistências dessas famílias. O que parece acontecer é que, mesmo diante das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas direcionadas à agricultura familiar, ainda não é suficiente para que essa forma de trabalho e produção tenha reconhecimento econômico e social. O campo de pesquisa nessa área é amplo e necessita de maior profundidade teórica e empírica no intuito de tornar o agricultor familiar um sujeito relevante perante a sociedade.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**: os fatores culturais e a dualidade econômico-social. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n 172. p. 3-13, jan/fev. 1963.

CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. In: Costa, Luiz Flavio de Carvalho; Moreira, Roberto José. Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-1997)**. Uberlândia: UFU, 2009. 288 p. (Tese – Doutorado) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática. S.A., 1999.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, A. S. **A Ressignificação do Espaço de Santo Antônio do Aventureiro: considerações sobre as relações e alterações socioeconômicas e espaciais no município**. Belo Horizonte: PucMinas, 2009. 98 p. Monografia (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. São Paulo, Bertrand. Brasil, 1991.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M. **Espaços Agrários de Inclusão e exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro**. Presidente Prudente: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

GILLARDOT, P. **Géographie Rurale**. Paris: Ellipses, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE).

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

MEDEIROS, R. M. V. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. P. 147-162.

MOREIRA, R. J. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. Â. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

NEAD. **Brasil na virada do milênio: encontro de pesquisadores e jornalistas**. São Paulo/Brasília: 2001.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 45-67.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. P. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 1995.

ROQUE, A. M.; VIVAN, A. M. **O Turismo no Espaço Rural: Uma Estratégia para a Nova Gestão Rural Brasileira**. Lavras – MG: UFLA, 2003.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M. A. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFGRS, 1999.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFGRS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento Agrário e Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 127-145.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: Edupf, 1999.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VENÂNCIO, M. **Território de Esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. Mestrado, Geografia e Gestão do território. Universidade Federal de Uberlândia. MG.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

1 Geógrafa Bacharel-Licenciada PucMinas/2009. Mestranda em Geografia/UFSM. e-mail: alecsandrascunha@gmail.com

2 Professor Adjunto do Departamento de Geociências/CCNE/UFSM. Doutor em Geografia/UFSC. E-mail: cdedavid2009@gmail.com

3 O termo 'agronegócio' nos remete a pensar em grandes complexos produtores que necessitam de altos investimentos, isso se tomarmos como base o seu conceito formulado por Davis e Goldberg (1957): "é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção das unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles." (DAVIS; GOLDBERG apud CRUVINE; NETO, 1999, p. 1). Dessa forma, pequenos produtores são impossibilitados de estruturar sua produção na tendência do agronegócio que busca modelos de agricultura intensiva, por meio do capital e tecnologia.

4 Este termo é usado para caracterizar a modernidade que não altera as estruturas de desigualdade. No caso do meio rural, houve e ainda há a modernização da produção agrícola, mas se manteve e ainda mantém a desigualdade no campo, a inexistência de reforma agrária, além do aumento da degradação ambiental.

5 Ver também ROQUE & VIVAN (2003), CARNEIRO (2002).

6 A chegada dos colonos alemães constituiu uma cunha transformadora nos hábitos e nas técnicas agrícolas praticadas pela civilização luso-brasileira. Mesmo levando em conta as práticas iniciais açoritas de estabelecimento de chácaras policultoras, nada se assemelhava à

colonização teuto-italiana em terras rio-grandenses. Os espaços ocupados pela imigração açoriana não exigiam a dura luta pela conquista de terras à floresta nativa. [...] Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade, em difíceis condições de sobrevivência. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 74).

7 Por pluriatividade pode-se entender: “um fenômeno social que passou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores”; “(...) o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural”. (SCHNEIDER, 2003, p.74, p.79). Ou, “Atividades não agrícolas da estrutura agrária brasileira passaram a assumir proporções significativas, generalizando novas formas de atividades e ocupação no campo. Além disso, a julgar pelo debate recente, a constatação da emergência das atividades não agrícolas vem estimulando um conjunto de reflexões sobre as características desse ‘novo’ rural bem como sobre suas potencialidades de desenvolvimento”. (CUNHA, 2009, p.10).

Kelly Perlin Cassol

Carmen Rejane Flores Wizniewsky^{ji}

1. Introdução

A história da humanidade foi marcada por sucessivas transformações espaciais, sejam elas causadas por feitos naturais ou decorrentes da ação humana. Um episódio que deixou suas marcas foi a passagem do feudalismo para o capitalismo, onde este último trouxe consigo transformações nas relações de trabalho e produção. Conforme destaca Menezes (2006), a preocupação com o “sustentar” aparece desde a antiguidade, porém se acentua na modernidade e marca assim, a imensa expansão do controle humano sobre a natureza e, sem embargo, a acentuação das desigualdades. Atualmente, depois de uma intensa manipulação do território

Fronteiras da Pesquisa em Geografia

pelo capital, com efeito na transformação contínua da natureza, do espaço, dos recursos e tudo é movido pelo valor de troca, a exploração e a degradação, dá lugar a idéia de preservação e sustentabilidade. Portanto, neste capítulo busca-se trabalhar de maneira sucinta a modernização da agricultura para posteriormente abordar conceitos e discussões em torno da sustentabilidade, do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar. Embora haja um grande e diversificado referencial teórico sobre estes temas, é sempre um desafio abordá-los devido a sua grande complexidade.

2. Agricultura e desenvolvimento rural sustentável

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970, predominava o paradigma desenvolvimentista, no qual o desenvolvimento era considerado sinônimo de crescimento econômico, e a economia mundial apresentou um ciclo expansivo extraordinário. Além disso, os conhecimentos científicos e tecnológicos avançaram de maneira expressiva, e passaram a ser empregados diretamente nos processos produtivos (SANTOS 1985). Neste sentido, a partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira se inicia no processo de modernização, que ficou conhecido por Revolução Verde.

E, de acordo com Balsan (2006) emergem, nessa década, novos objetivos e formas de exploração agrária, originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura.

A industrialização da própria agricultura conforme destaca Graziano da Silva (1999) constitui um segmento destinado a fornecer máquinas e insumos para o campo. A partir disso, transformam-se as relações de trabalho, consolidando-se o assalariamento nos setores mais dinâmicos da agricultura. Sobre isso, Graziano da Silva destaca que:

A agricultura perdera a auto-suficiência de que dispunha no complexo rural para produzir os próprios meios de produção de que necessitava e os bens de consumo final; deixara de produzir valores de uso para se dedicar a uma atividade específica, determinada que produz mercadoria, ou seja, valores de troca. E, agora a agricultura passa a operar ela mesma como se fosse uma indústria de um ramo qualquer da produção: ela não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita de certas indústrias como também vende seus produtos, os quais se converteram, em sua grande maioria, em matéria prima para outras indústrias. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.90)

A evolução e a estrutura do setor rural na década de 1970 refletem a dinâmica do período recente, que de acordo com Graziano da Silva (1999) está assentada no tripé (indústria - agricultura – agroindústria), que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação. Nesta fase é que se constituíram os complexos agroindustriais, onde o conceito-chave que está por traz do desenvolvimento da agricultura é o da integração e centralização de capitais.

Neste sentido, Balsan (2006) destaca que a expansão da agricultura ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorreram, porém, de forma heterogênea, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na modernização da agricultura, são marcadas por desigualdades e privilégios. Segundo Brum (1988), as principais razões da modernização da agricultura são: a)

elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Através da modernização da agricultura, os produtores buscam melhores condições para enfrentar as dificuldades impostas pela natureza no que concerne à produção e melhorar alguns fatores necessários. Assim Teixeira (2005), destaca que através de uma artificial conservação e fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, dentre outros recursos, busca-se a obtenção de maior produtividade. Com novas técnicas e equipamentos, o agricultor passa a depender cada vez menos das manifestações positivas da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses. No entanto, por esse caminho a agricultura está cada vez mais subordinada à indústria, que dita as regras de produção. Sobre essa

questão, Gonçalves Neto (1997, p. 78), ressalta que “a década de 1970 foi impulsionada por uma política de créditos facilitados, e que a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, mas foi profundamente alterada em sua base produtiva”. Nesse sentido, o maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, êxodo rural, permite dizer que o campo brasileiro mudou.

Ao tratar da modernização da agricultura brasileira, diferentes autores abordaram as atividades econômicas, ou seja, as grandes marcas dessas fases, evidenciando que a produção serve como instrumento de transformação do espaço que trouxe ora prosperidade, ora decadência. Neste sentido, Graziano da Silva (1999) ressalta que a modernização ocorreu de maneira parcial, atingindo apenas alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo, Balsan (2006), também destaca que não só aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia,

principalmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e o impacto da atividade agrícola sobre condições ambientais.

Assim, o processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência: forçou grande parte da força de trabalho rural a se favelizar nas periferias urbanas; fez aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. (VEIGA, 2000). O rápido crescimento populacional e a necessidade cada vez maior de explorar comercialmente terras boas levaram muitos agricultores de subsistência a se transferirem para terras de cultivo de baixa qualidade e praticarem técnicas ecologicamente impróprias. (RAMPAZZO, 1997).

Conforme considera Balsan (2006) o uso de tecnologia, durante o processo de modernização, revelou-se um dos principais centros de atenção, com reflexos inclusive na estrutura produtiva. Assim, a estrutura produtiva foi marcada pela multiplicidade de padrões tecnológicos entre indivíduos, empresas, ramos de produção e regiões, formando um

conjunto de situações que se reproduzem como um mosaico de disparidades. (GONÇALVES; SOUZA, 2000). Desse modo, a implementação da agricultura modernizada, tecnificada, se realiza por meio de agricultores e empresários que introduzem atividades com agregação de capital ao espaço, gerando diferentes configurações locais. Assim, Balsan (2006) salienta que ao se pensar em sustentabilidade, é imprescindível, analisar o tipo de mecanização utilizada, pois uma mudança inconseqüente nessa área pode provocar efeitos indesejados.

Kaimowitz (1997, p. 63) argumenta que “muitas ONGs falam sobre a importância de aprender com os agricultores e

resgatar tecnologia autóctone, mas poucas conseguem fazê-lo de forma sistemática.” Por isto, de acordo com Balsan (2006) precisamos iniciar a correção desta falha, pois não existirá agricultura sustentável se pretendermos construí-la com tecnologias inadequadas. A autora destaca ainda que precisamos esquecer da “ideologia modernizadora”, e construir uma realidade na qual a agricultura deve ser enfocada sob um olhar que não se volte apenas para a reprodução do capital.

Ainda de acordo com Balsan (2006) a análise do processo de modernização pode ser sintetizado em duas conseqüências:

Uma, com os impactos ambientais, com os problemas mais freqüentes, provocados pelo padrão de produção de monocultura foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos; a outra, os impactos socioeconômicos, causadas pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola, implantadas no campo, e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado provocaram resultados sociais e econômicos. (BALSAN, 2006, p.124).

De acordo com a autora a agricultura precisou reestruturar-se para elevar sua produtividade, não importando

os recursos naturais. O que se tinha como meta era produzir de forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido

possível. O “modelo” agrícola adotado na década de 1960/1970 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores. A exploração ambiental, também está diretamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta e levado a processos degenerativos profundos da natureza (RAMPASSO, 1997). Dentre os processos degenerativos profundos da natureza Ehlers (1999) destaca a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

Diante da crise ambiental provocada pelo modelo agrícola implantado no mundo a partir das décadas de 1950 e 1960, muitos cientistas, governos, organizações não-

governamentais e parte da população consciente encontram-se preocupados em encontrar alternativas de desenvolvimento que propiciem ao meio ambiente a sua preservação e recuperação gradual e sistemática, tendo em vista a sustentabilidade da vida humana na Terra. (SALAMONI, 2000). De acordo com Hespanhol (2007, p.180) “até o final dos anos 1960, os efeitos ambientais gerados pelo crescimento econômico eram considerados externalidades negativas do processo de expansão da economia”. O autor destaca ainda que nessa mesma década as contestações a respeito da degradação ambiental decorrente do crescimento econômico indiscriminado ganharam força. Assim, após a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, a concepção desenvolvimentista passou a ser combatida, cedendo espaço para o desenvolvimento sustentável, a partir de meados dos anos 1980.

Há muito se tem ouvido falar em desenvolvimento sustentável, e, para Erhles (1999, p. 04) “desde meados dos anos 1980, a noção de sustentabilidade se estabeleceu como

um novo paradigma da sociedade moderna e passa a concentrar o debate sobre a interface da produção alimentar/meio ambiente”. O autor salienta ainda que isto se deve a insatisfação com a agricultura convencional e, ao mesmo tempo, ao desejo de um novo padrão produtivo que garanta a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais. Também Gavioli (2011), destaca que a partir dos anos 1990, os debates sobre sustentabilidade e a “redescoberta” da agricultura familiar marcaram os estudos e as políticas voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil. Neste período, a crise socioambiental colocada em evidência desde os anos 1970 adquiriu maior relevância, juntamente com as demandas crescentes da sociedade global por conservação dos recursos naturais, alimentos seguros, e políticas de redução da pobreza e da desigualdade.

Costabeber e Caporal (2003) consideram que nas últimas cinco décadas fomos levados, erroneamente, a tomar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado. E, atualmente, dadas as enormes dificuldades para a aceitação de um conceito

inequívoco de desenvolvimento, e considerando ainda a deficiência do conceito oficial de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário buscar uma maior compreensão da sustentabilidade através da consideração e análise de suas dimensões básicas, as quais poderão servir de guia para a identificação e o monitoramento das possibilidades do desenvolvimento rural sustentável. As discussões em torno do tema visam analisar as transformações recentes no campo, como por exemplo, as alternativas que levam a produção ecológica.

Na atualidade, impõe-se a busca pela sustentabilidade da produção a longo prazo, sem ameaçar as condições socioeconômicas da população, o que significa compreender, entre outros aspectos, a dinâmica dos ciclos da matéria e energia, pilares da produtividade ecológica. Nesse sentido, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) tem contribuído para construir e divulgar o conceito de desenvolvimento sustentável. A CMMAD define desenvolvimento sustentável como o conjunto de ações que promovam a satisfação das necessidades das gerações

presentes, sem comprometer as possibilidades de as futuras gerações satisfazerem suas necessidades (KITAMURA, 1993). Em relação ao conceito de agricultura sustentável é possível identificar três níveis: o primeiro é o desenvolvimento sustentável em geral; o segundo é o uso sustentável dos recursos naturais; e o terceiro é a agricultura sustentável propriamente dita, como um aspecto particular do uso dos recursos.

A noção de sustentabilidade na agricultura está diretamente associada à possibilidade de se manter a produção ao longo do tempo, conservando ou melhorando a base dos recursos produtivos, porém agricultura sustentável é entendida de diferentes maneiras. Sobre este tema Hespanhol (2007, p.191), afirma que “as empresas vinculadas ao pacote tecnológico da Revolução Verde adotam uma perspectiva, e as organizações não-governamentais (ONGs) ligadas aos movimentos sociais e ambientalistas adotam outra”. Conforme o autor, as duas concepções estão expressas na realidade brasileira por meio do agronegócio e da agricultura familiar, respectivamente.

Conforme destaca Almeida (1997), as organizações não governamentais, consideram a agricultura sustentável como um modelo cuja distribuição e uso dos recursos naturais se dá de forma mais equitativa, indo no sentido da justiça social. Assim, o autor afirma que a agricultura é sustentável quando é ecológica, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada. Para as empresas vinculadas ao pacote tecnológico da Revolução Verde, Hespanhol (1998, p. 47/48) destaca que “a noção de agricultura sustentável é compatível com o padrão convencional de modernização, porém praticada com maior eficiência e racionalidade”.

A redução do uso de insumos industriais, a aplicação mais eficiente, ou mesmo a substituição dos agroquímicos por insumos biológicos ou biotecnológicos seriam suficientes para a consolidação do novo paradigma. Neste sentido, a agricultura sustentável apresenta princípios e definições nos quais se incorporam os seguintes itens : manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; retorno

adequado aos produtores; otimização das produções das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. (EHLERS, 1999, p.103).

Neste contexto de discussão e aprofundamento teórico e tecnológico, a FAO depois de reunir um grupo de especialistas, publica a Declaração de Den Bossh, a qual definiu a agricultura e o desenvolvimento rural sustentável (ADRS) como:

O manejo e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e industrial, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação continua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais), além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável. (COMERFORD e GRZYBOWSKI apud EHLERS, 1999, p. 106).

Segundo Altieri (1989, p.60), “a sustentabilidade refere-se a habilidade de um agrossistema em manter a produção através do tempo, face aos distúrbios ecológicos e pressões sócio econômicas de longo prazo”. O mesmo autor ainda afirma que a agroecologia pode servir como um paradigma científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, pois o mesmo se detém nos sistemas agrícolas por uma perspectiva ecológica e

socioeconômica. Ehlers (1999, p.107) complementa a idéia de Altieri (1989) quando afirma que “a agricultura sustentável é a manutenção da atividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômicos adequados para diminuir a pobreza e atender as necessidades sociais de toda a população”.

A base da agricultura sustentável está na agricultura familiar, a medida que utiliza em seus sistemas produtivos,

tecnologias alternativas e viabiliza a inserção de seus produtos no mercado, além de ocupar a mão de obra da unidade de exploração, beneficiando a qualidade de vida pela baixa exposição aos agroquímicos e aumento da renda, provocado pelo baixo custo de produção. Destaca-se também que atualmente a agricultura sustentável vem propor superar as deficiências impostas pela agricultura moderna, incorporando além das questões tecnológicas e estratégicas de desenvolvimento social, as ecológicas, culturais e econômicas. Neste contexto, e de acordo com Ferreira (2002) o mundo rural passa a ser (re)valorizado como ponto de articulação entre sociedade e natureza, e como espaço privilegiado para ações em torno do desenvolvimento sustentável. Esta qualificação põe em relevo os aspectos ambientais e socioculturais do desenvolvimento, acionando a agricultura familiar como o ator principal da construção de uma nova ruralidade, que não se limita aos aspectos produtivos e econômicos, reconstrói os significados do rural e da própria agricultura.

É mesmo imprescindível que a humanidade busque novas formas de produção para poder suprir as suas necessidades, sem que as desigualdades sociais e os desequilíbrios ambientais avancem, e ainda é preciso superar as deficiências do atual sistema de produção. E, como salienta Gliessman (2000, p.565), “a sustentabilidade é, em última instância um teste de tempo: um agrossistema que continua produtivo por um longo período de tempo sem degradar sua base de recursos”. De acordo com a concepção de Salamoni (2000, p.186) “os debates recentes em torno das estratégias para um desenvolvimento sustentável na agricultura têm apontado, de forma clara, a necessidade de se considerar, além da produtividade – enfatizada no passado –, outros indicadores como a estabilidade e a sustentabilidade da produção, associados à equidade social”. Deste modo a equidade torna-se um indicador importante para avaliar os resultados do desenvolvimento agrícola e refere-se à forma com que os benefícios da produção agrícola são divididos na sociedade, podendo ser aferida pelo grau de desigualdade dessa distribuição. Por fim, e de acordo Wizniewsky e Guasp

(2004, p. 171) “se pode associar a idéia de sustentável a algo duradouro”. A sustentabilidade ecológica é a capacidade de um sistema manter-se no tempo e, aparece assim, como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica,

como uma condição para sobrevivência humana e como um suporte para um desenvolvimento durável, problematizando as mesmas bases de produção.

3. Definições acerca da agricultura familiar

Uma das discussões mais acirradas no âmbito da Geografia Agrária, e também das ciências agrárias, é a questão da conceituação dos termos, que destaca Amador (2009): pequena produção, pequeno produtor rural, agricultura familiar, agricultor familiar, agricultura camponesa, agricultor camponês, entre outros. Neste texto elege-se o termo agricultura familiar para uma discussão a respeito da sua conceituação e das suas diversas implicações.

Antes disso, acredita-se ser necessário colocar brevemente o que se entende por agricultura. Deste modo pode-se inferir que o primeiro objetivo do homem, ao relacionar-

se com a natureza, é extrair, através do seu trabalho, os elementos necessários à sua sobrevivência. Mas com o passar do tempo, sob a concepção de Salamoni (2000), o espaço natural vai sendo produzido e organizado, apresentando características peculiares dadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade. Assim, Sandroni (2006, p.27) destaca que “a agricultura caracteriza-se pela produção de bens alimentícios e matérias-primas decorrentes do cultivo de plantas e animais”. A agricultura é então entendida como sendo o resultado das atividades desenvolvidas por indivíduos sobre uma determinada área.

A preocupação com a agricultura familiar vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Primeiramente devido a sua importância, indispensável para a produção de alimentos básicos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que 70% dos estabelecimentos agrícolas em nosso país, são do tipo familiar e respondem a 75% da produção de alimentos. Soma-se a estas características o fato de empregar mais de 80% da força de trabalho ocupada no meio rural, sendo assim, este segmento indispensável para a fixação da população rural. O termo agricultura familiar, está sendo atualmente muito recorrente para se referir a empreendimentos de pequeno e médio porte que de alguma forma se vinculam com as proposições de política de governo em apoiar atividades rurais desvinculadas e/ou em transformação do modo produtivo convencional para um que valorize a ecologia.

A recente valorização da produção familiar se deve, de um lado, ao reconhecimento oficial desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no país e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos “artesaniais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia. Nesse sentido, Picolotto (2007) destaca que no caso da agricultura familiar, as preocupações em torno da produção de alimentos a serem consumidos internamente conforme a disponibilidade e padrões da produção e da abertura de mercados para produtos diferenciados têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, buscavam alternativas à produção de *commodities*. Ainda sob a concepção de Picolotto (2007) é possível destacar que

O modelo de agricultura proposto pelo sindicalismo da agricultura familiar fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de alimentos para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, enquanto o setor do agronegócio (patronal) dedica-se à produção de *commodities* para exportação, a agricultura familiar se responsabiliza pela produção de alimentos para o povo brasileiro. (PICOLOTTO, 2007, p. 66)

A expressão agricultura familiar é usada por alguns autores para explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre dentro das unidades familiares de produção. De acordo com Schneider (2006) a agricultura familiar é responsável principalmente pela produção de alimentos. Além disso, observa-se a agricultura familiar como geradora de empregos favorecendo o processo de acumulação do capital, e se apresentando hoje como um setor multifuncional, porém a mesma não deve ser analisada somente pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental e a dinamização do espaço rural.

Para Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e para o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) são três as características que definem a agricultura familiar no Brasil, que são: 1ª) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm laços de parentesco ou matrimônio; 2ª) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionando pelos membros da família; 3ª) as propriedades dos meios de produção pertencem a família.

Sendo assim a agricultura familiar é gerenciada pelos membros da família, que por sua vez traça os objetivos e as ações em busca de sua reprodução social e econômica no meio rural. Segundo Spanevello (2008, p.35) “a tentativa de ampliar o debate e mesmo a construção de um conceito referente à agricultura familiar torna-se uma tarefa complexa dada a diversidade social e econômica vividas pelos agricultores nas diversas regiões brasileiras” (decorrentes das distintas etnias, das formas de trabalho agrícolas e não agrícolas, das relações sociais entre os membros e com os demais agricultores das comunidades rurais, das condições econômicas e produtivas). Neste sentido, a produção familiar é um mundo diferente, formado por elementos com características próprias e capaz de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade. A produção familiar é auto-suficiente em sua organização interna e se define em função do consumo, da produção e também do grau de sociabilidade e ajuda econômica mútua dos membros da família.

A gestão, o trabalho e a família também aparecem como fundamentais na concepção elaborada por Lamarche (1993, p.15), o qual afirma: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado a família”. A lógica da agricultura familiar é diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista. Caporal e Costabeber (2003) destacam que a agricultura familiar é ao mesmo tempo unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada com valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Ainda sob a visão destes autores ressalta-se que a agricultura familiar tem amplas capacidades de contribuir para o alcance de uma soberania alimentar, uma vez que parte importante dessa segurança se obtém com a produção e com o consumo de alimentos nas e para as próprias comunidades rurais, caracterizando assim a produção de subsistência ou de auto-consumo como uma importante estratégia para reduzir os problemas relacionados à fome no mundo.

É imprescindível que se reconheça e se compreenda as particularidades da atividade administrativa na unidade de produção familiar, pois a partir disto é que se justificam e fundamentam-se as ações específicas das unidades familiares. Deste modo, verifica-se que as desigualdades econômicas e sociais que se dão a cada tempo e lugar geram organizações de produção diferenciadas. Também se torna necessário salientar que existem diversas formas de unidades de produção, bem como existem diferentes tipos de produtores familiares.

No entanto, apesar dessas dificuldades, Tedesco (1999, p. 33) afirma que boa parte da literatura sobre agricultura familiar apresenta pressupostos comuns para caracterizá-la, tais como: “a diversidade de manifestações de particularidades, a ótica da continuidade-redefinição das formas, valores e tradição, a família como proprietária, trabalhadora e produtora”. Ainda, para Tedesco (1999), apesar de todos os elementos citados acima atuarem conjuntamente na definição da noção de agricultura familiar, é preciso considerar a ausência de homogeneidade e

linearidade entre os agricultores. Na análise de Abramovay (1998), se considera que para dar conta das demandas da agricultura familiar em termos de políticas públicas, financiamentos, investimentos, ações de extensão rural, é necessário considerar e reconhecer suas diferenciações internas e não tomar a agricultura familiar como um bloco compacto e homogêneo.

Lamarche é um dos estudiosos que chama a atenção para a diversidade existente entre os agricultores familiares, apontando-a como um elemento ou característica central dos estabelecimentos familiares. De acordo com o autor (1993, p.18), “a exploração familiar não é um elemento de diversidade, mas contém nela toda a diversidade”. Na caracterização e conceituação do termo agricultura familiar, Abramovay (1998), considera três atributos importantes: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na conceituação de Abramovay (1998, p.146), “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

Na concepção de Wanderley (2001), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. De acordo com a autora o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. Uma das consequências dessa forma de agir, conforme Spanevello (2008) é atender às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações subseqüentes. Ainda, Wanderley (2001, p.24), destaca que através da conjugação desses dois objetivos, resultam as características fundamentais da agricultura familiar, “a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”. Para enfrentar o presente e preparar o futuro, “o agricultor familiar muitas vezes recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a

maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família”. (WANDERLEY, 1996, p.3).

De forma semelhante, Tedesco (2001) também pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão de obra familiar organizada em torno da e para a família pra definir conceitualmente a agricultura familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada numa lógica tanto na produção (agrícola) como nos valores e tradição (patrimônio sociocultural). Nesse sentido, de acordo com Spanevello (2008) os membros da família operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos estabelecimentos. Spanevello (2008) considera ainda que dadas às especificidades internas aos estabelecimentos familiares citadas acima, como trabalho, família e gestão, os agricultores ainda podem ser definidos por oposição a outras categorias sociais ou a outros agricultores que funcionam sob outra ótica ou forma de organização, como é o caso dos agricultores empresariais. Frente a esta comparação, considera-se que a agricultura familiar apresenta uma

vinculação entre a gestão e a realização do trabalho pelos membros da família, enquanto na agricultura empresarial ocorre a dissociação entre estas tarefas.

No relatório realizado pela FAO e pelo INCRA (1994), citado por Spanevello (2008) é possível observar que os agricultores familiares realizam o processo produtivo com maior ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos naturais e com decisões imediatas e adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. De maneira inversa, os patronais enfatizam a especialização, as práticas agrícolas padronizáveis e as tecnologias dirigidas. Pode-se observar estas distintas características dos agricultores familiares e patronais no quadro a seguir.

Ao se observar o quadro abaixo, destaca-se, de acordo com Graziano da Silva (1999) que a tecnologia é um dos elementos que afetam o funcionamento das economias familiares, sendo muitas vezes responsável por transformações tanto em nível interno da unidade produtiva como em nível de suas relações com a sociedade capitalista. Ainda, na concepção de Graziano da Silva (1999, p.137), “a

política tecnológica para o setor de produtores familiares surge com um elemento-chave no contexto da transformação dinâmica desse setor, no sentido de destruir e elevar a economia familiar a um patamar mais alto de integração com

a economia global”. E, desta forma direcionando a produção familiar a um processo de capitalização, onde, de acordo com o autor, a pequena produção se subordina ao capital através da venda direta de sua força de trabalho.

QUADRO 1: Comparação entre agricultura patronal e a agricultura familiar

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Completa separação entre separação e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo realizado pelos agricultores e suas famílias.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas, eliminação de decisão de “terreno e de momento”.	Decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

Adaptado de Spanevello, R.M, 2008.

Deste modo, é importante perceber que a agricultura familiar não é independente e nem está desconectada do circuito global do capital. Ainda segundo o autor a agricultura familiar encontra-se de diversas formas subordinada a esse circuito. Assim, pode-se inferir que as transformações

:

Essa atitude de tratar igualmente produtores que são fundamentalmente desiguais, além de socialmente injusta, tem levado a que os resultados da modernização da agricultura brasileira beneficiem efetivamente a minoria dos grandes produtores rurais, os setores oligopolistas da indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, as agroindústrias processadoras de matérias primas, e os bancos repassadores de recursos do crédito rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, P.143)

Mesmo com diversas implicações em sua definição pode-se considerar a agricultura familiar como um ator privilegiado no que diz respeito as iniciativas de revalorização dos territórios rurais. Na concepção de Gavioli (2011, p.223) “nas unidades familiares de produção, diversificadas e polivalentes, trabalho agrícola e a gestão da propriedade não

impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira operam no sentido de tornar as unidades familiares cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado. Graziano da Silva (1999) destaca ainda

são atividades separadas, e os agricultores possuem um maior conhecimento dos ecossistemas em que estão inseridos”. Assim, para estas famílias, a agricultura é mais do que uma atividade econômica, constituindo-se também num modo de vida, com diversas representações simbólicas e sociais. Gavioli (2011) ainda destaca que:

Muitas vezes, a agricultura familiar pode exercer papéis não essencialmente produtivos, como a preservação do patrimônio ambiental e da paisagem, a construção-manutenção do tecido sociocultural no território, entre outros que podem ser valorizados como bens imateriais e serviços únicos, engendrados pela combinação dos modos de vida, das identidades e das características geográficas e ecológicas existentes em um determinado espaço físico. (GAVIOLI, 2011, p.223)

Esta perspectiva reforça segundo a concepção de Moruzzi Marques (2003) os aspectos qualitativos do desenvolvimento, aproximando-se da noção de multifuncionalidade da agricultura, na qual a idéia de eficácia econômica incorpora temas associados à conservação da biodiversidade, à qualidade ambiental, ao equilíbrio territorial e à coesão social.

Por fim, e de acordo com Toscano (2003) o bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs entre outros.

4. Considerações finais

A modernização da agricultura foi um processo de ruptura cultural, social e ecológica. Em nome do progresso os agroecossistemas foram transformados e as estruturas

sociais tiveram suas bases modificadas. A modernização trouxe um enorme dano ambiental devido a exploração inadequada dos recursos naturais, além de aumentar a

desigualdade no meio rural. Assim, pode-se dizer que desenvolvimento e agricultura sustentável são incompatíveis com o caráter imediatista do modo capitalista de produção.

Na tentativa de superar os problemas deixados pela modernização da agricultura e garantir a produção de alimentos de maneira sustentável, surge a agricultura sustentável que se refere a busca de rendimentos duráveis em longo prazo, por meio do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas, e onde se trabalha a diminuição da dependência dos agricultores por insumos industriais, o que, por sua vez, afeta os interesses do capital. Neste processo, a terra é tida como principal meio de produção e é também o que assegura a reprodução social da família de agricultores, garantindo seu sustento e sua permanência no contexto produtivo.

Outra tentativa de superação dos entraves deixados pela modernização são as práticas agroecológicas que situam-se como novos segmentos produtivos e colocam lado a lado produtores rurais, pesquisadores e extensionistas e, sobretudo, consumidores, todos com o firme propósito de

construir uma agricultura mais justa, ecologicamente correta, sustentável, que respeite o meio ambiente, que respeite e valorize o trabalho humano, que seja saudável e que valorize o conhecimento local, o comércio como relação humana, preservando a vida e a interação social. Neste sentido, a agroecologia é entendida como a valorização da produção sustentável, uma aposta em defesa da vida e da promoção de um novo padrão de desenvolvimento agrário.

Por fim, pode - se inferir, que frente a todas essas implicações deixadas pela modernização da agricultura uma das propostas mais avançadas para superar os diversos entraves deixados pela modernização é a valorização da agricultura familiar e de seu potencial. Outra proposta é a valorização da agroecologia, como forma de produção agrícola voltada para a produção sustentável, onde se incorporam os conhecimentos tradicionais e técnicos dos agricultores, valorizando o meio ambiente e uma comercialização solidária reforçando assim as relações tanto dos agricultores entre si e destes para os consumidores, caracterizando assim novas relações de mercado. Outra

alternativa ainda é pressionar as autoridades para que o estado regulamente o mercado, estabeleça políticas que

valorizem as explorações menos agressivas ao meio ambiente e faça cumprir a legislação ambiental.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e Agricultura Familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. E NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a Agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Ed da UFRGS, Porto Alegre, 1997.

ALTIERI, M. **Agroecologia, as Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M. Entrevista. In: **Agricultura Sustentável**, Jaguariuna: EMBRAPA, v.2, nº.2, jul/dez. 1995, p.5-11.

AMADOR, M.B.M. **Pequena Produção/Pequena Pecuária**: uma abordagem sistêmica. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 167-184, fev. 2009. Disponível em < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

BALSAN, R. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**, Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPORAL, F.R. & COSTABEBER, J.A. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/PossibilidadesalternativasdoDRS.pdf>>. Acesso em 03/06/2011.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad economica campezina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999.

FERREIRA, A.D.D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n.18. 2002, p.28-46.

GAVIOLI, F.R. **Multifuncionalidade da Agricultura e Território**: notas a partir de um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 218-248, fev., 2011. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura familiar. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2000.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A M. **Heterogeneidade e competitividade: o significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidades da agricultura brasileira**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 30, n. 11, p.34-48, nov. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

HESPANHOL, A.N. **Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade**. In: MARAFON, G.J; RUA, J; RIBEIRO, M.A. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. EdERJ, Rio de Janeiro, 2007, p.179-198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, nº22, 2007.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p.56 -71.

KITAMURA, Paulo C. **Agricultura e desenvolvimento sustentável**: uma agenda para discussão. In: Ciência e Ambiente, IV,n. 6, jan/jun, 1993. p.37-49.

LAMARCHE, H. Introdução Geral. In: LAMARCHE,H. **A Agricultura Familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. V1, p.13-33.

MENEZES, S. de S. M; ALMEIDA, M. G. de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Revista NERA; Presidente Prudente, ano 9, n. 8. pp.133-150, jan/jun. 2006.

MORUZZI MARQUES, P.E. **Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar**: uma releitura sobre a criação do PRONAF. Revista Raízes, vol.22, nº02. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2003. p.168-180.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA (FAO) E ALIMENTAÇÃO E INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília 1995.

PICOLOTTO, E.L. **Movimentos sociais rurais no sul do Brasil**: novas identidades e novas dinâmicas. Revista IDeAS, v. 1, n. 1, p. 60-77, jul.-dez. 2007. Disponível em: < <http://www.ufrj.br/cpda/ideas/edicoes.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 157-188.

SALAMONI, G. **Produção Familiar**: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável – o exemplo de Santa Silvana-Pelotas – RS. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro, São Paulo, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHNEIDER, S. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Rio Grande: UFRGS, 2006.

SPANEVERELLO, R.M. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TEDESCO, J.C. Apresentação. In:TEDESCO, J.C (Org.) **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001, p.11-17.

TEDESCO, J.C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TOSCANO, L.F. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Disponível em <<http://www.agr.feis.unesp.br>> consulta em 05/06/2011.

TEIXEIRA, J.C. **Modernização da Agricultura no Brasil**: impactos econômicos, sociais e ambientais. Disponível em < http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista_ano2_numero2/jodenir.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2011.

VEIGA, J.E. da. **A Transição para a Agricultura Sustentável no Brasil**. Anais da IX Conferência da IFOAM. São Paulo, 1992.

VEIGA, J.E. da. **Cidade Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: autores associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17- Processos Sociais Agrários, XX., 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu:ANPOCS, out.1996. p. 1-17.

WANDERLEY, M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n.15. 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, M.N. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura Familiar**: realidade e perspectivas. 3ª Ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001, p.21-55.

WIZNIEWSKY, J.G. & GUASP, J.T. **Contexto científico de la agricultura sostenible**. In:PORTO, V.H.da F. WIZNIEWSKY, C.R.F. SIMCH, T. de L. **Agricultor Familiar**: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo. EMBRAPA, Pelotas, 2004.

Referências Complementares

ALVES, L.A. A Agricultura Familiar: reflexões a partir do município de São Gotardo (MG). Caminhos de Geografia- revista on-line. Uberlândia v. 11, n. 36 dez/2010 p. 348 – 365. Disponível em < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 10 de junho de 2011.

ASSUNÇÃO, H.F. da. et al. **Transição Agroecológica na Agricultura Familiar: relato de experiência em Góias e Distrito Federal.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 363-375, fev., 2011. Disponível em < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

FAJARDO, S. **O ESPAÇO RURAL E OS REFLEXOS DA ECONOMIA GLOBAL.** Caminhos de Geografia- revista on-line. Uberlândia v. 12, n. 37 mar/2011 p. 96 – 106. . Disponível em < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 10 de junho de 2011.

FINATTO, R.A. & CORRÊA, W. **A Organização da Agricultura Familiar de Base Agroecológica em Pelotas/RS.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 280-311, fev., 2011. Disponível em < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

GONÇALVES, S. ENGELMANN, S.A. **A Agroecologia e a Reestruturação do Desenvolvimento Rural.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.4, n. 8, p. 29-51, ago. 2009. Disponível em < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

RADOMSKY, G.F.W. **Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação.** Revista IDeAS, v. 3, n. 1, p. 133-164, jan./jun. 2009. Disponível em: < <http://www.ufrj.br/cpda/ideas/edicoes.php>>. Acesso em 04 de junho de 2011.

ⁱ Licenciada em Geografia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria. perlinkelly@gmail.com

ⁱⁱ Orientadora Professora Doutora do Departamento de Geociências na Universidade Federal de Santa Maria carmenrnfw@terra.com.br

AS CONTRADIÇÕES DA CULTURA DA SOJA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz^j

Carmen Rejane Flores Wizniewsky^{ji}

1 - Introdução

A soja é hoje um importante símbolo do agronegócio brasileiro e tem firmado seu território ao desterritorializar parte significativa da produção familiar em diferentes escalas. Embora acreditemos que não tenha sido esta a intenção original dos introdutores desta cultura no Brasil, passaremos a abordar alguns aspectos que tratam de sua intervenção no território, trazendo um breve histórico desta monocultura no

estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, buscaremos estabelecer suas relações com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, já que estes são conceitos cada vez mais presentes no estudo da ruralidade e tem vínculo direto com as transformações que a modernização agrícola tem ocasionado.

Estima-se que no Rio Grande do Sul a territorialização da soja tenha sido iniciada no ano de 1900 nos municípios de Pinheiro Machado e Dom Pedrito. De acordo com Bonetti (1987), no ano de 1901, a publicação de um trabalho técnico sobre a soja no Estado, trouxe evidências de que esta oleaginosa já estivesse sendo cultivada em território gaúcho. Conceição (1984) demonstra que no ano de 1950 o cultivo da soja estava concentrado em três microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, quais sejam: Colonial de Santa Rosa, Colonial das Missões e Colonial de Ijuí, as quais conjuntamente somavam 93,6% da lavoura gaúcha de soja e constituíam a denominada “frente de expansão” da soja no Rio Grande do Sul. Esse mesmo autor destaca que o primeiro indício de comercialização no Estado ocorreu em 1936, mas sua importância econômica só começou a manifestar-se a partir de 1947 quando começaram os embarques do produto para a Europa, fato que a caracteriza como uma cultura de exportação.

Informações relativas ao ano de 1950 mostram que a lavoura de soja estava localizada e sendo cultivada em

pequenas e médias propriedades, oferecendo suporte especialmente à atividade suinocultora. Conceição (1984) afirma que a soja foi ao mesmo tempo, causa e efeito de uma maior utilização de máquinas e equipamentos agrícolas dentro do processo produtivo das pequenas e médias propriedades, o que resultou na reorientação da atividade produtiva dentro do espaço físico, no sentido de uma maior substituição de culturas não-mecanizadas por culturas mecanizadas. O que ocorre a partir daí é a busca pela maximização da área cultivada com a cultura mecanizada em detrimento das demais atividades produtivas, que foram minimizadas até o limite necessário ao seu abastecimento dentro da propriedade.

A partir dos anos de 1960 constata-se a expansão mais intensiva da cultura da soja na microrregião Colonial das Missões que tinha suas estruturas de produção concentradas nessa cultura. No que se refere à fixação da lavoura da soja na Região das Missões, Conceição (1984) destaca que foi possibilitada pelas estações experimentais na seleção e adaptação de variedades às condições de clima e solo, pela

existência de fatores ecológicos propícios à soja e pelas grandes correntes de imigrantes que, na busca de novas terras para suas definitivas permanências, transmitiam novas e evoluídas técnicas, até então desconhecidas pelos colonos brasileiros. É importante ressaltar que o domínio da soja na

atividade de produção primária passou a influenciar não somente a economia do estado do Rio Grande do Sul, mas também o comportamento sociocultural das comunidades rurais, das lideranças e dos demais setores agrícolas.

2 - A agricultura familiar no contexto do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro

Algumas das consequências decorrentes da imposição do modelo agrícola de forma geral, e especificamente da soja, são, segundo Bonetti (1987) o esvaziamento dos campos, a mudança da estrutura fundiária com tendência à extinção da pequena propriedade, o desaparecimento das lavouras de subsistência e a degradação dos recursos naturais. Esse autor enfatiza que qualquer monocultura é uma condição negativa e prejudicial a um sistema de exploração agrícola, mas que isso só ocorre quando a política agrícola vigente não

contempla o incentivo necessário à implementação de um sistema diversificado de exploração da terra.

Da mesma forma, o uso intensivo de agrotóxicos e a grande escala de produção dessa monocultura, são apontados por Fernandes (2005) como impactos socioterritoriais extremamente agressivos. O autor faz ainda um contraponto ao afirmar que a agricultura camponesa, atualmente responsável por aproximadamente 30% da produção de soja, esteja causando diferentes impactos no território. Sempre de forma subalterna, a agricultura familiar por seus limites na organização do trabalho familiar, se

apresenta menos agressiva, no que se refere à produção focada no mercado, além de não concentrar a riqueza, financiamentos e investimentos, como faz de forma

Figura 1- Propriedade camponesa - Produção de Soja – SC

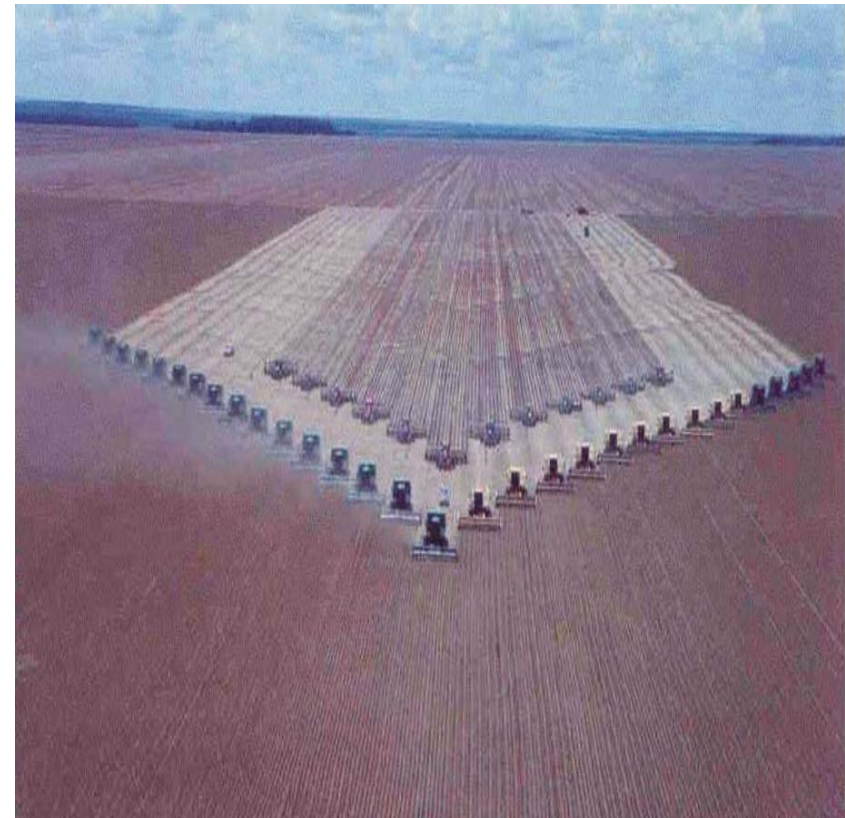


MARMILICZ, S. T. I. - WIZNIEWSKY, C. R. F. As contradições da cultura da soja

Fonte: Fernandes (2005)

extraordinária o agronegócio. Esse é um comparativo que se pode fazer inclusive, ao observar as figuras a seguir:

Figura 2- Colheita de soja e plantio direto de milho no MT



A análise de Martine (1991) sobre a experiência da soja chama a atenção para o fato de que foi ela a “responsável” pela adoção e aplicação do pacote tecnológico da revolução verdeⁱⁱⁱ, trazendo como uma de suas consequências a lógica da vantagem de escala na agricultura brasileira. O autor questiona essa avaliação das vantagens de escala para o conjunto da agricultura por considerar a existência de distorções resultantes da expansão mecanizada da soja sobre algumas das

melhores terras planas, numa conjuntura interna e externa muito favorável, particularmente entre 1970 e 1975, além de outras concessões a monoculturas que não a soja. Mesmo admitindo que uma maior escala de produção é essencial à prática do capitalismo moderno, Martine (1991) contesta a ênfase colocada por alguns autores sobre a associação entre escala, modernidade e eficácia, porque favorece a inferência, pelos setores mais conservadores, de que:

- i) maior é melhor, ad infinitum, em todos os setores e ocasiões;
- ii) a grande propriedade rural brasileira insere-se, necessariamente, dentro da lógica de produção capitalista;
- iii) o pequeno, o não-integrado e o informal devem necessariamente desaparecer a curto ou médio prazo (MARTINE, 1991, p.20).

Sobre estes três aspectos, Martine (1991), é contundente ao afirmar que “quando se considera que grande parte das maiores propriedades não é objeto de atividade produtiva alguma, não há como sustentar que elas representam o que há de melhor no capitalismo moderno”. Destaca ainda que a propriedade especulativa e

ociosa pode fazer parte de uma estratégia de “territorialização de capital” (particularmente quando o próprio Estado favorece esse tipo de empreendimento especulativo) o que não é justificável do ponto de vista da sociedade e que, portanto, não nos permite falar em eficácia, escala e produtividade, mas de uma estratégia do

capital beneficiado por um Estado complacente ou conivente. Quanto ao pressuposto de que existe uma tendência inexorável no sentido do desaparecimento da pequena produção, como corolário do avanço do capitalismo integrado e das grandes escalas de produção, esse mesmo autor define a respectiva afirmação como uma falácia, seja no que diz respeito à economia em geral, ou no que se refere à agricultura em particular, por existirem evidências empíricas que documentam a persistência, e até o crescimento, do setor informal e da pequena produção familiar, seja ela urbana ou rural, até em países de capitalismo avançado.

O fato de a agricultura familiar se manter em plano secundário é explicado por uma questão histórica, já que no Brasil a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Para Wanderley (1996) foi a grande propriedade que recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução, fazendo com que a agricultura familiar fosse historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades

enquanto forma social específica de produção. Buainain et al (2003) comungam desta mesma ideia ao afirmar que historicamente a agricultura familiar enfrentou um quadro macroeconômico adverso, caracterizado pela instabilidade monetária e inflação elevada, discriminação negativa da política agrícola que favorecia os produtores patronais, política comercial e cambial desfavorável e deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural.

Alicerçada no que foi genericamente intitulado de "revolução verde", Navarro (2001) manifesta que a disseminação do padrão "moderno" da agricultura passou a se subordinar, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou. De acordo com o autor, esse novo padrão materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial

que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Esse período, que coincide com a impressionante expansão capitalista dos "anos dourados" (1950-1975), é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, do qual o mundo rural renasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações se tornassem completos.

A aludida secundarização da agricultura familiar brasileira foi favorecida, segundo Muller (1984) pela industrialização do campo, especialmente a que ocorreu entre os anos de 1967 a 1980, a qual corresponde à fase que mais enfatizou a mecanização pesada através da introdução de tratores e implementos agrícolas e a quimização, que se traduziu no uso de fertilizantes de origem mineral e produtos fitossanitários. Segundo esse autor, foi nesse período também que as políticas do Estado operaram como instrumentos privilegiados na regulação da concorrência, notadamente no financiamento do processo. Uma das alternativas oferecidas pelo Estado para financiar

os custos relativos à implantação dessa nova forma de produzir foram as concessões de créditos, incentivos e subvenções sem controle algum. A escolha por esse modelo de produção "moderno e industrial" deixou o caminho livre para o aumento da pilhagem do meio ambiente, pois a partir de então se acentuaram as dificuldades de ordem ambiental decorrentes do desmatamento, da erosão, da compactação dos solos, do aumento do número de pragas, dentre outros.

A indústria também é assinalada por Almeida (1997) como um dos fatores que ao longo do tempo a considerou sinônimo de progresso e modernidade, à medida que era difundida a ideia de que a agricultura tinha um papel funcional e secundário ao "setor" industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais. O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos ou noções:

(a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. A integração da agricultura à indústria não significa, como já se viu, simplesmente uma mudança de ordem quantitativa (comprar, produzir e vender mais), mas também uma transformação radical de suas estruturas (de produção e de comercialização, bem como sociais). Nestas condições, o termo crescimento é insuficiente para qualificar a mutação do mundo agrícola e rural, o mesmo ficando reservado ao mundo industrial, mais preocupado com o lucro. Daí a utilização de um termo mais polivalente do ponto de vista semântico (aquele de desenvolvimento), que permite integrar a noção de “promoção” individual e coletiva dos agricultores (ALMEIDA, 1997, p.39-40).

Fernandes (2005) aponta a “fundação” do agronegócio como um dos fatores de eliminação de diferenças entre a agricultura moderna e a agricultura camponesa, ou seja, com o reforço da mídia e de alguns estudiosos há uma busca de homogeneização das relações sociais, das formas de organização do trabalho e

do território como se ambas fossem da mesma natureza e como se pudessem ser comparadas as produtividades da agricultura patronal e da agricultura familiar. Na verdade, o autor faz duras críticas à utilização do termo agronegócio por defender que esta nova terminologia surge para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista.

O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do terratenientes, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do “país”. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos

de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (FERNANDES, 2005, p. 4863).

Para Fernandes (2005) a imagem do agronegócio foi construída para renovar ou modernizar a imagem da agricultura capitalista, isto é, constituiu-se numa tentativa de por um lado, ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente e de outro, dar destaque ao caráter produtivista, ou seja, do aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. O autor reitera ainda, que da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, favorecendo a intensificação da concentração da propriedade da terra e o aumento da destruição do campesinato. Para ele “a agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração”.

Além destas questões históricas, uma das questões que se impõe à agricultura familiar na atualidade é, de acordo com Gehlen (2004), a ideia de que para ser eficiente na agricultura moderna, é preciso renunciar a saberes tradicionais e apropriar-se de outros, levando à perda do controle do processo em sua totalidade e criando a dependência do(s) técnico(s). Ressalta o autor que é através da relação mediada pelos técnicos que se produzem a dominação e a expropriação, já que no contexto agroindustrial, a conflitualidade pelo saber é importante porque mexe com a identidade dos agricultores e transfere para a relação agricultor/técnico o conflito agricultor/agroindústria. É possível estabelecer vínculos entre o pensamento de Gehlen (2004) e o de Wanderley (2003) quando esta afirma que o saber tradicional dos então camponeses, que era passado de geração em geração, não tem sido mais suficiente para orientar o comportamento econômico. A autora afirma que o

exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas além do controle de sua gestão. Ressalta-se que tais características são próprias da modernização e esta, tem transformado o camponês tradicional num agricultor, contrapondo a noção dos primeiros enquanto detentores de um modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades à dos segundos que tem caráter de profissão, que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica.

Fernandes (2008) adentra nesta discussão ao refletir sobre o conceito de território e ao estabelecer diferenças entre os territórios do agronegócio e do campesinato. Para o autor, o agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias enquanto o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência. As diferenças entre ambos se expressam na paisagem e podem ser observadas nas distintas formas de organização dos dois territórios.

A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 284).

As mudanças e os conflitos resultantes da introdução das monoculturas, da cana-de-açúcar, no

período colonial, e da soja, no período “moderno”, somadas à industrialização da agricultura (tanto do ponto

de vista da mecanização e dos insumos quanto das agroindústrias do entorno) põem em risco as condições de reprodução social, econômica, política e cultural dos produtores familiares agropecuários. O reconhecimento de que, neste processo, ocorre a exclusão de parte dos produtores deve-se a fatores ligados à imposição de

condições tecnológicas e de valores, símbolos e hábitos racionais que alteram os tradicionais. Este processo, com dimensões objetivas e subjetivas, se opera, ao mesmo tempo, pela exaltação da competitividade do mercado e pela adoção de identidade profissional.

3 - A resistência da agricultura familiar e a busca pelo desenvolvimento rural sustentável

Um dos preconceitos que tem permeado as discussões em torno da agricultura familiar nos últimos anos é o que assimila, confunde, transforma em sinônimos “agricultura familiar” e expressões como “produção de baixa renda”, “pequena produção” ou até mesmo “agricultura de subsistência”. Para Abramovay (1997) este, ao lado de outros preconceitos que envolvem a agricultura familiar, responde pela visão tão frequente de que, apesar de sua importância social, não se pode considerá-la como relevante sob o ângulo econômico. Isto porque persiste na

sociedade brasileira a identificação automática entre agricultura familiar e pobreza e que nada que venha dali possa ser enquadrado como desenvolvimento.

Estudos realizados por Buainaim et al. (2003) indicam que em praticamente todos os sistemas e regiões brasileiras, os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos. Além disso, mostram que ao contrário do que é comumente divulgado, parte da agricultura familiar maneja sistemas produtivos modernos que utilizam

intensivamente os insumos adquiridos no mercado e carregam custos elevados de manutenção/depreciação de equipamentos/instalações. Estes mesmos estudos revelam que é equivocada a visão da produção familiar como autossuficiente e avessa ao risco envolvido nas operações financeiras e que na prática, a grande maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. Como não poderia deixar de ser, a ausência desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, a sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente.

É em função de problemas como esse que muitos produtores são levados a participar de um círculo vicioso, que conforme Buainaim et al. (2003) resulta quase sempre na reprodução do ciclo da pobreza: renda insuficiente dado o baixo nível de capitalização (baixo em relação ao patamar que permite competir e acumular e não

necessariamente em termos absolutos), incapacidade de acumulação, empobrecimento, entre outros. Os autores ressaltam que bastaria facilitar o acesso dos agricultores familiares ao recurso marginal escasso, para viabilizar a exploração sustentável de muitos sistemas de produção em todas as regiões do País e elevar o nível de renda de, pelo menos, uma parcela de famílias pobres que vivem no meio rural e tem na exploração da terra sua principal fonte de sobrevivência.

Cabe destacar, no entanto, que mesmo diante das adversidades postas à prova e dos novos contextos econômicos e sociais, os agricultores tem conseguido resistir e se adaptar a tais condições. Sob este aspecto, Wanderley (2003) argumenta que não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, pois esteve e está em curso um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. A autora afirma que a “modernização” dessa agricultura não tem

evidenciado a reprodução do modelo clássico da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Significa dizer que mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é insignificante e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida mas permanece inspirando e orientando as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido.

A partir de tais considerações os agricultores familiares podem ser considerados os protagonistas da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e de outros produtos agrícolas, eles também desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. Ao sustentar esta primeira ideia, Sachs (2001) também define a agricultura familiar como a melhor forma de ocupação do território, pois responde a critérios sociais (geração de auto emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Veiga

(1996) por sua vez, sustenta que sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório, o que se contrapõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal.

Gehlen (2004) destaca que a agricultura familiar passou a ser vista como um sistema de produção específico e particular, com grande capacidade de adaptação. Esse discurso, construído também pelo engajamento das universidades, generalizou-se através de pesquisadores, técnicos e lideranças apoiados pela mídia e instituições diversas, como as igrejas, por exemplo. O modelo familiar, bem estruturado, com políticas adequadas, é na concepção desse autor, econômica e socialmente eficiente, sensível às questões ambientais e, por isso, se afirma crescentemente como sustentável ou durável.

Embora setores da sociedade considerem a agricultura familiar como atrasada, Sachs (2001) vê a agricultura familiar como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tomando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcios de municípios. Este autor defende que os programas de desenvolvimento local integrado e sustentável deverão ser

discutidos e negociados entre todos os atores do processo de desenvolvimento, o que significa incluir a agricultura patronal ou o agronegócio nestas discussões. Aponta para tanto, a tendência de diversificação de empregos rurais, resultante da descentralização das indústrias e dos serviços especializados, estimulados pelos progressos recentes das tecnologias de informação, além do aproveitamento da biodiversidade brasileira:

A excepcional biodiversidade das 49 ecorregiões brasileiras – 56 mil espécies de plantas superiores já descritas, acima de 3 mil espécies de peixes de água doce, 517 espécies de anfíbios, 1677 espécies de aves, 518 espécies de mamíferos, até 10 milhões de insetos – cria condições para definir estratégias diversificadas e complementares de ecodesenvolvimento, baseadas no conceito da “revolução duplamente verde” (ever-greenrevolution, nos termos de Swaminathan), intensiva em conhecimentos e mão-de-obra, e poupadora de capital e de recursos naturais. Um relatório recente do PNUD apontou, com razão, o potencial de biotecnologias aplicadas à agricultura familiar, à condição de redirecionar as pesquisas para este objetivo (SACHS et al., 2001, p.79).

Outro “pré conceito” comum em nossa sociedade é o que associa desenvolvimento a crescimento econômico. Borba et al.(2004) tratam deste conceito, do ponto de vista endógeno, isto é, que pressupõe o diálogo constante entre elementos internos e externos. Baseados em Long e Van

der Ploeg (1994) destacam que o desenvolvimento endógeno é construído principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos ou potencialidades disponíveis no nível local e em integração às diferentes identidades culturais e aos processos globais. Baseados em Remmers (2000) destacam os atores locais como os

participantes que podem expressar e fazer valer a peculiar qualidade de seu lugar de vida.

Neste sentido, pensar o desenvolvimento rural do ponto de vista endógeno pressupõe num primeiro momento, em diferenciá-lo do desenvolvimento agrícola. De acordo com Sacco dos Anjos e Caldas (2008) para os interesses do grande capital, e do chamado agronegócio exportador, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural representam a mesma coisa. Quanto ao primeiro, a equação clássica constitui-se em aumentar a produtividade e a produção de cultivos e criações, resultando muitas vezes em prejuízos para as pessoas do campo, tais como desemprego, degradação dos recursos naturais, declínio dos preços e, conseqüentemente, queda das rendas em face do aumento na oferta de produtos agropecuários. Esses autores destacam que se pode fazer desenvolvimento agrícola com pouca gente, de preferência com o mínimo possível para que os lucros sejam os mais altos, seguindo a racionalidade capitalista, mas não se

pode fazer desenvolvimento rural sem as pessoas que nele habitam.

Feita a distinção entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural, evidencia-se a necessidade de pensarmos o desenvolvimento rural enquanto ampliação das condições de vida e trabalho e da preservação da cultura das pessoas que vivem em espaços de baixa densidade demográfica, sejam elas agricultores ou não. Isso implicaria conforme Sacco dos Anjos e Caldas (2008) em melhorar as condições de vida das pessoas que vivem no campo. Abramovay (2000) vai mais além, ao sugerir que o desenvolvimento rural deve incluir a maneira como a relação entre sociedade e natureza manifesta-se nas diferentes regiões agrícolas, ou seja, há que se pensar o desenvolvimento rural de tal modo que resulte em formas mais sustentáveis de geração de renda e que o meio ambiente seja considerado um trunfo para o desenvolvimento e não um limite a ser transposto para o sucesso de empreendimentos econômicos.

Essa busca pelo desenvolvimento sustentável é resultante da “crise” da agricultura. Segundo Lamarche (1993) apud Wanderley (2000) o sucesso da modernização agrícola gerou paralelamente suas próprias crises, tendo se manifestado em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. A dimensão econômica da crise surge quando ao buscar a autossuficiência, por meio da maior eficiência tecnológica e comercial, a agricultura moderna produziu, em muitos países, os efeitos da superprodução, com as consequências sabidas sobre o próprio dinamismo da atividade produtiva. Ao mesmo tempo, ela perdeu cada vez mais o seu peso relativo no conjunto das atividades produtivas, tendendo a concentrar-se nas áreas mais

favoráveis às trocas comerciais. A dimensão social dessa crise é explicada pelo “sucesso” do processo da modernização, que resultou em altos índices de produtividade e reduziu a necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas. Quanto à dimensão ambiental, ressalta-se que o uso, muitas vezes excessivo e indiscriminado dos insumos químicos de origem industrial, estimulado pela utilização dos modelos produtivistas, trouxe como consequência o risco de um sério desgaste de recursos naturais.

Wanderley (2001) é enfática em afirmar a necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural:

- a) que seja baseado em uma concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento;
- b) que se constitua como um movimento, capaz de envolver, sob todas as formas, os habitantes do meio rural em sua diversidade, bem como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores, no Governo, nas Universidades, nas ONG e nos movimentos sociais; elas são as que mais conhecem o meio rural em sua complexidade, as que demonstram maior sensibilidade para os problemas rurais, tendo

criado, de uma certa forma, uma “cultura rural” e integrado às forças sociais para o desenvolvimento;

c) que defina pressupostos e objetivos que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais:

- considerar o habitante do meio rural como um cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político;
- favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades, entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais;

d) que, reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegure que as políticas voltadas para a agricultura:

- recuperem produtivamente o potencial de terras e recursos naturais, hoje “desperdiçados”, de forma a revitalizar socialmente os espaços vazios ou esvaziados;
- valorizem o patrimônio natural e cultural do meio rural, inclusive seu “patrimônio” produtivo;
- favoreçam não o proprietário, mas o produtor;
- considerem a agricultura familiar como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna (Wanderley, 2001, p. 40-41).

Um aspecto importante a ser ressaltado é que não é possível pensar no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural como ilhas sociais em meio a um mar de grandes unidades monocultoras, geradoras de poucos postos de trabalho, concentradoras de renda e riqueza, sem falar nos aspectos culturais e ambientais que permeiam tais discussões. O desempenho da agricultura familiar de acordo com Buainim et al. (2003) reflete um conjunto amplo de condicionantes, desde a disponibilidade

de recursos, a inserção socioeconômica, a localização geográfica, as oportunidades e a conjuntura econômica, as instituições e valores culturais da família, do grupo social e até mesmo do país. Apesar da importância desses fatores, os autores consideram que os quatro principais condicionantes do desenvolvimento rural são os incentivos que os produtores têm para investir e produzir; a disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão-de-obra, capital e tecnologia, que determinam o

potencial de produção; o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços que influem de forma decisiva na capacidade efetiva de produção e, finalmente, as instituições, que influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidade e disposição para produzir.

Desta maneira, qualquer política de desenvolvimento e promoção da agricultura familiar deve necessariamente levar em conta a situação desses quatro fatores e sua influência sobre a dinâmica da produção familiar. Tais considerações têm o objetivo de mostrar que a promoção da agricultura familiar não pode ser concebida

4 - Considerações Finais

Se considerarmos o desenvolvimento do ponto de vista do crescimento econômico e da modernização, temos todos os argumentos para atribuir à produção da soja parte das conquistas do Brasil. Uma dessas conquistas diz respeito ao fato de nosso país integrar o ranking das

e enfrentada a partir de políticas e instrumentos isolados como vem ocorrendo no Brasil. É preciso, portanto, ter uma visão global do problema e reconhecer que, dada sua dimensão, não se trata apenas de integrar organicamente as políticas específicas de apoio à agricultura familiar à política macroeconômica e às políticas setoriais; ao contrário, trata-se de definir uma estratégia de desenvolvimento nacional, políticas macroeconômicas e setoriais compatíveis com a proposta de estimular um padrão de crescimento econômico com equidade social, fortalecer as iniciativas individuais da pequena e média empresa urbana, a agricultura familiar, gerar empregos urbanos e rurais, reduzir a pobreza, etc.

maiores economias mundiais, justamente pela participação desta *commodity* no conjunto das exportações brasileiras.

No entanto, a produção da soja adotou o modelo produtivista que realizou a modernização agrícola e afetou de forma perversa o conjunto da sociedade em diversos

aspectos de ordem econômica, social e ambiental. De acordo com Wanderley (2003), na maioria dos países de agricultura moderna, a crítica desse modelo vem sendo feita, em grande parte, por agricultores familiares que se definem como camponeses e que, dessa forma, colocam-se como portadores de uma outra concepção de agricultura moderna. Esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos e propõem um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas e promovem inclusive, questionamentos sobre a visão que considera a agricultura um simples campo de investimento de capital. Para a autora, a proposta desses agricultores em produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados.

É Wanderley (2003) quem também enfatiza que a tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma conotação negativa, diante do saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade positiva.

O anseio por um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente serve para explicitar a insatisfação com a agricultura convencional ou “moderna” e pode ser constatada na maioria dos estudos envolvendo os termos ou os conceitos, por exemplo, de agricultura familiar ou de desenvolvimento rural sustentável. Parte dessa preocupação em torno de uma agricultura que seja considerada sustentável é polarizada por aqueles que pensam esse tipo de agricultura como objetivo, projeto, e por aqueles que querem estabelecer e implantar um conjunto de práticas ou regras produtivas mais “ambientalistas” se comparadas com o modelo convencional. O “modelo” de desenvolvimento buscado seria então, na concepção de Almeida (1997), um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. De acordo com esse

autor é preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando,

via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

Referências

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p.33-55.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS N. V. **A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva**. Revista Theomai; nº 20, 2009.

BONETTI, L. **De Santa a Pecadora: a Saga da Soja pelos campos do Rio Grande**. Cruz Alta, 1987.

BORBA, M.F.S.; GOMES, J.C.C; TRUJILLO, R.G. **Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais**. In: PORTO, V. H. da Fonseca; WIZNIEWSKY, C. R.Flores; SIMCH, T. de Lemos. *Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo*. Pelotas, Ed. Embrapa Clima Temperado, 2004.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R., GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 312-347, jul/dez 2003.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul – 1950-75**. Porto Alegre, FEE: 1984.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos Territórios do Território**. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p.273-301.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio nas Américas: O Mito do Desenvolvimento e a Resistência do Campesinato**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

GEHLEN, I. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. **Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 20-26, jan/jun 2004.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, nº 23, São Paulo, Mar. 1991.

MÜLLER, G. **A modernização do campo e a questão agrária: tem gente sobrando no rumo das coisas. Dá para mudar?** Anais do IV Encontro Nacional da Abep, Volume I, Águas de São Pedro, 1984.

MÜLLER, G. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil**. Revista de Economia Política, Vol. 2/2, nº 6, Abril-Junho 1982.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, V.15, Nº 43, São Paulo set./dez. 2001

SACHS, I. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. Estudos Avançados, V. 15, Nº 43, 2001.

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V. **O Rural Brasileiro: Velhas e Novas Questões em Debate.** Teoria e Pesquisa, V. XVII, nº 1, p. 49-66, jan-jun. 2008.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, V. 15, Nº 43, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

WANDERLEY, M. De N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WANDERLEY, M. De N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** Enpublicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WANDERLEY, M. De N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, v. 21, p. 42-61, 2003.

ⁱ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências - Universidade Federal de Santa Maria – RS.

E-mail: simonitjm@yahoo.com.br

ⁱⁱ Prof^a. Dr^a. do Departamento de Geociências – Universidade Federal de Santa Maria, RS. E-mail: carmenrffw@terra.com.br

ⁱⁱⁱ De acordo com Almeida (1997) a partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do “pacote tecnológico”.

*Joel Albino Rabaioliⁱ
Vera Maria Favila Miorinⁱⁱ*

1- Introdução

O modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura teve sua principal ascendência pós Segunda Guerra Mundial, firmando-se como eficaz em quantidade produzida, porém entre os anos de 1980 e 1990 surgiram inúmeros questionamentos a respeito deste modo de produção agrícola devido a utilização desordenada dos recursos naturais. Ao privilegiar o crescimento econômico houve uma série de consequências, entre elas pode-se destacar o êxodo rural. A busca pelo crescimento econômico se deu de forma equivocada, seguindo os interesses do Estado e dos

acumuladores de capital, propiciando a marginalização de boa parte da população rural.

Mesmo sendo a marginalização social e o êxodo rural consequências iniciais do modelo produtivista, não foram estes que instigaram os primeiros questionamentos. No Brasil, a partir da Eco92, passou-se a discutir a sustentabilidade ambiental, pressionando a busca de mudanças no modo de produção agrícola, por ser considerado como principal atividade degradante. No meio científico, inúmeros estudos voltaram-se para a

sustentabilidade, debatendo-se seu conceito e, ao mesmo tempo utilizam-no como solução aos problemas sócio-ambientais.

O espaço rural por meio da qualidade que apresenta passou a ser considerado como representante legítimo da sociedade devido ao seu valor social em termos de qualidade de vida e de bem-estar. O rural não é mais o mesmo, pois aquele espaço visto, até pouco tempo, como agrícola e produtivista não tem mais importância, hoje sua valorização deve-se as peculiaridades que apresenta.

O processo de modernização da agricultura com base na mecanização, no uso de insumos e nas monoculturas teria sido o causador da sua homogeneização como área agrícola

e perda dos saberes tradicionais da população rural. A perda de parte de sua força de trabalho e a ânsia em busca da inserção nos mercados, dentro de uma concepção produtivista, atuou negativamente para a perda de parte da história, do culto as tradições e da cultura que era transmitida no seio da família pelas gerações mais velhas às mais novas.

Por sua vez “[...] As profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais, a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura, não se traduziram por nenhuma uniformização da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais” (Wanderley, 1997, p. 39). Idéia similar é dada por Carneiro (1997, p.1), ao enfatizar que:

O ‘campo’ não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categoriais de produtores. Neste sentido, não se

pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1997, p.1).

Essas peculiaridades são de crucial importância para os estudos sobre “o Novo Rural”, pois é nas heterogeneidades contidas no espaço rural que estão presentes os saberes tradicionais e que hoje são retomados como forma de diversificação e agregação de valor as atividades desenvolvidas na propriedade. A valorização destes espaços caracteriza a presença de uma ruralidade onde se presencia uma realidade empírica construída a partir do local. Portanto pode-se entender que “as ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações

peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais” (MOREIRA, 2005, apud CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p.233).

No denominado “novo rural” o agricultor e sua família assumem papéis diferenciados modificando a estrutura produtiva que antes estava calcada apenas em atividades agropastoris no que concerne a produção, como bem coloca Silva (1997):

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais [...]. Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas (SILVA, 1997, p.4).

Neste novo rural brasileiro, como defende o autor, o produtor do campo assume vários papéis diversos mas relacionados a capacidade produtiva de sua unidade de produção e obedecendo a disponibilidade da força de trabalho familiar. De acordo com este novo modelo de produção o agricultor além de suas antigas tarefas exerce a função de empreendedor, destinando somente uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas agrícolas, o chamado part-time farmer, que em português se pode traduzir como agricultor em tempo parcial (SILVA, 1997). A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelos agricultores, até mesmo fora de seus estabelecimentos, retrata uma nova realidade no campo, mesmo algumas destas já sendo desenvolvidas em períodos anteriores, até mesmo por camponeses.

Desse modo pode-se dizer que a pluriatividade no meio rural também decorre do resgate daqueles valores histórico cultural no momento em que se buscava uma produção mais

sustentável aos produtores familiar, proprietários de pequenas áreas e carentes de renda suficiente para o sustento e manutenção familiar. Estas novas atividades, contavam com o auxílio dos membros da família, que no começo não acreditavam no interesse que o mercado urbano teria por este tipo de produtos que o rural lhes oferecia. Deste modo alia-se o social ao econômico na tentativa de diversificação conquistando mercados e na busca de qualidade de vida, preservação dos recursos naturais e aquisição de renda ao homem do campo. As novas atividades, resgate das antigas tradições, potencializaram o rural e permitiram que este alcançasse destaque na reconstrução dos novos espaços sociais.

Nestes novos espaços estão ocorrendo de forma intensa as transformações determinadas pela presença de capital social entendido como a reserva de saberes locais. O bem estar antes tão pouco valorizado hoje é visto como fonte principal de renda ou como renda adicional. Neles ocorrem

“reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade” (Ferreira, 2002 p. 30).

Portanto, o rural não pode mais ser confundido como a base geográfica do setor econômico, nem como o resíduo daquilo que não pertence às cidades, mas sim, como algo que guarda suas especificidades e que é capaz de contribuir de forma infinita para uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável (Abramovay, 1999),

2- Agricultura familiar

A unidade de produção familiar é entendida como uma área de terra que permite ao produtor e a sua família trabalhar na terra e dela retirar seu sustento por meio da produção e realizar sua reprodução, bem como da unidade produtiva. A unidade produtiva em questão deverá possibilitar o

Os estudos das ruralidades surgem como forma de compreender e explicar as novas “funções” principalmente da agricultura familiar. Neste entendimento considera-se a ligação da terminologia rural a outros temas relevantes como, por exemplo, segurança alimentar, qualidade dos alimentos, proteção do meio ambiente, valorização dos diferentes tipos de territórios e a geração de oportunidades de emprego, de renda e lazer. Esse conjunto de ações intitula-se de multifuncionalidade da agricultura (Cazella e Roux, 1999).

desenvolvimento social e o progresso econômico a partir do uso da terra.

Estes termos têm apoio no Art. 4º, inc. II do Estatuto da Terra, o qual vê a propriedade familiar como:

O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada em cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros. (NETO, 1997, p.54 – 55).

A concepção sobre a pequena propriedade familiar surgiu a partir da conformação das propriedades agrícolas no Brasil e se intensificou após a abolição da escravidão com o início da colonização européia. Os ex-escravos não ganharam terra para se estabelecerem, enquanto que aos colonizadores europeus foram constituídas colônias organizadas pelo Governo Imperial brasileiro e continuado na República com interesse de ocupação de áreas firmadas por tratados entre as coroas de Portugal e Espanha. As colônias constituídas em seu processo de expansão por aumento demográfico e

divisão de herança permitiram que novas áreas fossem anexadas ao processo produtivo existente. Assim as então terras devolutas localizadas próximas as áreas coloniais foram sendo anexadas e ou serviram de espaços para o estabelecimento de novas colônias e assim sucessivamente (GEORGE, 1982).

Segundo Gonçalves e Souza (2005), conforme a legislação brasileira, inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra tem-se que propriedade familiar vem a ser:

[...] o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais. (GONÇALVES & SOUZA, 2005, p.1)

Considerando a legislação vigente, outros autores como SCHNEIDER (1999) observam que além das estratégias de ocupação a mão-de-obra familiar em atividades agrícolas e não-agrícolas, os agricultores familiares freqüentemente conciliam a mão-de-obra familiar com a contratação, temporária ou permanente, nas atividades produtivas dentro da propriedade, quando há carência de mão-de-obra familiar. Geralmente isto ocorre por que os filhos por serem pequenos ou não estão em idade de participar das atividades agrícolas, ou ainda por que a mão-de-obra familiar já perdeu seu potencial produtivo, ou seja, predominam pessoas idosas na propriedade e, ainda quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva de mão-de-obra

De acordo com Tedesco (1999) o processo de ocupação de áreas e a desigualdade na distribuição de terras para as propriedades familiares devem-se a forma de colonização que ocorreu a partir do século XVII, com a chegada dos espanhóis e portugueses, através de arranjos

das propriedades surgiram os latifúndios agropecuários no sul das terras de Espanha e no norte em terras de Portugal. Porém, este processo de ocupação que segundo o autor teria gerado um modelo com sérios problemas devido à formação de propriedades com tamanho inferior ao que garantia condições mínimas para a sobrevivência das pessoas, ocasionando o agravamento na quantidade de famílias sem-terra, além da super exploração das áreas agrícolas gerando o empobrecimento do solo e permitindo o esgotamento das áreas.

Cabe ressaltar que a unidade de produção familiar contribui para o desenvolvimento da economia regional, para o cultivo e abastecimento de grãos, produção de leite e derivados, bem como de carnes, legumes e frutas, entre outras tantas formas de geração de renda e, conseqüentemente de abastecimento. Portanto, pode-se definir que, de modo geral as propriedades familiares sempre tiveram a responsabilidade, ainda que velada, do abastecimento interno do País, enquanto que as propriedades

com produção voltada para o mercado interno e externo, hoje definidas pela agricultura patronal de dimensão média e grande e com uso de alta tecnologia, agronegócio, produzem,

basicamente, para a exportação garantindo o equilíbrio da balança externa nacional.

Em muitos países em desenvolvimento, por exemplo, a introdução da agricultura comercial em grande escala pode gerar receita com rapidez, mas também pode desalojar muitos pequenos agricultores e tornar mais injusta a distribuição de renda. Em longo prazo pode não ser uma estratégia viável, pois empobrece muita gente e aumenta a pressão sobre a base de recursos naturais mediante a super comercialização da agricultura e a marginalização dos agricultores de subsistência. Dar preferência ao cultivo em pequenas propriedades pode proporcionar resultados mais lentos no princípio, mas no longo prazo pode ser mais viável (CMMAD, 1988, p.56).

A agricultura familiar se apresenta diversificada no que diz respeito à força de trabalho, ao modo de produção e tipos de produtos. Salienta-se a valorização do chefe da família que exerce e comanda o processo produtivo auxiliado pelos demais membros familiares e, eventualmente, assistido por trabalhador contratado por tarefas como colheita e plantio. Muitas famílias de produtores familiares utilizam o sistema de

mutirão ou troca-troca como um trabalho de parceria e auxílio mútuo comum em áreas onde o processo colonial ainda é mantido nas relações de comunidade. Deve-se também considerar a realização de serviços com pagamento simbólicoⁱⁱⁱ, o que é comum nestas sociedades comunitárias.

As unidades de produção familiar apresentam dificuldades em planejar e traçar metas como a produção

empresarial no intuito de atrair freguesia, uma vez que contam com pouca orientação técnica para desenvolver mecanismos de geração de lucro, pois elas trabalham e produzem visando a manutenção da produção e a conservação da unidade familiar de produção. Em se tratando da adoção de novas tecnologias estas unidades são receosas devido às instabilidades do mercado quanto a preços e investimentos. Normalmente o produtor familiar lida com incertezas de como agir na produção, como investir e em que produto deverá aplicar mais tecnologias. Neste sentido, o auxílio das prefeituras, sindicatos, cooperativas, EMATER e outras organizações é de fundamental importância para o crescimento e a diversificação das formas de uso da terra nas propriedades familiares. O cooperativismo pode ser um mecanismo de auxílio ao aumento da competitividade da agricultura familiar dando condições mínimas para a introdução das inovações tecnológicas.

Com o avanço tecnológico e o indevido uso do solo na busca incessante por lucros e ganhos produtivos ocorre impactos sócio-ambientais como a erosão e o uso indevido de

insumos não adequados ao ambiente comprometendo sua harmonia principalmente as redes hidrográficas e exaustão dos solos. Também se introduz nestas perdas o comprometimento da saúde dos habitantes das áreas rurais, a redução dos lucros e a poluição do solo e do ar comprometendo por sua vez, a qualidade dos alimentos produzidos nestes ambientes.

Por tudo isso se destaca que a unidade familiar desempenha importante papel, pois além de permitir a sustentabilidade da unidade familiar de produção, também ela permite a oferta de uma diversidade de produtiva que pode ir além de seus limites produtivos e de abastecimento familiar, alcançando os mercados locais e regionais por meio da oferta dirigida às feiras, mercados, quitandas e, outras formas de comercialização. Igualmente se detecta carências como a ausência de capital disponível, conhecimento tecnológico adequado, ausência de políticas dirigidas ao produto como infraestrutura no que diz respeito às condições das estradas, mercados de finalização dos produtos, condições de

armazenamento e atendimento aos fluxos nos quais as mercadorias poderiam circular.

No momento em que os agricultores alcançarem a auto-sustentabilidade o que pode ser obtido através da informação e do aprendizado poderão contribuir para o aperfeiçoamento das políticas agrícolas, para a melhoria das

condições econômicas e sociais no campo promovendo o desenvolvimento rural como uma conquista social, cultural, tecnológica e de cidadania. Como é colocado nas idéias de autores como Tedesco (1999). O êxito da agricultura familiar depende da superação dos fatores sócio-culturais e de um nível educacional mais adequado, além da superação econômica que dificulta o acesso a tecnologia.

3- Multifuncionalidade da agricultura familiar

No decorrer do ultimo quartel do século XX se presenciou o fenômeno sócio-demográfico e cultural marcado pelo deslocamento de populações rurais em direção as frentes pioneiras nas fronteiras da agricultura nacional e para as periferias urbanas. Tal fenômeno se fundamentava em diversos aspectos tanto do ponto de vista econômico como social e político. Deste modo, podem ser enumerados os equipamentos existentes no meio urbano e ausentes no meio

rural, a infraestrutura, prestação de serviços e mercados como sendo os elementos indicadores deste deslocamento de população. O meio rural se apresentava com dificuldades de acesso, ausência de serviços de saúde, educação, emprego, salário e “desconforto” de vida. A presença destas necessidades confirmava as previsões de que o rural desempenharia um papel secundário no conjunto do desenvolvimento contemporâneo brasileiro.

Não se pode afirmar que os espaços rurais perderam gradualmente seu lugar, pois se deve considerar que nestes espaços há uma riqueza de biodiversidade e que na contemporaneidade ela é altamente valorizada, principalmente por suas espécies nativas de flora e fauna, além do valor de sua paisagem. Devido a isto, os lugares que guardam sua originalidade ganham valor frente a degradação presente no meio urbano. Esta contradição de possibilidades de bem estar e qualidade de vida não apresentadas no meio rural, ao modelo considerado no meio urbano, teria contribuído para chamar a atenção sobre a formação e existência de capital social que o rural possui e que serve como base valorativa para o desenvolvimento rural, antes pouco compreendido pelo meio urbano.

O desenvolvimento rural tem como base a manutenção da biodiversidade que o lugar apresenta emprego de tecnologia e conhecimentos adequados a produção com equilíbrio e procurando manter os recursos naturais existentes, pois as unidades familiares devem preservar sua

riqueza natural como garantia da sobrevivência da família e de sua reprodução social e econômica.

Não há uma definição precisa e consensual sobre o que denotaria a palavra “desenvolvimento” e, da mesma forma, a expressão “desenvolvimento rural”. Portanto, esta terminologia tem promovido debates de opiniões diversas de modo a não se ter alcançado ainda o adequado entendimento de seu significado no meio rural. Dentre as discussões sobre desenvolvimento rural pode-se destacar algumas contribuições como a de Veiga (2001) que entende desenvolvimento rural como sendo um processo sistêmico, a partir do qual a economia tem a possibilidade de, ao mesmo tempo, crescer, reduzir desigualdades e ainda preservar o meio ambiente. O autor indica como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal, principalmente, para a formação de arranjos institucionais. Por sua vez Mior (2000) chama a atenção para o entendimento de Veiga e Abramovay que

percebem como estratégias de desenvolvimento do meio rural no Brasil o fortalecimento da agricultura familiar. Estes autores possuem defendem esta questão apoiados em experiências observadas em países europeus.

Em muitas unidades da agricultura familiar há a adoção de atividades variadas que recebe a denominação de multifuncionalidade, como também a denominação de

pluriatividade. Assim sendo há a necessidade de diferenciar ambos os termos: multifuncionalidade e pluriatividade. Estas noções tem sido frequentemente mencionadas nos debates sobre as transformações recentes no meio rural e, em novas abordagens que levam em conta o debate técnico e político destes termos. Nas ciências sociais, por exemplo, estes termos satisfazem as necessidades econômicas, como também as culturais e sociais. Para Carneiro e Maluf (2003)

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Trabalhar a multifuncionalidade supõe a reprodução sociocultural definida. Para a pluriatividade é reservada a noção de que o agricultor é apenas um *homo economicus* movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção. Porém ao se considerar o produtor rural como um ser social

de múltipla inserção, sendo ele um sujeito com desejos orientados por valores que não são apenas reduzidos a lógica econômica, incorre a observação de que a agricultura familiar não é somente vista pela perspectiva da produção (CARNEIRO, 1996).

Por outro lado ao analisar os pontos de vista da autora e o entendimento que faz quando percebe que a “noção da multifuncionalidade da agricultura surge no contexto da busca de soluções para as “disfunções” do modelo produtivista”. Considera ainda que a inovação de atividades “induz na direção de uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local” (CARNEIRO, 2002, p. 233). Pode se alcançar a idéia de que a terminologia multifuncionalidade guarda em si o modelo da intensidade produtiva que uma unidade de agricultura familiar pode e deverá alcançar e, assim ser caracterizada como intensiva de produção. Ela estaria, então, cumprindo as funções requeridas pelo modo capitalista de produção voltado para a diversidade de oferta de produtos no mercado.

Em Schneider (1999) pode observa-se que o uso da terminologia pluriatividade, como um conceito que procura analisar a unidade de produção e reprodução, que nem sempre estaria baseada apenas nas atividades agrícolas, mas na incorporação de outras atividades envolvendo os

membros da família, porém voltados ao aumento de renda. Esta conceituação também induz que o termo pluriatividade contém o entendimento de aumento de renda devido a diversidade de atividades que ocupa muitas vezes as horas de ócio, ou seja, o mais trabalho. Buscando harmonizar a terminologia pluriatividade nos termos de Schneider (1999) com as atividades existentes no meio rural observa-se que suas colocações remetem a presença de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter remuneração, as quais tanto podem ser desenvolvidas no interior como no exterior da própria exploração agrícola. Podendo ser inserido neste entendimento tanto a prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração, industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva, que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade ou em seu entorno. Estes termos também são reforçados por Anjos (2003). A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno

conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

A terminologia multifuncionalidade utilizada no meio rural surgiu na França para melhor explicar a busca de valorização das inúmeras atividades desempenhada pelo meio rural de forma voluntária assumida pela sociedade e poupando os recursos naturais. A partir de então se procurou uma forma de remunerar o homem do campo pela pouca utilização dos recursos naturais, ou seja, não se paga mais somente pelo produto, mas sim pela valorização dos recursos naturais que somam ganhos de qualidade a produção. A França, portanto, foi pioneira neste pensamento a respeito da noção de multifuncionalidade como uma noção de valorização do meio rural, orientando as práticas agrícolas que são denominadas por eles de Lei de Orientação Agrícola (LOA) em 1999. A partir de então o debate se expandiu

mundialmente, servindo de base e referência aos estudos que se iniciaram no Brasil.

As pequenas propriedades que desenvolvem a agricultura familiar passaram a desempenhar novas atividades e funções, aproveitando-se do interesse da população urbana saturada por atividades corriqueiras e de busca de novas formas de usufruir de seu espaço geográfico. Em Wanderley (2003), a dissolução da denominada hegemonia funcional econômica significou o avanço conquistado pelo agricultor que a passou a ter uma nova visão sobre sua propriedade, na qual “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social”. (WANDERLEY, 2003, p.9),

A autora também coloca que a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, poderá auxiliar a emergir a consciência nos agricultores e eles assumirem responsabilidades sociais, as quais devem

merecer o reconhecimento da sociedade, contemplando estas funções através de políticas públicas e articulando-as a projetos de desenvolvimento local e regional. Esta agricultura multifuncional, idealizada para o desenvolvimento desvenda potencialidades que o rural e, em particular, a agricultura familiar não pôde mostrar de forma clara à sociedade.

Pode-se afirmar que a multifuncionalidade procura retomar a importância das contribuições da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais “[...] contribuições essas que, aliás, já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista” no pensamento de Carneiro, (2002, p. 234).

Como exemplos de multifuncionalidade também se têm o desenvolvimento de atividades turísticas nas propriedades de agricultura familiar, incluindo todas as “atividades alternativas, domésticas, como agroturismo, ecoturismo que vem a ser um turismo organizado para e pelos habitantes e é “compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional” (Mendonça et al., 2002). Por sua vez o

turismo rural designa no entendimento de Rodrigues (2001) atividades diversas como agroturismo, turismo de aventura, e classifica como tradicional os de origem agrícola, pecuária e colonização, bem como de contemporâneo os hotéis-fazendas, SPAS rurais e segunda residência.

O entendimento do rural como área de lazer, descanso e encantamento com a natureza era percebido anteriormente, por exemplo, em meados dos anos 80, pelo autor francês, Chamboredon (1985) ao escrever sobre *percepções rurais*. Este autor analisava as conseqüências do debate ecológico e as mudanças dos usos sociais nos territórios. O rural era apontado como lugar de produção, não de bens econômicos, mas de bens simbólicos e o turismo alimentador de “encenações” devido à coexistência de diferenciados sistemas de valores.

Recentemente percebe-se que as relações humanas estão cada vez mais fugazes e superficiais e a natureza cada vez mais distante da realidade dos centros urbanos. Em direção dialética, o homem contemporâneo, ao mesmo tempo em que se distancia, busca o reencontro com a natureza e

com as origens, de modo que há um “reencantamento” e uma “ressignificação” do espaço natural. (BOTELHO; REZENDE; PINTO, 2006)

Carneiro (2002) aponta para uma nova configuração do campo, onde ele se torna local de residência e de lazer argumentando que:

(...) registra-se a transformação do campo em espaço de lazer ou mesmo de residência principal para integrantes de camadas médias da população urbana 'Olhares sobre o processo investigativo que buscam uma qualidade de vida diferente (e melhor) daquela a que estão submetidos na cidade. [...] Essa busca, por parte dos habitantes das cidades, de um contato mais freqüente e próximo com a natureza – idealizada – estimula o turismo que, por sua vez, introduz mudanças nos hábitos e práticas de vida das pequenas localidades (CARNEIRO, 2002, p.226).

Estas novas visões colocadas como funções diferenciadas que o rural desempenha e ou venha a desempenhar depende, significativamente, da importância da paisagem que quanto mais valores ambientais, sociais e

infraestrutura acumular, maior grau de ressignificações ocorrerão neste meio de modo a permitir o uso da terminologia ruralidades como sendo uma nova representação do rural.

4- Ruralidades

Entende-se que as ruralidades são compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos

indivíduos e grupos sociais (CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p.233). A formação de ruralidades é um fenômeno mundial resultante da presença de arranjos caracterizadores do capital

social e identificadores do desenvolvimento rural que apontam à presença de ruralidades, as quais podem ser identificadas na presença de uma escala variável multifuncional. (CANDIOTTO E CORRÊA, 2008)

Os autores entendem que além da população rural, a urbana também apresenta suas ruralidades, as quais são idealizadas pela mídia que mostra o rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável. Assim como a população rural possui urbanidades devido à incorporação de equipamentos urbanos como a televisão, computador em rede e telefonia celular. Neste sentido, os autores citam Lima (2005), que valoriza estes distintos elementos da ruralidade contida no urbano e da urbanidade contida no rural. Estas características tidas como eminentes do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejo. Nestes locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, evidenciada nas relações sociais da população, em suas festividades, na gastronomia e também na economia. Esse conjunto de fatores representa a identidade cultural da comunidade a qual reproduz o modo de

vida do campo na cidade, marcando assim a presença das ruralidades no contexto do espaço urbano. Por outro lado torna-se difícil a identificação das ruralidades presentes no espaço de pequenos municípios, a partir da leitura da paisagem. Para isto parte-se para a busca do entendimento da noção de espaço geográfico.

As ruralidades se constituem no entendimento dos elementos culturais existentes em uma determinada espacialidade geográfica, mas pertencentes a sociedade a qual é possuidora dos elementos culturais. No discurso referente as ruralidades chega-se a idéia do Novo Rural como bem defende e analisa SILVA (1999). Deste modo retoma-se a importante contribuição de Silva (1999) para os estudos do rural e da ruralidade brasileira. Segundo ele, o rural tende cada vez mais a se distanciar da concepção de local de desenvolvimento unicamente de atividades agrícolas, pois “já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário”. (SILVA, 1999, p.28).

Valores contidos nas ruralidades bem como daqueles contidos nas urbanidades podem ser observados no

deslocamento da fronteira agrícola do sul para o centro-norte do País. Decorrente destes deslocamentos tem-se a contribuição de um novo dinamismo nestas regiões rurais em formação, as quais recebem alterações resultantes da nova ordem, social, ambiental e econômica. Portanto, as novas fronteiras da agricultura brasileira tendem a receber um rural dinâmico bem como um urbano dinâmico ao incorporarem as novas tecnologias e disporem de exemplo de um novo comportamento de vida cotidiana. Os novos equipamentos consolidam novos espaços e ao mesmo tempo mantêm os vestígios dos traços oriundos dos grupos em deslocamento. Deste modo entende-se que as frentes pioneiras recebem com maior velocidade e dinâmica os equipamentos tecnológicos que as antigas áreas rurais que os formaram. Assim as ruralidades são rapidamente constituídas nas novas áreas rurais do que nas antigas áreas. Portanto, pluriatividade e multifuncionalidade permitem consolidar as ruralidades tanto no centro-norte como sul, no caso brasileiro.

Desse modo pode-se considerar que o desenvolvimento no meio rural não consiste apenas e nem se

fundamenta na conquista da competitividade dos segmentos mais dinâmicos da agricultura, mas sim da difusão tecnológica e informacional auxiliada pela capacidade de comunicação do agricultor familiar em proporcionar a si e a sua família o acesso a esses equipamentos que aproximam ruralidades e urbanidades.

Comparando-se as atividades da agricultura, da indústria e do comércio observa-se que estas se constituem em setores econômicos, enquanto que a ruralidade é um valor que recebe crescente importância no mundo atual pelo seu significado na preservação da biodiversidade, fortalecimento das manifestações culturais variadas e pelo estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam, cada vez mais.

Nos últimos anos, não existe mais aquele olhar que era lançado sobre o meio rural como um local somente de produção agropecuária. Ele se tornou fonte de desenvolvimento associado não só na manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, como também na sua imensa capacidade de organização

para fazer destes atributos as bases de geração de ocupação e de renda. (VEIGA, 2004)

Assim sendo deve-se rever os conceitos e definições a respeito do rural e de sua revitalização, principalmente locado em velhas regiões agrícolas. Ainda que a cada Censo populacional o rural apresente perda de população, encontram-se sinais de vitalidade e de ocupação populacional no interior de suas diversas áreas, contrariando as estatísticas. Em uma análise sobre a ruralidade, esta nos remete ao “Outro Rural” que se entende como símbolo de qualidade e de vida, cuja interpretação deve-se apoiar em duas correntes: A primeira determinando a ruralidade como um processo de valorização do rural e, a segunda indicando a ruralidade como realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena.

Portanto, o que nos permite falar em ruralidades são as articulações que se estabelecem entre as noções de rural e de identidade social, como por exemplo, as relações

específicas dos habitantes do campo com a natureza em sua comunicação direta (MOREIRA e GAVIRIA, 2002).

Para alguns autores não se tem mais, claramente, a delimitação entre o espaço rural e o urbano, mas por outro lado as cidades não podem ser definidas pela presença da indústria e nem o meio rural pela prática da agricultura uma vez que estas marcam sua presença tanto em um como no outro.

Portanto, em referencia ao meio rural, deve-se considerar alguns elementos fundamentais que o caracterizam e destacando-se o contato dos habitantes locais com o meio natural, que se dá de forma mais intensa e imediata se comparado aos habitantes dos grandes centros urbanos. Outro elemento importante são as áreas não densamente povoadas, onde não há a influência direta das grandes cidades, mas a presença da produção rural nas economias urbanas como, por exemplo, uma cooperativa, um laticínio, um frigorífico e até mesmo as agências bancárias.

5- Considerações finais

A análise do meio rural e da presença da agricultura familiar como elemento modificador do espaço e criador de uma economia permeada pela cultura humana, permite desvendar não apenas as facetas culturais de uma sociedade, mas também de alcançar as modificações que a presença humana em seu trabalho aliado ao conhecimento, a tecnologia e a força de vontade, em alcançar objetivos de vida, admitem analisar toda a simbologia das formas como um importante instrumento para entender a existência de uma ruralidade ou não.

Da mesma maneira como se analisam as formas no movimento da sociedade, as suas funções, além de seus processos geradores também é possível se analisar as ruralidades e observar nelas o movimento. Normalmente a pluriatividade e a multifuncionalidade destacam-se como atividades presentes caracterizando os espaços de vida “pacatos” das populações em novos movimentos dinâmicos e acrescentando a eles desenvolvimentos reveladores do empreendedorismo. As mudanças de espaços pouco

dinâmicos para mais dinâmicos no meio rural é o que deve estar chamando a atenção e desafiando a compreensão do que realmente está acontecendo nestes ambientes.

Tudo isto traz importante significados para esta categoria de análise geográfica uma vez que o meio rural passou a ser observado, analisado, interpretado e questionado como nunca teria sido. Hoje, os estudos a respeito desta categoria da geografia perseguem muitos caminhos ora valorizando uma ou outra temática determinadora de importantes revelações a respeito do comportamento humano, da produção, da história, da paisagem e da cultura de um lugar. Por fim, avançam as pesquisas a respeito das espacialidades do rural e das inúmeras contradições que ele possui tanto de caráter produtivo como tecnológico, além das implicações políticas e da preservação ambiental. Contudo, não se perde nestas análises contidas nas bibliografias manuseadas a velada presença da busca pela existência do desenvolvimento rural e da formação do capital social.

Referências

- ABRAMOVAY, R. "Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo". In: **Interrelações entre as transformações demográficas e a agenda social**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA, USP, 1999.
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>, em 12/06/2011.
- CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Textos para Discussão, 2002.
- _____. **Pluriactivité agricole: l'hétérogénéité cachée**. Cahiers d'économie et sociologie rurales, n°. 38. 1996.
- CARNEIRO, M. J; MALUF. **Para além da produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar, Rio De Janeiro: MAUAD, 2003.
- CHAMBOREDON, J. C. Nouvelles formes de l'opposition ville-campagne. In: **Histoire de La France Urbaine**. Tome V. Paris: Du Seuil, 1985. p. 557-573.
- CAZELLA, A. A. & ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.º13, out., 1999.
- CLAVAL, P. **O poder do espaço**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

- EHLERS, E.O. **Agricultura sustentável**: origens e perspectiva de um novo paradigma. 2ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.
- FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 18, abr. 2002.
- GEORGE, P. **Geografia Rural**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- LIMA, R. E. Estudos geomorfológicos na avaliação do impacto ambiental. In: **SEMINÁRIO SOBRE AVALIAÇÃO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL**, n.1., 1990, Curitiba. Anais. Curitiba: FUPEF/UFPR, 1990.
- MENDONÇA, M. C. et al. **Turismo no espaço rural**: debate e tendência. Disponível em: < <http://dae2.ufla.br/revista2002.html> >. Acesso em: 12, maio., 2011.
- MIOR, L. C. A agricultura familiar e o rural não agrícola como estratégias de desenvolvimento rural: as controvérsias do debate. In: **Annals of World Congress of Rural Sociology**, 2000, Rio de Janeiro. Annals of World Congress of Rural Sociology, 2000
- MOREIRA, R. J.; GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 47-721, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/Brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2010.
- NETO, S. M. **Questão Agrária: doutrina, legislação e jurisprudência**. Campinas, SP: Bookseller, 1997.
- PINHEIRO, A. C. F. B.; MONTEIRO, A. L. F. B. P. **Ciências do Ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental**. São Paulo: Makron, 1992.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Nova economia. Belo Horizonte, 1997.
- TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF. 1999.

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, S. Paulo, SP Brasil, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VIEIRA, L.F. **Agricultura e Agroindústria Familiar**. EMBRAPA/CTAA. Mar. 1997.

VILELA, M. H. **Análise crítica da agricultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. "Prefácio". In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

ⁱ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociência – PPGGEO/UFSM. E-mail: jorabaiolli@hotmail.com

ⁱⁱ Professora Associada do Departamento de Geociências – DGCC/UFSM. E-mail: vmiorin.sma@terra.com.br

ⁱⁱⁱ Por pagamento simbólico entende-se a entrega de algum presente que pode ser dinheiro ou participação no lucro do próprio produto àqueles que por amizade ou parentesco prestam ajuda e não desejam receber salário ou pagamento pelo auxílio prestado.

Eliane Weber¹

Cesar de David²

1- introdução

Cuidar da liberdade individual e comunitária, garantir a cidadania pela preservação da natureza são os grandes desafios ao homem do século XXI. Quando se pensa liberdade seja individual ou comunitária, acaba-se refletindo sobre cidadania. Que no Brasil e praticamente no mundo todo (na história da humanidade) confunde-se com as lutas pelos Direitos Humanos.

A cidadania é conquistada no dia a dia, cresce junto com o cidadão, isto é, à medida que o ser humano atinge a

maturidade, fica ciente dos seus direitos, (direitos à vida, à liberdade, à justiça, a um pedaço de terra), também de suas obrigações e seus deveres, responsabilidades com a família, com os filhos, respeito à liberdade do outro, com o outro, com a pátria). Cidadania é um referencial de conquistas e melhores garantias de sobrevivência.

Para o ser humano marginalizado, lutar para controlar a esfera econômica não é uma reação automática à invasão da economia em suas vidas, em vez de destruir para liberar

as cadeias econômicas, criaram na vizinhança de suas casas, aldeias, bairros, novos espaços coletivos que lhes permitem viver segundo seus próprios termos. Nessas novas comunidades existem formas de interação social, os habitantes desses novos espaços são herdeiros de um conjunto diversificado de propriedades coletivas, comunidades e culturas destruídas pelo modo econômico e industrial de interação social.

A formação humana tem ligação com a educação que cada um recebe. Esse processo educativo deve iniciar, primeiramente, na família, e ser intensificado no ambiente escolar, para que o indivíduo possa tornar-se um cidadão atuante na sociedade, sendo o sujeito de sua própria história, um ser criativo, dinâmico e capaz de produzir, construir e (re) construir saberes.

Nesse sentido, acredita-se que o ensino de Geografia pode ajudar a mudar essa realidade, pois o estudo da disciplina representa a preocupação de diversos estudiosos em busca de subsídios para construção de um ensino de Geografia crítico.

A educação ambiental que tem lugar na escola está inserida em uma perspectiva formal de construção de conhecimentos, observação da realidade, análise, reflexão e descoberta de meios de atuação transformadora. Por situar-se no *locus* de aquisição de conhecimento por excelência que é a escola, permite a abordagem nas diversas disciplinas, preferencialmente sob forma integrada, combinando informações, perspectivas e soluções vindas das diferentes áreas do saber humano.

2- Espaço rural

A história da cidadania no Brasil tem como focos principais: a questão indígena, a questão agrária, posse e uso da terra, concentração da renda nacional, desigualdades e exclusão social, desemprego, miséria, analfabetismo, etc.

Concentramos nosso enfoque na questão agrária, posse e uso da terra confundindo a questão cidadania com as lutas pela posse da terra, e as lutas pela infra-estrutura e o cultivo da terra.

O atendimento dessas necessidades pode advir de uma reforma agrária inserida no bojo das políticas públicas, nas quais, além da redistribuição de terras, se garanta o apoio aos pequenos agricultores. Nesse contexto, incluem-se as políticas agrícolas contra perdas decorrentes de fatores naturais e preços mínimos, entre outras medidas, assegurando a cada agricultor uma renda mínima que lhe possibilite o progresso econômico e social (DAVID *apud* MARAFON & PESSOA, 2008, p.210).

O desenvolvimento rural, hoje estabelecido, incide sobre o todo do homem do campo, principalmente os pequenos proprietários e os assentados, que são essencialmente ligados ao meio rural e com suas famílias, formam pequenos grupos e com outras famílias e outros grupos formam vilarejos, cidades, cooperativas, escolas, etc.

Os assentados criam novos investimentos e infra-estruturas, oferecendo inúmeras oportunidades e novas condições de vida à população rural-urbana, pois as cidades criadas pelas aglomerações do campo são um complemento de uma nova geração de homens e mulheres que fazem da produção familiar uma política de reorganização do espaço rural, contribuindo assim para as mudanças culturais no

campo, pois o tempo dos coronéis já passou e hoje as sinhazinhas vão à luta cuidando da terra para que esta lhes recompense com seus frutos.

Sob o ponto de vista do meio ambiente e dos direitos humanos, tem-se uma grande luta tanto pelos cuidados com a terra, as florestas, os rios, o ar e tudo que é da natureza, quanto ao homem e seu habitat, sua cultura, sua sobrevivência psico-socio-econômica. No que se trata do conhecimento e conquistas da cidadania, o homem tem

necessidades de conhecer seus direitos e obrigações e isto acontece através da escola e a formação de seus alunos.

No que se refere aos cuidados com a terra, o homem não tem uma consciência de cuidados e sim de exploração da terra, de tirar proveito e ter uma colheita cada vez maior, esquecendo que a mãe natureza pede socorro e se revolta ao mesmo tempo, os governos de todos os países estão em campanha em defesa do meio ambiente.

Os poderes públicos tentam, atualmente, reduzir os efeitos negativos da agricultura intensiva por meio de mecanismos reguladores e estimuladores. Mas, tais políticas têm seus limites face às pressões do mercado, às limitações técnicas e financeiras encontradas pelos agricultores no seu trabalho cotidiano e também face à diversidade territorial dos contextos sociais e ambientais. Entretanto outras vias de desenvolvimento podem ser desenvolvidas, como bem demonstram as novas alternativas empregadas pelos agricultores em diferentes países do mundo (MEDEIROS/LAURENT *apud* MARAFON, 2008, p.179).

Porém a vida no campo não é fácil, cuidar da terra e tirar de suas entranhas a sobrevivência para si e para sua família,

deixa o homem inseguro pois ele depende do tempo, das quatro estações do ano, do conhecimento e muita sorte para ter uma colheita farta.

Através da conscientização, o homem do campo passa a entender os diferentes ecossistemas e culturas, esse entendimento parte da sala de aula através de projetos e pesquisas oferecidos à escola pública, que envolvam o aprendizado do aluno e as ações concretas dos professores, desenvolvidas através de um processo de construção do

conhecimento decorrente das informações trazidas pelos alunos e suas diversas culturas.

O bem estar do homem é uma busca substancial de sobrevivência que uns chamam de procura da felicidade, outros de procura de paz, outros de equilíbrio, tranquilidade, etc. Quem não deseja o melhor para si e para os seus?

Nesta busca, uns procuram a alimentação adequada ao crescimento e saúde dos filhos, outros o lazer, outros o conhecimento, outros apenas a sobrevivência.

Infelizmente, não existe uma fórmula mágica para ser feliz. O desenvolvimento do Ser humano é um processo complexo, por isso a busca de estratégias para resolver os problemas existenciais cresce a cada dia, haja visto o número significativo de estudos e pesquisas deste final de século, voltados para áreas humanas (SANTOS, 2001, p. 8).

De acordo com o conceito de “ser feliz” que cada ser humano possui é que o torna, um grande pesquisador, tanto na área da pesquisa científica que somente alguns se dedicam em prol do coletivo, quanto na pesquisa até

inconsciente pela busca da sobrevivência e conseqüentemente da felicidade.

A luta do homem do campo moderno, isto é do homem atual, é sem dúvida a luta pela cidadania, pelos seus direitos

da liberdade de ir e vir, e conseqüentemente nas suas obrigações. Para o homem do campo a luta pela felicidade inicia dentro da escola, pois o homem rural tem o direito como

todos os cidadãos à educação e para que isto aconteça além de escolas construídas com dignidade (estruturas) precisa de professores capacitados para trabalharem no meio rural.

A Constituição, ao prescrever que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, não diferencia os habitantes situados na zona rural dos que estão situados na zona urbana. A realidade das cidades demonstra, cada vez mais, a ligação entre as atividades promovidas na zona rural como as atividades urbanas, uma vez que grande parte da população que vive na zona rural tem seu emprego e trabalho na região urbana, sem contar a utilização da infra-estrutura e de serviços urbanos, como transporte coletivo, escolar, postos de saúde, hospitais, comércio e lazer.[...] O desenvolvimento da cidade nestes termos depende do desenvolvimento da região rural (BRASIL – ESTATUTO DA CIDADE 2002, p.48).

Portanto, os direitos de usufruir os bens públicos são iguais tanto na zona rural com: escolas, hospitais, transporte, etc. O desenvolvimento do campo depende do urbano e vice-versa, pois usar os bens públicos é um direito de todos com é também obrigação de todos conservá-los, e a escola da zona rural deve ter a mesma qualidade das escolas da zona urbana, pois os filhos dos homens do campo têm a mesma capacidade e direitos dos filhos dos homens das cidades, e

não precisam sair de casa para estudar indo morar em outros lugares, muitas vezes entrando para a mendicância, nas drogas, no crime da periferia das grandes cidades, deixado para trás seus sonhos de dominar o conhecimento.

Escola na zona rural é tão necessário quanto na zona urbana e precisa de professores capacitados, porém essa capacitação deverá ter os princípios culturais, sociais, psíquicos e econômicos do homem do campo, isto é,

princípios estes condizentes com a vida no campo. Os alunos deverão ter acesso a informação escrita, falada, visual e outras, muitas crianças só conhecem os jornais do ano passado que a professora leva para a escola.

Enquanto na zona rural, os computadores são instalados e atualizados seguidamente gerando um montão de sucatas, as escolas da zona rural não possuem sequer um, Internet nem se sabe usar ou o que é, a manutenção é cara, bibliotecas existem em todas as escolas só que a qualidade dos livros deixa a desejar, ler um livro, um jornal atualizado para saber como está a economia do país, como são tratados os trabalhadores do Brasil em relação aos do mundo continua sendo privilégio de poucos, principalmente na zona rural. Onde está sendo praticado o direito de todos, conforme a Constituição? Com a tecnologia tão adiantada como está não deveria haver distâncias para o homem do campo.

A história da violência no campo não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil. Contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e latifundiários de nossos tempos. A história está

repleta de muitos outros exemplos como na lavoura de cana-de-açúcar, do café, atualmente as ocupações pelos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A questão rural vem de longa data enfrentando vários problemas. Uma das formas de minimizar os conflitos é a formação de assentamentos rurais, onde ocorre uma redistribuição de terras improdutivas.

Com a modernização e mecanização do campo muitas famílias tiveram que abandonar suas terras e ir para as cidades provocando um aglomerado de pessoas no meio urbano e no meio rural o esvaziamento.

Em busca de cidadania e melhores condições de vida que muitos ingressam em movimentos sociais para lutar.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais em favor dos camponeses que foram expulsos de suas terras por vários motivos: exploração dos empregados rurais, perda das terras devido a endividamento, não acompanhamento do ritmo da modernização da agricultura, pressão do agronegócio. Enfim

são vários motivos que levaram o pequeno agricultor a sair do campo.

Desde os anos de 1940 e 1950 o espaço rural vem sofrendo mudanças devido a modernização da agricultura com a utilização de equipamentos, máquinas, fertilizantes químicos, defensivos. A necessidade de crédito rural para produzir, onde o agricultor passa a ser refém do banco. Assim a maioria dos pequenos agricultores foram prejudicados.

Além da modernização favorecer a produção de produtos para a exportação influenciou a monocultura que agride o meio ambiente, devido o desequilíbrio ecológico, ocasionando degradação dos recursos naturais. “A degradação dos recursos naturais, deriva da implantação de

sistemas agrícolas imediatistas e agravados pela aplicação indiscriminada de técnicas veiculadas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde...” (HESPANHOL 2008, p. 159).

Revolução Verde deriva de um processo de modernização da agricultura brasileira na década de 50, surgem a partir desta data, novas metas e formas de exploração agrícola provocando transformações em todo o meio rural. Os efeitos deste processo vão além da produção, impondo conseqüências sociais e econômicas para a maioria da população envolvida nas atividades agropecuárias.

A modernização da agricultura apresenta quatro elementos ou noções:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim de estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 1997, p.39).

Percebe-se que, de forma dissimulada, o Estado se tornou agente dessas mudanças, interferindo diretamente no campo, por meio de políticas agrícolas que passaram a privilegiar culturas e atividades que suprissem as carências da indústria. Com a expansão da agricultura moderna, surgem os complexos agroindustriais, alterando as formas de produção agrícola, relações de trabalho e provocando efeitos no meio ambiente.

Em consequência disso ocorrem graves problemas sociais e ambientais como a mudança climática, os avanços tecnológicos que favorecem uma colheita mais abundante e rápida, porém trazem inúmeros problemas ao solo e poluição do ar e da água, prejuízo aos animais e outras plantas e ao homem.

O clima talvez seja o mais importante componente do ambiente natural. Ele afeta os processos geomorfológicos, os da formação dos solos e crescimento e desenvolvimento das plantas. Os organismos incluindo o homem são influenciados pelo clima. As principais bases da vida para a humanidade, principalmente o ar, a água, o alimento e o abrigo estão na dependência do clima. Assim o ar que respiramos é obtido da atmosfera, a água que bebemos origina-se da precipitação e o nosso alimento tem sua origem na fotossíntese – um processo que se torna possível por causa da radiação, da umidade que são atributos do clima (AYOADE, 1986, p.286).

Como descreve o autor acima mencionado “as principais bases da vida para a humanidade: o ar, a água, o alimento e o abrigo”. Portanto esse conjunto de bens vitais para o

homem depende dos cuidados que este dispõe da natureza, ao contrário ocorrem os problemas os quais vemos todos os dias.

Sabe-se que a ocupação de terras sem o mínimo de infra-estrutura, também o uso das terras ocupadas, muitas vezes fruto de um grande desmatamento, pode provocar um abalo no ecossistema, visto que as pessoas precisam ficar morando para tomarem posse, nem que seja em barracos na beira de estradas ou no meio do campo sem o mínimo para a sobrevivência.

Fernandes (2009, p.179) coloca que o processo de ocupação cria uma outra dimensão do espaço de socialização política, o espaço interativo, onde várias pessoas diferentes, mas com um mesmo objetivo a busca de um pedaço de chão para produzir, descobrem que possuem uma trajetória semelhante, desempregados, camponeses, buscando a

mudança de suas histórias, onde eles passam a ser o sujeito de transformação da realidade em que vivem.

Mas ao meio da esperança surge também o medo a insegurança. Pois para realizarem o seu sonho terão que lutar e enfrentar dificuldades desde o período que ficam acampados em barracas a espera da desapropriação de grandes propriedades improdutivas. Outra dificuldade a mídia atacando, tentando influenciar a opinião pública em favor dos latifundiários, confrontos com os policiais, violência física por parte dos grandes fazendeiros e policiais em nome da ordem, mas que na realidade é manter os privilégios de poucos e uma desigualdade social gritante.

A formação dos assentamentos demanda um longo processo protagonizado pelos trabalhadores rurais que, uma vez expropriados, lutam pelo retorno à terra, numa dialética engendrada pelo desenvolvimento capitalista. É um movimento contínuo de expropriação e retorno que se dá a territorialização da luta pela terra, cujas formas mais expressivas constituem suas ocupações, nos acampamentos e na formação dos assentamentos rurais (DAVID, 2008, p.21).

Sendo que territorialidade é um conjunto de relações entre sociedade, espaço e tempo. Que essa relação é realizada pelo homem, onde o poder é uma condição necessária para haver território, bem como a estrutura em um local onde estão muitas pessoas em grupo é essencial, começando por uma escola bem estruturada pedagogicamente em que as crianças se reúnam, troquem

conhecimentos e recebam instruções sobre o espaço que ocupam e os meios de sobrevivência que dispõem no momento.

Da maneira que tem sido feito a reforma agrária é um trunfo para o agronegócio, pois a soja que é produzida em larga escala para a exportação tem estés presente nos assentamentos.

3- Desenvolvimento e agroecologia

Para as pessoas ditas marginalizadas, hoje se contentam com os poucos benefícios que encontram nesses refúgios e trabalha ativamente para regenerá-los. Quando achavam que a educação é ter diplomas, não tiveram professores nem escolas. Quando associavam saúde com a dependência dos serviços médicos, não tiveram médicos, postos de saúde, hospitais e remédios, beneficiando-se da sabedoria tradicional de seus curandeiros e da riqueza da capacidade curativa de seus ambientes.

Quando associavam a comida com as atividades técnicas de produção e consumo, não tiveram renda e sofreram a escassez de alimentos. A crise dos anos 80 tirou o contracheque de pessoas que já haviam sido criadas na dependência de salários e do mercado.

As novas comunidades criadas por homens comuns são o prenúncio de uma era que acabará com o privilégio e o abuso. O desenvolvimento evaporou-se, a metáfora deu início a uma nova área do conhecimento e por algum tempo, deu

aos cientistas alguma coisa em que acreditar. Depois de algumas décadas, é evidente que essa área está minada e é inexplorável. O homem moderno fracassou em seu esforço para ser deus.

O desenvolvimento nos dias atuais, contrasta com a relação pouco harmônica do homem com a natureza e se reflete numa crise sócio ambiental que evolui à medida que a técnica conduzida pelo capital transforma a natureza em objeto e a sociedade em sujeito de consumo. A modernização da agricultura que iniciou nos anos 50 ganhando destaque nos anos 70, abriu espaço para a territorialização do capital que a partir das empresas multinacionais monopolizam o território, multiplicando-o.

Dos estudos da Ecologia e da Agronomia, surgiu a Agroecologia que proporciona as bases científicas para a agricultura sustentável, cujo enfoque holístico dá-se na análise e utilização dos recursos naturais renováveis para obter alimentação com redução de insumos que danificam o meio ambiente (substituindo-os por alternativos, isto é,

procurando uma agricultura sustentável) para a produção de alimentos que satisfaçam as necessidades do homem moderno.

Agroecologia é definida na atualidade como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo.

Para Leff Enrique (2002): “As práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais de um passado no qual o humano era dono do seu saber e este marcava um lugar no mundo e um sentido para a existência daquele”.

Este assunto, tão antigo a ao mesmo tempo tão atual, deve fazer parte da educação iniciando nos bancos escolares não só nas escolas rurais, mas em todas, pois hoje já se introduz muito lentamente a educação ambiental, só que ainda não tem uma linha definida e não é dado como disciplina nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental nem no Médio, principalmente nos centros urbanos o ensino

de meio ambiente centraliza-se no lixo urbano, porém de onde vem o alimento? Muitas crianças das grandes cidades não sabem de onde vem o leite, isto é, qual a fonte natural do leite?

É preciso que o professor tome a iniciativa, saia dos muros da escola

É somente pela educação que se pode transformar o mundo, desenhar um outro futuro, mais justo, menos perverso. Educar para o desenvolvimento com vistas às futuras gerações. E esse é o papel do educador e das mais diversas instituições. Tome a iniciativa, chame o colega, os pais, a comunidade, saia dos muros da escola. Transforme o seu lugar, no melhor lugar do mundo para se viver e ser feliz (ALVES, 1983).

Portanto, o educador deve ter consciência de que é através de suas aulas que ele poderá desempenhar o seu papel junto à comunidade e transformá-la em um lugar melhor, onde possa haver recuperação dos ecossistemas através do intercâmbio de saberes e interesses científicos e técnicos.

Hoje o desenvolvimento sustentável é parte de novas lutas pela democracia direta e participativa e pela autonomia dos povos indígenas e camponeses, abrindo perspectivas para uma nova ordem econômica e política mundial.

A noção de meio ambiente compreende não apenas a percepção da natureza enquanto conjunto de seres vivos e seres não-vivos, mas também a compreensão da temporalidade e espacialidade de um contexto em constante interação com as ações da mesma natureza e do homem, no entanto as pessoas tendem a associar o termo meio ambiente aos vários problemas ecológicos do mundo moderno, tais como o destino do lixo, a poluição das grandes cidades, o desmatamento, a extinção de espécies animais, entre outros

A palavra biodiversidade deriva da expressão diversidade biológica, compreendendo a totalidade de genes, espécies e ecossistemas de uma determinada região. Existem três diferentes categorias complementares de biodiversidade: a diversidade genética, a diversidade de espécies e a diversidade de ecossistemas.

A conservação desta biodiversidade vai além da proteção à fauna e à flora, pois está ligada inquestionavelmente à sobrevivência do homem na Terra.

A organização dos países em vias de desenvolvimento para produção agrícola voltada para a exportação, assim ficam dependentes surgindo os problemas econômicos, ambientais e sociais decorrentes da escolha deste modelo.

A expansão deste modelo (capitalista) resulta da pressão pela adoção de uma agricultura industrial e que isto inclui riscos como o aumento de furacões e inundações, maior frequência e severidade de secas e a limitação da produtividade agrícola.

Mas a agricultura baseada agroecologia surge defendendo a conservação dos recursos naturais, da agrobiodiversidade, do solo e da água em comunidades rurais de várias regiões, gerada pelas iniciativas de pessoas e organizações diversas. Estes sistemas agrícolas diversificados que produzem frutas, grãos e verduras em pequenas escalas nas pequenas propriedades somam uma produção total maior que as monoculturas produzidas em grande escala.

A agricultura em muitos países em vias de desenvolvimento se construiu sobre os recursos locais de terra, água e outros, assim como nas “variedades” locais e no conhecimento indígena, isto é, se construiu com base em uma agricultura tradicional que serve de modelo para outras áreas já que promovem a biodiversidade, sem o uso de agroquímicos e produzindo todo o ano. Tais países são responsáveis por alimentar a maior parte do mundo por séculos.

Por fim a soberania alimentar é um direito de cada nação ou região para manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos em toda sua diversidade. Por esse conceito, o agricultor deve ter direito ao acesso à terra, às

sementes e à água, com enfoque para a autonomia local, aos mercados locais, aos ciclos locais de consumo e de produção, à soberania energética e tecnológica, bem como às redes de agricultor para agricultor.

4- Educação rural

No contexto educacional, a educação rural tem uma função importante para a continuidade ou não de processos sócio-

culturais de produção, como o próprio trabalho, a convivência grupal e outros tantos valores.

A escola do campo, que tem características homogenizadoras, constitui uma escola pensada para o homem rural e não construída por ele. Assim, é uma escola que se localiza no campo, mas não pertence ao campo, à medida que seus sujeitos não fazem parte dela (WIZNIEWSKY, 2010, p.29).

Há diferenças entre educação rural e educação do campo, onde que a primeira como coloca a autora é que está no campo mas não se identifica com a realidade da população rural, pois impõem a cultura urbana, conteúdos urbanos, sem

uma reflexão de que educação a população rural deseja, quais suas necessidades, como contribuir para a formação de pessoal que sejam capazes de construir sua própria história sendo sujeitos e não mais manipulados pela sistema

capitalista. A educação rural visa preparar mão de obra para atender as necessidades do sistema.

A escola no meio rural é um segmento da sociedade onde grupos de pessoas se reúnem para construir

conhecimento a partir do que já existente, bem como para a troca de experiências histórico-sociais.

Durante os primeiros anos de luta, os sem terra tinham por prioridade a conquista da terra. Entretanto verificaram que isso não era o bastante. Quando conquistada a terra haveria necessidade de continuidade na luta o que exigiria conhecimentos tanto técnicos como públicos para compreender a conjuntura econômica e social vigente no país e especificamente no campo. Desta forma surge uma maior preocupação do MST com a educação (LENER, 2007, p.30).

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os trabalhadores sem terra do MST também começaram a lutar por escolas no campo. As famílias sem terra começaram a mobilizar-se pelo direito à escola e, especialmente, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença.

Fernandes (2004 p.202): “No fundo, o processo de Reforma Agrária inaugura uma nova história dos homens e

das mulheres. Inaugura uma cultura, que nasce de um processo do mundo e, por isto mesmo, implica transformações sociais.”

As transformações sociais são resultados do processo do mundo como menciona Fernandes, porém a escola tem grande papel nesse contexto, como visto a escola no meio rural é um seguimento da sociedade onde grupos de pessoas

se reúnem para construir conhecimento a partir do que já

existente, bem como a troca de experiências histórico-sociais.

5- Educação e o ensino de Geografia

Delors (1999, p.71) comenta que "em todos os setores, mesmo na agricultura, sente-se a necessidade de competências evolutivas articuladas com o saber-fazer mais atualizado".

A discussão sobre o papel da educação na sociedade vem de longo tempo. Trata-se de algo que vai além de transmitir conhecimentos, na medida em que é por meio da educação que se prepara o indivíduo para um futuro.

Hoje a realidade é outra, não se pode ter um professor em posição passiva, sendo meramente transmissor de saberes. É necessário confrontar informações e incentivar os educandos na reconstrução de conhecimento que, enquanto sistematizado, se dá justamente em espaços

escolares. "A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio e identificador" (LEITE, 1999, p.99).

Por isso, no processo de aprendizagem, deve-se observar a bagagem de conhecimento que o aluno traz consigo e, a partir daí, oportunizar ao mesmo que possa se tornar um cidadão consciente e um sujeito transformador da sociedade.

Aspectos importantes a se considerar são os papéis desempenhados pelos diferentes atores do processo educativo, como o papel do docente, do discente e da família,

onde cada um possui uma função indispensável, passando pela organização do currículo que deve contemplar não apenas conteúdos didáticos, mas atividades, propostas de ações e estratégias, em que cada membro da comunidade escolar possui o seu papel, tendo em vista o exercício da cidadania.

Para que o professor possa exercer o seu papel com competência, ele necessita de uma formação inicial baseada nos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser), além dos conhecimentos básicos de cada disciplina. Cita-se, ainda, a importância de uma formação continuada através de cursos, seminários, onde os professores buscam atualização devido ao grande volume de informações que estão em constantes transformações.

Conforme Delors (1999, p.48) “A educação deve, pois, procurar tornar o indivíduo mais consciente de suas

raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas.”

O educador deve, nesse sentido, partir do ensinamento do local onde o educando está inserido, com vistas a valorizar e incentivar sua origem e sua história, para que o aluno construa seu conhecimento a partir do meio em que vive. Entretanto, não se pode deixar de trabalhar o contexto, o global, a compreensão de mundo e conhecer o que está próximo do educando.

Assim, para Delors (1999, p.89) “à educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”.

A educação, portanto, constitui-se no caminho para o desenvolvimento pessoal e coletivo, pois, através dela, ocorre contanto e troca constante de informações.

Por um lado, ensinar é provocar situações, desencadear processos e utilizar mecanismos intelectuais requeridos pela aprendizagem, que permitirá aos professores empregarem métodos ativos, para engendrar a ação didática em bases sólidas (OLIVEIRA, 2002, p.217).

Nesse contexto educacional, a educação rural tem uma função importante para a continuidade ou não de processos sócio-culturais de produção, como o próprio trabalho, a convivência grupal e outros tantos valores.

Como visto, a escola no meio rural é um segmento da sociedade onde grupos de pessoas se reúnem para construir conhecimento a partir do que já existente, bem como para a troca de experiências histórico-sociais. No entanto, deve-se atentar para alguns aspectos relevantes:

Elaborar um ensino rural não é dicotomizá-lo e sim trabalhar com as suas especificidades. O rural e o urbano têm formas de vida diferenciadas. Na medida que essas especificidades são trabalhadas, há uma tendência de superar a dicotomia entre o campo e a cidade, extinguindo as discriminações e os preconceitos próprios do tipo de estrutura social capitalista, vigente entre nós (LUCAS, 1998, p.129).

A partir disso, é necessário que se trabalhem conteúdos da realidade do meio rural, enfatizando a cultura campesina, a

fim de valorizar esse espaço geográfico e observar que a qualidade de vida, no campo, não é inferior à da cidade. Para

isso acontecer, é indispensável um planejamento interligado com a vida rural, que atenda as necessidades do público local e que proporcione o desenvolvimento do pensamento crítico.

A realidade da escola rural enfrenta vários obstáculos, evasão escolar; analfabetismo; professores formados na realidade urbana e que residem nas cidades, tendo, assim, pouco contato com o cotidiano do aluno, desconhecendo suas dificuldades, anseios, expectativas e até mesmo os seus sonhos; conteúdos fora da realidade ou mesmo de sua compreensão, trabalhados da mesma forma que no meio urbano; além do descaso do poder público, que se lembra do meio rural somente em períodos eleitorais. Ortiz (2000) nos lembra que “(...) a educação não tem poder de mudar as estruturas agrárias, porém uma educação na dimensão conscientizadora significa refletir, desadaptar, recriar, num esforço permanente o sujeito histórico, fazendo com que ele saia do imobilismo histórico-cultural para a luta para libertação, numa atitude de transformação” (p.29).

Sob esse viés, torna-se relevante levar o aluno a perceber que sua capacidade de aprender e de desenvolver potencialidades não é inferior à dos alunos residentes no meio urbano. Isso se faz necessário para tirar a população rural do conformismo e incentivá-la a permanecer no meio rural, sem deixar a educação em posição secundária, uma vez que é a partir dela que se torna possível aprimorar técnicas e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida.

Conforme Dorfman (1998, p.108), “o conhecimento do local enseja a identidade com o mesmo, levando a uma ação comprometida”. Portanto, para que, de fato, se alcancem os objetivos da educação, formando pessoas cidadãos e sujeitos de suas próprias histórias, é indispensável a valorização do meio rural, o que pode ser feito a partir da introdução de conteúdos significativos sobre o local onde os educando residem. Dessa forma, contribuir-se-á, também, para a redução do êxodo rural, outro grande problema rural.

Nesse sentido, acredita-se que o ensino de Geografia pode ajudar a mudar essa realidade, pois o estudo da

disciplina representa a preocupação de diversos estudiosos em busca de subsídios para construção de um ensino de Geografia crítico.

Hoje, o ensino de Geografia escolar já passa por mudanças de concepções, enquanto, antes, havia apenas a transmissão de conteúdos, através da memorização de datas, conceitos e fatos isolados, além da separação do homem e natureza, ou seja, geografia humana e geografia física. Tratava-se, pois, de um ensino fragmentado e sem fazer relação com a realidade do educando.

Percebe-se, no ambiente escolar, que a disciplina de geografia é ministrada de maneira maçante e sem atingir seus objetivos, dentre os quais considera-se relevante despertar, no aluno, uma visão crítica da realidade onde está inserido.

É nessa perspectiva que surge a concepção da Geografia Crítica que, segundo Vesentini (1998, p.36), “trata-

se de uma geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais”, onde o homem é o agente transformador do meio, sendo este sujeito e não objeto.

O educador deve, portanto, ser o mediador do processo de construção do conhecimento, enquanto o educando necessita deixar de ser passivo para ser atuante e centro do processo de ensino e aprendizagem. É dessa forma que pode ser viável a compreensão, por parte do aluno, de seu papel histórico e político na comunidade onde está inserido, além do desenvolvimento do senso crítico e da habilidade de manter um diálogo comprometido e atuante, tornando-se responsável pela sua história.

O professor precisa incentivar, com criatividade, a descoberta do novo, através da pesquisa, da observação e da análise do objeto de estudo, valorizando as habilidades e potencialidades de cada um.

Fundamentalmente, isto é criticidade hoje, na perspectiva do ensino de geografia: deixar o educando se libertar das amarras da dependência intelectual e de pensamento, encontrar a sua criatividade e imaginação, aprender a pensar a partir do diálogo com o real e com as obras culturais, se descobrir como cidadão e, conseqüentemente, agente de mudanças (VESENTINI, 1992, p.131).

Esse ‘aprender a pensar’ que o autor coloca vai além do pensar intelectual. Trata-se de um pensar crítico associado à visão de mundo que o aluno deve construir no decorrer de sua aprendizagem. E isso ocorrerá quando o professor deixar de lado certas preocupações, como vencer conteúdos; preparar os alunos para o vestibular e PEIS; encher o caderno com conteúdo para demonstrar que ensinou; cobrar a memorização através de provas. Parte-se, aqui, da concepção de que bom professor não é aquele que muito ensina, mas aquele que aponta o caminho para que o aluno

busque o seu conhecimento e mostra que ele é sujeito da sua própria história.

O educador, nesse processo, deve manter-se em constante aperfeiçoamento, ser um pesquisador nato, para exercer o seu papel com compromisso e dedicação. Esse caminho é contínuo e envolve muito estudo, leitura, busca de novas alternativas, além do diálogo com os colegas para ‘desabafar’, dividir ansiedades, compartilhar idéias e construir um ambiente de troca de experiências. Nessa perspectiva, o profissional magistério necessita estar aberto a novos conhecimentos e para aprender com os próprios educandos,

pois eles não são uma ‘tábula rasa’, já que trazem, consigo, uma bagagem muito rica que deve ser utilizada na construção do saber, valorizando as suas experiências.

Portanto, são grandes os desafios para a construção de um ensino eficiente e com resultados. Mas, ao mesmo tempo, não está distante a solução para esses desafios.

Basta uma ação docente coerente com o nosso papel de mediadores, para que o nosso aluno cresça intelectualmente e passe a ser um cidadão consciente e transformador da sociedade atual.

Outro aspecto importante é o estudo do lugar.

Lugar é uma construção social e deve ser compreendido tanto como uma localização quanto como uma configuração de “permanências” relativas internamente, heterogenia, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral de espaço-tempo de processos sócio-ecológicos. Ou seja, processos específicos contidos e expressos dentro do processo global (FERREIRA, 2000, p.71).

Deve se levar em conta que o local não é somente o meio físico, mas também as limitações apresentadas pelo meio, observando a totalidade de todos os processos interligados. Sendo o espaço geográfico palco de tantas interferências, modificações realizadas, principalmente, pela ação do homem.

Por isso, o estudo do lugar é importante, pois permite que o educando entre em contato com sua realidade e, a partir daí, compreenda as problemáticas globais, partindo do local para atingir o global, e se torne um ser crítico e disposto a assumir o seu papel na sociedade, fazendo sua parte para a construção de um mundo mais humano e justo.

6- Educação ambiental

O papel primordial da educação é preparar para o convívio reflexivo e transformador, capaz de deixar marcas positivas no mundo, através do exercício consciente e ativo da cidadania. Este preparo supõe o conhecimento e compreensão de como funciona a realidade, incluindo seus progressos, suas limitações e seus grandes questionamentos. Inserida neste contexto de observação, análise e transformação do real se encontra a abordagem das questões ecológicas, na forma da educação ambiental, em seus procedimentos formais e informais.

A educação ambiental surgiu como integrante do movimento ecológico em geral, gestando-se partir da preocupação da sociedade com o futuro do planeta Terra e da vida humana, com a qualidade da existência de todas as

formas de vida no transcorrer do tempo e sob o impacto da ação do homem. Seus primeiros passos foram como prática de conscientização em relação à finitude dos recursos naturais e à necessidade de preservação dos mesmos.

A educação ambiental compreende uma forma abrangente de educação, que se propõe a alcançar todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente, que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre as questões ambientais, compreendendo-se como crítica a capacidade de perceber a origem e a evolução de problemas ambientais (AMBIENTE BRASIL, 2009). Porém, como ressaltam os **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais:

Embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as instâncias de poder, a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mobilização por melhorias profundas do ambiente, e nada inócuas. Ao contrário, quando bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter importantes conseqüências sociais (BRASIL, 1998, p.182).

Por impor à sociedade a premência de se encontrar novas formas de pensar e de agir, tanto individual como coletivamente, e por atrelar inquestionavelmente a preservação do meio ambiente ao respeito à vida nas suas mais diversas formas, realizações e manifestações naturais, sociais e culturais, a educação ambiental atinge pontos nevrálgicos do mundo moderno, como a satisfação imperiosa das necessidades econômicas. Daí o mal estar que pode causar entre alguns setores e a necessidade ainda maior de se pensar em educar para a sustentabilidade e para uma consciência holística, mas reflexiva e ativa, que possa aliar a conquista de riquezas à manutenção do equilíbrio ambiental, proporcionando os frutos do progresso econômico não só a

uma parcela mínima de privilegiados, mas também às camadas mais desvalidas da sociedade.

No tocante às propostas de trabalho em educação ambiental, existe uma ampla cartografia de correntes, as quais representam diversas concepções de meio ambiente e da relação entre as questões ambientais e a práxis educativa como um todo. Dentre as várias vertentes de abordagem ambientalista, destacamos aqui a corrente conservacionista/ recursivista e a corrente da sustentabilidade, na medida em que a última inspira as diretrizes de nosso trabalho e a primeira encontra pontos de confronto com o mesmo, sobretudo no que tange às implicações entre condição ambiental e condição social.

O conservacionismo/recursivismo se preocupa com a conservação dos recursos naturais disponíveis, tanto em quantidade como em qualidade. Esta preocupação está desvinculada da percepção dos recursos _ água, solo, energia, plantas, animais, etc. _ enquanto elementos do equilíbrio ecológico em si, com existência e funcionalidade próprias. “Encontramos aqui uma preocupação com a ‘administração do meio ambiente’, ou melhor dizendo, de gestão ambiental” (SAUVÉ, 2005, p.20).

O conservacionismo remonta às comunidades que lidam com a escassez constante de determinados materiais, assim como se relaciona basicamente às estratégias de redução, reutilização e reciclagem, que se configuram como pilares do

ecoconsumo. Embora tenha incorporado, nos últimos anos, alguma preocupação com a equidade social, seu foco se encontra inquestionavelmente na garantia de um devir proveitoso para a natureza, pois como enfatiza Sachs *apud* SAUVÉ (2005, p.21), “Um recurso é uma coisa que não cumpre seu fim senão quando é transformado em outra coisa: seu valor próprio se volatiliza ante a pretensão de interesses superiores”.

Na contramão do utilitarismo recursista, a corrente da sustentabilidade apregoa a necessidade de se pensar no meio ambiente *pari passu* às exigências de desenvolvimento da sociedade e à extensão dos benefícios do progresso a todas as camadas da população.

O desenvolvimento econômico, considerado como a base para o desenvolvimento humano, é indissociável da conservação dos recursos naturais e de um compartilhar equitativo dos recursos. Trata-se de aprender a utilizar racionalmente os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã. A educação ambiental torna-se uma ferramenta, entre outras, a serviço do desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, 2005, p.37).

A perspectiva desenvolvimentista pretende superar a carência de preocupação com as questões sócio-culturais inerente às visões mais naturalistas da educação ambiental. Seu objetivo é colocar em cheque as disparidades econômicas, a pobreza, a atenção às necessidades básicas do ser humano, como realidades agudamente imbricadas à problemática da preservação do meio ambiente. Neste sentido, lutar pela manutenção de uma natureza íntegra é também pugnar pela construção de um equilíbrio de relações entre as pessoas e os grupos, salvaguardando seu direito à identidade e a uma configuração cultural próprias.

Partindo desta vertente desenvolvimentista, precisamos discutir conceitos que se fazem prenhes de significado diante da teoria e da prática de uma educação ambiental sintonizada com a realidade natural e sócio-cultural do momento. São eles: a própria sustentabilidade, a diversidade e a aparentemente óbvia noção de meio ambiente.

A noção de meio ambiente compreende não apenas a percepção da natureza enquanto conjunto de seres vivos e seres não-vivos, mas também a compreensão da temporalidade e espacialidade de um contexto em constante interação com as ações da mesma natureza e do homem. Assim, o meio ambiente é entendido como:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 1995, p.11).

Ao que os **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais, completam:

O termo “meio ambiente” tem sido utilizado para indicar um “espaço” (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso dos seres humanos, ao espaço físico e biológico soma-se o “espaço” sócio-cultural. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, os seres humanos também mudam sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vivem (BRASIL, 1998, p.233).

Em um primeiro momento, as pessoas tendem a associar o termo meio ambiente aos vários problemas ecológicos do mundo moderno, tais como o destino do lixo, a poluição das grandes cidades, o desmatamento, a extinção de espécies animais, entre outros. Há um impulso na direção de se abstrair a responsabilidade sócio-histórica-cultural dos seres humanos na transformação deste meio ambiente de toda e qualquer conotação reflexiva, investindo o homem ou do status de mocinho ou da pecha de vilão da preservação ambiental. Nesta perspectiva, o homem está fora do meio ambiente, apenas atuando maléfica ou benéficamente sobre ele.

No entanto, existe toda uma história de vida do ser humano na Terra, a qual supõe todo um conjunto de pensamentos e manipulações dos grupos sociais no que tange à natureza. Passamos da natureza ameaçadora e assustadora à natureza encantadora e utilitária; da necessidade de contenção e disciplina ao imperativo de tirar proveito.

Fruto de milhões de anos de evolução, os seres vivos _ animais e vegetais _ em sua relação contínua e diversificada com os fenômenos físicos e químicos, assumindo características espaciais e temporais dentro de processos

históricos peculiares, ramificaram-se em numerosas espécies, entre elas o *homo sapiens*. Por sua vez, os seres humanos formaram as mais distintas comunidades, irmanados pela paridade sócio-cultural. Assim o meio ambiente planetário se abriu à diversidade, estruturando variados microcosmos dentro de um macrocosmo único.

A palavra biodiversidade deriva da expressão diversidade biológica, compreendendo a totalidade de genes, espécies e ecossistemas de uma determinada região.

A conservação desta biodiversidade vai além da proteção à fauna e à flora, pois está ligada inquestionavelmente à sobrevivência do homem na Terra. A segurança ambiental está associada à manutenção da coexistência entre vários microorganismos. Portanto, explorar as diversas formas de vida é um ato que demanda bom senso e reflexão, uma vez que não pode se coadunar com a destruição do equilíbrio original da natureza.

Do terreno biológico, a diversidade adentra a esfera sócio-cultural. É importante reconhecer a enorme variedade de modos de vida, de relações sociais, de construtos culturais desenvolvidos pelos seres humanos ao longo de sua história. Apesar da influência do ambiente natural sobre estas configurações, não se pode negar a participação decisiva da imaginação e da criatividade do homem na formação e consolidação da identidade social e expressão cultural de suas comunidades.

A interação harmoniosa entre espécies e culturas permite a sobrevivência do planeta no sentido do que se compreende como sustentabilidade, ou seja, práxis de desenvolvimento social, econômico e cultural que possam ser realizadas indefinidamente, sem alterar o equilíbrio e a segurança da vida na Terra.

O modelo de desenvolvimento da nossa sociedade industrial está se esgotando por não conhecer limites, porque ocorreu de forma desordenada, sem planejamento e à custa de níveis crescentes de poluição e degradação ambiental. Estes problemas começaram a causar impactos negativos significantes, num primeiro momento de forma localizada, mas que atualmente adquirem importância global, e cujos sintomas são percebidos na degradação dos recursos naturais, nas disparidades sociais e na onda crescente de conflitos pelo planeta (TORRES, 2003, p.146-147).

A sustentabilidade propõe uma revisão desta caminhada, modificando comportamentos e esboçando práticas que podem contribuir para uma remodelação desta sociedade doente, reequilibrando-a e prevenindo futuras recaídas na onda do desenvolvimento a qualquer preço.

Os conceitos de meio ambiente, diversidade e sustentabilidade servem como baliza para o desenvolvimento de um trabalho em educação ambiental, tanto formal como informalmente, o qual contemple a compreensão, análise e transformação da realidade, partindo da comunidade em que moramos para alcançar nossa casa maior, o planeta Terra. Neste sentido, vejamos como pode ser conduzido este

processo nas práticas de educação ambiental oferecidas pela escola.

Trabalhar a realidade imediata é vital, mas o educador não pode ignorar o interesse de seu alunado pela dimensão global da questão ambiental, buscando integrar os aspectos regionais ao contexto mais amplo que abarca o mundo inteiro. Conhecer o significado de termos como proteção, preservação, conservação, recuperação, reabilitação e degradação ambiental, juntamente com a compreensão das noções de meio ambiente, diversidade e sustentabilidade, aplicados nos âmbitos planetário e regional, oferece suporte para que ações sejam discutidas, planejadas

e executadas, exercendo-se a cidadania ativa (BRASIL, 1998). E mais:

Conhecer o significado mais preciso desses termos e as leis de proteção ambiental que incidem sobre a região em que a escola se insere é importante para os professores. Por sua função mesma de oferecer oportunidades para que os alunos se exercitem no desempenho da cidadania e, mais ainda, para que a escola saiba como assumir sua responsabilidade como instituição do bairro, do município, como parte da sociedade local instituída (BRASIL, 1998, p.237).

Cabe à equipe gestora da escola, em suas instâncias administrativa e pedagógica, preparar os docentes para trabalharem com o alunado dentro deste contexto de integração crítica e cidadã.

É preciso que os educadores estejam a par das questões ambientais tanto em âmbito mundial como em âmbito local. Refletir sobre o que acontece com a natureza,

com as comunidades, o devir dos fenômenos étnico-culturais, desde as mais longínquas regiões do planeta até as circunvizinhanças da escola, é essencial para que um debate profícuo possa ser instaurado. E o debate deve começar já na sala dos professores, mobilizando-os para que troquem informações, discutam notícias e planejem iniciativas de trabalho integrado, seja em sala de aula, seja na forma de projetos de extensão à comunidade.

7- Considerações finais

A educação ambiental não pode ser entendida como um simples acréscimo aos conteúdos das disciplinas tradicionais, mas sim como algo intrínseco a toda práxis educativa escolar, englobando esforços por parte de professores, especialistas em educação e famílias da comunidade escolar. A formação de consciências reflexivas e críticas, capazes de reformularem hábitos e apontarem soluções para a problemática ambiental está na raiz da prática de uma cidadania ativa e solidária, cuja sede de compreensão e transformação da realidade é notória, devendo ser entendida e adequadamente canalizada pelos educadores.

Constata-se que é na escola que o aluno construirá o conhecimento científico, tomará consciência de seus atos e despertará para um mundo a ser descoberto, sendo necessário aprender a viver e a crescer em conjunto com as relações sociais.

Fronteiras da Pesquisa em Geografia

O educador deve valorizar a cultura presente em cada comunidade, resgatando a história de vida e fazendo uso da bagagem que cada um traz consigo. O papel dos educadores que atuam no meio rural, nesse sentido, é ainda maior, pois precisam oferecer um ensino de qualidade, preparando os alunos para a busca de melhores condições de vida.

A educação faz parte da dinâmica, das relações sociais, pois estão envolvidas nos interesses sociais, econômicos, políticos e culturais e essas relações existem em qualquer parte do planeta. Sendo o professor o mediador, sua visão sobre o homem é decisiva na sua prática educativa. É necessário ocorrer o planejamento para o sucesso de uma prática educativa, pois o planejamento é o momento em que o professor reflete sobre o que e como trabalhar, expressa seus objetivos, o porquê de ensinar determinado conteúdo. Assim, se obtém uma melhor organização e segurança, observando

as etapas necessárias para a compreensão do planejar, que consiste em pensar o caminho para uma boa aula, organizada em forma de planos, roteiros, propostas, projetos.

Assim, torna-se possível a re-significação dos conteúdos e a sua aproximação com a realidade em que o aluno está inserido.

Portanto, existem muitos desafios, principalmente nos longínquos rincões do campo, mas se exercermos conscientemente e de forma comprometida, o nosso papel de formadores de pessoas cidadãs, buscando aperfeiçoamento constante, será possível que os alunos sejam sujeitos de sua própria história e agentes modificadores da sociedade atual.

Referências

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao Jogo e suas Regras. São Paulo: Loyola, 1983.

ALMEIDA, J.A. problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. P. 17-26.

AMBIENTE BRASIL. Educação ambiental. Disponível em: <WWW.ambientebrasil.com> Acesso em: 25 jun.2011.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BRASIL – MINISTÉRIO DAS CIDADES. Estatuto das Cidades. Brasília: Governo Federal. 2002.127p.

BRASIL – Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DAVID, C. de. Agricultura familiar em assentamentos rurais contribuições à dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. In: MARFON G. J. (Org.); PESSOA V. L. S. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações espaciais: Reflexões institucionais e constituição de grupos de pesquisa rural e no urbano**. Uberlândia: Assis, 2008. p. 15-38

DELORS, J. **Educação, um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

DORFMAN, A. A construção da cidadania e do conhecimento ambiental através da Geografia na escala local. In: SCHAFFER, N. O. (Org.). **Ensinar e Aprender Geografia**. Porto Alegre: Aleph Editorial, 1998.107-109.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no governo Cardoso e no governo Lula: Desafios da Geografia Agrária. In: MEDEIROS, R. M. V. (Org); FALCADE, I. (org). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. p. 171-187.

FERREIRA, L. F. **Acepções Referentes do Conceito de Lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Revista Território, ano V, nº 9.p. 65-83, jul./dez. 2000.

HESPANHOL, R. A. De M. A crise da cafeicultura e diversificação produtiva em pequenas propriedades rurais na microrregião geográfica de Dracena-S.P. In: MARFON G. J. (Org.); PESSOA V. L. S. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações**

espaciais: Reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa rural e no urbano. Uberlândia: Assis, 2008. p. 159-178

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LERNER, F. **A compreensão do lugar e a valorização do espaço agrário:** O caso da Escola São Francisco, Júlio de Castilhos. 2007.107f. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

LUCAS, R. E. A. A educação escolar: Formação do professor e o ensino rural. In: SCHÄFFER, N. O. (Org.) [et al]: **Ensinar e Aprender Geografia.** Porto Alegre: Aleph Editorial, 1998. 129 -130.

MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais:** reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural urbano. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

OLIVEIRA, L. de. O ensino / aprendizagem de geografia nos diferentes níveis de ensino. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). PONTUSCHKA, N. N. (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, 2002. 217 – 220.

ORTIZ, A. C. M. **A educação Ambiental em Escolas Rurais: Um estudo nas escolas estaduais do distrito de Boca do Monte.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2000.

REIGOTA, M.: **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo. Cortez.1995.

SANTOS, S. M. P. dos. (org). **A ludicidade como ciência**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: CARVALHO, I.; SATO, M. (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.p. 17-44.

TORRES, P. L. (Org.). **Uma leitura para os temas transversais**. Curitiba: SENAR-PR, 2003.

VESENTINI, J.W. **Para uma geografia crítica na escola**. Ática: São Paulo, 1992.

_____. Geografia crítica e ensino. In: OLIVEIRA, U. de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 6 ed. São Paulo. Contexto, 1998. p. 30-37.

WIZNIEWSKY, C.R.F. A contribuição da geografia na construção da educação do campo. IN: MATOS, K.S.A.L. de (org); WIZNIEWSKY, C.R.F. (org) **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p.27-38

1Licenciada Geografia. Mestranda em Geografia/UFSM. E-mail: elianeweber1@yahoo.com.br

2 Orientador Professor Adjunto do Departamento de Geociências/CCNE/UFSM. Doutor em Geografia/UFSC. E-mail: cdedavid2009@gmail.com

Cristiomar Goloⁱ

1. Introdução

Nos dias atuais, inúmeros os profissionais, de diferentes áreas do conhecimento – geografia, história, sociologia, arquitetura, etc., – que trabalham a ‘cidade’ como objeto de estudo e, portanto de questionamento. Instigado a procurar compreender a ‘cidade’ como construção cultural, tanto no tempo como na perspectiva do “espaço”. Como categoria de análise, procuro pensar a cidade e o urbano a partir do elemento cultural. Nessa discussão, porém, inúmeros são os autores onde poderíamos estar construindo,

estabelecendo diálogos. Porém, para a análise aqui pretendida, torna-se importante cotejar alguns autores específicos, de acordo com as leituras até aqui realizadas, cuja discussão é vital para problematizar a ‘cidade’ enquanto categoria de análise, ou seja, não irei me deter em uma determinada temporalidade e espacialidade. Pelo contrário, buscarei apenas trazer para o debate algumas discussões que considero essenciais para pensar a cidade, do ponto de

vista teórico ou não, enquanto objeto de pesquisa, tanto em concepções geográficas como históricas.

De fato, neste trabalho, priorizo a discussão em relação à produção do espaço citadino, onde tentarei mostrar como é possível compreender esta produção a partir de uma determinada perspectiva de análise.

Portanto, precisamos de outro pensamento, provavelmente de outro conhecimento que nos conduza nesse processo, e esse conhecimento é um conhecimento que tem que ser produzido por outra forma. Esse pensamento tem que ter uma característica que me parece realmente complexo. É que ele tem que ser suficientemente igual ao seu tempo para poder imergir nele, para se poder afundar nele, para poder ser parte dele.

Sabemos que nomeadamente o pensamento crítico moderno teve muitas vezes dificuldade nessa imersão, ressentiu sempre de alguma maneira a sua igualdade com o seu tempo, quis manter sempre uma diferença. É necessário que o nosso pensamento seja simultaneamente igual a este tempo que é realmente complexo. Portanto ele tem que ter

alguma turbulência, e algum caos, que é próprio do próprio tempo que ele quer pensar.

‘Mas, ao mesmo tempo, tem que ser suficientemente diferente para poder pensar, para poder emergir, para poder ver com alguma distância crítica o que se está a passar’.ⁱⁱ

Neste sentido, pensando a cidade é profícua uma abordagem por meio de Milton Santos. Esse autor, muito prestigiado pelas suas abordagens relativas à cidade, sendo uma referência nacional na área das ciências humanas e sociais, especialmente da geografia, no quesito discussão a respeito da produção do ‘espaço’, bem como na problematização da própria noção de ‘tempo’.ⁱⁱⁱ Desta forma, distancio-me das análises comumente utilizadas onde o fator econômico é essencial na problematização da cidade e do urbano. Assim, o objetivo central é procurar mostrar como é possível pensar a cidade a partir da questão da subjetividade e das relações de poder. Poder-se-ia dizer que, todas as questões e questionamentos em relação à cidade e ao cada vez mais comentado “problema urbano” – questões relativas à segurança, habitação, saúde pública, trabalho, etc... – não

são pensadas e elaboradas aqui como problemas exclusivos da ‘globalização’, mas por múltiplos fatores, ou melhor, o problema urbano é um problema global, mas também local. Sendo construção cultural, a cidade moderna (podemos pensar na construção da Paris moderna da segunda metade do século XIX, transformações realizadas pelo Barão Haussmann)^{iv} foi normalizada, disciplinada, construída através das relações de poder, e este poder não está no

Estado, mas é um “poder capilar”,^v micropoderes, presentes nas ações de engenheiros, arquitetos, urbanistas, políticos, etc. Portanto, penso a cidade do macro para o micro e do micro para o macro, o tempo todo, percebendo o global, mas também o local, as especificidades históricas de cada momento e espaço. Então aqui a recusa em pensar a cidade somente em termos de globalização, da superestrutura como fator determinante das infra-estruturas econômicas.

2. A cidade enquanto fator cultural

“Para problematizar a cidade em termos culturais, torna-se relevante uma discussão em torno da importância da própria noção de “cultura”. Considero o elemento cultural como fundamental na constituição do espaço citadino. Nesse sentido, um diálogo com Stuart Hall é profícuo na medida em que possibilita-nos perceber como e porque a cultura é central em nossa contemporaneidade. Para Hall (1997, p. 20),

escrevendo no final do século XX, explicita que por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. E em seguida, acrescenta que ‘não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas e que as políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural’.

Citei Hall na perspectiva de trazer outros autores para esta discussão. Sem dúvida, podemos discorrer sobre a temática da cidade, levando-se em conta a questão do discurso e do simbólico. Michel Foucault, por exemplo, mostra-nos com clareza a importância do elemento discursivo

em suas análises. Por outro lado, autores como Pierre Bourdieu trabalham com o simbólico. De acordo com Bourdieu, o poder simbólico é um 'poder invisível'. E este poder invisível, foi de valiosa importância na formação e constituição da cidade na história.

(...) num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Neste sentido que Bourdieu coteja á respeito de “[...] quem tem a visão pode fazer a divisão do espaço onde está inserido” (1989, p. 113). Esta mesma divisão é estabelecida através do poder que o discurso traz, e, torna-se imprescindível para o poder, a produção de discursos.

Quando falamos em discurso e poder não podemos discutir sem voltar em Michel Foucault. Já que o autor, em seu

eixo temático, traz o poder inserido através do discurso e argumenta que somente os indivíduos qualificados poderão cumprir as exigências impostas e entrar nesta ordem do discurso. Nesta perspectiva, assinala Foucault que nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a

todos os ventos e postas, sem restrição prévia, á disposição de cada sujeito que fala.

Portanto quando falamos em discurso e poder é no sentido do mesmo estar inserido num determinado espaço geográfico e agindo com os sujeitos ali existentes, estabelecendo fundamentos para o proveito do território e dos seus valores políticos, econômicos e culturais. A região, segundo Bourdieu (1989, p. 112), pode ser criada ou vinculada às etnias, identidades pertencentes á terra, proporcionando assim estigmas ligados àquela região e aquele regionalismo pré-estabelecido e vinculado. Pois na prática social a língua, o dialeto ou o sotaque são meramente representações mentais. Então o poder exercido pelo discurso a partir daí á de ser devidamente fundamentado, já a 'região' do ponto de vista econômico precisa se apoderar deste discurso e fazer com que o mesmo dê a impressão de verdade e totalidade.

A região é um tema também instigante que faz com que o Palestino Edward Said (1990) escreva sobre o Âmbito do Orientalismo inspirado principalmente por governantes

como Arthur James Balfour que esteve na colônia britânica como a do Egito. Balfour diz que o Egito é o que a Inglaterra deseja. O Oriental é proveitoso quando o mesmo é residente de colônias produtivas, já que o Egito era o atraso da colonização Oriental.

O conhecimento segundo Said é posto como arma. O autor comenta as 'consequências' do conhecimento. O povo britânico ao dominar parte do Egito e desmistificar o Oriental sabe muito bem o que isso quer dizer e o que isso pode trazer de benéfico, se esse conhecimento for bem absorvido e posto de forma complexa. 'O conhecimento confere poder'. Os Orientais estão postos como raça submetida (principalmente os Egípcios). O Oriente é posto como vazio, como onipotente, então é preciso colonizar, cuidar das terras, preencherem o "vazio" demográfico existente e, se responsabilizar pelo fator econômico. Isso é o que a Inglaterra faz com o Egito, è a Inglaterra que conhece o Egito, e, para os mesmos o Egito é o que a Inglaterra concede, não ultrapassa disso. È preciso reeducar o Oriental, já que o 'Oriental é diferente, é irracional, o Europeu que é normal e racional tem que proporcionar isso'.

A modernização tratada por Said teve um importante acontecimento na invasão Napoleônica em 1798 no Egito, fez com que o Egito e, posteriormente o Oriente progredisse, tanto em âmbito cultural, como sócio-econômico.

Portanto, a conquista do território se torna vital para as sociedades, e o discurso fica como ferramenta que

proporciona isso. O Ocidente tem o alcance e/ou o conhecimento para poder se sobressair sobre os demais e conquistar os territórios desejados. Palco de muitas lutas o mundo Oriental não consegue ser independente (principalmente de deixar ocorrer a “invasão” Ocidental), enquanto o Ocidente tem ampla visão dos espaços e assim como dos seus desejos.

2.1. Cidade Imaginada, Cidade Concebida: discursos e práticas de poder nos espaços citadinos

“De todas as cidades do mundo, nova York foi a que mais cresceu à custa de demolições; daqui a cem anos, as pessoas terão evidências mais tangíveis da Roma de Adriano do que da grande metrópole de fibra ótica”. (SENNETT, 1997, p. 292)

Bourdieu em “*O Poder Simbólico*” analisa a importância do discurso na (re)distribuição das sociedades no seu contexto espacial. Já Said com “*O Oriente Como Invenção do*

Ocidente” contempla as questões Orientais e os domínios estabelecidos naquele contexto territorial assim como suas

importâncias na distribuição de territórios e os “estranhos” hábitos do mundo Oriental.

Ora, podemos estabelecer um paralelo, nesta problematização da cidade, no qual se percebe a relevância do discurso e do simbólico, nas representações em torno do espaço citadino, com um autor não menos importante. Trata-se de Richard Sennett. Sua análise é imprescindível pelo fato que abre caminhos a compreensão de muitos problemas atuais em torno da cidade. O autor reme-se a experiência corporal do povo, no Ocidente, para discutir a constituição da cidade. Está próximo de Foucault quando enfatiza o elemento discursivo, as representações construídas em torno do corpo como imagem da cidade. Prioriza em suas argumentações a questão dos sentidos, de como fomos moldados para responder a uma determinada urgência, e como fomos sendo privados de sentido ao longo da história. Sofremos hoje, segundo Sennett (2003), de uma “privação sensorial”, uma privação dos sentidos na vida cotidiana dentro do espaço citadino. A questão do poder é também central para este autor. Aqui, então, podemos perceber e estabelecer paralelos

entre este mesmo autor tanto com Bourdieu e Foucault, no que tange a importância do discurso, do simbólico, de como vão sendo construídas representações em torno da cidade. Enfim, poder e cidade são indissociáveis na análise de Sennett (2003, p. 24): “a cidade tem sido um *lucus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completo à imagem do próprio homem”.

Nesse sentido, compreende-se que uma história cultural da cidade e do urbano a partir destas discussões em torno do discurso, do simbólico, da representação e do poder, é viável, e ao mesmo tempo fundamental. Torna-se importante enfatizar, que entendo o discurso como subjetividade. Por isso, Sennett destaca os discursos e representações construídas em torno do corpo, do corpo das pessoas, como referência para entender o passado. Sendo assim, destaca: “... procurei compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana”. Portanto, os sentidos, emoções, hábitos, etc. Da Atenas antiga a Nova York atual é onde se colocado e discutido o

problema do corpo e da cidade, enfim, o da subjetividade como peça-chave para se entender a cidade.

Como parte da subjetividade, entendo o discurso como distante da noção de ideologia. De fato, tanto a subjetividade e o discurso estão em constante construção, imprescindíveis para a legitimação do poder. O poder, desse modo, se mantém através de uma produção do discurso, de um discurso verdadeiro. Essas argumentações são inestimáveis, no sentido que podemos perceber como foi sendo construindo um saber sobre a cidade e o urbano, ou seja, como a urbanização, a constituição da cidade moderna, industrial, com infra-estrutura avançada foi possível nas sociedades capitalistas. A produção da verdade permeia e ao mesmo tempo constitui as relações de poder. Por isso que a questão

da verdade, da produção de um discurso verdadeiro, sempre foi importante para Foucault. Por um lado, os trabalhos de Foucault em torno da loucura (nascimento da psiquiatria), da constituição das ciências sociais, da questão da justiça (nascimento das prisões), do surgimento e formação da medicina social, da discussão em torno do problema da sexualidade, são sem dúvida indispensáveis, pois teremos assim condições de problematizar a constituição e formação de nossa própria sociedade, encontrando-se aqui as múltiplas possibilidades de abordagem histórica, geográfica e sociológica da cidade. Por outro lado, teremos condições de discorrer sobre noções não menos importantes, como a de *modernidade e progresso*. Portanto, a questão do discurso, da produção da verdade, é vital em nossa contemporaneidade. De modo geral, para Foucault,

“Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita.” (FOUCAULT, 1979, p. 231)

A partir das questões discutidas por Foucault, podemos pensar melhor como são constituídas as relações de poder na cidade. Como todas essas questões estão interligadas com o problema urbano, com o problema da modernidade e do progresso. Sem dúvida, é necessário pensar o poder em termos relacionais, percebendo como o indivíduo é produzido pelos efeitos de poder e, assim, como a cidade também vai sendo constituída pelo poder. Na cidade tudo é pensando, planejado. De maneira geral, o trabalho de arquitetos, engenheiros e urbanistas, estão estreitamente relacionados com o poder, com certa rede de poder, pois o poder, nesta perspectiva foucaultiana, se “exerce em rede, em cadeia” (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Analisando sobre Foucault, Soler (2008) comenta que o indivíduo, para Foucault é, portanto, o alvo de um esquadrinhamento histórico. Esquadrinhamento se refere ao conjunto de práticas políticas e sociais: são as disciplinas, os exames, as vigilâncias, por exemplo. Todas elas responsáveis

por instaurar uma fina película reguladora das estratégias de poder.

Neste sentido quando pensamos a cidade, estamos engajando suas transformações por fatores culturais. Para discorrer sobre essa idéia, e mais necessariamente indagar sobre as diversas problematizações propostas pela cidade, analisando o cotidiano dos diversos atores que vivem, transformam e se interagem com a cidade, é que traço uma discussão com Frehse (2001).

Em seu estudo *Potencialidades do Método Regressivo-Progressivo: pensar a cidade, pensar a história* Frehse indaga sobre as transformações da cidade de São Paulo por meio de ‘temporalidades da história’, explicita sobre a perspectiva de compreensão do mundo urbano paulistano durante meados século XIX, analisando-se por meio de alguns acontecimentos marcantes, que fizeram emergir transformações no espaço e no cotidiano dos paulistas. Transformações estas, ocorridas

principalmente a partir de 1870 quando São Paulo passa por uma nova conjuntura, proporcionado por meio de intensas mudanças socioeconômicas, demográficas e urbanísticas, em meio à prosperidade crescente das exportações cafeeiras e do fim da escravatura.

O objetivo principal da autora é a análise, em particular, de como a sociedade paulistana de então procedeu, no âmbito local, da vida cotidiana, o processo histórico que vivenciou – e que ajudou a consolidar -. E de que formas, as pessoas inseridas neste contexto, perceberam e vivenciaram nesse ‘novo’ urbano, pautado por concepções socioculturais escravistas e rurais desse momento histórico em particular. Enfim, entender como a sociedade paulistana lidou com essas realidades históricas, como percebeu as mudanças que iriam se consolidando. A cidade se difunde, em boa parte, pelas novas mercadorias e equipamentos de infra-estrutura moderna introduzidos no espaço urbano pelas novas ruas e bairros que vão sendo rasgados por um território definitivamente alcançado pela especulação imobiliária.

Neste sentido, as contextualizações sobre o cotidiano, neste caso, o cotidiano dos paulistas foi proposto por meio da análise de três jornais de época que circulavam em São Paulo. Os referidos jornais são: Correio Paulistano (CP), fundado em 1854; Diário de São Paulo (DSP), meados de 1860 e Província de São Paulo (PSP) lançado em 1875. E a forma que Frehse preferiu para problematizar essas questões foi por meio da história local e cotidiana, escala de tempo de fatos imediatos e particulares, percebidos como únicos pelas pessoas dia a dia.

Foram analisadas pessoas públicas – ‘simples’ que viviam na cidade e narravam pontos negativos e positivos das aspirações do espaço urbano. Na São Paulo da segunda metade do século XIX. Segundo Frehse, o passado está tão presente, que com este se confunde.

A cidade enquanto percepção deve ser entendida, através de privilégios não somente que indagam sobre o presente. E sim, o modo como as pessoas percebem um ambiente urbano. É importante pensar e entender uma região está presente no imaginário urbano por características

históricas vai se sedimentando na cidade, e também como esse imaginário é construído com projeções para um futuro imaginário urbano.

Quando pensamos em cidade é importante considerar os diferentes agentes que interagem neste processo, ajudando a contextualizar com o espaço citadino. Fábio Duarte (2006) em seu estudo intitulado *Rastros de Um Rio Urbano – Cidade Comunicada, Cidade Percebida*, nos coloca que é importante percebermos que a cidade deve ser compreendida por diversos itens, inclusive nos coloca que pensar a cidade é até mesmo dar-nos ‘voz às pedras’. Comenta o autor que temos que buscar indícios na concretude da cidade de usos e vivências anteriores de uma região e que ainda hoje alimentam a vivência, percepção e representação da cidade - *rastros urbanos* -. De outro lado, enfatizando que a percepção e a representação da cidade estão diretamente ligadas a um imaginário urbano, e que este imaginário é formado por objetos e ações que não se inscrevem tradicionalmente no campo do urbanismo, mas operam pela projeção de signos de uma cidade desejada na

cidade atual, buscamos identificá-los nos meios de comunicação – estratégia de pesquisa a qual chamamos *cidade comunicada*.

Por isso é importante ressaltar que a cidade é tanto a sobreposição irregular das cidades que estiveram antes dela, nela, que foram o antes do que ela é como também a justaposição das vivências urbanas de seus habitantes e de seus usuários. Estes, por sua vez, percebem a cidade por estímulos de elementos urbanos que dela decorrem, mas também a percebem por estímulos (imagens, desejos) que sobre ela projetam. A cidade torna-se assim, também, um caleidoscópio projetivo de várias e variadas percepções que dela se tem e que a imantam, induzindo outras percepções e tornando-se cidade.

As percepções urbanas são tanto apreensões que se tem de elementos concretos da cidade como projeções feitas sobre ela – e é na relação de reflexão e projeção de estímulos que se dá a percepção urbana, a qual direciona, por sua vez, as vivências urbanas e a idéia que se tem de uma região.

Compartilhamos a idéia de Andrés Tello (2010) de que pensar cidade é pensar em um patrimônio. O patrimônio cultural neste sentido tem grande importância para a memória de cada povo, de cada nação, não como simplesmente uma memória passada, mas sim, como um presente da memória e não uma passagem nostálgica.

FERREIRINHA e RAITZ (2010) analisando o pensamento de Foucault e suas institucionalidades vinculadas ao poder comentam que Foucault trata principalmente do tema poder, que para ele não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. O poder em Foucault reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade. Foucault acreditava que os acontecimentos deveriam ser considerados em seu tempo, história e espaço. No que se refere ao poder, direito e verdade, sob a análise de Foucault, existe um triângulo em que cada item mencionado (poder, direito e verdade) se encontra nos seus vértices. Nesse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o

rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão, para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que as relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas necessitam dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la.

Nessa perspectiva, pode-se entender a partir do autor por poder uma ação sobre ações. Foucault discorre que as relações de poder postas, sejam pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina: mas a disciplina, segundo as autoras, traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do

tribunal. É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observável, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados. Diante

do triângulo demonstrado por Foucault, poder — direito — verdade, e das passagens em que ele remete ao aparelho de Estado, a figura, por meio de recurso analógico, compara-o ao triângulo do tripé da sociedade, Estado — mercado — sociedade civil.

2.2. *Progresso e Modernidade: cidade e urbano*

A civilização moderna não é possível sem a cidade. E a cidade não só como cenário, mas como uma das condições inevitáveis da civilização. (PECHMAN, 1997, pp. 101-107)

De fato, há outras possibilidades de abordagem da cidade e das idéias de modernidade e progresso. Um diálogo com o crítico revolucionário da filosofia do progresso, Walter Benjamin,^{vi} seria extremamente vantajoso. Benjamin foi o pensador que definiu Paris como a capital por excelência do século XIX. Sua reflexão traz significativas contribuições. A

partir delas podemos pensar a cidade através dos mínimos detalhes. Pensar na significação das mudanças urbanas no final do século XIX. Como as ocorridas na França: abertura das ruas, avenidas, no projeto de saneamento urbano, higienização da cidade, na constituição dos marcos históricos das cidades como a Torre Eiffel, símbolo da França e da

própria modernidade. Além de ser um símbolo político da França, da Revolução Francesa, a Torre Eiffel foi uma demonstração da tecnologia dominada na época, para todo mundo, através da Exposição Mundial de 1889, cujo objetivo era mostrar o uso do metal, das estruturas metálicas na construção da obra. Enfim, a partir de Benjamin, podemos pensar na figura do *flâneur*.^{vii} Este é aquele que caminha pela cidade, em meio à multidão, com um olhar crítico percebe as mudanças, as transformações urbanas realizadas pelo Barão Haussmann. Foi com uma postura crítica que Walter Benjamin construiu seu conceito de história norteadada pela percepção do “trágico futuro” que se anunciava, sendo que o autor escrevia isto nas primeiras décadas do século XX.

Márcio Carneiro Reis (2002), procurando estratégias de compreender o trabalho do sociólogo Boaventura de Sousa Santos sobre o que o mesmo propusera á respeito das sociedades capitalistas no espaço mundial de outros dois espaços estruturais nele não contemplados: o *espaço do sujeito* e o *espaço grupal*. Argumentaremos que o indivíduo, tal como o conhecemos

hoje, constitui-se numa instituição que nasceu com a modernidade. Esse, em função da possibilidade de diálogo que mantém consigo mesmo, enquanto sujeito, pode também ser percebido como um espaço estrutural, passivo da ação de forças de regulação e de emancipação social. O grupo social para Reis, por sua vez, possui uma dinâmica própria, que não pode ser totalmente apreendida nem pelo *espaço doméstico*, nem pelo *espaço da comunidade*. Além disso, com o avanço da modernidade, dos processos de urbanização e de impessoalização das relações sociais, o espaço grupal vem se tornando a referência maior para um grupo cada vez maior de pessoas.

Nesse sentido, a partir do que o autor chama de *transição paradigmática*, o trabalho analisa e expõe os traços principais de sua contribuição, e propor a inclusão dos espaços do sujeito e do grupo como instâncias relevantes para a apreensão da realidade em movimento. É colocado por Reis em evidência não apenas o papel dos espaços estruturais, objetivando a construção de estratégias de transformação social.^{viii}

Outro autor que trabalha o pensamento de Boaventura de Sousa Santos é Marcus Pereira e Ernani Carvalho (2008). Os autores comentam que Boaventura sustenta que estamos vivendo em um momento de transição paradigmática, no qual

2.3. *Cidade Subjetiva: pressupostos e indagações*

A cidade aqui, pretendida e abrangida pelos fatores culturais, respaldados sob abordagens historiográficas de análise, busca objetivar os contextos institucionais da cidade enquanto lugar transformador. Neste sentido, o autor ao qual se busca maiores abordagens, que não coteja o econômico, postula sim, o mesmo como pertencente a um dos processos, é Boaventura de Sousa Santos. Em seu artigo *Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, Boaventura abrange sobre os diversos segmentos e descontinuidades propostos pelos diversos pensamentos e proposições e/ou como o autor coloca sobre a existência, por

o paradigma da modernidade se encontra em declínio, em função do colapso do pilar da emancipação no pilar da regulação, fruto da convergência do paradigma da modernidade e do capitalismo.^{ix}

incrível que parece de um ‘pensamento abissal’ entre culturas, povos e regiões.

Segundo Boaventura o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser

relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

O conhecimento e o direito modernos para Boaventura representam as manifestações mais cabais do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de modo diferenciado, são interdependentes. Cada uma cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal modo que as últimas se tornam o fundamento das primeiras. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso à ciência, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. Esse

monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas de verdade científicas e não-científicas. Já que a validade universal da verdade científica sempre é reconhecidamente muito relativa — pois só pode ser estabelecida em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos —, de que modo ela se relaciona com outras verdades possíveis que até podem reclamar um estatuto superior mas que não podem ser estabelecidas conforme o método científico, como é o caso da razão como verdade filosófica e da fé como verdade religiosa⁵? Essas tensões entre a ciência, de um lado, e a filosofia e a teologia, de outro, vieram a se tornar altamente visíveis, mas todas elas, como defendo, têm lugar deste lado da linha. Sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas modalidades.

Boaventura nesta questão se refere aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, ou indígenas do outro lado da linha, que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além

do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia, que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas.

Em detrimento do fator 'econômico', a sugestão e indagação por Boaventura, é imprescindível pelo fato de que o mesmo, comenta que “[...] a análise sociológica, tende a desvalorizar o econômico em detrimento do político, cultural e do simbólico”(SOUZA, 1999, p. 7-8). Para Boaventura, o pensamento Marxista analisando as preponderâncias de seu tempo relacionando o econômico, o capitalismo e o Estado, somente com uma análise profunda poderíamos utilizar essas teorias nos dias de hoje. O futuro de hoje para nós é diferente do que foi para Marx, simultaneamente mais próximo e imperscrutável. Isso acontece com a modernidade, “[...] devemos buscar a Marx muito mais para defrontar os nossos

problemas, do que para buscar uma solução para os mesmos” (SANTOS, 1999, p. 28-29). O fator econômico é importante, mas não como condicionante de análise. É preciso perceber a cidade através da dimensão política, social, cultural e econômica.

Henri Lefebvre, seguindo pressupostos marxistas, proém objetivando o cultural, em sua obra *O direito à cidade* (2001, p. 61), leva-nos a perceber para o sentido do patrimônio histórico e arquitetônico dos núcleos urbanos antigos nas cidades modernas: as qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Lefebvre insiste que o domínio do valor de troca e a conseqüente disseminação da mercadoria pela industrialização trazem em si a tendência de destruir a cidade e a realidade urbana, já que subordinam o uso aos

imperativos da lógica capitalista. Daí ele afirmar que a cidade capitalista criou o centro de consumo. Neste sentido, a centralidade é inserida no contexto de produção e reprodução das relações de produção, pela mediação do consumo, seja através da circulação de mercadorias (processo de venda), seja pelo consumo do centro urbano enquanto obra: nesse lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião de pessoas; elas vêm, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca.

Todos os tipos de urbanismo - o dos homens de boa vontade, o dos administradores públicos e o dos promotores de vendas, singularmente descritos em *O direito à cidade* (2001) - expressam uma estratégia global de transformar o espaço urbano em *locus* privilegiado da formação, realização e distribuição da mais valia global. O urbanismo é visto como

uma superestrutura da sociedade burocrática de consumo dirigido, pois "organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado" (LEFEBVRE, 2001, p.65). O urbanismo, que se pretende sistema, totalidade, não é a ordenação do caos urbano. Para Lefebvre, o urbanismo é o próprio caos, sob uma ordem imposta. A "ilusão urbanística" para Lefebvre existe porque o urbanista não compreende o urbano: ele substitui, tranqüilamente, a práxis por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Ele não sabe de onde tais representações provém, nem o que elas implicam, ou seja, as lógicas e as estratégias a que servem. Se sabe, isso é imperdoável, e sua cobertura ideológica se rompe, deixando aparecer uma estranha nudez.

A ilusão urbanística dissimula o sentido fundamental das estratégias capitalistas no espaço urbano: a reprodução das relações de produção. Por isso, Lefebvre insiste na perspectiva da produção do espaço. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras, na compra e na

venda do espaço. Esse é o caminho – imprevisto - da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço.

Em *A vida cotidiana no mundo moderno* (1991), Lefebvre argumenta que o cotidiano existe como objeto de atuação capitalista: "o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito" (p. 71). O cotidiano é visto, portanto, não como um setor à parte, como algo secundário. Lefebvre o coloca no centro das discussões porque é no cotidiano e pelo cotidiano

3. Considerações finais

O espaço da cidade é formado por processos urbanos que tanto se sucedem na história quanto se inter-relacionam

que são produzidas e reproduzidas as relações sociais capitalistas. Em outra obra, Lefebvre vai conceituar o cotidiano como lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada. A cotidianidade não se instaura no seio do *urbano* como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades.

Assim, entende-se que a linha visível que separa a ciência de seus "outros" modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos de verdade nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia.

em uma mesma época e, com princípios diversos, forjam a cidade múltipla. A cidade não se apresenta de formas

lineares: seu tempo não é unidimensional, muito mesmo causal no sentido do passado como condicionante do presente, tendo o futuro como consequência inevitável do presente ou miragem distante.

A história da cidade, não deve ser vista como o passado urbano documentado, mas por seus elementos (físicos ou normativos) ainda presentes e que condicionam usos bloqueados pelo imaginário de um uso passado que, mesmo que tenha perdido função, ainda é presente na percepção urbana, ou permanecem ativos na cidade pela tradução de usos focada no presente – e nessa tradução de usos, muitas vezes o que a impulsiona são as intenções de cidade, uma cidade futura projetada na atual para que ela comece a se materializar antes de ser construída.

Assim, a cidade atual constitui-se na imbricação de tempos urbanos distintos, ora articulando elementos que testemunham o que ela foi, ora arremessando-se no sentido do que pretende ser.

O espaço da cidade é constituído pelas relações entre objetos e ações que se apresentam desde que passem por determinados filtros culturais.

Propusemos o conceito de espaço (Duarte, 2002) como matriz dos conceitos de território e lugar; enquanto o primeiro possibilitaria o contato sensorial e quase isento de significações com objetos e ações, e ao mesmo tempo se definiria por um alto grau de abstração conceitual, lugar e território seriam aproximações intencionais com esse espaço.

A cidade, como concebe Fantin (2011) exprime dimensões de análises geográficas que são foco de estudos que procuram avaliar suas relações e aprofundar o debate no que se refere à organização da sociedade contemporânea. O mercado regional e a teia de relações com espaços urbanos de maior importância e outros de mesma importância, caracterizam o conceito 'cidade'.

O desafio que se é que o sucesso de intervenções urbanas passa necessariamente pela constituição de lugares. E a constituição dos lugares passa pela apropriação afetiva de uma porção do espaço, onde não importam as dimensões

geográficas, e sim o conjunto de valores resgatados do passado naquela região ou que são desejados para que ela venha a ser e que participam juntos, espacial e

temporalmente, das vivências urbanas. Vivências essas que estão em constante transformação, assim como as vicissitudes relativas à cidade;

Referências

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo**. – 1. ed. – São Paulo : Brasiliense, 1989. – (Obras escolhidas; v. 3).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

DUARTE, F. **Rastros de Um Rio Urbano – Cidade Comunicada, Cidade Percebida**: Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº2. jul./dez. 2006, pp. 106-122.

FANTIN, J. T. **Relação Cidade e Região**: um estudo do uso do solo no centro de Araraquara-SP: ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.83-104, jan./jun. de 2011.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. **As Relações de Poder em Michel Foucault**. RAP — Rio de Janeiro 44(2):367-83, MAR./ABR. 2010.

FLÁVIO AGUIAR, J. C. S.; GUARDINI, S. (Org.). **Gêneros de Fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. 1. ed. São Paulo: Xamã VM Editora, 1997, v. , pp. 101-107.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREHSE, F. **Potencialidades do Método Regressivo-Progressivo**: pensar a cidade, pensar a história. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 13 (2): 169-184, Novembro, 2001.

HALL, S. **A centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, 22(2), 15-45, jul./dez, 1997.

LEFEBVRE, H. **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

Revista Formação - Edição Especial - n.13 v.2 76.

LUA NOVA. **Por Que Pensar?** Nº 54 — 2001.

PECHMAN, R. M. **Pedra e Discurso**: cidade, história e literatura. In: AGUIAR,

PEREIRA, M. A.; CARVALHO, E. **Boaventura de Sousa Santos**: por uma nova gramática do político e do social: Lua Nova, São Paulo, 73: 45-58, 2008

PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano, Paris, rio de janeiro, Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

REIS, M. C. **Do Espaço do Sujeito ao Espaço Mundial:** uma nova maneira de aprender a realidade. Sociedade e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 397-428, jul./dez. 2002

ROUANET, S. P.; PEIXOTO, N. B. É a Cidade que Habita os Homens ou São eles que Morram Nela? História material em Walter Benjamin: Trabalho das Passagens. In: Revista USP: **Dossiê Walter Benjamin**, número 15, set.-nov/1992.

SAID, E. **Orientalismo.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, B. S. **Para Além do Pensamento Abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes: CEBRAP, NOVOS ESTUDOS 79: Novembro 2007, pp. 71 – 94.

SANTOS, B.S. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade: 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, M. **Fim de Século e Globalização:** o novo mapa do mundo. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** São Paulo: Hucitec, 1988.

SENNETT, R. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3º ed. Trad. Marcos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOLER R. D. V. S. **Uma História Política da Subjetividade em Michel Foucault**. Fractal, Rev. Psicol. 2008, vol.20, n.2, pp. 571-582.

TELLO, A. **Notas Sobre las Políticas del Patrimonio Cultural**: Cuadernos Interculturales. Año 8, Nº 15. Segundo Semestre 2010, pp. 115-131.

i Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências - Universidade Federal de Santa Maria/RS - PPGeo/UFSM – e-mail: cristiomargolo@hotmail.com.

ii LUA NOVA. **Por Que Pensar?** Nº 54 — 2001.

iii SANTOS, Milton. **Fim de Século e Globalização: o novo mapa do mundo**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002;

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

iv Para uma leitura e discussão, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano, Paris, rio de janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

v Utilizo esta noção no sentido definido por Foucault. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

vi BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo**. — 1. ed. — São Paulo: Brasiliense, 1989. — (Obras escolhidas; v. 3).

vii Sobre esta questão, ver: ROUANET, Sergio Paulo; PEIXOTO, Nelson Brissac. É a Cidade que Habita os Homens ou São Eles que Morram Nela? História material em Walter Benjamin: Trabalho das Passagens. In: Revista USP: **Dossiê Walter Benjamin**, número 15, set.-nov/1992.

viii REIS, Márcio Carneiro dos. **Do Espaço do Sujeito ao Espaço Mundial: uma nova maneira de aprender a realidade**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 397-428, jul./dez. 2002. **Indolente – Contra o desperdício da experiência** apud PEREIRA, Marcus A.. CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**: Lua Nova, São Paulo, 73: 45-58, 2008.

ix SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente – Contra o desperdício da experiência** apud PEREIRA, Marcus A.. CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**: Lua Nova, São Paulo, 73: 45-58, 2008.

Rafael Matos Felacioⁱ

Gilda Maria Cabral Benaduceⁱⁱ

“Se há poder, há resistência. Como no jogo físico de ação e reação, o exercício de um poder implica sempre uma resistência, isso é, um poder contrário, um contra-poder. Ninguém exerce poder impunemente, e ninguém é apenas passivo nas relações de poder”. Michel Foucault.

1. Introdução

O fato pelo qual este trabalho começa com uma citação de Michel Foucault, reforça o pensamento de que a (re) produção desigual do capitalismo não é um processo passivo, e sim, uma disputa de poder pelos espaços socialmente construído, e que essas relações de poder manifestam-se, constituindo-se na forma de contradições

sociais, culturais, políticas e, sobretudo econômicas, que se embatem e se difundem em todo o espaço social. Essas relações de poder advindo tanto da reprodução do capital, como da esfera simbólica, do político ou do micropolítico formam-se segundo as correlações existentes na sociedade. O mundo contemporâneo é repleto de formas de dominação

extra-economias, psicossociais, políticas e sócio-culturais. Como podemos constatar este processo não é diferente no Brasil, principalmente quando intensificou o processo de urbanização na segunda metade do século XX, período que o capitalismo industrial ganhou momento no país e dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais.

Este texto tem como objetivo abordar a questão da produção do espaço a partir desses pressupostos, dando ênfase na segregação sócio-espacial em seus aspectos mais recentes, e de que forma estão sendo trabalhada esta temática na literatura acadêmica pelos sociólogos, filósofos, arquitetos, principalmente e, evidentemente pelos geógrafos. Para tanto, inventariou-se um amplo referencial teórico de diferentes autores, abordando a produção do espaço na perspectiva da segregação sócio-espacial urbana. Assim, como à aferição de bibliografia específica de livros, artigos, jornais, revistas, dissertações de mestrado e teses de doutorado com o intuito de estudar a organização e (re) produção do espaço urbano.

Em síntese, o texto pretende analisar como estão sendo contextualizados alguns processos responsáveis pela ruptura da cidade enquanto obra, para configurá-la enquanto produto, que incorpora, essencialmente, o sentido mercadológico desse termo. Entretanto, apoiando-se em uma análise sobre o processo de produção do espaço urbano, orientado por um recorte teórico, sem nos eximirmos, contudo, das fragilidades que essa abordagem acarreta. Sobretudo, por ser apenas uma análise sobre o que a literatura contextualiza até o momento sobre tal temática. E que esta análise, diante do trabalho em questão, evidentemente não da conta de se fazer um estudo com rigor metodológico, mas sim, de alguns textos que caracterizam o que encontramos na literatura atualmente, seja de forma quantitativa ou qualitativamente sobre a produção capitalista do espaço e o processo de segregação sócio-espacial.

Por fim, em uma breve análise são destacados alguns processos que levaram à banalização do espaço abstrato, a partir de formas de estruturação da cidade orientadas para o mercado e, portanto, essencialmente rentáveis, lucrativas e

excludentes, modificando o conteúdo das práticas sócio-espaciais a partir da interferência qualitativa sobre as condições de sociabilidade entre os cidadãos, levando assim a segregação sócio-espacial ao limite. Além disso, o confronto entre capital e trabalho permitiu identificar como a dimensão

econômica subjugou as dimensões políticas e sócio-espaciais por meio de um controle social abrangente e orientado por uma modernidade cooptada, reprodutora de individualismos e de processos de despolitização.

2. A cidade o urbano e sua (re) produção sócio-espacial

Os criadores do Materialismo Histórico Karl Marx e Friedrich Engels foram os primeiros a estabelecer uma disjunção entre as relações de poder e os dispositivos gerenciadores centrados no Estado. Mesmo não tendo

estabelecido sobre este assunto uma conceituação rigorosa. Dentro da tradição intelectual marxista, Poulantzas (1971, apud Espíndola 2010) conceituou poder como:

A capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses específicos, assinalando ainda que esta definição reporta-se, ao campo das práticas de classe e das relações entre as práticas de classe, isto é ao campo da luta de classes, tem como quadro de referência a luta de classe de uma sociedade dividida em classes e a capacidade de uma classe para realizar tais interesses, organizando-se para tal, dentro do quadro delimitado pelas estratégias das outras classes em luta e pelos seus próprios fins, em um movimento político de classe com vista a realizar os seus interesses sob uma forma geral, sob uma forma que possui uma força social coercitiva universal. Poulantzas (1971, p.111).

Nesse sentido, parafraseando Espíndola (2010), “o poder está presente em toda parte, tanto nos grandes tratados comerciais e nas relações sociais de produção, como nos pequenos empreendimentos locais, assim como nas relações interpessoais”. O poder apresenta-se como uma instância comum, desdobrando-se e ramificando-se em numerosos nós que mediam outras relações sociais. Os estudos de (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 51 a 61) “que reverterem em agenciamentos microscópicos na forma dos micro-poderes, mostram a espacialidade da vida social, (espaço externo), o espaço vivido e socialmente produzido”. Elencados com essa perspectiva por alguns geógrafos, como Claval (1979), Raffestin (1993) e Santos (2004). Esses autores complementam o quadro teórico inicial, sob o qual as relações de poder de todos os tipos podem ser trabalhadas em estudos sobre a formação desigual sócio-espacial de territórios, por ações e objetos técnicos associados a várias formas de manifestação dos poderes, neste caso sobre os espaços privilegiados ou não, socialmente construídos e disputados por uma relação física e simbólica de poder.

O que se apresenta na concretude social, portanto, são relações rizomáticas de poder que se conjugam a mecanismos centralizadores de poder, todos alimentados pela luta das classes sociais e entremeadas, como quiasmas, por habitus que incorporam dispositivos mentais e simbólicos tornando o jogo de poderes interrelacionados, ao mesmo tempo, irreconhecível e palatável para as componentes irredutíveis da sociedade, os seres humanos. Em meio desta combinação complexa, que inclui elementos atuantes em diversas direções e trajetórias, formam-se combinações entre ações e objetos. Formam-se o que podemos denominar Espaços de Poder. Espaços de poder constituem-se, desta forma, em espaços de conflito, de luta social, onde agenciamentos contraditórios relacionadas à contra-poderes e demandas fractais operam em contraponto às instâncias de poder institucional legitimadas. É aí que se observa a resistência, mas é aí também que se dá o espaço de ação dos poderes. É neste espaço, enfim, que podemos averiguar os poderes em ação e definir como as relações por eles

formalizadas por meio da luta social se estabelecem na realidade concreta.

Portanto, partindo do entendimento de que essas relações de poderes manifestam-se, concretizam, reproduzem-se em um atual espaço urbano, fragmentado, territorialmente, socialmente e culturalmente, mas articulado, como dito por Correa (2005), no qual “o espaço urbano é reflexo da sociedade fragmentada, firma ainda que este espaço é desigual quando analisamos a cidade atual, capitalista, e ainda que este espaço seja mutável por ser reflexo social, possuindo um ritmo e natureza diferente”. Esse

mesmo espaço é um condicionante social, e também espaço onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. “A cidade atual é um processo muito complexo, e devido a essa complexidade é muito difícil de defini-la” (SOUZA, 2003). A cidade é uma forma de organização do espaço pelo homem, nela se expressa os processos sociais sobre o espaço, a cidade é primordialmente um local de mercado, onde se dá um intercâmbio regular de mercadorias, lugares são negociados e assim se dá a sua produção urbana. É importante ressaltar o dito por Sposito (2002) que:

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam profundamente a civilização contemporânea. Dessa forma, entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações. As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista constituem conseqüências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo (SPOSITO, 2002, p.14-31).

No mundo contemporâneo são os processos espaciais, responsáveis pela organização do espaço, característica de nossas cidades atuais. Esses processos são possíveis pela ação dos atores da organização do espaço, entre eles os proprietários de terras, de empresas, os setores imobiliários e de produção, o Estado, a sociedade civil entre outros. Esses atores são responsáveis pelos processos e criação de espaços físicos e simbólicos na cidade, como a centralização, descentralização, coesão social e territorial, territorialização, desterritorialização, segregação social e territorial.

Como vimos rapidamente, pensar a produção do espaço sugere pensar a história dos espaços que reúne a história das contradições, acumulação e escassez para a produção da riqueza e da pobreza, dos conflitos. “A produção do espaço também sugere pensar a formação da vida cotidiana considerando suas potencialidades e limitações. A produção do espaço envolve determinações históricas, políticas, econômicas e sociais que conformam a historicidade geradora do presente” LEFEBVRE (2006 apud POZZO, 2009). Dentre muitos autores que compartilham que entende o processo de produção e reprodução do espaço a partir desse paradigma, POZZO (2009) recorre a David Harvey para explicar que:

O incontrolável processo de produção do espaço urbano advindo desse conjunto de transformações, ao introduzir o conceito baudelaireano de modernidade - representado pelo efêmero, pelo fragmentário, pelo descontínuo e pelo caótico – passa efetivamente a incorporar essas características cujos projetistas modernistas tentavam, a qualquer custo, combater. Se o espaço urbano modernista foi moldado a partir de propósitos sociais, a cidade pós-modernista pretende ser vislumbrada como coisa independente, autônoma e com objetivos estéticos sem uma necessária relação com um projeto social abrangente, ao contrário, pretende incorporar de forma cada vez mais intensa, a obsolescência e a especulação (HARVEY, 2003, p. 49-69).

Em função disso, à arquitetura e o urbanismo orientados pela pós-modernidade e pelo sentido mercadológico, da produção do espaço, comparecem como uma espécie de espetáculo que encena um brilho superficial, pois não abarca as possibilidades do encontro e do inusitado entre os diversos grupos sociais do espaço urbano. Pelo contrário, afasta-os por meio da segregação sócio-espacial que se desdobra, de acordo com Corrêa (2005), em dois processos típicos e visíveis das nossas cidades atuais, “auto-segregação e segregação imposta, pela pós-modernidade que produz aspectos de uma modernidade circunscrita, parcelar e, portanto, fragmentada, reafirmando a premente necessidade da produção a cidade, transformada em mercadoria, implica-se na proliferação de processos sociais excludentes”, Corrêa (2005, p. 64).

Partindo do entendimento da cidade como objeto de luta e a luta como elemento constitutivo da sociedade, Nunes (1997 apud Rodrigues 2010) coloca que: “a cidade é, de fato,

um lugar de tensões de toda ordem (...) trata-se de um espaço que traz uma visibilidade absolutamente primorosa da sociedade. No espaço urbano é em meio às mazelas e injustiças sociais que se dá a ‘consciência primária da realidade social’. Neste sentido, houve um deslocamento da luta na cidade, da esfera produtiva, para a esfera da reprodução da vida em seu sentido mais amplo. Como escreve Carlos (2004) “assim é que a ocupação, a nosso ver, é uma forma de apropriação na cidade, ocupar envolve o ato de produzir o lugar”. Entretanto, “a compreensão mais ampla do processo de formação da cidade implica em que se leve em consideração a atuação do Estado neste processo, pois ele é decisivo nas conformações assumidas pela cidade e nas suas próprias funções, repercutindo, assim, no processo de reprodução social e na vida cotidiana da urbe” Rodrigues (2010, p. 59). Moraes e Costa (1987 apud Rodrigues 2010) assinalam que “o Estado é uma instituição política não só da sociedade, mas do espaço dessa sociedade, o que contribui para agregar volume de trabalho ao espaço e construção de

formas mais duráveis, promovendo dessa forma a expansão do espaço urbano”. Segundo Ribeiro Filho (1997 idem 2010) “o Estado deveria exercer a função mediadora nos conflitos gerados entre os segmentos sociais, contudo, ele acaba desempenhando um importante papel na forma desigual do uso do solo, uma vez que é o agente responsável pela edição

das normas urbanísticas”. Sua atuação torna-se essencialmente pautada pelos interesses dos agentes produtores do espaço urbano. Santos (2002 apud Rodrigues 2010, p. 58) destaca o papel das rugosidades no espaço, como importante herança espacial nos diferentes períodos da história.

A noção de “rugosidades” complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não refere-se apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo. As rugosidades são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características socioculturais específicas. Nessa linha de interpretação, as ‘rugosidades’ constituem-se em paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico (SANTOS 2002).

Nesta perspectiva, poder-se-ia utilizar todo o poder explicativo das múltiplas forças dialéticas no espaço, onde múltiplas forças externas e internas, passadas e presentes, políticas, econômicas e sociais se enfrentam constantemente, tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras

das quais o capital encontrou de usar o espaço como instrumento de acumulação e poder. Ora, o espaço é essencialmente um espaço social. Ora, se o espaço é um espaço produzido, uma formação espacial, o mesmo não

seria uma formação espacial se o processo de produção não fosse, em verdade, um processo de reprodução social.

Assim, numa formação econômico-social desse tipo, toda vez que se reproduz as relações de produção, estará na verdade com a reprodução destas, reproduzindo a estrutura de classes. A formação espacial, como a formação econômico-social com que se confunde, é resultado e agente impulsor, ao mesmo tempo, do processo de desenvolvimento da história dos homens, o processo de desenvolvimento é

processo de acumulação. Lembra Lefebvre (1999) "A análise que distingue os fatos, as formas, os aspectos e os momentos de um desenvolvimento, deve também preparar a síntese determinando as ligações internas que existem entre esses elementos.

Portando, é preciso considerar que a realidade histórica não se apresenta homogênea, mas ao contrário ela se faz de modo desigual e combinado, no tempo e no espaço. Segundo Lefèbvre (1999).

O capital impõe à cidade sua lógica centrada na produção e reprodução do espaço e das relações de produção do mesmo, no qual está organizada como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, a cidade se transforma também em produto do capital, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do capital. Lefèbvre (1999, p. 20).

É notório atualmente que as grandes cidades, principalmente industriais estendem suas atuações sobre suas periferias de modo a acomodar, seus provedores e

trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno. Conforme Lefebvre (1999):

O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do fenômeno urbano. O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse tecido que nasce nas cidades e se estende para além delas? O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social. O urbano ou o espaço urbano-industrial contemporâneo, metáfora para o espaço social (re)definido pela urbanização, se estende virtualmente por todo o território através do tecido urbano, essa forma sócio-espacial herdeira e legatária da cidade caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana. (Lefebvre, 1999: 17).

A cidade, a partir dessa reflexão expressa à divisão sócio-espacial do trabalho. A cidade, lócus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficou assim subordinada à lógica do capital. Cada vez mais as cidades, ou o espaço político e sócio-cultural formado a partir delas, se tornaram o centro da organização da sociedade e

3. Capitalismo e segregação sócio-espacial

No subtítulo anterior foi abordada a produção e reprodução capitalista da cidade, do espaço e suas relações de poder que se manifestam. Nesse em particular, será abordada a literatura sobre segregação sócio-espacial. Portanto, a importância de se estudar este processo para

da economia, nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e localização das atividades econômicas materializadas no espaço. E o urbano é produto abstrato dessas relações de produção e reprodução social e econômica.

Hughes (2004) “se deve ao fato de que nas cidades ele está estreitamente relacionado com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas”. Principalmente pelo empobrecimento da

população com aumento da desigualdade de renda, precarização do trabalho e vulnerabilidade do trabalhador, e ainda o fenômeno da violência que se transformou em uma das mais importantes questões sociais no Brasil.

De outro lado, devido às transformações no sistema produtivo com predomínio do modo de produção capitalista, em curso desde o final de 1970, com grandes consequências sobre a dinâmica urbana, aliadas a um desenvolvimento acelerado e extensivo, que se traduz em uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital, são os aspectos balizadores dessa temática. “No Brasil, a dinamização da industrialização e o processo de urbanização acelerado, são acompanhados por um processo social de razoável grau de mobilidade ocupacional e integração à vida urbano-industrial, apesar dos fortes índices de concentração de renda que marcam a nossa estratificação” (RIBEIRO, 1997, p. 264). Os impactos sociais dessa reestruturação produtiva apontam a emergência de novos padrões de segregação, pois “a extensão das periferias urbanas a partir dos anos de 1980 cresce mais do que os

núcleos ou municípios centrais ou metrópoles, sua expressão mais concreta na segregação sócio-espacial configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada (MARICATO, 2003, p. 152).

Assim sendo, salientamos que essa temática entra em questão na literatura conforme Correa (2005 apud Martins 2009, p. 358) na Escola de Chicago, com Robert Park e depois com Mckenzie, no texto o âmbito da Ecologia Humana. Mckenzie (2005, op. cit.) referência a segregação como “a concentração de tipos diferentes de população dentro de uma comunidade, onde cada área segregada resulta da atuação de uma combinação de forças, onde um atributo de seleção o caracteriza por dominante ou não”. Martins (2009) recorre a Vignoli (2000) e apresenta que “se trata da instalação de determinados grupos sociais em parcelas específicas da cidade e da tendência de evitar a mescla social nas subunidades territoriais. A segregação é um atributo dos assentamentos humanos, em particular das cidades”.

A segregação é uma expressão espacial das classes sociais e pode ser vista como um meio de reprodução social e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Observa-se que a “segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro. A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas” (CORREA, 1997, op. cit., 359). Para Marcuse (2004, apud Martins, 2009, p. 359), é importante esclarecer que “a segregação é dada pelo processo no qual uma população é forçada, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, a segregação residencial é um problema por várias razões”. Souza (2003 apud Martins, 2009, p. 358) destaca um principal, “quanto maior é a segregação residencial menores será as chances de interação entre grupos sociais diferentes, o que faz crescer o preconceito entre os grupos envolvidos. Menor interação entre as classes gera em muitos casos, o

estranhamento dos grupos, a pobreza urbana torna-se muito acentuada”. Assim, a segregação residencial corresponde à separação espacial das diferentes classes sociais.

A maneira como este espaço está estruturado atualmente é fruto de todo um processo histórico, político e social que modela as cidades e lhes dão características únicas, com estes processos ocorrendo de forma simultânea, como as mudanças e permanências no espaço, processos estes que ocorrem simultaneamente, com a permanência de obras no sentido proposto por Lefebvre e, conjuntamente, como um objeto técnico, na definição de Milton Santos de um tempo pretérito como os centros velhos das grandes cidades cujas construções adquirem novos usos devido à nova organização do espaço, e monumentos com uma nova forma e um novo tipo de uso do espaço que representam a dinâmica do tempo presente.

Como afirma CORRÊA (2002 p.05): “o interesse em conhecer a cidade deriva do fato dela ser o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar

onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio espaço urbano, na produção da cidade”. E mais de ser o principal lugar dos conflitos sociais. Ainda citando CORRÊA (2002 p.06): “Uma das principais características do espaço urbano é que cada parte mantém relações espaciais com as demais áreas da cidade, com uma intensidade muito variável”. Essa ligação ocorre através do deslocamento de idéias, informações e pessoas. Neste sentido VILLAÇA (1998, p.42) coloca que: “não é o processo de produção e sim o de consumo que mais interessa ao urbano. Estes deslocamentos

de pessoas, enquanto consumidores geralmente são voltados ao centro de bens e serviços, geralmente uma área caracterizada pela concentração de atividades terciárias”.

A partir deste ponto observamos uma questão primordial para a apreensão do espaço urbano, a localização do indivíduo e sua acessibilidade ao centro de bens e serviços da cidade. É neste palco que ocorre a disputa entre as classes sociais, a disputa pelas melhores localizações. Milton Santos nos mostra a importância da localização no espaço intra-urbano quando escreve:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987 p.81).

Reforçando o papel da localização, Harvey coloca: “o processo social de determinação do salário é parcialmente modificado por mudanças na localização das oportunidades de emprego (por categorias) comparadas com mudanças em oportunidades residenciais (por tipo)”. (HARVEY apud VILLAÇA, 1998 p.151). A melhor localização, geralmente é aquela que possui as melhores amenidades e uma boa acessibilidade ao centro de bens e serviços. Essa acessibilidade é fruto de um trabalho socialmente produzido. Todos os terrenos têm graus de acessibilidade diferentes entre si, então há uma disputa pelas melhores localizações.

Geralmente nas cidades brasileiras os terrenos mais caros se localizam próximo ao centro ou com um acesso direto a ele, como por exemplo, ligações através de avenidas. A classe dominante fica com as melhores localizações, que são, geralmente, as acima descritas. Já a classe média tende a possuir um acesso mais difícil ao centro e ao local de trabalho. Já as classes com menor poder aquisitivo, como não possuem armas para lutar nesta guerra, ficam com as piores localizações, geralmente longe do centro da cidade e longe

Fronteiras da Pesquisa em Geografia

do local de trabalho. Esta disputa pelas melhores localizações é um dos fatores que geram a segregação sócio-espacial. Este processo é uma característica da cidade, não apenas a cidade capitalista, mas sob o sistema capitalista a segregação adquire novas dimensões, a segregação é vista como uma concentração de tipos diferentes de população dentro de uma comunidade, onde cada área segregada resulta da atuação de uma combinação de forças, onde um atributo de seleção o caracteriza por dominante ou não. A segregação é um atributo dos assentamentos humanos, em particular das cidades.

A segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais e pode ser vista como um meio de reprodução social e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. E ainda observa-se que a “segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro” (CORREA, 2005). “A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de

forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas” (CORREA, 1997). Para Marcuse (2004), “é importante esclarecer que a segregação é dada pelo processo pelo qual uma população é forçada, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, a segregação residencial é um problema por várias razões. Souza (2005) destaca um principal, “quanto maior é a segregação residencial menores é as chances de interação entre grupos sociais diferentes, o que faz crescer o preconceito entre os grupos envolvidos, menor interação entre as classes gera em muitos casos, o estranhamento dos grupos, a pobreza urbana torna-se muito acentuada”. Assim, a segregação residencial corresponde à separação espacial das diferentes classes sociais. Para Castells “se entenderá por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia.” (CASTELLS apud VILLAÇA, 1998 p.148). Neste sentido, Castells ainda coloca que toda problemática social

tem origem entre esses dois termos “natureza e cultura através do processo dialético mediante o qual uma espécie biológica particular, dividida em classes, o homem, se transforma e transforma seu meio ambiente em sua luta pela vida e pela apropriação diferenciada do produto de seu trabalho. (CASTELLS apud VILLAÇA, 1998 p.148).

A segregação está sempre relacionada com o ato de controle sobre o outro, está sempre ligada à manifestação de um poder. Os mecanismos de produção da segregação de grupos sociais podem variar de tempos em tempos, de lugares para lugares e de um contexto para outro. Todavia, as finalidades e objetivos políticos da segregação são sempre os mesmos, o controle sobre grupos dominados como garantia do poder. Flávio Villaça, ao analisar a estruturação de seis metrópoles brasileiras, no período entre a segunda metade do século XIX e ao longo de todo o século XX, constata que a segregação espacial, resultante da disputa entre as classes sociais por determinadas localizações urbanas, constitui um processo fundamental na estruturação dos espaços intra-urbanos metropolitanos. Evidenciando o significado dos

termos utilizados em sua análise, Villaça (1998) entende a segregação como “um processo segundo o quais diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998, p. 142).

As disputas por localizações urbanas é um processo lento em que as elites procuram garantir para si os melhores acessos a empregos, serviços, consumo, cultura e outros atributos urbanos produzidos coletivamente através do trabalho social. As relações de poder e conflitos sociais presentes na segregação são, basicamente, lutas de classes que acontecem na produção e consumo do espaço urbano, são lutas históricas e marcadamente coletivas. Essas relações de poder manifestam-se conforme Villaça (1998) na “segregação involuntária, que ocorre quando o indivíduo ou uma família se vêem obrigados, pelas mais variadas forças (e poder), a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 1998, p. 147). “Tais condições são determinadas basicamente pela localização urbana definida como “aquela na qual as relações não podem existir

sem um tipo particular de contato, aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo” (VILLAÇA, 1998: 23). Essa disputa pela “vantagem e desvantagens do espaço construído” faz com que a estruturação do espaço urbano tenha origem na luta de classes que se processa segundo padrões territoriais marcadas pela segregação sócio-espacial.

A segregação sócio-espacial para Roma (2008) “é um processo que resulta de diferenciações, afastamento e isolamento entre moradores e frequentadores de diferentes áreas da cidade. Essa separação sócio-espacial da população é fruto da distribuição da função residencial nas cidades que, na maioria das vezes, é determinada fortemente, embora não só, pelas políticas públicas realizadas no âmbito municipal”. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população. A segregação é tão importante no contexto urbano, que internacionalmente temos exemplo

deste estudo, Lee (*apud* SOBARZO MIÑO, 1999), analisa Cingapura, Salgueiro (*apud* SOBARZO MIÑO, 1999), analisa o caso de Lisboa e na França, há o estudo de Sobarzo Miño (1999).

Conforme Souza (2003), “a cidade é um local em que se produzem, comercializam e consomem bens, em que as pessoas trabalham, se organizam e interagem de acordo com interesses e valores diferenciados, o que forma grau de afinidade e de interesses com base nos recursos cobiçados e o espaço”. Para Milton Santos (1979), “o processo de produção desse espaço é fruto de contradições, já que nele estão envolvidos interesses contraditórios e conflitantes do capital”. Desse modo, é possível perceber claramente que o território condiciona a localização dos atores, pois determina a incorporação de técnicas do solo, como rodovias, objetos técnicos ligados à produção, veículos, insumos técnicos científicos (como, por exemplo, a propaganda). À medida que tais recursos mostram-se alienados no território, corroborando com a especialização do trabalho nos lugares, produzem-se desta forma, o que Milton Santos e Silveira (2000) ‘designam

de “regiões do mandar” e “regiões do fazer”. São essas dicotomias que geram a segregação sócio-espacial”.

A segregação sócio-espacial e as desigualdades econômicas baseiam-se em uma apropriação do espaço que dá prioridade aos fatores econômicos, o que leva à luta de classes, desigualdades e segregação. Ganha evidência um processo bastante diferenciado de valorização da terra urbana, o que consolida pronunciadas desigualdades sócio-espaciais que marcam a configuração territorial da cidade. Corrêa (1989) destaca que há duas formas de segregação: “a auto-segregação, que se refere à segregação das classes dominantes, e a segregação imposta aos grupos sociais em que as opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”. Assim, para o autor, a segregação tem duplo papel: de um lado, é o meio de manutenção dos privilégios da classe dominante, e de outro, de controle social, desta mesma classe sobre os demais grupos sociais, que revela a necessidade de manutenção dos grupos sociais desempenhando papéis previamente destinados dentro da divisão social do trabalho. Lojkine, citado por Villaça (1998,

p.146) afirmou que a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, é determinado pela nova divisão social e espacial do trabalho.

Diante disso verifica-se que o sistema capitalista faz com que, de acordo com a condição social e o papel social desempenhado pelos ocupantes de um determinado espaço urbano, se configure em territorialidades representativas de grupos e classes sociais que aí se reproduzem. Como exemplo, poderíamos considerar em uma dada cidade a distribuição territorial da população envolvendo os que vendem e os que compram a força de trabalho. Gonzáles (1985, Correa 1987, Guidugli 1986, Costa 1988 e Davidovich 1989 apud Rodrigues 2010), entre outros, estudaram as novas espacialidades urbanas e a elaboração, manutenção e

produção de espaços onde os diferentes grupos sociais se estabelecem. Demonstram, que a separação espacial e social entre pobres e ricos é historicamente construída, pois, na medida em que o espaço urbano vai crescendo os seus atores vão assumindo, no palco montado no urbano, o seu lugar. Para Milton Santos (1979), “isto ocorre em função do sistema econômico ser discriminatório, refere-se a este tipo de segregação como sendo, por um lado, uma forma disfarçada e, por outro, explícita de discriminação social imposta pela condição econômica a qualquer indivíduo no espaço urbano” (SANTOS, 1979, p. 31). Isto depende do contexto sócio-político, pois esta forma de distribuição da população urbana, baseada em aspectos econômicos, torna-se um fator importante para a separação existente entre os diferentes agrupamentos sociais que assumem, no espaço urbano, uma disposição bem definida.

4. Considerações Finais

Pensar o espaço urbano sempre nos faz reportar a inúmeros problemas principalmente de ordem social, sob as mais diversas formas de violência, miséria, marginalização, fome, trânsito caótico, serviços públicos insuficientes ou inexistentes, desemprego, moradias precárias e a perda da identidade social e espacial das populações urbanas. Assim, entender o cotidiano urbano em sua dinâmica implica na busca da compreensão de fatores e causas que levam as relações sociais assimétricas. É nesta espacialidade cotidiana de indivíduos e de grupos sociais, elaborados pelos que constroem/destroem a paisagem e vida urbana, que é possível identificar as causas as contradições e os resultados sócio-espaciais da segregação.

É relevante destacar na atualidade, que o significado do termo segregação sócio-espacial passa, necessariamente, pelo entendimento do que vem a ser o fenômeno urbano. Por sua vez entender o urbano não é possível sem a compreensão das diferentes formas de segregação. “O termo

segregação foi considerado como denominador de diferentes formas de expulsão/interação, relacionadas à vida social de indivíduos e grupos sociais, nos lugares de trabalho, lazer e de moradia”. (BUENO, 2000).

O contato com uma variedade de textos inerentes ao estudo das diferentes questões urbanas possibilitou avaliar como o fenômeno da segregação social/ou espacial, em diferentes cidades do mundo, é estudado, bem como é aprendido em diferentes lugares em diferentes momentos. A geografia, apesar de suas controvérsias envolvendo suas dimensões sociais, apresenta um amplo elenco literário de questões sociais, voltado para temáticas dos estudos que tratam da reprodução dos espaços urbanos e das relações sócias neles construídas. Mesmo que de maneira restrita, sendo que outros campos do conhecimento científico como arquitetura /urbanismo e na sociologia apresenta-se com maior evidência.

Nesse sentido de forma sucinta foram analisadas algumas literaturas sobre o que se entende e produz sobre a temática, segregação sócio-espacial em espaços urbano de outros países, principalmente da Europa e Estados Unidos. Essa pequena análise permitiu constatar de forma sucinta que o tema da segregação enfatiza diferentes padrões das espacialidades sociais. Mas, que de forma geral, os textos tratam as questões sobre grupos étnicos, religiosos ou raciais, evidentemente que estes estudos derivam guardadas as promoções e interesses de suas especificidades locais.

Dentre os fenômenos resultantes desta não socialização urbana, busca-se demonstrar a existência de uma segregação social e espacial, determinada por níveis de renda e os seus agrupamentos relativos, mostrada, por exemplo, via espacialidade residencial. Pode-se perceber, então, que na medida em que se ampliam os espaços humanizados (na forma de concentração demográfica urbana e na ampliação dos espaços ocupados pelas formas arquitetônicas elaborados pelo homem é que ocorrem aumentos consideráveis no grau das complexidades das

relações societárias. Como resultante desses processos a segregação, em suas diferentes variações, tem sido analisada como um fenômeno típico da dimensão que o urbano alcançou nos tempos recentes. É este processo de diferenciação social em curso, envolvendo diferentes indivíduos, grupos sociais e espaços correlatos, que tem sido caracterizado como sendo a segregação sócio-espacial nos contextos urbanos.

Diante do contexto histórico da evolução do pensamento geográfico, o que podemos analisar é que os estudos sobre produção do espaço e segregação sócio-espaciais mais recentes têm algo de diferente dos mais antigos, pelo simples fato de que a segregação sócio-espacial atualmente é abordada através de perspectivas teóricas mais realistas e não através da interpretação naturalista e positivista. Assim, se antes o fenômeno era visto como um acontecimento natural, próprio de um processo de urbanização do homem, na atualidade ele é discutido a partir da compreensão de que é originário do próprio sistema capitalista de produção e como opção de grupos sociais

específicos. Tal mudança de paradigma de análise deste processo, talvez esta no fato de que a segregação sócio-espacial é uma realidade que se encontra em qualquer cidade do mundo contemporâneo e, as análises feitas anteriormente não davam mais conta de explicar tal fenômeno urbano.

Por fim, e de modo geral, os autores tratam da segregação social ou espacial como parte integrante de alguns estudos sobre o espaço e a vida urbana e também, como parte de explicações sobre os processos de interpretação da produção e da organização do espaço nas cidades capitalistas. Historicamente, na geografia, a discussão teórica sobre a segregação, enquanto fenômeno

sócio-espacial urbano tem revelado alguma incompletude, pois mesmo que os textos apresentem análises profundas sobre as disparidades sociais intra-urbanas, não fazem análises sobre as especificidades sócio-espaciais produzidas, envolvendo as segregações resultantes das diferenças sócio-econômicas. A segregação sócio-espacial, portanto, é resultado das relações entre os agentes produtores do espaço e do movimento combinado dos grupos sociais, compreendendo um conjunto de valores construídos e produzidos juntamente com a sociedade, com atribuições imaginadas e determinadas pelo poder dominante e pelos múltiplos interesses dos agentes produtores do espaço.

Referências

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BUONFIGLIO, L. V. **O 'direito à cidade' apropriado: da utopia dos sem-teto ao modelo de gestão do Estado**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS.

CARLOS, A. F. A. **“Novas” contradições do espaço.** In: DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A., SEABRA, Odette C. L. O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 62 a 74.

CARLOS, A. F. A. **O sentido da cidade:** as possibilidades da análise geográfica in Sposito, M.E. (org.) Urbanização & Cidades: perspectivas Geográficas. GASPERR/ UNESP, Presidente Prudente, 2001.

CARLOS, A. F. A. **O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia.** in Revista Cidades, v.2 nº. 4, 2005, p.221-247.

CORREA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: 4ª edição, Ática, 2005.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** – São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas.** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** Nova Fronteira, 1983.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O que é a filosofia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

ESPÍNDOLA, A. CARLOS. H. P. B.. **Considerações sobre a formação dos espaços de poder.** Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, 2010.

HUGHES, P. J. **Segregação socioespacial e violência na cidade de são paulo:** referências para a formulação de políticas públicas. São Paulo perspec, vol.18 no. 4. 25p.

JÚNIOR, A. R. A. WHITACKER, A. M. **Segregação socioespacial em cidades médias:** diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o jardim cinquentário e o jardim morada do sol em presidente prudente – SP geografia em atos, n. 7, v.2. presidente prudente, 2007.

LEFÉBVRE, H. 2004. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, H. (1999). **A Revolução Urbana**. (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim; Guetos, não**: A segregação e o estado. Tradução: Mario M. Chaves Ferreira. Espaço & Debates, v. 24, n. 45 p. 24-33, São Paulo, 2004.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. *Estudos Avançados*, vol.17, nº 48, p. 151-167, 2003. Artigo: *Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 249-265.

MARTINS, D. P. **Funcionalidade urbana do bairro Humaitá, Porto Alegre-rs**. Geografia: Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 356-362, 2009.

MARTINS, J. D. **As regras da metrópole**. Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado) Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2006.

MATTOS, R. F. S. **Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória**. Geografia em Atos, n. 7, v.2. Presidente Prudente, 2007.

MONTE-MÓR, R. L. M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 14p.

NUNES, B. F. **A guisa de apresentação**: a permanente atualidade da sociologia urbana. in *Revista Sociedade e Estado*. SOL/UnB Vol. XIII nº 1, 1998.

POZZO, C. F. **Produção capitalista do espaço e urbanização**: modernidade e pós-modernidade no contexto de estruturação da cidade na perspectiva do espaço abstrato. Geografia em atos, n. 9, v.2. unesp, presidente prudente, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. **Reforma urbana na cidade da crise**: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS J. O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 261-289.

RODRIGUES, N. M. **Segregação socioespacial e ações do plano diretor** no bairro Maria Eugênia e a área central de viçosa, MG. Rev.Geogr. Acadêmica v.4, n.1, p. 56-70 (vii.2010).

ROMA, M.C. 2008. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**: entre semelhanças e diferenças. disponível em: geografianaveia.blogspot.com acesso 10/05/2011.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p.

SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003-2005.

VIGNOLI, J. R.. **Segregacion Residencial: um acercamiento sociohistorico**. Anos 90 n.14, Porto Alegre, dezembro de 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

ⁱ Discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGGeo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Endereço eletrônico: rafaelfmf_geografia@hotmail.com.

ⁱⁱ Professora orientadora e professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Endereço eletrônico: g.benaduce@brturbo.com.br

Andreia Herkert Nettoⁱ

Lauro Cesar Figueiredoⁱⁱ

1– Introdução

A fotografia, especificamente, desde os tempos de seu anúncio oficial, em 1839, por Louis-Jacques Mandé Daguerre, refletiu o interesse dos fotógrafos pelo registro das cidades. Esse meio de comunicação e informação, fruto do século XIX, foi, por excelência, aquele que assistiu e pontuou às transformações urbanas acarretadas pela modernidade, revelando a intensidade e a rapidez com que ocorreram.

A partir desta reflexão, este capítulo tem por objetivo realizar uma discussão sobre os conceitos de cidade, fotografia e paisagem. No decorrer da leitura, pode-se constatar que os três conceitos abordados, aqui, estão

intrinsecamente ligados, sendo que, por várias vezes, quando se explana a respeito de um conceito específico, outro emerge para tentar complementar a sua compreensão.

A fotografia é um meio de comunicação que serve à problematização e à compreensão da dinâmica social, sendo utilizada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Antropologia, Sociologia. Através da fotografia, torna-se possível entender os processos que estruturam a sociedade espacial e temporalmente. Por meio da imagem fotográfica, pode-se identificar, estudar, problematizar e tematizar o quadro social

por diversos ângulos: a infância, a juventude, a velhice, a ambiência urbana, rural e os eventos sócio-históricos.

Na trajetória de pesquisa, ainda como bolsista de iniciação científica do Projeto Reuni e, depois, como colaboradora em projeto financiado pelo CNPQ, cujo título é PERMANÊNCIAS E MEMÓRIAS DA URBE: DESCOBRINDO A CIDADE DE SANTA MARIA-RS A PARTIR DA FOTOGRAFIA, tive a oportunidade de trabalhar com fotografias e documentos no Arquivo Histórico Municipal, bem como na Biblioteca Pública Municipal. Desta vivência, surgiram múltiplas possibilidades de abordagem no campo fotográfico e que também justificam o meu interesse por essa temática. Contudo, a paisagem cultural da cidade de Santa Maria revelou-se como problemática de estudo servindo como referência empírica, em que, por meio da imagem fotográfica, encadeiam-se múltiplas paisagens imagéticas, visuaisⁱⁱⁱ. A partir daí, elegeu-se trabalhar a paisagem citadina de Santa Maria. Essa escolha recai na proposição de singularizar, evidenciar e ressaltar os campos simbólico-imaginários da paisagem por meio da fotografia, dado o fato que essa última

é entendida e problematizada como dispositivo de leitura da paisagem real-imaginária citadina.

Faz-se necessário destacar que, ao longo das referências consultadas, pode-se perceber, nas produções acadêmicas, uma contradição em termos de escala disciplinar, já que, em âmbito nacional, há uma imensa produção de trabalhos que versam sobre a fotografia (de modo especial, nas áreas de Comunicação, Sociologia, Antropologia e História). Todavia, nos estudos geográficos, não há como pensar a constituição e a consolidação de uma vertente de trabalhos que evidenciem e problematizem a imagem fotográfica, embora seja necessário reconhecer a presença atuante do NEPEC^{iv} como grupo de renovação da agenda geográfica brasileira. O NEPEC tem desenvolvido alguns estudos voltados à fotografia, embora se possa afirmar de forma ainda bastante tímida.

De outra parte, essa contradição no que se refere ao número reduzido de trabalhos que versam sobre a fotografia, perpassa uma esfera espacial, ou seja, há, no plano nacional, muitos trabalhos sobre imagem e mídia, mas eles

concentram-se principalmente na região sudeste do país. Sendo assim, observa-se uma carência de trabalhos voltados à fotografia nas demais regiões brasileiras. Dado que, contudo, não inviabiliza a presente proposição de trabalho, posto que Santa Maria apresenta-se como um objeto singular a ser estudado.

Kossoy (2001) assevera que a imagem “encarcerada” na superfície fotográfica fornece testemunho visual e material aos espectadores ausentes da cena passada. Uma fotografia, para o autor, é o resultado final de um evento, de um acontecimento, é um fragmento congelado de uma dada realidade e/ou paisagem. A partir dessa reflexão, percebe-se que a imagem fotográfica permite aproximar, alcançar, narrar e desvelar as camadas superpostas de vivências, experiências e segredos, que percorrem as fronteiras citadinas, dando sentido à paisagem e proporcionando uma maior compreensão das permanências e mudanças que marcam a paisagem. Associado a essa questão da transformação do espaço pelo homem, Paul Claval (2001) destaca a necessidade de pesquisar sobre as formas

espaciais, posto que a experiência humana, na elaboração dos ambientes, facilitou um número inimaginável de aventuras, poderes, alegrias e transformações.

A fotografia, no contexto geográfico e cultural, pode desvelar as camadas de significados que integram a paisagem simbólico-imaginária que codifica a cidade. Essas camadas de significados tornam a paisagem uma cartografia permeada por múltiplos sentidos, de modo que a representação propicia destacar a paisagem como fenômeno que agrega símbolos da vida social e/ou como campo construído linguístico, visual e epistemologicamente. De certa forma, essa observação aproxima-se da proposta teórico-conceitual apontada por Duncan (2004) referente à *intertextualidade*, em que, para esse autor, o significado da paisagem dá-se em relação a um sistema cultural. A intertextualidade relacionada à paisagem não se mostra como questão simples, ou como imagem parcial da realidade concreta, revela-se como parte constituinte de significado da realidade em que inventariam diferentes meios de representação. A intertextualidade da paisagem como texto

deriva de um sistema de criação de signos, por meio dos quais a vida social é transmitida, reproduzida, experimentada e ressaltada. Duncan (2004) expressa que a paisagem é conteúdo e continente do sistema cultural, onde todos os sistemas de criação de signos processam temporal e espacialmente mecanismos intertextuais.

Assim sendo, diante desses signos, sejam eles culturais, religiosos ou políticos, os quais são transmitidos de geração em geração e cada geração agrega novos signos, os fenômenos urbanos e fotográficos acabaram por colocar em discussão a problemática da construção e da perpetuação da memória urbana entendida como decorrente da utilização de meios que desempenham o papel de fazê-la presente de uma determinada maneira. Nesse panorama, à fotografia coube, sobretudo, levar ao público, através de sua circulação em periódicos, cartões postais ou exposições nacionais e internacionais, a imagem do progresso da cidade, da ação civilizadora de governos que associavam os avanços e as descobertas da tecnologia à beleza, ao saneamento e à implementação de diversas melhorias em cidades que, até

então, exibiam as suas feições marcadamente coloniais, relacionadas à imagem do atraso, da insalubridade e da ausência de normatizações civilizadoras de uma sociedade até então considerada inadequada para os padrões modernos.

Assim, fotografia e cidade consistem em elementos privilegiados para uma aproximação das discussões entre a comunicação e a memória, em que os elementos estruturais como as edificações, os monumentos, os traçados, as praças que compõem o espaço de uma cidade são parte constitutiva da visualidade que arranjam a paisagem retratada nas fotografias. Tal aproximação ocorre a partir do momento em que as fotografias registram lembranças imutáveis de determinadas circunstâncias, de momentos vividos que são irreversíveis. Esses momentos são animados por sensações e emoções, em que as cidades oferecem testemunho silencioso diante das impressões de seus personagens. De acordo com essa observação, Kossoy (1998) destaca que todo o conteúdo de uma fotografia guarda experiências de vida de um determinado momento e/ou situação significativos.

Ao ver uma fotografia, imediatamente as pessoas recordam um determinado período de suas vidas e narram, com riqueza de detalhes e com certa nostalgia, como era a praça por onde andavam, a fachada das casas ou até mesmo como as pessoas vestiam-se.

Possamai (2005, p. 2005) assevera que, a partir da cidade, os atores sociais são construídos, tendo como base outras referências ainda mais microscópicas, como o bairro, a rua, a vizinhança; é ela que mobiliza os indivíduos em torno dos chamados problemas urbanos. É sobre a cidade que se travam disputas e conflitos relacionados às diferentes visões que se tem do urbano; é, ainda no seu espaço real ou imaginário que convivem ou entram em conflito cidades materializadas, cidades de sonho, cidades imaginadas, tornando a cidade, chamada “real”, um mosaico onde se desenham desejos, sensibilidades, vontades, interesses dos atores citadinos; além disso, é, na cidade, que entram em jogo os interesses econômicos, que veem o espaço urbano como fonte exclusiva de lucro e, finalmente, é a cidade a

grande ágora que convida seus cidadãos ao exercício do fazer político.

Choay (2001, *apud* Possamai, 2005, p.13), afirma que, até o século XIX, as monografias que abordaram a cidade como memória do passado preocuparam-se com os seus monumentos e os símbolos, interessando-se pelo urbano do ponto de vista das instituições jurídicas, políticas e religiosas, das estruturas econômicas e sociais. Por sua vez, o processo de industrialização, o crescimento urbano, o desenvolvimento científico e tecnológico juntamente com a explosão demográfica e o surgimento da cultura de massas são algumas das características constitutivas do processo de modernização vivido pelas sociedades ocidentais. Nessas sociedades contemporâneas, as grandes cidades passam por um processo contínuo de reconstrução, onde modernizar tornou-se o novo estereótipo das cidades, preservar a memória de um lugar fez-se economicamente inviável. Tal processo contínuo de reconstrução vem ao encontro da visão de alguns gestores públicos que acreditam que o antigo é velho e “sem serventia” e que para uma cidade acompanhar o

processo de modernização e desenvolvimento faz-se necessário a presença de prédios imponentes e contemporâneos, dando aquele falso ar de poderio. É importante conhecermos e preservarmos os referenciais de identidade de uma cidade, embora existam marcos históricos que caracterizam a colonização de Santa Maria, preservar a sua memória através dos fragmentos fotográficos é uma nova forma de balizar-se em outros referenciais que não se pode

ter acesso de outra forma a não ser através da fotografia. Os meios para a preservação da memória devem ser discutidos pela sociedade em geral. Pensamos que uma alternativa para tornar viável a preservação dos locais de memória passa por um trabalho amplo de sensibilização a respeito da importância dos patrimônios dentro das diversas camadas sociais, devendo incluir tanto educação formal quanto não-formal.

2– A Cidade e as suas várias imagens

A cidade é o palco onde se revelam inúmeras transformações sociais e culturais. A cidade é um texto no qual se operam e interrelacionam diversas concepções de sociedade, inseridas numa densa rede de relações. Dessa forma, a paisagem urbana não pode ser concebida como uma forma que se produz simplesmente pela contiguidade das moradias ou pelo simples adensamento populacional. Nessa

direção, é preciso assumir um pensamento coletivo que envolve as representações e as imaginações como estratégia para a compreensão da paisagem. Claval (2001, p.55) revela que “o geógrafo cultural estaria designado a analisar as ações humanas enquanto processos capazes de responder acerca de questões estéticas, políticas, sociais, econômicas e culturais projetadas na paisagem”. Nesse sentido, ele

manifesta que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam” (CLAVAL, 2001, p.55). Por isso, a leitura da paisagem urbana, feita a partir da fotografia, simboliza a ampliação das discussões estabelecidas pela Geografia Cultural, pois integra os aspectos culturais, sociais, imaginários que tramam a paisagem.

A cidade integra uma lógica que se aproxima do plano disciplinar, para isso, concorrem as ações dos planejadores urbanos. Desse ponto de vista, a aplicação de tecnologias, como um dispositivo capaz de sanar aspectos nocivos ao corpo social urbano, tem sido executada ao longo da experiência humana no espaço citadino. Tecnologias como as que envolvem uma espécie de “amortecedores” na base de prédios ou bombas que bombeiam a água em cidades que são construídas abaixo do nível do mar, por exemplo. É oportuno ponderar que o fazer urbano objetivado, operativo, racional, é a expressão pura de um campo que tem sentido pelo conjunto de representações que dele [do espaço] se cria.

Nessa dimensão, a elaboração e a aplicação de planos de estruturação e reestruturação urbana tornaram-se quadros de referência social.

Inúmeras vezes, a cidade é vista de maneira isolada, como se as pessoas e tudo o que é agregado a ela não lhe fizessem parte. De outro lado, o crescimento desordenado incha a cidade, não a deixando respirar, escondendo, muitas vezes, a sua história. Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, faz-se presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. E nesse contexto, pois, a fotografia realiza a cátedra de comunicação da memória diante do tempo.

Segundo Souza e Angelo (2008), as cidades são compostas por, pelo menos, duas facetas distintas que se interpõem e se modificam mutuamente. A primeira é relativa ao seu espaço físico; a outra diz respeito às pessoas que, nela, habitam e às relações que constroem entre si, ou seja, ao pensar uma cidade, determinando o espaço e o tempo de uma única geração, pode-se inferir que as características daquele ambiente são definidas pelas pessoas que, nele, habitaram: cada um constrói parte desse espaço à sua maneira, cada lote, casa comercial ou residência diz respeito a seus respectivos usuários. Ao ampliar esse espaço de tempo para a idade que esta cidade hipotética possui, pode-se afirmar que, ao longo deste período, o seu espaço físico funcionou como um cenário, um palco, onde milhares de pessoas desempenharam o seu papel na construção da história do lugar. São estas pessoas, os habitantes, que estruturam a imagem deste ambiente assim que decidem

reformatar um antigo edifício ou dar início a uma nova residência. Um exemplo dessa permuta do velho pelo novo pode ser observado no chamado “botabaixo” realizado no Rio de Janeiro pelo urbanista Pereira Passos e pelo engenheiro Lauro Muller. A exemplo da França, em que quarteirões inteiros da cidade medieval foram demolidos para dar lugar à abertura dos *boulevards*, transformados em cenário da nova ordem burguesa, no Rio de Janeiro, alegou-se a necessidade de erradicação de doenças para a derrubada dos casarões da área central da cidade. As famílias que foram despejadas das casas sequer receberam indenização, restando-lhes apenas a opção de morar nos morros, onde começaram a ser construídos barracões de madeira. Outras famílias formaram ou ampliaram cortiços, que, logo, tornaram-se alvo da vigilância sanitária. Caso houvesse uma suspeita de foco de varíola, os moradores eram expulsos das residências, que eram demolidas.

3– A fotografia entendida como comunicação

A fotografia é um meio de comunicação que serve à problematização e à compreensão da dinâmica social, sendo utilizada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Antropologia, Sociologia, Artes Plásticas, dentre outros ramos do saber científico, uma vez que, por meio dela, torna-se possível entender processos que estruturam a sociedade no decorrer do tempo e do espaço.

A fotografia é, pois, uma técnica de gravação por meios mecânicos e químicos ou a captação de uma imagem numa camada de material sensível à exposição luminosa, designada como seu suporte. A palavra deriva das raízes etimológicas gregas [fós] ("luz"), e [grafis] ("estilo", "pincel") ou grafê, significando "desenhar com luz" ou "representação por meio de linhas", "desenhar". (SILVA, 2004). A primeira fotografia reconhecida é uma imagem produzida, em 1825, pelo francês Joseph Nicéphore Niépce numa placa de estanho coberta com um derivado de petróleo chamado Betume da Judeia.

Existem quatro diferentes tipos de fotografias, sendo elas: as fotografias sociais - nessa categoria, estão incluídas a fotografia política, de economia e negócios e as fotografias de fatos gerais dos acontecimentos da cidade, do estado e do país, como é o caso da fotografia de tragédia. A segunda categoria é formada pelas fotografias de esporte – nesse caso, a quantidade de informações é o mais importante, enquanto que, no caso das fotografias culturais, - esse tipo de fotografia tem como função chamar a atenção para a notícia antes dela ser lida e, nisso, a fotografia é única. Por fim, tem-se as fotografias policiais - muitos, quase todos os jornais exploram o sensacionalismo, inclusive, através destas fotografias

Souza e Angelo (2008) avaliam que cidade e fotografia caminham juntas desde o surgimento da segunda. Quando Niépce escolheu a paisagem de sua janela para a primeira fotografia, inaugurou aquele que seria um dos gestos mais naturais desde a sua descoberta: registrar o ambiente em que se vive. Para Borges (2005, *apud* SOUZA, 2008, pág. 160-

178), um ano depois do surgimento da primeira máquina fotográfica da Kodak, em 1888, houve um consequente aumento de consumo e comercialização das imagens; apareceram os cartões postais ilustrados, que eram feitos a partir de fotografias. De acordo com a autora, em pouco tempo, fotógrafos e pequenos empresários começaram a investir na produção e na comercialização de vistas de paisagem, de cenas da vida rural e urbana, de monumentos históricos e de lugares que se tornavam cada vez mais objetos de desejo da burguesia da *Belle Époque*. Assim como hoje, esses cartões postais jamais ofereciam imagens-sintoma do feio e do desagradável, referindo-se, pois, sempre a um ideal de belo consagrado pelas artes plásticas greco-romanas e renascentistas. O principal interesse dos produtores de postais eram os prédios públicos e as construções arquitetônicas esteticamente mais arrojadas. Ao consumir os ícones que representavam tais espaços, o turista, que durante suas viagens interrompia a mesmice de seu cotidiano, queria mostrar a seus parentes e amigos que

também ele participava do avanço da civilização, simbolizada nos cartões postais. (BORGES, 2005, p.60).

Borges (2005) relaciona ainda a circulação dos postais com a reconstrução da imagem das cidades, quando pontua: “À medida que a moda dos postais ia se alastrando, as cidades, locus por excelência do exercício e das práticas civilizadoras, iam construindo suas versões higienizadas, oficiais e modernas do espaço público”. (BORGES, 2005, p.60).

De acordo com Kossoy (1998), todo o conteúdo de uma fotografia guarda experiências de vida de um determinado momento e/ou situação significativa. Fotografias registram lembranças imutáveis de certas circunstâncias, de épocas vividas que são irreversíveis. Tais momentos são animados por sensações e emoções. No entanto, elas não podem ser reveladas pela imagem fotográfica que, por sua vez, pode revelar, somente, um mundo físico e visível – “primeira realidade” – ou um detalhe da vida que se pretende mostrar. Contudo, essa característica aparentemente gélida da fotografia, que poderia manter longínquo um momento

registrado, torna-se também condição de possibilidade para se retomar aquela história particular, restaurando-a no presente, trazendo à tona sensações e emoções carregadas de significados, deixando de ser apenas uma referência e “reassumindo a sua condição anterior de existência” (KOSSOY, 1998, p. 45).

Kossoy (1998, *apud* ARAÚJO E MAHFOUD, 2002, p. 68-102) expressa que a fotografia guarda “conteúdos imaginários, que auxiliam na restauração da situação que não pode mais voltar”. Esses conteúdos imaginários são denominados, pelo autor, como “realidade interior”, isto é, as representações invisíveis que não são captadas pela câmara fotográfica, marcadas por um contexto cultural, estético e técnico” Neste aspecto, Araújo e Mahfoud (2002, p. 68-102) consideram que a imagem fotográfica não é um recurso neutro, mas, ao contrário, carrega uma polissemia na qual encontramos um universo de significados muito diferentes

que nos são transmitidos também através da linguagem oral, igualmente marcada por realidades culturais diversas. Moreira Leite (1998) afirma que o estudo da prática e da significação de imagens fotográficas possibilita conhecer o comportamento coletivo e experiências vivenciadas em um momento específico. A autora propõe que, ao utilizarmos as imagens em nossos estudos, abandonemos a necessidade de representar a realidade a partir de uma perspectiva unilinear, já que a fotografia permite a entrada em um mundo imaginário que não explica a realidade, mas convida a revivê-la e recriá-la. Mas, como? Por meio de um leitor que fala sobre o conteúdo imagético, que é surpreendido pela imagem, estimulado por sua percepção visual, inicialmente, através da sua memória espacial e da sua faculdade psíquica de associação de imagens; fornecendo, portanto, um conjunto de significados invisíveis que não são revelados sensivelmente aos seus olhos. O “texto visual” ganha vida graças ao “texto verbal”:

as imagens visuais precisam das palavras para se transmitir e, freqüentemente, a palavra inclui um valor figurativo a considerar. O desenho ou a fotografia não reproduzem abstrações. Representam um caso concreto, um fato particular, o presente. A palavra revela melhor o conhecimento subjacente na memória que, todavia, é construído por imagens fixas. Mecanismos perceptivos e cognitivos ampliam a compreensão das relações entre a imagem e as diferentes formas de memória, que, pelo reconhecimento e pela re-memoração, constroem a ponte para o texto verbal. Ao que é impossível descrever, torna-se indiscutível a prioridade da imagem visual, por sua capacidade de reproduzir e sugerir, por meios expressivos e artísticos, sentimentos, crenças e valores. (MOREIRA LEITE, 1998, p. 44)

O olhar do leitor, diante de uma imagem fotográfica, é seletivo, ou seja, ele permanece indiferente a alguns aspectos visíveis da fotografia e acolhe outros que a sua percepção e a sensibilidade conseguem captar no conjunto apresentado (Moreira Leite, 1993). A imagem fotográfica guarda em si características objetivas que correspondem a limites de tempo e espaço sociais, ordenados simbolicamente, que propiciam ao leitor entrar em contato, examinar e transmitir um universo de significados diversos, segundo os limites espaço-temporais aos quais está sujeito.

De fato, não se fica inerte diante de uma fotografia; de alguma forma, ela faz o seu assunto repensar a própria imagem. Neste caso, ela serve de suporte para criar aquilo

que se quer ser: os postais, livres dos envelopes, circulam suas fotografias pelo mundo, afirmando, silenciosamente: “assim é Paris”, ou Brasília, ou Rio de Janeiro. A partir daí, cada cidadão constrói, mesmo que inconscientemente, a imagem da cidade que quer ter. Diante disso, a cidade de Santa Maria não fica distante do que seus cidadãos desejam, como, por exemplo, o título de “Cidade Cultura”, definido, principalmente, pela presença de um grande número de instituições de ensino de nível superior.

Souza e Angelo (2008, p. 160-178) apontam que “existem várias possibilidades de percepção de uma cidade e a junção de todas elas forma aquilo que cada usuário guarda de determinado lugar”. O mapa ou a imagem aérea mostram,

por exemplo, os sistemas que a estruturam, mas poucos conseguem relacioná-los ao ambiente quando transitam por ele: os mapas construídos pelos usuários, ao caminhar pelo espaço urbano, compreendem apenas as ruas pelas quais eles têm que passar para chegar ao seu destino, ou seja, dificilmente a cidade é compreendida ou imaginada como um todo. A apreensão de sua forma passa pelo ato de caminhar por ela e a maneira como esse deslocamento acontece também é determinante para o resultado. Assim sendo, quem conhece uma cidade pelo automóvel, tem um ponto de vista mais baixo e as imagens, que passam rapidamente, são enquadradas e recortadas pelas janelas. Já quem caminha pela mesma cidade, além de ter mais tempo para observar cada coisa que chama a sua atenção, tem o ponto de vista na altura do olhar. Diferente daquele que anda de ônibus, que sequer é responsável pela escolha do caminho.

Souza e Angelo (2008) explicam que a caminhada pelo espaço fez-se presente em diversos momentos da história, transformando a cidade em cenário, pano de fundo para todas as artes. É o flâneur^v, na literatura, o primeiro grande

personagem de tal ato. Personificado na poesia de Charles Baudelaire, num momento em que o espaço físico assumiu características de metrópole industrial, configurando a cidade moderna, o flâneur caminhava pela Paris do século XIX, empenhando-se em entender esta modernidade. Concentrado na observação dos tipos, ele testemunhou as mudanças que as novas tecnologias provocaram naquele ambiente e, olhando como um estrangeiro, porém, imerso na realidade cotidiana, inaugurou esse novo modo de se relacionar com o espaço, revelando o ponto de vista do passante. Benjamin (1989, *apud* SOUZA e ANGELO, 2008, pág. 160-178) destaca que o flâneur sente-se em casa entre as fachadas dos prédios, tanto quanto o burguês entre as suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.

Para Bassani (2003, *apud* SOUZA E ANGELO, 2008, pág. 166), o flâneur “converte o ambiente urbano em paisagem e cenário, em território de expedição e abrigo domiciliar”, demonstrando total intimidade com os seus elementos e permitindo que a cidade assuma dimensões e significados indicados pelo seu estado de espírito: a cidade assume significado à medida que o seu perambular a impõe.

Nos estudos culturais [geográficos], a fotografia aparece como sistema de significado individual/coletivo, em que se relacionam esquemas de representação capazes de fornecer elementos à leitura dos lugares, dos eventos, das paisagens rurais e/ou urbanas. Os postulados dessa corrente revelam que a produção da paisagem é uma arte coletiva, mediante códigos de comunicação e símbolos. Nesse sentido, importa considerar a leitura da paisagem fotográfica, não apenas como um dado contemplativo, visível, estanque, antes, sim, como “um texto cuja significação é instável e cuja escritura e leitura estão engajadas em processos sociais” (MONDADA & SODERSTRÖN, 2004, p.142).

Portanto, a abordagem que se propõe, aqui, para a discussão neste capítulo, não se estabelece na dualidade clássica que a Geografia contemplou; o entendimento que se faz da paisagem citadina está no sentido de compreender visões de mundo, sensibilidades e informações que estão contidas nos conjuntos culturais, refletidas e (re) apresentadas na fotografia. Ressalve-se, contudo, que essa abordagem ilustra apenas uma das muitas vias para se interpretar o mundo que envolve, cerca e articula as atividades humanas na elaboração da paisagem citadina.

Considera-se que a leitura da paisagem urbana pode ser feita por diversos prismas. Na Geografia Cultural, produzida pós 1970, a paisagem tem se configurado campo aberto à problematização, ultrapassando as relações diretas entre os interesses econômicos e a produção do espaço. O entendimento feito pela Geografia Cultural sobre essa categoria de pensamento interrelaciona-se a um processo provocado por práticas socioculturais de usos, apropriações, percepções e representações; assim a imagem fotográfica, nesta concepção, significa a paisagem e esta, por sua vez,

transcende os limites do eminentemente visual. Dessa forma, vale considerar a perspectiva relacional sócio-histórico-imaginária que se coloca como parte e parcela para a efetivação da paisagem na imagem.

O livro *Do céu de Santa Maria*, dos autores José Newton Cardoso Marchiori, Paulo Fernando dos Santos

4– A Paisagem na leitura citadina

A paisagem é um conceito chave para a Ciência Geográfica e pode ser entendida tanto como prática social, quanto como uma forma de representação espacial. Sob qualquer aspecto, faz-se necessário compreendê-la e tratá-la não apenas como um achado visual, apesar de evidente a importância assumida por sua visualidade no contexto da sua própria identidade, mas também e, primordialmente, como estrutura de significado que se produz em si mesma, fazendo-o também através das mais diversas formas de representação. Nesse panorama, a imagem fotográfica

Machado e Valter Antonio Noal Filho, numa edição comemorativa aos 150 anos da cidade de Santa Maria, trata um pouco dessa questão da urbe, todavia, ainda de forma bastante superficial.

instala-se como campo alternativo para a construção, a elaboração, a re-elaboração e a percepção da paisagem.

A ideia de paisagem é fruto de disputas, apropriações e construções socioculturais, desde o século XV, momento histórico em que surgiu o conceito de paisagem no ocidente. (COSGROVE, 1998 a). No entanto, o conceito de paisagem não se origina a partir de indivíduos ou pequenos grupos, visto que ele é configurado por um processo dialético entre a produção cultural e as práticas sociais, em um determinado

momento histórico, em uma determinada geografia. (COSGROVE, op. cit., p. 2). Ainda segundo o autor mencionado, o conceito liga-se, em sua origem, inextricavelmente, ao declínio do feudalismo e ao florescimento do capitalismo. Como um "produto" sociocultural, a paisagem pode ser vista, modificada, usada, destruída, consumida, vendida e também pode causar prazer estético. Mais do que isto, ela é constitutiva das relações socioculturais, pois é, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante. A ideia de paisagem surgiu, assim, com o advento da modernidade, considerando-se que a

modernidade é uma duração que vem junto às mudanças ocorridas no Renascimento e que se faz sentir até os dias de hoje. Bloomfield (2008, p. 764-774) destaca que diversamente ao tratamento dado à paisagem pelos geógrafos culturais clássicos norte-americanos como Carl Sauer - que viam a paisagem como um "indício" da cultura, no início do século XX -, parte da escola anglo-saxã, em seu desdobramento conhecido como Geografia Cultural Radical, entendeu que a paisagem deve ser lida como um texto. Esta hipótese deveu-se, principalmente, a James Duncan (2004) e Denis Cosgrove (2000 a, 2000 b, 1998 a, 1998 b), a partir dos anos de 1970.

O conceito de paisagem como configuração de símbolos e signos leva a metodologias mais interpretativas do que morfológicas. Entre as metodologias interpretativas mais favorecidas estão aquelas da lingüística e da semiótica, associadas aos avanços do pós-guerra. A linha interpretativa dentro da Geografia Cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como texto, a ser lido e interpretado como documento social. Do mesmo modo, Clifford Geertz descreve a antropologia como a interpretação de textos culturais; introduz a idéia, aparentemente simples, de que toda a vida social envolve a interpretação e negociação de significados dentro de um grupo de atores sociais. (COSGROVE; JACKSON, 2000 b, p. 19).

Bloomfield (2008, p. 764-774) considera que, tirando partido da crise paradigmática e das “viradas” epistemológicas ocorridas por volta dos anos de 1960, os geógrafos culturais radicais aliaram, como aportes teórico-metodológicos, o materialismo dialético, a hermenêutica e os métodos da antropologia interpretativa, notadamente, os daquela praticada por Clifford Geertz (1989). O objetivo a ser alcançado consiste na superação das abordagens da

Geografia Cultural clássica, da geografia humanista e da geografia marxista, uma vez que há o entendimento de que as paisagens são fruto da produção/reprodução material, mas também das representações sociais. Sendo assim, a paisagem tem um papel fundamental nos processos sociais e culturais, em que, sendo um texto - ou um conjunto ordenado de objetos e discursos - não pode ser separada de seu contexto. Duncan (op. cit., p.101) realça sua impaciência:

Embora tenha tentado estabelecer alguma distância entre eu mesmo e a tradição da Geografia Cultural, carrego dessa tradição uma impaciência para com a fundamentação idealista. As idéias se localizam na Terra e invariavelmente são maculadas pelas exigências mundanas da sobrevivência biológica, social e política. Aqui, pergunto por um caminho intermediário entre o empirismo e o teoreticismo por meio do qual nossa 'concepção contextual do mundo' e a 'projeção própria' da paisagem se confrontem mutuamente. (DUNCAN op. cit., p.101)

Diante disso, as preocupações da Geografia Cultural Radical são propiciar uma abordagem: contemporânea e histórica; social e espacial; urbana e rural, atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas

de resistência. Para esta nova Geografia, a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída. (COSGROVE; JACKSON, 2000 b, p. 16-17). Os temas e os conceitos mais

explorados são: hegemonia, táticas de resistência de grupos dominados, relações entre política e poder, subculturas populares, símbolos culturais, geografia das minorias, geografia de classes. Essa abordagem, adotada pela Geografia, inspirou-se em pensadores como Raymond Williams, John Berger e Antonio Gramsci, entre outros. Interessou-se pelos Estudos Culturais do grupo de Stuart Hall, de Birmingham e pelo método iconológico do historiador da arte, Erwin Panofsky. Para dar conta desse tipo de interpretação da cultura e da paisagem, Duncan (op. cit. 106-110) recomendou que fossem observadas três linhas de raciocínio. A primeira consiste em interpretar o que uma paisagem significa para as pessoas locais; ouvir, descrever, transcrever e interpretar os seus discursos. Portanto, deve-se lançar mão de procedimentos oriundos do campo da Linguística, porque, na retórica da paisagem, além dos signos, símbolos e ícones, aparecem os tropos, tais como a alegoria, a sinédoque, a metonímia, a metáfora e a estrutura recorrente da narrativa. A segunda linha observada por Duncan refere-se à importância de interpretar as

representações da paisagem que fazem aqueles que não são locais, ou os *outsiders*. Nesta posição, encontram-se também os próprios geógrafos culturais que deverão praticar, assim como na antropologia interpretativa, a “interpretação da interpretação” dos discursos. A terceira configura-se pela atenção ao “sistema de significação subjacente à própria paisagem [...], que reproduz códigos de significação que estão presentes em outras áreas do sistema cultural”. (DUNCAN, op. cit. p. 109).

Assim, essa significação da paisagem para os atores sociais transforma-se num conjunto de símbolos e valores atrelados ao que chamamos de cultura. Diante disso, Cosgrove e Jackson (2000 b, p. 25) afirmam que “a cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num modo de símbolos significativos, ao qual dão sentido e atrelam valores”. Ora, não se trata de “uma” cultura, mas de “culturas”, já que existem disputas político-culturais entre diferentes grupos sociais, pelo domínio das representações. Na paisagem, percebe-se a

importância da cultura na compreensão do sistema de valores, de sensações e sentimentos individuais e coletivos.

A paisagem é elemento de reflexão espacial e, como tal, deve ser considerada em referência ao quadro cultural, interrelacionada às dinâmicas culturais que a dimensionam. Na paisagem, integram-se orientações simbólicas ligadas ao universo religioso, às tradições e às heranças culturais. Claval (2002) destaca que, no decorrer da década de 1970, os geógrafos passaram a estudar a dimensão estético-simbólica da paisagem. Nesta perspectiva, as representações incorporaram-se aos postulados da Geografia Cultural, aparecendo como valor exponencial à atribuição de significado à paisagem. Assim sendo, a paisagem é aquilo que dá significado ao mundo, por meio dela, o ser humano realiza ações que coincidem com a memória individual e coletiva. Claval (2002, p. 315) completa que o significado cultural da paisagem é um modo especial de compor, estruturar e atribuir sentido à vida social, daí deriva o poder das práticas e dos símbolos.

Conforme Duncan (2004), a paisagem possui o sentido metafórico de “texto”, em que operam “modos de olhar”, mecanismos de “leitura”. Sendo assim, diferentes mecanismos estão mediando os valores simbólicos que investem a paisagem de sentido. Diante disso, torna-se evidente que a paisagem está dentro da lógica da captação pela esfera ocular, mas ela põe-se para além de tal universo, já que, paralelo ao que se enxerga, existem os “subtextos”, os quadros que permanecem na memória social, individual e coletiva, marcando, “tatuando”, povoando, criando, recriando e ressignificando a paisagem

A paisagem abrange múltiplos signos, diferentes modos de representação, múltiplas especificidades históricas. Sua compreensão perpassa, inevitavelmente, a abordagem que privilegia as formas de representação do cotidiano. Duncan (1994, *apud* MELO 2001, p. 36) pontua que a paisagem é o resultado de uma elaboração complexa, cujas abordagens diferenciadas fizeram emergir um composto multiforme, permeado por diferenças. O autor enfatiza que tais compreensões múltiplas não devem ser enquadradas em

padrões binários, ao contrário, as diferenças, a complexidade de sentidos atribuídos à paisagem devem ser aplaudidas e celebradas.

Duncan (2004) aponta ainda para uma pluralidade de formas inextricáveis de relações que se cruzam na elaboração da paisagem. Para ele, o entendimento da

paisagem pode estar associado a uma justaposição de vários espaços, de várias lógicas. Ele pondera que, numa mesma paisagem, tem-se várias paisagens diferentes, cada uma advinda e relacionada a um discurso próprio e que, ao se ligarem, a outras produzem teias de significados culturais que se interrelacionam.

5– A paisagem em Santa Maria

Com relação ao projeto do CNPQ, do qual participo, ele tem duração de dois anos, com prazo final previsto para maio de 2012. Nesse primeiro ano, pudemos criar um banco de dados com fotografias da cidade de Santa Maria e analisar algumas dessas imagens que retratam a paisagem santamariense. Trouxemos, aqui, apenas duas fotografias para demonstrar essa relação entre os três conceitos abordados durante o desenvolvimento do capítulo. Antes, porém, para realizar a leitura da paisagem citadina de Santa

Maria, faz-se necessário apresentar um breve histórico sobre a cidade.

Santa Maria, assim como outras cidades do Rio Grande do Sul, passou por várias etapas e funções anteriores à sua emancipação: primeiramente foi um Acampamento, depois passou para Povoado, Curato, Distrito, Freguesia, Vila e, por fim, Cidade.

Na fase em que foi Acampamento, foram erguidos os ranchos para moradia, os depósitos de materiais, o escritório, o quartel e a Capela, onde, hoje, é o centro da cidade, mais propriamente dito a Rua do Acampamento. A partir da saída da 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites, em 1801, Santa Maria passou a ser um povoado, que continuou a se desenvolver e receber pessoas vindas de São Paulo, Rio Pardo, Cachoeira, Taquari, Triunfo, Viamão. A partir de então, surgiram as primeiras ruas da cidade (RECHIA, 1999).

Em 1819, Santa Maria passou a constituir o 4º distrito da atual Cachoeira do Sul. Ainda nessa época, Santa Maria foi se desenvolvendo e sua população aumentando. Em 1837, foi elevada à categoria de Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, só em dezembro de 1857, foi elevada à Vila, período em que aumentou o número de ruas e praças. O Município foi emancipado, do ponto de vista político e administrativo,, em 1858. Durante os anos seguintes, a cidade continuou a se desenvolver, sendo sede de vários acontecimentos, tendo sido um dos mais relevantes a

Inauguração da linha férrea de Cachoeira- Santa Maria, trecho que, mais tarde, ligou Porto Alegre.

Deve-se ressaltar que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul foi uma empresa estatal coordenada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1920, que foi importante para o desenvolvimento do Estado, em especial de Santa Maria que se tornou um entroncamento ferroviário. A Estação Ferroviária de Santa Maria da Boca do Monte foi inaugurada em 1885 pela E. F. Porto Alegre - Uruguiana, uma empresa pública gaúcha (Figura 1).

Primeiramente, existiu apenas a edificação central de dois pavimentos e um anexo térreo, a leste, que já não existe mais. No começo da década de 1920, foi construída a plataforma coberta para embarque e desembarque de passageiros. Atualmente, a estação está abandonada, desde que cessaram os trens de passageiros, em 02 de fevereiro de 1996. Nos dias atuais, a estação é sobrevivente de dois incêndios criminosos e do roubo de materiais da sua estrutura.

Figura 1 - Estação Ferroviária de Santa Maria.



Fonte: Escritório da Cidade, 2010.

Deve-se salientar que a implantação da ferrovia, em Santa Maria, ocorreu através da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, empresa belga que tomou a cidade como sede de sua administração geral. Segundo Lange (2006, p. 45), [...] “a ferrovia legou a Santa Maria dois fortes elementos demonstrativos de um incipiente solidarismo: a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea e a Vila Belga”.

Nessa perspectiva, Santa Maria teve grande desenvolvimento a partir da construção da Ferrovia e vale destacar também que os ferroviários, aqui, instalados para trabalhar constituíram a sua base social e fizeram, desse local, um entroncamento ferroviário importantíssimo. Nos dias atuais, o legado ferroviário revela-se na história, assim como na questão do patrimônio cultural da cidade, tanto que um dos principais patrimônios da cidade é a Estação Férrea (Gare). Sendo assim, é de suma importância destacar e evidenciar que esse patrimônio necessita ser (re)vitalizado com a finalidade de revigorar e relembrar a história sociocultural da

cidade. Entretanto, para que isso seja possível, deve-se compreender como as pessoas que moram no seu entorno utilizam e identificam-se com a Estação Férrea no cotidiano, pois (re) vitalizar é conservar a estrutura arquitetônica do patrimônio, porém condicionando-o a uma função que esteja relacionada com o cotidiano atual, de modo que continue construindo relações sociais e condicionado histórias.

Três anos após a construção da Catedral do Mediador, também na Avenida Rio Branco, a Catedral Diocesana (Figura 2) foi considerado o maior templo católico da metade do século XX. Inaugurada em 1909, a igreja católica foi construída em frente à Catedral do Mediador. A Catedral da Avenida Rio Branco substituiu a antiga matriz que ficava em frente a praça central até 1888, e a Capela do Divino, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua dos Andradas. A matriz da cidade foi elevada à condição de Catedral Diocesana em 1910. Em 1939, a fachada sofreu a sua primeira e mais profunda alteração. Quase 15 anos depois, em 1953, houve uma segunda reforma, quando foram

incorporadas as pinturas do italiano Aldo Locatelli (1925-1962), são elas: Anunciação, Crucificação, Assunção e Coroação. Meio século depois, no ano de 1999, a Catedral Diocesana foi submetida a trabalhos de restauração, o que permitiu manter importantes peças artísticas do templo - entre eles, foram restaurados vitrais, pinturas e o sino do missioneiro, que foi instalado na torre do relógio. Consideravelmente, a Igreja alterou a paisagem citadina de Santa Maria, fazendo parte das lembranças de muitas pessoas, incluindo casamentos, missas, procissões, enfim, a edificação é parte da memória da cidade. Percebe-se que a cartografia relacional da igreja é um campo de linguagem que comunica processos de apropriação espacial, ademais a igreja em questão [Catedral Diocesana] está para o espaço urbano santamariense como ponto basilar na emergência histórica da cidade, não deixando de se associar aos temas: poder e identidade. O tecido urbano é gestado e instituído a partir das relações políticas, econômicas, sociais e culturais em torno dos quais a igreja consegue sensibilizar um fazer coletivo-individual

Figura 2 – Vista da Catedral Diocesana de Santa Maria.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, 2010.

Frente a esses dois exemplos, podemos verificar a riqueza de informações que uma fotografia comunica aos

6– Considerações Finais

A cidade possui várias características tanto históricas, culturais, econômicas e étnicas, sendo que todas agregam diferentes valores e definições e, devido a isso, ela é considerada única e complexa. É impossível alcançar uma total harmonia, porque desigualdade e falta de uniformidade são características próprias das cidades, dos centros urbanos. As intervenções e as revitalizações são focalizadas diretamente para obras históricas e não para uma determinada área, impedindo, muitas vezes, o sucesso da revitalização. Geralmente, essas obras são uma solicitação da própria comunidade em que se encontrava o patrimônio, numa reivindicação de conservação da memória local. Essas intervenções são realizadas pelo poder público municipal, estadual ou até mesmo nacional, dependendo do

expectadores atuais dessas cenas passadas, contribuindo, assim, para a reativação da memória da história da cidade.

reconhecimento dado a determinado patrimônio. Na atualidade, as intervenções vêm ocorrendo sempre nos centros que, geralmente, são a área mais antiga da cidade e onde a revitalização é necessária, por várias condições. Aos futuros planejadores-urbanos e idealizadores fica o desafio de tentar amenizar o caos, sem perder a história e estagnar o desenvolvimento da urbe. As revitalizações dos patrimônios em si só tendem a melhorar a cidade. Aí, o papel da fotografia é o de retratar um dado patrimônio, contribuindo, assim, para a sua não descaracterização num processo de revitalização, a qual não só traz vida nova ao local, como proporciona aos moradores contato com edifícios antes degradados e abandonados, além de dar uma nova visão de cidade, uma cidade que se preocupa com a sua memória.

Esta percepção é subjetiva e acaba por configurar, visualmente, uma cidade para cada habitante. Ao entender a fotografia como criação que carrega consigo aspectos daquele que a fez, do que foi fotografado, da técnica empregada e das várias interpretações que podem ser feitas dela, pode-se inferir que, através da imagem fotográfica, a cidade individual/ imaginada de cada usuário pode se fazer ver. Assim como fotografias são representações da realidade, é importante ressaltar que qualquer leitura que se faça delas também vem carregada de aspectos subjetivos inerentes a quem a fez, ou seja, o repertório de quem olha a imagem tem papel fundamental em sua interpretação e, por isso, pessoas distintas podem fazer observações díspares sobre a mesma fotografia.

Nas sociedades contemporâneas, o jogo das imagens é intrincado, asserção já mencionada na introdução deste texto, em que se confundem as posições sociais na luta pela atribuição de sentido às paisagens urbanas, em que há um processo dinâmico e contínuo de circularidades.

As mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais distribuem-se de maneira heterogênea e desigual em todos os setores das sociedades, desde o início da modernidade. Em alguns lugares do mundo e até em um mesmo lugar, óticas, táticas e modos de vida pré-modernos, modernos e contemporâneos alternam-se, sobrepõem-se e convivem, dialeticamente, tornando as paisagens urbanas em espaços de disputas simbólicas.

Diante do trabalho que está sendo executado, no projeto do CNPQ, e dos dois exemplos de leitura da paisagem anteriormente citados, assim como a partir do que foi exposto, pode-se constatar que a fotografia representa uma paisagem “visível” na criação de um mundo imaginário, para além do que se aprende olhando, posto que a imagem fotográfica é prática social investida por estruturas que mostram e condicionam forças intensas que se apoderam da “realidade”.

Referências

A revolta da Vacina. Disponível em:<belsimonato.files.wordpress.com/2011/06/revolta-da-vacina.docx> Acesso em 18 de Julho de 2011.

ARAÚJO, R. A.; MAHFOUD, M. **Memória Coletiva e Imagem Fotográfica:** Elaboração da Experiência em uma Tradicional Comunidade Rural. Memorandum 2, 68-102, Abr. 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/araujo02.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

BASSANI, J. **As linguagens artísticas e a cidade:** cultura urbana do século XX. São Paulo: Formarte, 2003.

BLOOMFIELD, T. B. Paisagens urbanas e lugares: uma abordagem de Geografia Cultural para a intervenção urbana polaroides (in)visíveis, de Tom Lisboa, em Curitiba. In.: 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Panorama da Pesquisa em Artes Visuais. Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis, 2008, p. 68-102.

BORGES, M. E. L. **História e fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** 2.^a Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CEOLIN, L. V. ; LIMBERGER, L. L. R. Potencial de Ocupação em Superfícies Centrais na Paisagem Urbana de Santa Maria|RS - Novas Inserções Versus Ambiências Preexistentes – In.: 1º Colóquio Iberoamericano – Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, 2010.

COSGROVE, D. E.; DANIELS, S. **The iconography of landscape.** UK: Cambridge University Press, 2000 a.

COSGROVE, D. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 b, 124 p. p. 92-123.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Introdução a **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134,.

COSGROVE, D. E. Mundos de significados: Geografia Cultural e Imaginação. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia Cultural: um século (2)**. Tradução de Tania Shepherd. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 p. 33-57.

COSGROVE, D. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens Humanas. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 b, p. 15-32,.

DUNCAN, J. S. Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. In.: **Revista Espaço e Cultura** – nº 13 – dezembro de 1996. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC – Semestral; jan./jun. de 2002; p.7-27.

DUNCAN, J. S. Após a guerra civil: reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Tradução de Tânia Shepherd. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DUNCAN, J. S. Paisagem como sistema de criação de signos. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdURJ, 2004. p.91-144.

FERREIRA, B. R. **Memória e esquecimento**: a utilização da fotografia na pesquisa e a narratização da paisagem urbana a partir e suas casas em ruínas. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Beatriz%20Rodrigues%20Ferreira.pdf> Acesso em 24 de maio de 2011.

GIORDANI, I. **Centros históricos suas interferências e relações com as cidades**. Disponível em: <www.fag.edu.br/.../ARTIGO%20-%20CENTROS%20HISTÓRICOS%20> Acesso em 24 de maio de 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. LTC editora, 1989.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 2001.

KOSSOY, B. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. In: **Revista Brasileira de História**, jan/jun., ano/vol.25, nº 49. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil, 2005, p. 35 – 42.

LANGE, C. M. **A Construção de Conhecimentos em Espaços de Economia Popular Solidária (O Sentido Pedagógico do Projeto Esperança/Cooesperança)**. 2006. Dissertação (Mestrado na Área de Educação nas Ciências). Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da UNIJUÍ -Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí,RS.

MEDEIROS, W. As duas cidades. **Sociedade e Cultura**. V.5, n. 002,2002, p. 163-170.

MELO, E. M. de. **A paisagem em foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó/RN**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN.

MONDADA, L.; SÖDERSTRÖM, O. Do texto à integração: percurso através da Geografia Cultural contemporânea. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 133-155.

MONTEIRO, C. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 9, 2006.p. 11-23.

MOREIRA LEITE, M. L. Imagens e Contextos. **Boletim do Centro de Memória** – UNICAMP, 5 (10), 45-60, 1993.

MOREIRA LEITE, M. L. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, B.; MOREIRA LEITE, M. L. (Orgs.). **Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. (pp. 37-49). Campinas: Papirus, 1998.

PADOIN, M. M. Uma experiência acadêmica de pesquisa: a história dos 150 anos do município de Santa Maria mostrada por meio de uma exposição. **Estúdios Históricos**. n. 1, 2009.

PESAVENTO, S. J. História, Memória e Centralidade Urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

POSSAMAI, Z. R. **Cidade Fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

PRODANOV, C. C.; SCHEMES, C.; KERBER, A. O patrimônio material e a construção da identidade em Novo Hamburgo (RS): a fotografia e a cidade. **Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Universidade Federal de Goiás. v. 12, n. 2, p. 187-208, 2007.

RECHIA, A. **Santa Maria Cidade-Sol Coração Gaúcho**. Santa Maria: Oficina gráfica da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Maria, 1985.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. A Cidade e suas crises, o Patrimônio pelos Viés da Memória: Por que e como preservar o passado? **Habitus**. Goiânia, v. 4, n.1, 2006, p. 455-470.

ROSENDAHL, Z. "Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião". In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005. p.191-226.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. **Finisterra**. XXXVI, 72, 2001, p. 37-53.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo; razão e emoção. /Milton Santos – 3ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, P. R. da. Viver É Lembrar: Memórias e Significados das transformações Urbanas em Manaus. In.: X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política. Recife. **Anais ...** Recife, 2010.

SILVA, R. M. **O uso da fotografia no ensino da Geografia**. Londrina. 2005. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia)- Universidade Estadual de Londrina (pag. 76 a 84)

SOUZA, L. A. S.; ANGELO, R. B. Cidades (in)visíveis: imagens, caminhos, fotografias e representações. **Discursos fotográficos**. Londrina, v.4, n.5, p.159-178, jul./dez. 2008.

TRAVASSOS, L. E. P. A fotografia como instrumento de auxílio no ensino da Geografia. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v. 1, n. 2, 2001.

ⁱ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria e participante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território. <andreiahnetto@gmail.com>

ⁱⁱ Orientador Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET (Geociências-UFSM) e Grupo de Pesquisa CIDADHIS (Arquitetura-UFSC). <laurocfigueiredo@hotmail.com>

ⁱⁱⁱ Entende-se a fotografia enquanto uma teia imagético-simbólica que reveste a paisagem; mostrando-se como parte e parcela de uma configuração espacial.

^{iv} NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – do Departamento de Geografia da UERJ criado em 1993, pelos professores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, com interesse em discutir, produzir e publicar artigos, resenhas, e informações sobre Geografia Cultural. Nesse sentido, o núcleo lança em 1995 o periódico Espaço e Cultura, bem como uma série de livros sobre “Geografia Cultural”. As publicações, os simpósios, os eventos promovidos pelo NEPEC envolvem um número crescente de geógrafos que têm trilhado caminhos distintos no âmbito da Geografia Cultural.

^v Identificado por Bassani (2003, p.42) como um personagem urbano na poesia de Baudelaire, o termo também é compreendido como característica identificável em qualquer pessoa. A palavra flânar, deriva do francês flâneur e significa passear ociosamente, sem destino nem pressa. (LUFT, 2000, p.331).

^{vi} A revisão da Linguagem foi realizada por Elaine dos Santos. <e.kilian@gmail.com>

*Heliana de Moraes Alvesⁱ**Lauro César Figueiredoⁱⁱ*

1- Introdução

A valorização do passado é uma das dimensões mais importantes para a manutenção da singularidade dos lugares. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, que essa valorização venha dando o suporte sólido à procura pelo diferente. A busca da identidade dos lugares tão alardeada, nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes e de histórias que são inscritas no patrimônio cultural.

Diante dessa perspectiva, há uma tendência à preservação patrimonial de sítios e de áreas centrais urbanas e, neste contexto, a Geografia contribui, de modo significativo, em prol da compreensão socioespacial da urbe. No entanto, geralmente, esta conservação representa uma especulação econômica que visa o turismo mercantil, deixando de lado os saberes tradicionais da comunidade local. Desta forma, a ciência geográfica deve trabalhar na tentativa de valorizar as memórias do lugar, (re) vitalizar os marcos culturais e primar pela conservação integral do patrimônio.

Convém, neste ponto, destacar que o conceito de patrimônio passou por inúmeras reformulações até abarcar o seu significado integral que, de acordo com Horta (2000), é um conjunto de bens materiais e imateriais que fazem parte da identidade de uma cultura e/ou de um período histórico. Apesar de contemplar inúmeras representações da humanidade, o conceito de patrimônio ainda está sendo utilizado de forma fragmentada, prevalecendo a preservação monumentalista que desvaloriza a dinâmica social, espacial e imaterial.

A abordagem patrimonial interdisciplinar tem a perspectiva de alterar essa situação e valorizar a conservação dos bens imateriais, como as identidades culturais. Nesta ótica, além de sítios e áreas urbanas centrais, a UNESCO, em 1992, expôs a Paisagem Cultural como uma unidade de preservação. A partir de então, surgiu a necessidade de integrar a ciência geográfica à temática patrimonial, de maneira mais efetiva, visto que os seus trabalhos auxiliam na análise da organização espacial dos lugares que se configuram em função de ações históricas e culturais.

O período ferroviário (instituído a partir de 1854 no Brasil) configurou o surgimento, as relações culturais e o aspecto identitário de inúmeros municípios. Todavia, desde a decadência da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) – em função do incentivo ao transporte rodoviário -, o patrimônio férreo encontra-se em estado de abandono e depredação. Neste sentido, torna-se relevante valorizar, estudar e incentivar a conservação dos artefatos materiais e imateriais da ferrovia, que estão registrados nas paisagens culturais e nas memórias, representando um aspecto geográfico e cultural ao lugar em que eles se encontram.

A partir dessas reflexões, objetiva-se, neste capítulo, trazer uma breve discussão teórica sobre a relação entre a ciência geográfica e o patrimônio cultural, assim como os conceitos de memória e paisagem cultural. A viabilidade dessa discussão foi estruturada em três sessões teóricas, sendo que a primeira remete-nos à interrelação existente entre a ciência geográfica, a memória e o patrimônio cultural, enfatizando a sua interdisciplinaridade. A segunda sessão direciona-se a uma explanação sobre a evolução do conceito

de paisagem cultural. Para finalizar, a terceira sessão contempla uma breve reflexão sobre as ferrovias

consideradas lugares de memória.

2-A ciência geográfica, o patrimônio histórico-cultural e a memória

Os conceitos de patrimônio e de memória sempre estiveram relacionados à História, porém, através deles, é possível apreender o desenvolvimento socioespacial de um lugar, pelo viés geográfico. Os estudos que vêm contemplando o patrimônio histórico/cultural e a memória estão intimamente ligados à Geografia do Turismo, à Geografia Urbana e à Geografia Cultural. Contudo, o interesse geográfico pelas representações simbólicas do espaço começou, somente, a partir da década de 1970, com base na perspectiva humanista.

A visão humanista apóia-se na hermenêutica e leva em consideração os contextos específicos do fenômeno a ser estudado, valorizando a sua compreensão na totalidade. Essa totalidade advém da relação estabelecida entre o sujeito e o

objeto, com ênfase na subjetividade exposta pelos sentimentos e pelas intuições pessoais, referentes ao lugar. Neste aspecto, Nigro (2010) entende que o espaço é visto como um campo de representações simbólicas, carregado de significações e marcado pelo sentido de vivência e afetividade. Com base nesses preceitos, ocorreu uma maior interrelação entre os estudos geográficos e históricos, o que facilitou uma melhor compreensão sobre como definem-se as identidades e os bens materiais que caracterizam um lugar, representando a sua cultura.

O lugar tornou-se uma categoria central nos trabalhos geográficos e patrimoniais, visto que, segundo Cavalcante (1998), o estudo do lugar atualmente é de grande valia, já que ele detém uma função ímpar e particular nesse emaranhado

de relações globais, porque deixou de ser uma simples localização espacial absoluta para tornar-se um espaço familiar e afetivo ao indivíduo, assumindo

[...] valores e significados especiais, para aqueles que vivem. É um espaço carregado de emotividade, no qual as relações sociais, as representações de universos singulares e as experiências se articulam, de forma a transformar meras localizações em sítios especiais, guardados com cuidado na memória (CORRÊA, 2005, p.15).

Observa-se que o conceito de lugar guarda em si simbologias, uma vez que as pessoas criam o mundo conforme as suas identidades e as suas percepções em relação ao meio caracterizado por feições históricas e culturais. Essa afirmação é reforçada por Tuan (1983) quando exemplifica que, desde a infância, fazemos associações de objetos e pessoas aos lugares: a professora à escola, a mãe à casa, etc. Na medida que o indivíduo vai se socializando

essas referências vão se modificando, pois ele começa a querer compreender “o quê?” e “para quê?” as pessoas estão relacionadas aos ambientes, e tentam explicar como o lugar funciona.

Entende-se que esse apego ao lugar identifica-se a princípio aos bens patrimoniais e memoriais que se definem no mesmo, assim sendo, existem três dimensões de intersecção entre o patrimônio e a Geografia, a primeira é que

Patrimônio é um fenômeno inerentemente espacial. Mesmo sendo, muitas vezes, imaterial e cambiante, todo patrimônio ocorre em algum lugar [...]. A segunda dimensão é que o patrimônio é de fundamental importância para o interesse da Geografia Cultural e Histórica contemporânea

porque atenta para questões cruciais como a da significação, representação e identidade. O patrimônio torna-se um atributo que contribui para a afirmação de processos de identificação individuais e coletivos. E à Geografia interessa considerar o patrimônio como campo de tensão social e assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de 'pertencimento'. E por fim, a terceira dimensão diz respeito ao fato de que o patrimônio não é apenas um bem cultural, mas econômico, possuindo múltiplos usos e consumos e sendo uma fonte potencial de conflito entre diversos grupos envolvidos (NIGRO, 2010, p. 69).

Dessa forma, o estudo do patrimônio cultural possibilita entender a relação entre um determinado grupo e o seu espaço, assim como a interconexão existente entre o concreto e o abstrato, proporcionando uma análise relacional da realidade. De acordo com a UNESCO (1972), todo objeto ou ação referente à identidade de uma sociedade constitui o seu patrimônio, que pode ser distinguido em dois grupos: os materiais que são aqueles materializados no espaço como construções, monumentos, obras arquitetônicas, artesanatos, entre outros; e os patrimônios imateriais, que são as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as habilidades, transmitidas de geração em geração. Esses patrimônios formam lugares notáveis identificados a partir da integração do homem com a natureza que define paisagens

culturais de valor arquitetônico, antropológico, histórico, cultural e /ou arqueológico.

Assim sendo, a partir dos bens culturais, é possível interpretar modos de vida e formas de organizações socioespaciais, ressaltando as modificações realizadas na paisagem e as manifestações culturais socialmente compartilhadas. Essa abrangência do conceito de patrimônio começou a se verificar desde 1960, quando, conforme Choay (2001), houve um aprofundamento de caráter tipológico, cronológico e geográfico, na interpretação do mesmo.

Lima Filho e Bezerra (2006) salientam que a preocupação em preservar o patrimônio histórico/cultural está presente, no Brasil, desde o período colonial. No entanto, as

primeiras políticas referiam-se à preservação da herança cultural dos europeus, o que negligenciou, por muito tempo, os direitos culturais de inúmeras etnias. Em 1937, a Constituição viabilizou processos de tombamentos no país, porém essas estratégias políticas ainda dirigiam-se especificadamente ao patrimônio material das elites, continuando a relegar outras culturas e a imaterialidade. Funari e Pelegrini (2006) afirmam que essa visão começou a ser alterada com a Conferência da UNESCO, em 1972, que abriu algumas discussões sobre a paisagem cultural, porém somente a partir da Convenção de 1999, alguns parâmetros específicos foram definidos, para que, no ano de 2000, fosse implementado o decreto n.3.5551/2000, que estabeleceu o registro de bens culturais de natureza imaterial no Brasil. Identifica-se, desta forma, que as políticas brasileiras no que tange à proteção patrimonial caminham de acordo com os governantes que estão comandando, sendo assim oscilam de maneira obscura e ambígua.

Apesar de um longo percurso institucional, a conservação patrimonial é considerada um assunto

contemporâneo, uma vez que se intensificou somente a partir das últimas décadas, o que ainda torna-a muito pontual e fragmentada, sem a abrangência que necessita ter. Em especial, porque a preocupação em preservar o patrimônio está direcionada mais ao desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, do que à perspectiva de manter as histórias e a cultura dos lugares.

Jacques (2003) enfatiza essa mercantilização da cultura expondo que, na maioria das vezes o turismo age em detrimento das necessidades da população local, já que privilegia o visitante, transformando a cidade em um espetáculo. Neste sentido, o patrimônio é entendido como um recurso a ser explorado para que o lugar torne-se competitivo globalmente. Paes (2010) reforça essa relação – muitas vezes contraditória - existente entre o turismo e a preservação do patrimônio, quando aponta que as tendências turísticas transformaram as cidades, em sua totalidade ou aos fragmentos, em mercadorias vendáveis, o que enfraquece o planejamento urbano, acabando por fortalecer o planejamento estratégico mais favorável às empresas.

As ações mercantis que envolvem a cultura e a história devem ter a perspectiva de manter a memória e o pertencimento da comunidade, em que o valor financeiro jamais deve sobrepor-se aos valores sociais de afetividade relacionado ao lugar, onde o morador não deve ser menosprezado perante o visitante. Em outras palavras, para

que o turismo seja efetivamente protetor do patrimônio é necessário que a população local esteja envolvida no processo, possibilitando-lhe a manutenção da sua identidade.

Para que a história e a identidade local sejam mantidas é necessário que as pessoas reconheçam-se como pertencente ao lugar, por isso, entende-se que

A identidade se mantém através da memória, pois ela é um conjunto de informações, fatos e lendas de uma sociedade [...]. A memória de um grupo é seu referencial de conduta e identidade. Sem memória não há identidade, desaparece a cultura e destrói-se a consciência coletiva, pois é através da memória que mantemos nossos hábitos e costumes. É a nossa memória transformada em história que nos difere de outros grupos (HAIDET, 2005, p. 103).

Significa afirmar que a identidade cultural provém de lembranças que são herdadas coletivamente e servem para manter a coesão interna de um grupo cultural. Logicamente, a memória é uma leitura seletiva de lembrar do que é mais importante individualmente, pois as pessoas só lembram do que foi aprendido e do que lhes possui significado. Apesar de ser um processo individual, a memória é efetivamente estabelecida a partir de experiências coletivas que constituem

as representações socioculturais. O indivíduo carrega consigo as lembranças construídas a partir da interação com a sociedade, concepção que é reforçada por Halbwachs (2006, p.41) quando afirma que “nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meio as circunstâncias sociais definidas”.

Nessa mesma perspectiva Kessel ([1999], p.03) salienta que “as memórias individuais alimentam-se da memória coletiva”. A afirmação da autora tem sua relevância,

visto que as nossas ideologias e reflexões são baseadas nas relações sociais e, portanto, coletivas. No entanto, a memória individual não se confunde com a coletiva, elas apenas interrelacionam-se, já que a primeira é única a cada um e a segunda está relacionada a dinâmica da sociedade, ou seja, a memória individual é uma interpretação íntima e pessoal da memória coletiva.

Um ponto importante a ser destacado é que a memória coletiva de um lugar não pode ser confundida com a história deste mesmo lugar, tendo em vista que, a memória coletiva é dinâmica e contínua, enquanto a história é compartimentada em períodos, sendo que cada período tem seu início, meio e fim. A memória está estritamente relacionada com o tempo e o espaço, mas esses não são definidos exatamente como na história, pois nossos pensamentos não se estruturam de maneira cronológica, uma vez que podemos lembrar de momentos da infância e logo depois lembrarmos do que fizemos ontem, sem que para isso façamos uma sequência dos fatos acontecidos entre essas duas lembranças. Neste sentido, Halbwachs (2006, p. 104) assinala que “no

desenvolvimento contínuo da memória coletiva não há linhas de separação claramente traçadas, como na história, mas apenas limites irregulares e incertos”.

Observa-se que a memória não pode ser considerada um processo fragmentado de se lembrar do que já passou, mas é uma referência do passado que está ancorada em tradições, crenças e hábitos culturais definidos no presente. Assim sendo, Kessel ([1999], p.02) expõe que “a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado”. Dessa forma, quando a memória é valorizada, ela pode fortalecer a luta de uma classe, de um lugar ou de uma nação. No entanto, também pode ser um instrumento de poder e domínio de governantes que a controlam, a reprimindo, dependendo do momento histórico-político vivenciado.

Haidet (2005) compreende que tanto a memória quanto a identidade não podem ser consideradas estáticas, mas dinâmicas, visto que se modificam a partir de novas experiências e novas percepções culturais/históricas. A

construção da realidade depende diretamente de ações culturais, de tal maneira que

não há memória que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça. (HALBWACHS, 2006, p.170).

Neste contexto, a Geografia – que trabalha com o lugar de vivência - tem muito a contribuir para a análise, a discussão e a recuperação da memória e do patrimônio histórico/cultural, na perspectiva de se compreender a dinâmica espacial dos lugares. Abreu (1998) considera que ainda é necessário transpor (superar) algumas barreiras interdisciplinares para que a contribuição geográfica, nesta área, seja efetiva. Esse autor trabalha com o conceito de memória urbana, ressaltando que ela define as relações

afetivas e proporciona um resgate da história local, através da história de vida da população ali existente.

Os estudos de Figueiredo (2005) avançam, neste aspecto, quando o autor enfatiza a necessidade de preservar essa “memória urbana”. Tal conservação memorial da urbe é necessária para se identificar os modos de vida e os processos que configuraram a sua organização espacial, sendo de extrema importância, visto que as memórias perpassam as relações sociais, contemplando também percepções da natureza, o que permite uma melhor

compreensão do lugar de vivência. A memória deve ser salvaguardada a partir dos antigos moradores, pois, através de suas narrativas e contos, é possível revigorar a identidade cultural e transmiti-la para as novas gerações com um olhar diferenciado.

Na mesma vertente, Bosi (2003) sublinha que a memória deve ser resgatada e mantida, para que,

efetivamente, o patrimônio continue sendo uma representação do cotidiano, transcrito na paisagem cultural. Neste sentido, é fundamental entender que a evolução do conceito de paisagem cultural, para compreender seus significados afetivos expressos na identidade dos que nela habitam.

3-O conceito de paisagem cultural enquanto categoria geográfica e patrimonial

O conceito de paisagem surgiu nas artes plásticas, especialmente no Renascimento, em que ela era vista como um cenário decorativo. Na época do Romantismo (meados do século XIX), a paisagem começou a ser um tema dominante nas pinturas, pois a natureza deixou de ser um artefato meramente ilustrativo para tornar-se objeto central. Observa-se, que a noção de paisagem estava muito relacionada ao contexto natural, sem significados sociais explícitos, ocorrendo um distanciamento entre o homem e a natureza.

O desenvolvimento dos transportes proporcionou uma nova interpretação da paisagem, já que, de acordo com Costa e Gastal (2010), o homem ,a partir daquele momento, começava a se locomover não afastado da paisagem, mas na paisagem, aproximando assim o homem da natureza.

Na Geografia, conforme Claval (1999), o conceito de paisagem surge no final do século XIX. Naquele período, a Geografia Cultural preocupava-se com os artefatos materiais produzidos no espaço, em especial, com as técnicas, os

objetos de trabalho, as construções e somente, em segundo plano, com os gêneros de vida. Sauer (2007, p. 22) assevera que “A Geografia Cultural se interessava, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”. Logicamente que dimensões simbólicas e subjetivas das culturas existiam, mas não faziam parte do interesse científico da época. Por esse

motivo, a paisagem cultural era vista como o oposto da paisagem natural, e analisada também através do seu aspecto material.

No entanto, a ciência geográfica, assim como a sua vertente cultural, ao longo do tempo, passou por aprimoramentos conceituais, sobretudo

a partir dos anos 70, através de embates de ordem tanto epistemológicos e teóricos, como metodológicos. Desses embates nasceu uma Geografia Crítica que juntamente aos diferentes sub-campos fizeram surgir nos anos posteriores a chamada Geografia Renovada onde a Geografia Cultural aparece com um sentido político, onde significados passa ser a palavra chave dessa corrente do pensamento (CORRÊA;ROSENDAHL, 2007, p.04).

A partir de então, o aspecto cultural subjetivo passou a ser um ponto importante dos estudos geográficos, ganhando ênfase o conceito de paisagem cultural, que adquire relevância como categoria científica. Essas transformações teóricas fizeram-se necessárias por causa das inúmeras mudanças mundiais, políticas e econômicas, que aconteceram no período e modificaram as relações sociais de compreender e interagir com o espaço. Desse modo,

tornando o cotidiano mais complexo formado por significados, memórias, sujeitos, percepções, objetos, espaços e realidades que necessitam ser valorizados. Com base nisso, os estudos culturais voltaram-se para a investigação dos modos de vida, explorando os aspectos imateriais da cultura e do lugar de vivência.

Diante desta nova situação a Geografia Cultural propôs-se a compreender como a sociedade multicultural organiza e transforma o espaço através de novos significados e novas vivências, já que, conforme Cosgrove e Jackson (2007, p.141), “cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos significativos, ao qual dão sentidos e

atrelam valores”. Identifica-se, assim, que a vertente cultural necessitava de abordagens mais fenomenológicas, pois a cultura está sempre relacionada a um sistema de significados, que origina as identidades culturais manifestadas socialmente através dos aspectos memoriais simbólicos, assim como pela percepção. Nessa perspectiva, cultura é

um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, regras, normas e valores que são herdados dos pais e da vizinhança e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis [...] A cultura é herança e experiência (CLAVAL, 2007, p. 163).

Sendo uma herança social, a cultura define-se no dia a dia, por isso, McDowell (1966) argumenta que a Geografia Cultural deve analisar os objetos do cotidiano, representações naturais, estudos do significados das paisagens e construção social das identidades dos lugares. Nessa visão, a paisagem cultural não é mais analisada somente através da sua materialidade, mas também pela sua imaterialidade, pois, segundo Santos (1997, p. 61), a paisagem “não é formada

apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc”.

A dimensão simbólica da paisagem cultural acabou por ser apropriada por instituições como a UNESCO e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que a consideram como uma unidade preservacionista. Surge, com base nisso, um novo paradigma patrimonial, uma vez que a concepção de paisagem cultural inclui uma dimensão

simbólica que, de acordo com Costa e Gastal (2010), age como suporte das ações humanas não sendo passiva e sim ativa, que depende da dinâmica cultural que envolve o lugar.

Apesar desta reflexão teórica, no Brasil a categoria de paisagem cultural foi criada oficialmente como unidade de preservação patrimonial, somente, a partir de 2009. Ribeiro (2007) adota o conceito de paisagem cultural numa visão integradora, reforçando o seu valor patrimonial e expondo que a mesma é a soma de aspectos materiais e imateriais, construídos a partir de elementos simbólicos e definidos através da identidade cultural. No entanto, ainda são necessárias discussões em torno da complexidade do conceito de paisagem cultural, bem como da sua certificação, por estar estritamente relacionada às representações socioculturais. Essa complexidade demonstra-se, visto que “a paisagem não existe *a priori*, mas sim em sua relação com a sociedade” (COSTA; GASTAL, p.19, 2010). Reflete, desta forma, as representações e as percepções subjetivas da cultura, que estão abertas a múltiplas interpretações.

Expressado o trabalho do homem sobre a natureza, a

paisagem cultural não é estática, ela modifica-se com o desenvolvimento da cultura ou pela substituição da mesma. Neste sentido, Corrêa e Rosendhl (1998) ressaltam que ela é multidimensional, apresenta uma dimensão morfológica, uma dimensão funcional, uma dimensão histórica/ espacial e uma dimensão transtemporal, visto que une passado e presente de maneira dinâmica, servindo como uma fonte documental. A partir dessas dimensões, a paisagem cultural pode ser interpretada como uma associação de aspectos naturais e socioculturais que se interrelacionam formando o espaço, a partir de manifestações simbólicas. Isso a tornou um excelente instrumento para o estudo da organização espacial de um lugar, através do patrimônio histórico e da memória local contidos nela.

Esse conceito integrador busca interrelacionar o homem e a natureza, em que a paisagem cultural deixa de ser antônimo à natural e, ambas, passam a se integrarem. Ribeiro (2007, p.41) reafirma que “as paisagens culturais são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos, ao longo do tempo, sobre influência

de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, que nela interferem”.

Existem alguns estudiosos geográficos que discutem esse novo significado integrador, em especial Risso (2008) que estuda uma comunidade Indígena da Amazônia, ressaltando os valores e os significados que os índios atribuem à paisagem, transformando-a em paisagem cultural, tanto material quanto simbolicamente. A autora enfatiza que o conceito de paisagem tem um potencial multidisciplinar que pode e deve ser vivenciado na prática, pois apesar de toda a discussão teórica, tem-se muito caminho a trilhar para que a Geografia, como ciência, pratique a interdisciplinariedade entre o físico e o humano.

Essa interrelação torna as paisagens culturais mais dinâmicas, uma vez que se (re) criam através de somas e subtrações de formas e funções, ao longo do tempo, dependendo das necessidades e do momento histórico. Dessa maneira, analisar a paisagem é uma forma de resgatar a história dos lugares, visto que ela possui elementos

decodificadores da cultura que representam e definem o seu aspecto identitário e simbólico, apesar de nem sempre ser preservada. Neste particular, Costa; Gastal (2010) entendem que “a paisagem não se esgota: reproduz-se, renova-se, regenera-se, tal qual as sociedades”.

Por esse motivo Froehlich e Alves (2007) acreditam que não existe mais uma monoidentidade cultural, mas um multiculturalismo, por causa das complexas relações cotidianas que fazem com que o indivíduo não pertença a uma única identidade distintiva e coerente, já que a paisagem cultural é formada por dinâmicas que possibilitam a construção de novas identidades a partir da convivência mútua entre diversas culturas, num mesmo espaço. Compreende-se, também que ao mesmo tempo em que a globalização proporcionou a homogeneização de alguns hábitos e costumes, inserindo um padrão consumista e individualista à sociedade, fez com que surgisse o “mercado do diferente”, em que até mesmo a memória cultural é vendida. Dessa forma, algumas bases culturais são valorizadas apenas pelo seu valor econômico, pois cada vez

mais os lugares pequenos preservam a sua memória, servindo como refúgio do cotidiano tumultuado das grandes cidades, o que impulsiona o turismo cultural. Entretanto, essa perspectiva pode acabar por afastar a população local, desqualificando o seu aspecto identitário - que é essencial na preservação patrimonial - prevalecendo somente o caráter econômico, como já foi destacado anteriormente.

Nascimento e Scifini (2010) analisam a paisagem como um conjunto de aspectos memoriais, os quais se articulam num contexto cultural dinâmico com a participação dos moradores valorizando os saberes locais. O estudo dessas autoras enfatiza a aplicação do conceito de paisagem cultural na região do Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo, e tem como objetivo demonstrar que é possível correlacionar uma pesquisa científica aos anseios e aos conhecimentos locais. Castriota, Sousa e Tolentino (2009) trabalharam nessa mesma perspectiva no município do Serro/MG,

caracterizando e valorizando a paisagem cultural do local, em que ressaltam os saberes tradicionais agrícolas do município. Esses são dois exemplos que comprovam a viabilidade de relacionar as discussões teóricas sobre patrimônio cultural e paisagem, com ações práticas de preservação dos saberes locais.

Verifica-se que a antiga definição de paisagem cultural estava atrelada a materialidade cultural, atualmente, contudo, a mesma deve ser analisada de maneira integrada - cultural/natural e material/imaterial - como uma unidade preservacionista, que demonstra a história cultural de um lugar. Um período histórico/cultural que condicionou feições paisagísticas culturais a inúmeros lugares foi o ferroviário, tanto que, na atualidade, se chamam de paisagens ferroviárias aquelas que exprimem uma característica férrea marcante e representam a memória ferroviária. Sendo assim, torna-se relevante enfocá-las como lugares de memórias.

4- A paisagem ferroviária: lugar de memória

O transporte ferroviário no Brasil foi implantado para consolidar e unificar a nação. No ano de 1957, o governo federal criou a RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), uma sociedade de economia mista e de direito privado controlada pela União, possuidora e controladora de inúmeras ferrovias existentes no país. A inadequação estrutural das ferrovias, somando-se a mudanças econômicas fomentaram, na década de 1970, uma política de desenvolvimento voltada para a indústria automobilística e o incremento da construção das rodovias, que resultou na desativação de muitas ferrovias e na abolição do transporte ferroviário para passageiros, fazendo com que a RFFSA perdesse a sua função original e fosse extinta. A partir de então, uma grande quantidade de imóveis, como estações, galpões e depósitos ficaram ociosos, sem manutenção,

expostos à deteriorização. Essas construções representam os aspectos identitários de diversos lugares e são importantes para a compreensão espacial, no entanto, de acordo com a Secretaria do Patrimônio da União (2004) atualmente existem apenas 10% da malha em boas condições.

Os imóveis ferroviários apesar de serem arrendados pela empresa América Latina Logística, são da sociedade brasileira, que como tal necessita estar bem informada e participar de todas as ações relacionadas à conservação de seu patrimônio, uma vez que o intuito da preservação patrimonial deve vir do sentimento de pertencimento local. O qual é enfatizado por Menezes (2009, p.03): “o trem está no imaginário do brasileiro e a preservação deve caminhar no sentido dar continuidade a esse interesse local”.

Além das estações férreas, a ferrovia tem suas marcas impressas nas edificações, nas funções originais, nos traçados das ruas, nas disposições das casas construídas ao longo das vias e nas localidades que cresceram em função da ferrovia. E, para além dessa materialidade, em suas relações, também está registrada na identidade daqueles que se utilizaram dos trens como meio de transporte. Sendo assim, a ferrovia condicionou o processo de formação de

inúmeras cidades, uma vez que o desenvolvimento urbano, em geral, procedeu-se a partir dos “povoados-estações”, o que acabou por configurar determinadas paisagens culturais, as quais estão intrínsecas, até hoje, na memória e representam a identidade cultural de uma época onde o “trem” era símbolo de integração social. A “paisagem ferroviária” é a específica do entorno da linha férrea e,

conserva elementos da gênese da formação desses núcleos urbanos e, por tanto, da memória, configurando uma paisagem cultural [...]. Um território com significado cultural que dá testemunho, ao passado e ao presente, do relacionamento existente entre indivíduos e seu meio ambiente e ajuda a especificar culturas locais, prática, sensibilidades, crenças e tradições (PASSARELLI, 2006, p.364).

Identifica-se, dessa maneira, que a paisagem ferroviária acumula momentos da história local, rica em valores culturais. Cabe ressaltar, além disso, que toda estruturação e organização da cidade, que se desenvolveu a partir de um “povoado-estação”, condicionam feições materiais e uma dinâmica ferroviária específica ao lugar.

Essas feições permanecem no espaço resistindo às transformações urbanas, contando a história local e possibilitando entender o processo de desenvolvimento da urbe e de suas relações com a sociedade. Neste sentido, Passarelli (2006, p. 370) pontua que “a estrada de ferro e a estação ferroviária são referenciais históricos importantes

para entender o desenvolvimento socioeconômico e paisagístico [...]” dos lugares onde a ferrovia passa.

Menezes (2007, p.03) destaca ainda que o patrimônio ferroviário “representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas conseqüências históricas [...]. O patrimônio compreende os vestígios da cultura ferroviária que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico e econômico”. Entretanto, nenhum desses valores deve-se sobressair ao outro, devem ser valorizados no conjunto de maneira integral. Assim sendo, as estações e, a paisagem ferroviária do seu entorno necessitam ser (re) vitalizadas, no entanto, para que isso aconteça, é imprescindível estimular os órgãos públicos e privados - especialmente a ALL (América Latina Logística), empresa responsável pelo setor ferroviário no estado - a valorizarem esses bens. A (re) vitalização é uma maneira de manter o patrimônio preservado, porém o condicionando a uma nova função que interaja com a realidade, através de novas relações sociais que permitam uma (re) significação desse patrimônio para a sociedade.

Nos dias atuais, existem inúmeros incentivos governamentais para que as áreas residuais da antiga RFFSA sejam reestruturadas e sirvam de moradia para a população de baixo poder financeiro. Além desses incentivos, existem também projetos de “trens turísticos” que, segundo Mamede, Lima e Guimarães (2008), têm o compromisso de valorizar e preservar a história local e o modo de vida da população envolvida. Porém, como já foi salientado anteriormente, trata-se em manter as memórias locais, mas, na prática, poucos eventos turísticos proporcionam essa valorização, o que decorre da falta de compreensão integrada entre a questão econômica e a identidade cultural local. Significa afirmar que existe um discurso muito bem estruturado sobre a preservação da história de vida local, entre tanto, na maioria das vezes, essa população é transferida das proximidades do patrimônio ferroviário para bairros longe, como aconteceu em Ouro Preto, em que, conforme Paes (2010), os órgãos públicos e privados deslocaram a população do centro histórico, para bairros periféricos, na tentativa de “preservar a área histórica central”.

Mas será que esse tipo de preservação remete-nos a realidade?

Compreende-se que não, pois, apesar de toda discussão no que tange à paisagem cultural (ferroviária) e o conceito de patrimônio cultural, os projetos preservacionistas ainda valorizam a representação material da cultura, sendo uma visão monumentalista que deixa de lado a memória, o

passado social e a identidade cultural. Salienta-se que essa paisagem ferroviária, que foi sendo construída e reconstruída, material e simbolicamente ao longo do tempo tornando-se plural, ganhando (e perdendo) contornos e significados, sobrepondo diferentes necessidades, novas temporalidades, interpretações e apropriações, deve ser respeitada e estudada em comunhão com a sua sociedade, para que a memória local não se perca, mas se revigore

5- Considerações finais

O patrimônio cultural, apesar de ser um tema interdisciplinar, ainda é pouco trabalhado pela ciência geográfica, isso se justifica, pois a História, a Arquitetura, entre outras, sempre se dedicaram a este estudo. Entretanto, essa ideia, aos poucos, está mudando, principalmente após a Convenção de 1992, em que a UNESCO chancelou a paisagem cultural como uma categoria de proteção patrimonial. Apesar da pouca inserção da Geografia no que

tange à questão patrimonial, os trabalhos efetuados nessa área são expressivos - em especial, nos últimos anos – pois, através da análise e da decodificação do patrimônio histórico e da paisagem cultural, é possível entender a evolução da organização socioespacial dos lugares. Compreendendo assim, a dinâmica cultural que o envolve e as relações espaço-temporais que definem a (re) construção de suas formas, funções e estruturas.

Observa-se que o patrimônio histórico/cultural necessita ser pesquisado pela Geografia de maneira mais efetiva, visto que ele é um processo espacial que proporciona uma análise profunda da relação entre o passado e o presente. Dessa forma, é um conceito essencial para o planejamento urbano e regional, na perspectiva de melhor compreender o desenvolvimento cultural e espacial, auxiliando nos processos de (re) vitalizações urbanas. Além disso, o estudo do patrimônio - inscrito na paisagem cultural – propicia entender a relação entre os objetos e os sujeitos, entre o concreto e o abstrato, proporcionando uma análise relacional da realidade, o que permite interpretar os modos de vida, as transformações da paisagem e as manifestações culturais socialmente compartilhadas.

A preservação da paisagem cultural é uma temática contemporânea direcionada, principalmente, ao desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, do que a perspectiva de manter as histórias e a cultura dos lugares. Na maioria das vezes, esses projetos turísticos atuam de maneira fragmentada privilegiando o visitante e

desvalorizando a memória da população local. Neste sentido, as empresas transformam as cidades em espetáculos, concebendo a paisagem como recursos a ser explorado, no entanto ela deve ser conservada numa visão integral (material e imaterial), valorizando a identidade cultural, para que as memórias locais sejam mantidas.

Entende-se que a Geografia deve comprometer-se com a não mercantilização da cultura na tentativa de auxiliar nas políticas de planejamento e de afirmação da cidadania. Os trabalhos geográficos na concepção patrimonial devem ultrapassar as fronteiras do meio acadêmico e assumir novas formas de expressões baseadas na necessidade dos indivíduos de conhecerem o espaço onde vivem na busca de elementos que permitam uma recomposição de sua identidade e que leve ao conhecimento mais amplo da situação passado/presente e de possibilidades futuras.

Um exemplo, neste caso, são as paisagens ferroviárias, pois representam e definem o aspecto memorial, porém nem sempre são preservadas e conservadas, na maioria das vezes por falta de políticas públicas. Trabalhar

com essas paisagens torna-se um instrumento a mais no processo de educação, em que toda a comunidade pode estar envolvida, colaborando com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade com a preservação do patrimônio, sobretudo porque a paisagem é subjetiva e existe em relação com a sociedade, através da intersecção entre o físico e o humano. Entretanto, por mais significativas que sejam as mudanças epistemológicas e metodológicas a ciência geográfica deve avançar no sentido de correlacionar efetivamente os aspectos físicos e humanos, objetivando uma visão mais integrada dessas paisagens.

Para não finalizar, os bens patrimoniais ferroviários - que permanecem estabelecendo e representando laços afetivos identitários – necessitam de seguimentos de preservação que incluam, além de inventários e tombamentos, a recuperação e a valorização da paisagem ferroviária, condicionando-a a uma função atual. As (re) vitalizações envolvem um processo de reconstrução da identidade cultural, que se define a partir da dinâmica social, espacial e cultural do lugar. Para tanto, é relevante estudar esses patrimônios, de maneira integral, para, posteriormente, protegê-los, na tentativa de manter viva a história férrea, que é tão importante em nosso país.

Referências

ABREU, M. de A. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 05-16, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2011.

BOSI, E. Memória da cidade: lembranças paulista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000100012&script=sci_arttext>. Acesso: em 16 de jun. de 2011.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio da União. **Regularização dos imóveis da Rede Ferroviária Federal S.A.:** um grande desafio dos governos federal, estaduais e municipais. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/UmTremdeHistorias.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2011.

CASTRIOTA, L. B.; SOUSA, V. P. de; TOLENTINO, M. A. Um plano de preservação da paisagem cultural: a perspectiva integrada. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). **Paisagem e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1998.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 147-166.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 167-186.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z.. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSGROVE, D. ; JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.135-146.

COSTA, L. de C. N.; GASTAL, S. de A. Paisagem Cultural: Possibilidades e limites. In: 1º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem, Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas, 2010. **Anais ...** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

LIMA FILHO, M.; BEZERRA, M. (Org.). **Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006.

FIGUEIREDO, L. C. **Sociabilidade e cultura no Paraná: a cidade de Maringá**, 2005. 200f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. F. I. **Novas Identidades, Novos Territórios**: aproveitando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. Santa Maria: UFSM, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/562.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2009.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. de C. A. Políticas patrimoniais no Brasil: impasses e realizações. In: ZAHAP.J. (Org.). **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro, 2006. p. 43-56.

HAIGET, C. G. Memória do individual ao coletivo. In : MILDE, Saul Eduardo Seiguer. (Org.). **Educação Patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: Ed da UFSM, 2005, p.85-111.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, M. de L. P. Fundamentos da educação patrimonial. **Revista da Faculdade Porto-alegrense de educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, p. 25-36, 2000.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

JACQUES, P. B. Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador: UFBA, v. 6, n. 1, p. 33-39, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>> . Acesso em: 16 jun. 2011.

KESSEL, Z. **Memória e memória coletiva**. In: BIBLIOTECA virtual do Museu da Pessoa. [S.l.], [1999]. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/oqueebiblioteca/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf> Acesso em: 16 jun. 2011.

MAMEDE, D.; LIMA, G. V.; GUMARÃES, A. P. S. Trens turísticos e o patrimônio cultural: como o turismo ferroviário tem resgatado, preservado e valorizado o patrimônio cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 81-94, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115415175008>>. Acesso em: 16 de jun. de 2011.

MCDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In GREGOY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social** (Org.). Tradução: Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966, p.159 -187.

NASCIMENTO, F. B. do; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista do Centro de Preservação Cultural da USP**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out. 2010. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n10/03.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. de 2011.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 55 - 80.

PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org). Introdução e Apresentação. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org).. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 17-32.

PASSARELLI, S. H. F. Paisagem ferroviária: memória e identidade da metrópole paulista. **Revista Exacta**, São Paulo, v. 04, n. 02, p. 363-373, dez. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/810/81040216.pdf>>. Acesso em: 07 de out. de 2010.

RIBEIRO, R. W. **Paisagens Culturais e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2007.

RISSE, L. C. Paisagem e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n.23, p. 67-76, Jan/Jun. 2008. Disponível em: <http://www.nepec.com.br/RISSE_Espaco_e_cultura23.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio histórico e Artístico do Estado da secretária da Cultura. **Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul**: Inventário das estações do Rio Grande do Sul -1874/1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAUER, C. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.19-27.

TUAN, Y. **Espaço & Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

UNESCO. Organização da Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil. **32ª Conferência Geral**, Paris, 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.phpur_id=20924&url_do=do_topic&url_section=201 .html>. Acesso em 14 de maio de 2010.

Notas de Fim

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria/RS e participante do Grupo de pesquisa em Educação e Território – GPET (Departamento de Geociências - UFSM). Contato: heliana_alves2007@yahoo.com.br

^{ii ii} Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, participante Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET (Departamento de Geociências - UFSM) e do Grupo de Pesquisa CIDADHIS (Arquitetura-UFSC). Contato: laurocfigueiredo@hotmail.com

Elizandra Voigt¹

Meri Lourdes Bezz²

1- Introdução

A Geografia busca constantemente a releitura de seus conceitos visando acompanhar a dinâmica, condição intrínseca das ciências em geral e da Geografia em particular. Tal busca resulta do esforço contínuo em acompanhar as transformações que este período técnico-científico-informacional nos impõe. Revitalizam-se, as concepções teórico-metodológicas e renovam-se seus paradigmas na busca incessante de se obter respostas mais consentâneas no que se refere à interface natureza-sociedade.

Tratando-se especificamente sobre o desenvolvimento da Geografia Cultural é necessário considerar as contribuições de seus precursores, ou seja, ressaltar a

Fronteiras da Pesquisa em Geografia

participação fundamental de três países que contribuíram na sua gênese. Destaca-se, nessa perspectiva, a Alemanha, com Friedrich Ratzel (1844-1904); a França, com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e os Estados Unidos com Carl Sauer (1889-1975). Posteriormente, os estudos na perspectiva cultural difundiram-se para outros países (BEZZI; MARAFON, 2005).

Considerando a concepção de Geografia Cultural enfatizada nos trabalhos de Ratzel percebe-se que ele incluía a cultura, porém esta era analisada sob os aspectos materiais negligenciando os conhecimentos e valores dos grupos humanos. Por outro lado, as contribuições de Sauer

demonstram a valorização essencial do passado, mas da mesma maneira que Ratzel considerava os aspectos materiais da cultura, dando menor expressividade aos conhecimentos e valores culturais. La Blache, no entanto, tinha como preocupação, analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente que habitavam, bem como, sua adaptação às condições ambientais (BEZZI; MARAFON, 2005).

É oportuno lembrar que “A Geografia cultural é um significativo subcampo da Geografia, que a partir da Europa difundiu-se e já tem um século de existência. Contudo a Geografia Cultural não tem ainda no Brasil a importância que desfruta nos Estados Unidos e na Europa” (CORRÊA; ROZENDAHL 2003, p. 9).

Até meados do século passado, a cultura foi compreendida no âmbito dos estudos geográficos sob pontos de vista técnicos e supra-orgânicos. Neste período se acentuavam as críticas, dentre as quais se destacam: a ênfase dada à dimensão material da cultura; o conceito de cultura adotado e a cultura considerada como algo externo ao

indivíduo. A visão acerca da cultura aceita até então se torna impertinente à realidade mundial.

Neste contexto, os estudos culturais desenvolvidos pela Geografia tornaram-se pouco relevantes frente ao novo contexto mundial. Pode-se dizer que esses estudos ficaram adormecidos, nas décadas de 1950 até 1970, e tudo indicava que a Geografia Cultural caminhava para o desaparecimento. Para que tal fato não acontecesse foi necessário redefinir o conceito de cultura utilizado pela Geografia Cultural até então, para que esse viesse a suprir e renovar a base teórica das pesquisas culturais no âmbito geográfico. Nesta revitalização somou-se à concepção de cultura a dimensão não-material, valorizando-se o significado e a subjetividade. Assim, a partir da década de 1970, o entendimento de cultura, na ciência geográfica, se insere em um processo de renovação. A cultura é acrescida teoricamente passando a ser entendida sob a perspectiva das representações, dos significados e dos sentidos.

Com essas novas abordagens as quais contribuíram para agregar novos significados atualmente, a cultura

constitui-se em uma das temáticas centrais para explicar as relações sociedade-natureza e, conseqüentemente, a diversidade das formas e funções nos processos de reordenamento espacial. Considerando que a cultura consiste, basicamente, em um conjunto de crenças e valores que orientam as ações de um grupo social, Cosgrove (1998) ratifica a importância da cultura como organizadora do espaço a partir de um sistema simbólico, responsável pela identificação desse grupo. São formas e funções repletas de significados, como verdadeiros legados culturais que testemunham a história dos lugares e representam o sistema cultural orientador dos arranjos espaciais.

Os estudos acerca da cultura foram de extrema importância para a evolução da ciência geográfica, pois ela se tornou um conceito chave, adequado para explicar a relação que o homem estabelece com o seu meio e, sua influência na materialidade do espaço. Compreender a cultura tornou-se fundamental para entender a simbologia inerente a cada grupo social, uma vez que, a diferenciação é mediada pela mesma. A cultura, identificada pelos diversos códigos é

representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos grupos sociais. Decifrar e interpretar os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam as atitudes e ações. Estas, por sua vez, são repetidas maquinalmente como um padrão orientador comum (BRUM NETO, 2007).

A incorporação da Geografia Cultural no Brasil ocorreu tardiamente, se comparada aos países pioneiros nessas pesquisas, onde ela já era desenvolvida a mais de um século. Essa tendência da ciência geográfica foi negligenciada até por volta de 1980, porque não existia no Brasil até aquele momento, a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas. Porém ressalta-se a importância da Geografia Cultural para o desenvolvimento da Geografia brasileira, pois existem atualmente diversas dissertações de mestrado, teses de doutorado, conferências, simpósios artigos publicados em coletâneas e periódicos, os quais compõem um importante acervo e evidenciam o seu crescimento no Brasil.

Nesta perspectiva, buscou-se realizar um resgate histórico da Geografia Cultural, tendo como finalidade demonstrar os caminhos percorridos e as diferentes formas de pensar esta abordagem que busca interpretar a relação do homem com o meio através da cultura. Procurou-se, também, estabelecer alguns apontamentos sobre os conceitos de cultura e paisagem considerando as suas significações para

2- A Geografia Cultural Clássica

A Geografia tem sua gênese ligada à descrição da superfície terrestre, priorizando os estudos voltados para os aspectos naturais ou físicos. Entretanto, no final do século XIX, sob o efeito da revolução darwiniana, afirma-se a ideia de conceder atenção particular às relações entre os grupos humanos e o meio evidenciando a interface natureza-sociedade. A partir deste momento a Geografia passa a valorizar, de forma mais significativa, as relações humanas agregando aos seus estudos, a cultura. Pode-se dizer, então,

os estudos culturais. Ressalta-se que é nesta categoria de análise do espaço que a cultura se manifesta, através dos códigos culturais mais relevantes, demonstrando assim seus aspectos materiais e imateriais tornando-se visível e dotando-a de formas típicas. Evidenciou-se também a incorporação dos estudos culturais no Brasil, bem como sua perspectiva atual.

que a partir desta concepção estrutura-se a Geografia Cultural.

Resgatando-se a evolução³ da Geografia Cultural afirma-se que esta nasce na Alemanha com os estudos de Friedrich Ratzel, alicerçado em uma forte influência das idéias darwinianas. Ratzel foi quem, pela primeira vez, utilizou o termo Geografia Cultural, em sua tese de doutorado. Com base neste trabalho, ele elaborou uma nova concepção de Geografia, atribuindo ênfase fundamental a abordagem cultural, pois através dos traços culturais, analisados via os

aparatos técnicos que os homens desenvolvem a possibilidade de mediar sua relação com a natureza (CLAVAL, 1999a).

Concordante com as questões supracitadas, Buttmann aponta também que Ratzel elabora

[...] uma nova concepção de geografia. Ele absorve as lições dos grandes mestres alemães da disciplina, Alexandre de Humboldt e Carl Ritter, e retira de sua formação de naturalista a idéia de que a repartição dos homens e das civilizações merece uma atenção particular: propõe o nome antropogeografia (1882–1891) para qualificar esse novo capítulo da disciplina. Três princípios guiam-no: 1) a antropogeografia descreve as áreas onde vivem os homens, e as mapeia; 2) procura estabelecer as causas geográficas da repartição dos homens na superfície da Terra; 3) propõe-se a definir a influência da natureza sobre os corpos e os espíritos dos homens. Buttmann (*apud* CLAVAL, 1999a, p. 21)

Priorizando a vertente cultural, Ratzel se dedica ao estudo dos fundamentos culturais da diferenciação regional da Terra, com três volumes dedicados a Etnografia (*Völkerkunde*), publicados entre 1885 e 1888. Suas ideias promoveram um

avanço teórico, visto que a Geografia, naquele período, era meramente descritiva não levando em consideração o papel do homem nesse processo. Dessas acepções podemos ressaltar que

A geografia concebida por Ratzel atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e àqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos. Mas esta cultura é, sobretudo analisada sob os aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço. As ideias que a subentendem e a linguagem que a exprimem não são mais evocadas (CLAVAL, 1999a, p. 22).

É possível perceber que a Geografia Cultural concebida por Ratzel incluía a cultura, mas analisada somente pelos aspectos materiais negligenciando os aspectos imateriais, ou seja, as ideologias, os costumes, as crenças e os valores. A cultura tem um alcance político em sua obra, há uma seleção das sociedades pelo espaço, onde o estado exerce papel central. “A seleção dos seres vivos pelo meio que Darwin postulava é substituída por Ratzel pela seleção das sociedades pelo espaço: a política impõe-se, assim, ao cultural” (CLAVAL, 1999a, p. 23).

Vale ressaltar que, nesta primeira fase da Geografia Cultural, foram enfatizadas as paisagens⁴ como expressões dos grupos étnicos. A paisagem em alemão *Landschaft* significa de uma só vez paisagem e região, e quando traduzida para o Francês ou inglês; a *Landschaftskunde* significa ciência da paisagem, termo utilizado frequentemente como sinônimo de Geografia. Essa afirmação foi constatada na investigação realizada na obra da Claval, quando autor afirma que

Para Ratzel, o estudo geográfico da cultura confundia-se com o dos artefatos utilizados pelos homens para dominar o espaço. [...] é a marca que os homens impõem à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas. Esta é a marca estruturada: o objeto da geografia é apreender esta organização, de descrever aquilo que se qualifica desde então de morfologia da paisagem cultural e de compreender sua gênese (Ibid., p. 24).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que o conceito de paisagem adquire um caráter cultural, através da sua

construção via desenvolvimento de técnicas por um grupo social. Ratzel passa a considerar o homem em suas

descrições, mas o compreende segundo uma perspectiva determinista. Estuda de acordo com esse viés, as paisagens agrárias como expressões dos grupos étnicos (CLAVAL, 1999a).

Já na França, Vidal de La Blache tem como preocupação, as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente, bem como sua adaptação às condições ambientais. Na concepção de La Blache, semelhante aos estudos realizados na Alemanha e nos Estados Unidos “[...] a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam” (CLAVAL, 1999a, p. 33). Porém diferentemente dos

estudos realizados por Ratzel e Sauer “[...] esses elementos não ganham sentido se não são compreendidos como componentes dos gêneros de vida” (Ibid., p. 33). Baseando-se nesse raciocínio, La Blache e seus discípulos proporcionaram outra visão de cultura inspirados pela noção de gênero de vida⁵.

Nesse sentido, a França a exemplo da Alemanha, também começa a aprofundar o discurso geográfico alicerçado na vertente cultural já iniciada na Alemanha. La Blache e seus discípulos evidenciaram então, a ação humana sobre o meio, através de novas perspectivas

En Francia, [...] desde la propia geografía y la defensa de una nueva concepción geográfica con la que garantizar tanto la especificidad como el carácter científico de esta ciencia, se llevó a cabo por Vidal de la Blache y sus discípulos con la propuesta de una concepción *ecológicocultural* de la geografía. Esta propuesta, si bien presenta unos rasgos similares a los de la geografía alemana de la época, posee también peculiaridades, siendo a nuestro entender la más importante su preocupación por poner en el centro de su interés, por lo menos aparentemente, no tanto el paisaje como el modo de vida. Como herencia ratzeliana, la geografía vidaliana posee una fuerte componente ecológico-cultural: su objeto de estudio es el enfrentamiento de los grupos humanos con el medio que les rodea. Y el interés del geógrafo se

dirige hacia la tierra como morada del ser humano, así como hacia los modos de vida que se han desarrollado en la misma, como resultado del enfrentamiento del hombre con la naturaleza que le rodea (NADAL 1990, p. 1).

Destacam-se algumas considerações de La Blache, sobre o conceito de paisagem, baseados na doutrina do possibilismo geográfico. Conforme salienta Claval (2003, p. 149) “Para Vidal de La Blache, a geografia devia analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente onde moravam [...] Ele não concebia a Geografia como uma ciência do concreto, da paisagem. A descrição e a análise das paisagens eram apenas um meio para apreender a organização regional do espaço”. Na concepção de La Blache, a Geografia deveria estudar a relação homem-natureza na perspectiva da paisagem. O homem passa a ser um agente ativo, que sofre influência do meio, mas também, atua sobre ele, ou seja, modifica a paisagem natural.

La Blache não rompe com a perspectiva naturalista, mas aprofunda, na relação homem meio, a presença dos artefatos humanos, identificando dessa forma, ação do

homem na paisagem. Essa ação manifestava-se através do gênero de vida, que unia o aspecto material, dado pela técnica, aos hábitos. Para Claval (1999a, p. 40) “Os franceses imaginam, com a noção de gênero de vida, um instrumento flexível, que evite colocar entre parênteses tudo aquilo que se passa entre os homens e a paisagem”. A compreensão francesa considera na paisagem tanto seus aspectos materiais, quanto os não-materiais, sendo estes últimos igualmente responsáveis pelas modificações humanas agregadas através do trabalho na paisagem observada. Sendo assim, observa-se que a Geografia Cultural Clássica francesa tornou relevante e complexo o conceito de paisagem ao aliar os aspectos visíveis e não visíveis, para explicá-la.

Após o início dos estudos sobre a Geografia Cultural na Alemanha e na França, essa abordagem começa a se desenvolver também nos Estados Unidos com Carl Sauer.

Este autor realizou seus estudos com base nas populações indígenas dos Estados Unidos, e também no passado pré-colombiano do México. As pesquisas de Sauer expressam considerável influência do pensamento alemão, no entanto, "Foi nos Estados Unidos, contudo, que a Geografia Cultural ganhou plena identidade, graças a obra de Carl Sauer e de seus discípulos, primeiramente em Berkeley e, em breve, dispersos por várias universidades" (CORRÊA; ROZENDAHL, 2003, p. 10).

Frente a essa questão, Corrêa; Rozendahl (2003, p. 10) ressaltam que "A geografia de Sauer e seus discípulos

esteve calcada no historicismo. Assim havia uma ênfase, apoiada na crença de sua importância, na diversidade cultural; valorizava-se o passado em detrimento do presente [...]".

Com base nessas premissas, recorre-se ao pensamento de Claval, quando o autor afirma que Sauer orientava a pesquisa em Geografia Cultural para alguns pontos precisos,

Como os grupos agem sobre a cobertura vegetal natural e a transformam? É pela pastagem dos rebanhos, pelo incêndio e o cultivo seguido de um retorno ao pousio e as florestas? Quais são as espécies que as pessoas aproveitam na colheita? Quais são as que cultivam? Quais são os animais que caçam ou que criam? Para fazer geografia cultural na maneira de Carl Sauer, convém ter uma sólida formação naturalista – ao menos de botânico (CLAVAL, 1999a, p. 31).

Pode-se afirmar que tal como Ratzel, Sauer ignorou as dimensões subjetivas da cultura. A Geografia de Sauer buscava compreender como os grupos humanos se distribuíam no espaço e de que forma os mesmos se

Fronteiras da Pesquisa em Geografia

relacionavam com a paisagem, considerando seus efeitos e transformações. É possível perceber resgatando-se novamente Claval, que Sauer, no entanto, avança a temática

Como seus contemporâneos, Sauer vê a cultura, primeiramente, como o conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior, mas vai mais longe [...]: a cultura é também composta de associações de plantas e de animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo. Estas transformações não são inocentes. Desde que conduzidas sem prudência, ameaçam o equilíbrio profundo da natureza e conduzem a catástrofes ecológicas. A aptidão para gerenciar com sabedoria o ambiente é, para Sauer, um dos traços maiores segundo os quais as culturas devem ser julgadas (CLAVAL, 1999a, p. 31).

A Geografia cultural desenvolvida pelos americanos valorizou essencialmente o passado, “A marca que os grupos humanos imprimem às paisagens dura frequentemente muito tempo além de seu desaparecimento ou da modificação total de seus métodos de criação de valor” (Ibid., p. 31). A partir dessa afirmação, a Escola de Berkeley pôde reconstruir o que era a América na véspera da descoberta. Os estudos votaram-se para o passado indígena e para a colonização. Utiliza-se do termo “paisagem cultural” para designar a transformação da paisagem natural pelo homem numa paisagem modificada, onde um grupo social imprime suas características (SAUER, 1996). Ao analisar as transformações que a cultura impõe aos ambientes naturais,

Sauer “[...] estuda as paisagens para dimensionar como o homem modifica, de forma mais ou menos profunda, o que ele encontra, instalando-se em meios mais ou menos naturais” (CLAVAL, 1997, p. 91).

Neste contexto, o desenvolvimento dos estudos voltados a Geografia Cultural na Alemanha e nos EUA seguiram pelo mesmo caminho, ou seja, ambos consideravam somente a parte material da cultura, o que se vê. Negligenciavam, nessa perspectiva, os conhecimentos e valores culturais. Por esse motivo, a Escola de Berkeley sofreu inúmeras críticas, as quais se referiam à ênfase na dimensão material da cultura e no próprio conceito de cultura adotado (CORRÊA; ROZENDAHL, 2003). Essa preferência

pela investigação dos atributos culturais visíveis fica clara, ao observarmos a interpretação de Sauer sobre o que é Geografia Cultural

[...] implica, portanto, um programa que está integrado com o objetivo geral da geografia, isto é, um entendimento da diferenciação da Terra em áreas. Continua sendo, em grande parte, observação direta de campo baseada na técnica de análise morfológica desenvolvida em primeiro lugar na geografia física. Seu método evolutivo, especificamente histórico até onde a documentação permite e, por conseguinte trata de determinar as sucessões de cultura que ocorrem numa área. [...] Seus objetivos imediatos são dados pela descrição explicativa dos fatos de ocupação da área considerada (SAUER, 1996, p. 06).

O autor acreditava que entre os desafios e problemas centrais da Geografia Cultural, era necessário buscar o

[...] descobrimento do conteúdo e significado dos agregados geográficos que reconhecemos, de forma imprecisa, como áreas culturais, em estabelecer quais são as etapas normais de seu desenvolvimento, em investigar as fases de apogeu e de decadência e, desta forma, alcançar um conhecimento mais preciso da relação da cultura e dos recursos que são postos a sua disposição (Ibid., p. 06).

Seguindo esse pensamento, é preciso reconhecer que, embora tenha sido tradicional o modo de abordagem da escola de Berkeley, esta foi de vital importância para a ciência da época, pois difundiu a utilização da cultura na Geografia. Dessa forma, a percepção cultural contribuiu para o melhor

entendimento das mudanças e transformações na sociedade e nas paisagens. A partir desses apontamentos, salientam-se algumas reflexões acerca da Geografia Cultural, realizadas por Wagner; Mikesell discípulos de Sauer, publicadas originalmente no ano de 1962,

A geografia cultural, como todas as subdivisões da geografia, deve estar “ligada à Terra”. Os aspectos da Terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação humana, são de grande significado. O estudo destes aspectos geográficos resultantes da ação do homem considera as diferenças entre as comunidades humanas que as criam ou criaram e se refere aos modos especiais da vida de cada uma como *culturas*. A geografia cultural compara a distribuição variável das *áreas culturais* com a distribuição de outros aspectos da superfície da Terra, visando a identificar aspectos ambientais característicos de uma determinada cultura e, se possível, descobrir que papel a ação humana desempenha ou desempenhou na criação e manutenção de determinados aspectos geográficos (WAGNER; MIKESSELL, 2003, p. 27).

Recorrendo-se, novamente a Wagner; Mikesell (2003, p. 28) é importante considerar que “A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além das numerosas características de crença e comportamento [...]” Os autores definem então, a cultura, como sendo uma chave para a compreensão ordenada de diferenças e semelhanças entre

os grupos humanos. Desse modo, o conceito de cultura inspirado pelas reflexões dos autores mencionados, oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns verificáveis e, também, um meio para designar áreas conforme as características dos diferentes grupos humanos. Corroborando com tais idéias, Wagner; Mikesell refletem também sobre as preocupações da Geografia Cultural

O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura nem em descrever complementemente padrões de comportamento humano, mesmo quando afetam a superfície da Terra, mas em avaliar o potencial técnico de comunidades humanas. Para realizar tal avaliação, a geografia cultural estuda a distribuição, no tempo e no espaço, de culturas e elementos das culturas (Ibid., p. 31).

Os estudos culturais desenvolvidos nesses três países contribuíram consideravelmente para a elaboração de um corpo teórico voltado à Geografia Cultural. Os alemães atribuem importância aos utensílios, às técnicas e às paisagens. Demonstram, mediante as análises da morfologia do visível, que estruturas admiráveis o caracterizam. Os americanos, por sua vez, destacaram o impacto das culturas sobre o componente vivo, vegetal e animal das paisagens. A perspectiva de estudo francesa, por fim imaginava-se alicerçada na noção de gênero de vida, um instrumento flexível que evitou colocar entre parênteses tudo aquilo que se passava entre o homem e a paisagem, ressaltando os componentes sociais e ideológicos da cultura.

Pode-se assinalar que apesar dos estudos de Ratzel e de La Blache terem sido de grande importância para o

desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia, o expoente dos estudos da Geografia Cultural Clássica é Carl Sauer, geógrafo norte-americano e fundador da Escola de Berkeley. Em outras palavras se a Geografia Cultural tem um berço europeu, o seu desenvolvimento e força resultam da contribuição norte americana. Foi com Sauer, que a Geografia Cultural consolidou-se como um ramo da Geografia (CORRÊA, 1999).

Tais afirmações vêm de encontro ao que salienta Claval (2003, p. 148) “Para os geógrafos do período que se estende até o fim dos anos sessenta, os fatos geográficos apareciam como dados objetivos, como se fossem feitos a partir do mundo físico”. O autor ainda reforça que a disciplina não tinha que estudar a dimensão mental dos comportamentos humanos.

3- A Geografia Cultural renovada

A Geografia Cultural, em sua forma clássica, entra em declínio no decorrer da década de 1950-1960 e, a partir de

1970, tem início sua revitalização, é o que salienta Claval quando aponta três razões para esta decadência

Falar das culturas sem tratar das representações, das opiniões ou das crenças parece cada vez mais absurdo. Uma reflexão mais sistemática sobre a cultura deve ser realizada [...] O progresso técnico se acelera e a diversidade dos utensílios e dos equipamentos diminui ou desaparece completamente. O estudo dos aspectos técnicos das civilizações, o qual estava no cerne da geografia cultural tradicional apresenta menos interesse. Nas cidades, os tipos de atividades se diversificam, de sorte que a descrição dos gêneros de vida perde sua credibilidade (CLAVAL, 1999b, p. 61).

A partir da reflexão de Claval, pode-se dizer que o intenso processo de mecanização e modernização das técnicas e instrumentos humanos ocorrido em meados do século XX, tornando-os uniformes, fez com que os estudos geográficos acerca da cultura, alicerçados no ponto de vista técnico, perdessem sentido frente à nova conjuntura mundial.

Nesse contexto, destaca-se também que a cultura como uma entidade supra-orgânica passa a ser vista como

um erro ontológico, um caso de antropomorfismo. É essa a opinião de Duncan (2003, p. 89) “Minha posição é a de que a separação do indivíduo da cultura é um erro ontológico. É um caso de antropomorfismo – de reificar um construto mental e atribuir-lhe autodireção e poder sobre os homens – que é puramente fictício”.

Percebe-se que nesse período se acentuavam as críticas, dentre as quais se destacam: a ênfase dada à

dimensão material da cultura; o conceito de cultura adotado e a cultura considerada como algo externo ao indivíduo. "O ressurgimento da Geografia Cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural se torna necessária para a compreensão do mundo" (CORRÊA, 1999, p. 51).

No entanto, embora a Geografia Cultural Clássica tenha sofrido severas críticas, é importante destacar que a Geografia Cultural desenvolvida naquele momento, deixou uma considerável contribuição para as futuras pesquisas com viés cultural. Claval (1999b, p. 60) ao referir-se a esse pensamento clássico sobre a Geografia Cultural salienta que "Como o ponto de vista dominante era positivista, essa Geografia Cultural não estudava as idéias e as representações. Ela destacava os aspectos materiais das culturas, o vestuário, o habitat, os utensílios e as técnicas".

Em outras palavras, diz-se que a cultura entendida como o conjunto de técnicas e instrumentos humanos perde a sua pertinência frente à nova realidade mundial. Desse modo, Fronteiras da Pesquisa em Geografia

os estudos culturais na perspectiva da Geografia perderam o sentido diante do novo contexto mundial. Esses estudos foram adormecidos, entre as décadas de 1950-1970, e tudo indicava que a Geografia Cultural caminhava para o desaparecimento.

Em virtude das críticas referentes ao ponto de vista adotado pela Geografia Cultural Clássica, a partir de 1970, essa passou por um processo de renovação motivado por esse conjunto de mudanças em escala mundial. Claval (2003, p. 148) distingue duas fases para o período contemporâneo, no qual o papel fundador da cultura na Geografia Humana é aceito e reconhecido "[...] a primeira, nos anos setenta e oitenta, foi marcada por uma explosão de curiosidades e pistas de pesquisas novas e a segunda, desde 1990, caracteriza-se por ensaios que repensam a Geografia Cultural numa perspectiva pós-moderna".

Desse modo, foi necessário redefinir o conceito de cultura utilizado pela Geografia Cultural até então, para que esse viesse a suprir e renovar a base teórica das pesquisas culturais. A concepção a respeito do conceito de cultura

[...] é redefinido e liberado da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 13).

De tal modo, somou-se a concepção de cultura a dimensão não-material, valorizando o significado e a subjetividade. É preciso que a Geografia Cultural “[...] se torne uma reflexão sobre a geograficidade, ou seja, sobre o papel que o espaço e o meio têm na vida dos homens, sobre o sentido que eles lhe dão e sobre a maneira pela qual eles os

utilizam para melhor se compreenderem e construírem seu ser profundo” (CLAVAL, 1997, p. 89).

Cosgrove (2008, p. 101) afirma que “Uma Geografia cultural renovada procura vencer algumas dessas fraquezas com uma teoria cultural mais forte”. Diante do exposto, o conceito de cultura pode ser entendido

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam (CLAVAL, 1999a, p. 63).

Pode-se inferir com base nesse autor que atualmente, a cultura constitui-se em uma das temáticas centrais para

explicar a interface sociedade-natureza e, conseqüentemente, a diversidade das formas e funções nos processos de

reordenamento espacial. Considerando que a cultura consiste, basicamente, em um conjunto de crenças e valores que orientam as ações de um grupo social, Cosgrove (1998) ratifica a importância da cultura como organizadora do espaço a partir de um sistema simbólico, responsável pela identificação desse grupo. São formas e funções repletas de significados, como verdadeiros legados culturais que testemunham a história dos lugares e representam o sistema cultural orientador dos arranjos espaciais.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que o ser humano é produtor e produto da sua cultura, pois ocupa concretamente o espaço, criando-o e recriando-o, utilizando-se para isso de formas simbólicas, compartilhadas com os demais membros da sua comunidade étnica, constituindo assim os códigos culturais. De acordo com Brum Neto, os códigos culturais constituem-se

[...] na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, no vestuário típico, nas artes, na gastronomia, na música, na religiosidade e nas festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, as ideologias e as convenções. Neste processo de codificação cultural, salienta-se a comunicação, oral e escrita, como um dos códigos essenciais para transmissão e projeção da cultura no tempo e no espaço (BRUM NETO, 2008, p. 141).

Com esse propósito os códigos culturais tem papel fundamental na organização espacial, pois

A cultura, mediada pelos códigos é representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais. Decifrar e interpretar os

códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam as atitudes e ações. Estas, por sua vez, são repetidas maquinalmente como um padrão orientador comum (Id., 2007, p. 41).

Nesse contexto, a ação antrópica surge como um agente reorganizador do espaço, o qual transforma a natureza conforme as suas necessidades, destacando-lhe as características marcantes de seus hábitos, os quais atestam sua cultura. Dessa forma, a cultura surge, então, como uma

forma de interpretar os padrões espaciais uma vez que os grupos sociais ao reconstruírem suas vidas, criam novas realidades espaciais, uma vez que a cultura pode ser entendida como

[...] uma propriedade ou atributo inerente aos seres humanos, ou meramente um artifício intelectual para se generalizar convenientemente a respeito de atitudes e comportamentos humanos, cultura é uma chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens. A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 28).

Pode-se afirmar, então, que a cultura é a chave da significação entre a materialidade do espaço e as características da existência e consciência social. Há, em realidade, inúmeros caminhos a serem trilhados pelos

geógrafos, visando contribuir para dar inteligibilidade à ação humana sobre a superfície terrestre. Nesses caminhos podem ser considerados tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não-material, tanto o presente como o

passado, tanto objetos e ações, tanto aspectos concebidos como vivenciados, tanto espontâneos como planejados, tanto aspectos objetivos como intersubjetivos. O que os une em torno da Geografia Cultural é que esses aspectos são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Segundo Claval (1999, p. 287) enfatiza-se que "[...] os grupos humanos transformam os meios naturais onde se

instalam [...] a paisagem humanizada toma formas variadas que refletem as escolhas e os meios das diferentes culturas". Nem todas as sociedades dispõem dos mesmos mecanismos de conhecimentos e técnicas, e do mesmo registro de interpretação e de motivações. Os indivíduos e os grupos são condicionados pela educação que receberam, onde a cultura aparece, como uma herança.

O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura nem em descrever completamente padrões de comportamento humano mesmo quando afetam a superfície da terra, mas em avaliar o potencial técnico de comunidades humanas para usar e modificar seu habitat. Para realizar tal avaliação, a geografia cultural estuda a distribuição, no tempo e no espaço, de culturas e elementos das culturas (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 31).

Vale ressaltar o entendimento de Cosgrove; Jackson (2000, p. 26), "Os estudos culturais contemporâneos nos ensinaram a reconhecer, acima de tudo, que as culturas são contestadas politicamente. A visão unitária da cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificidades de tempo e lugar", ou então, "O conceito de cultura,

atualmente, tem se evidenciado mediante os debates acerca do processo de globalização, com ênfase para as suas consequências quanto à homogeneização dos costumes em detrimento da expressão das singularidades culturais" (BRUM NETO, 2008, p. 139).

Concordante com esse pensamento, Claval (2002b, p. 134) afirma que “A renovação da Geografia cultural foi motivada também pelas transformações do mundo. Determinados aspectos da vida material – especialmente no

nível de consumo – têm efetivamente, a tendência de se tornar idênticos em toda a superfície do planeta [...] Mas ao mesmo tempo certas diferenças se acentuam”. Também o autor aponta que a Geografia Cultural moderna,

[...] ao fazer do homem o centro de sua análise, foi obrigada a desenvolver novas abordagens. Ela se construiu em torno de três eixos que são igualmente necessários e complementares; primeiro, ela parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, que é pois, compreendida como uma criação coletiva; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades, insiste-se então no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva (Id., 1997, p. 92).

Com a renovação da Geografia Cultural, proporcionaram-se inúmeros caminhos a serem seguidos, visando contribuir para a análise da ação do homem sobre a superfície terrestre. Os estudos voltados a Geografia Cultural, consideram não apenas os aspectos materiais, mas também os aspectos imateriais da cultura, bem como o presente e o passado e as diversas escalas de análise. Claval (2002a, p.

24) salienta que “Muitas vezes a nova Geografia Cultural apresenta-se como uma orientação, em que a imaginação e a inventividade do pesquisador são mais importantes do que nas Geografias do passado. [...] a nova Geografia Cultural é mais livre, na sua abordagem da realidade, do que as Geografias do passado”.

4- Trajetórias da Geografia Cultural no Brasil

A incorporação da Geografia Cultural no Brasil foi tardia, se comparada aos países pioneiros nessas pesquisas, onde a ela já era desenvolvida a mais de um século. A Geografia Cultural foi negligenciada até por volta de 1980, pois não existia, no Brasil, até aquele momento a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas. A heterogeneidade cultural brasileira, resquício dos longos processos de colonização e povoamento, serviu de incentivo para a implantação desse campo de pesquisa. Pode-se compreender com base em Corrêa; Rozendahl (2003, p. 9) que as razões para a

incorporação tardia da Geografia Cultural pelos geógrafos brasileiros são várias “Entre elas estão à força da tradição empiricista, profundamente presa a uma pretensa leitura objetiva da realidade e, a partir do final da década de 1970, da perspectiva crítica, calcada em um materialismo histórico mal assimilado”.

O desenvolvimento tardio da Geografia Cultural no Brasil tem várias razões, no artigo intitulado “A Geografia Cultural brasileira: uma avaliação preliminar” Corrêa; Rozendahl destacam quais seriam essas razões

[...] A primeira, mais intensa e de efeitos que se prolongam além do período de sua predominância, é a combinação de uma excessiva influência da corrente vidaliana de geografia com a precária apropriação dessa mesma corrente por parte dos geógrafos brasileiros, [...] A primeira causa tem como complemento o desinteresse dos geógrafos culturais norte-americanos pelo Brasil. [...] A expansão dos cursos de geografia no Brasil a partir de 1970, foi acompanhada pelo desenvolvimento relativo da geografia teórico-quantitativa entre 1970 e 1978 aproximadamente. Esta é a segunda razão que gerou o desenvolvimento tardio da geografia cultural no Brasil. Para os adeptos dessa corrente a cultura era secundária, marginal ou residual. No melhor dos casos a cultura seria transformada em uma variável que comporia uma matriz de informações. [...] A terceira causa, que emerge em 1978, vincula-se à influência do materialismo

histórico e dialético, apreendido, em muitos casos, de forma superficial e com equívocos. A cultura poderia ser deixada de lado, pois era concebida por muitos, como superestrutura, determinada pela base econômica, esta sim, que deveria ser estudada, assim como os conflitos advindos das relações de produção (CORRÊA; ROZENDAHL, 2008, p. 73-74).

A Geografia Cultural no Brasil teve impulso em 1993 quando foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço (NEPEC) no Departamento de Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este núcleo de estudos foi criado e é coordenado por Zeny Rozendahl, sendo um centro de produção e difusão da Geografia Cultural no Brasil. Em 1995 o NEPEC lança o periódico *Espaço e Cultura* um importante instrumento de divulgação das pesquisas culturais realizadas no Brasil. Dentre os membros do conselho consultivo do periódico, destacam-se Marvin Mikesell, Denis Cosgrove, Paul Claval, entre outros.

O livro “*Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*”, de Zeny Rosendahl constituísse em uma obra pioneira, no Brasil, sobre os estudos culturais. A partir dele, em 1996, o NEPEC lançou uma importante série de livros

intitulada *Geografia Cultural*. Esta coleção divulga também artigos apresentados em diversos Simpósios Nacionais sobre Espaço e Cultura. A coleção visa oferecer textos de autores brasileiros a respeito da temática cultural e também textos traduzidos, enriquecendo a base teórica dos geógrafos brasileiros interessados na dimensão espacial da cultura (NEPEC, 2011).

É importante ressaltar que a coleção *Geografia Cultural* oferece um amplo conjunto de textos, originais e traduções, envolvendo contribuições temáticas relativas à religião, paisagem, identidade, imaginário, território e festas, totalizando mais de 10 livros publicados, constituindo-se em um arcabouço teórico sobre a Geografia Cultural aos geógrafos brasileiros. Entre eles se destacam: (a) *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*; (b) *Paisagem, Tempo e Cultura*; (c) *A Paisagem e o Sistema Lógico da Geografia*;

(d) *Geografia Cultural: Um Século (1)*; (e) *Geografia Cultural: Um Século (2)*; (f) *Geografia Cultural: Um Século (3)*; (g) *Manifestações da Cultura no Espaço*; (h) *Matrizes da Geografia Cultural*; (i) *Paisagem, Imaginário e Espaço*; (j) *Religião, Identidade e Território*, dentre outros.

Outro importante núcleo de estudos que enfatiza a Geografia Cultural no Brasil é o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER) o qual agrega vários núcleos, grupos, projetos de pesquisa e Programas de Pós-Graduação de caráter interinstitucional os quais visam ampliar e aprofundar a abordagem cultural na Geografia, focando sobre questões relacionadas aos estudos sobre o espaço e suas representações, agregando o social e o cultural (NEPEC, 2011).

Salienta-se que atualmente outros centros de pesquisa desenvolvem e produzem conhecimentos sobre a temática cultural. Neste sentido, percebe-se o crescente interesse por essa abordagem, pois diversos congressos priorizam entre seus eixos temáticos a questão cultural buscando aprofundar conhecimentos sobre essa linha investigativa a qual se

solidifica como uma importante linha de pesquisa na Geografia brasileira. Tal é a sua relevância que a mesma já se encontra atrelada aos programas de pós-graduação procurando através de suas pesquisas aprofundarem o debate interno da Geografia permitindo que esta ciência dialogue com a História, a Sociologia, a Antropologia, entre outras.

O quadro 1 descreve a produção brasileira em Geografia Cultural entre o período de 1995 a 2008. Inclui textos publicados na coleção *Geografia Cultural* e nos 25 volumes do periódico *Espaço e Cultura*. São 134 referências distribuídas em 17 temas. Três temas centrais (a) Religião, (b) História e Biografia e (c) Festas os quais correspondem a 40% do total dos textos considerados. Diversos temas caracterizaram-se como pouco expressivos, entre eles, Formas Simbólicas, Espaço Público, Economia (cultural), Gênero e Sexualidade e Região Cultural (CORRÊA; ROSENDAHL, 2008).

É importante destacar que vários autores brasileiros tem se dedicado a produzir o conhecimento atrelado a cultura,

desenvolvendo em seus estudos, diversas temáticas relacionadas à Geografia Cultural (Quadro 1). Com 15 textos o tema Festas inclui estudos voltados, sobretudo para festas religiosas e o carnaval. Com um número de textos compreendido entre 9 e 11 estão os temas Literatura e Música, Paisagem Cultural, Imaginário Espacial, Identidade Territorial e Reflexões Teóricas. Constituem também um

grande esforço, temas abordados de acordo com as perspectivas da Geografia Cultural renovada. Os trabalhos de Almeida, Barbosa, Castro, Gomes, Haesbaert, Hoefl, Holzer e Monteiro constituem referências básicas (CORRÊA; ROSENDAHL, 2008). A produção sobre a Geografia Cultural no Brasil tem apresentado uma significativa expansão, pois

Parcialmente influenciada pelas traduções, mas dotada de forte criatividade, a produção brasileira em geografia cultural tem crescido muito a partir da década de 1990. Paisagem cultural, percepção e significados, religião como uma construção cultural, espaço geográfico e literatura, cinema e espaço de festas populares, tanto o carnaval do Rio de Janeiro como festas de origem rural, território, imaginário e identidade, são alguns dos temas abordados e publicados [...] (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p. 99).

Quadro 1 - Temas abordados pelos Geógrafos Brasileiros

TEMAS	AUTORES
Economia e Cultura	Pires do Rio (2001, 2003)
Espaço Público	Gomes (2001), Marcial (2006), Valverde (2006)
Festas	Bezerra (2007), Corrêa, A. (2003, 2005), Felipe (2007), Fernandes (2003), Ferracini e Maia (2006), Ferreira (2000, 2003), Katrib (2006), Maia (1999, 2001, 2004), Ramagen (1997), Saraiva e Silva (2008), Silveira (2006)
Formas Simbólicas	Corrêa (2005), Mello (2003, 2008), Silva, J. (2004)

Gênero e Sexualidade	Silva, J. (2005, 2008)
Grupos Étnicos	Barbosa (2003), Oliveira (2007), Pova (2008), Ratts (2004), Sousa, J. (2007)
História e Biografia	Corrêa, (1997a, 1997b, 1999, 2001) Gomes (1999), Hoefle (1999, 2006), Holser (1997, 2001, 2004, 2005), Mello (2001, 2005), Seemann (2000, 2004, 2005)
Identidade Territorial	Câmara (2005), Costa, B. (2005), Haesbaert (1999, 2001), Pantoja e Maués (2008), Ramagen (1998), Souza, J. (2001), Yázigi (2001)
Imagens	Barbosa e Corrêa, A. (2001), Costa, M. H. (2002, 2005), Daou (2001), Myanaki (2008), Novaes (2008), Santos, A. (2008)
Imaginário Espacial	Almeida (1998, 2004), Barbosa (1998), Bueno (2007), Castro (2001), Coriolano (2001), Geoger (2001), Hoefle (1996), Silva, M. (2001)
Literatura e Música	Barcellos (2006), Barros (2000), Bastos (1998), Cardoso (2008), Guimarães (2008), Haesbaert (1997), Mesquita (1997), Monteiro (1998), Silva, A. (2008), Vilanova Neta (2004, 2008)
Paisagem Cultural	Cabral e Buss (2002), Costa, O. (2003), Gomes, E. (2001), Gomes (2004), Holzer (2008), Luchiari (2001), Melo, V. (2001), Risso (2007), Romancini (2005), Silva, T. (2008)
Reflexões Teóricas	Gil Filho (2005), Gomes (1998, 2005, 2008), Holser (1999), Rosendahl (1995, 1996a, 2003, 2008)
Região Cultural	Corrêa (2008), Rozendahl e Corrêa (2000)
Religião	Andrade (2006), Barbosa de Jesus (2001a, 2001b, 2006), Cardos, K. (2006), Castro, J. (2008), Corrêa, M. (2006), Costa, A. (2001), Gil Filho e Gil (2001), Gil Filho (2008), Girão (2001), Lamego (2004), Machado (1997), Mattos (2001), Rosendahl (1996, 1999a, 1999b, 2001a, 2001b, 2005), Sahr (2001), Vasconcelos, Rj. (2001), Vasconcelos (1997)
Urbano	Castro e Antônio Filho (2006), Laitano (2004), Mello (1995), Oliveira, J. A. (2008), Pinôn e Mizubuti (2008), Serpa (2007)
Outros	Mascarenhas (2005)

Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, 2008.
Org.: VOIGT, Elizandra, 2011. (adaptado)

Este vasto campo de temas culturais e a heterogeneidade cultural do Brasil são responsáveis pelo crescente interesse pela dimensão cultural do espaço.

Com uma superfície de 8,5 milhões de Km² e uma população superior a 170 milhões de habitantes, a geografia cultural tem muito mais a fazer do que já foi feito. Especialmente por que rápidos e intensos processos de transformação econômica, social e cultural alteram a distribuição espacial da população, valores, hábitos e crenças, a paisagem cultural e os significados atribuídos a natureza e as formas socialmente produzidas. E ainda há áreas a serem efetivamente povoadas. País industrializado e urbanizado, com moderna atividade agropecuária e áreas de fronteira de povoamento, o Brasil oferece contrastes que incluem desde a região metropolitana de São Paulo, com 18 milhões de habitantes, até selvagens vales da bacia amazônica, áreas de colonização alemã e áreas de decadentes plantações canavieiras, entre outras. Envolve ainda áreas com fortes conflitos pela terra (CORRÊA; ROZENDAHL, 2005, p. 101).

Os autores também constatarem que pesquisas empíricas em um contexto policultural como o Brasil podem alimentar novos conceitos e ampliar a base teórica da Geografia Cultural. Ainda sobre essa questão, destacam um conjunto de temas que merecem serem abordados pelos geógrafos e dizem respeito a heterogeneidade cultural brasileira, são eles: a paisagem cultural, a região cultural a religião e a cultura popular. Através desses quatro grandes temas é possível elaborar uma vasta linha de investigação, pois cada um deles desdobra-se em inúmeros sub-temas (CORRÊA; ROZENDAHL, 2003).

Com base nas reflexões apresentadas pode-se dizer que a produção brasileira⁶ em Geografia Cultural passou, a partir de 1995, por um significativo e contínuo crescimento. Dissertações de mestrado, teses de doutorado, conferências, simpósios artigos publicados em coletâneas e periódicos, assim como editados em CD's, compõem um importante acervo e evidenciam o crescimento da Geografia Cultural no Brasil (CORRÊA; ROZENDAHL, 2008).

5- Sistematizando alguns pontos

Alguns pontos devem ser sistematizados como reflexões. O primeiro refere-se à relação entre a cultura e a ciência geográfica a qual perpassa mais de um século, desde que seus primeiros estudos foram realizados. Através desta perspectiva pode-se afirmar que a Geografia Cultural auxiliou no desenvolvimento desta ciência na medida em que demonstrou as relações dos grupos humanos com o meio e como estas relações se modificaram no decorrer do tempo.

O segundo se refere às críticas realizadas a cultura, pois ao longo do seu desenvolvimento se acentuaram diversas críticas em relação à ênfase dada à dimensão material da cultura, ao conceito de cultura adotado e a cultura considerada como algo externo ao indivíduo. A Geografia Cultural passa, então, por um processo de renovação visando à releitura dos seus conceitos e a dinâmica de sua ciência. A partir dessa renovação a Geografia Cultural afirmou-se com um subcampo da Geografia.

Fronteiras da Pesquisa em Geografia

O terceiro ponto nos remete a atualidade. Pode-se afirmar que o estudo da cultura tem contribuído para que a Geografia inserisse novas abordagens em seu corpo cognoscitivo. Importantes reflexões, acerca da diferenciação dos grupos humanos, mediante a iminência da homogeneização imposta pelo processo de globalização têm aprofundado o debate interno na ciência geográfica. Esta homogeneização torna os grupos humanos mais igualitários e a visão técnica e supra-orgânica aceita pela abordagem cultural clássica já não satisfaz as análises geográficas frente à dinâmica mundial. De acordo com Claval (1999, p. 420) “Não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhe afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais”.

Enfatiza-se, também que a incorporação da Geografia Cultural no Brasil é recente tendo sido desenvolvida a partir da década de 1990. Neste contexto, através do significativo e

contínuo crescimento, atualmente, há quem considere que as pesquisas empíricas em um contexto policultural como o Brasil podem alimentar novos conceitos e ampliar a base

teórica da Geografia como um todo, pois os estudos da Geografia Cultural estão sendo enfatizados e se solidificando como um ramo do conhecimento geográfico.

Referências

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2002.

BEZZI, M. L.; MARAFON, G. J. **Historiografia da ciência geográfica**. Santa Maria: Ed. da UFSM. Departamento de Geociências, CCNE, Curso de Geografia, 2005.

BRUM NETO, H. **Regiões culturais**: a construção de identidades culturais no rio grande do sul e sua manifestação na paisagem gaúcha 2007. 319 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 135-155, 2008.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. A materialização da cultura no espaço: os códigos culturais e os processos de identificação. **Geografia**, v. 33, n. 1, p. 253-267, 2008.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. **R. Ra 'E GA**, Curitiba: UFPR, n. 17, p. 17-30, 2009.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Identidade Cultural e Organização do Espaço na Microrregião Geográfica de Restinga Seca- RS. **Sociedade & Natureza**, v. 18, n. 34, p. 63-76, 2006.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999a.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999b. p. 59-97.

CLAVAL, P. "A volta do cultural" na Geografia. **Mercator**. Florianópolis: Ed. da UFSC, n. 1. p. 19-28, 2002a.

CLAVAL, P. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. ny (Org.) **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002b. p. 133-196.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed da UERJ, 2004. 13-74.

CORRÊA, R. L. Geografia cultural: passado e Futuro: uma introdução. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 49-58.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo à temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A Geografia Cultural no Brasil. **Revista da Anpege**, Ponta Grossa, n. 2, p. 97-102, 2005.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A Geografia Cultural brasileira: uma avaliação preliminar. **Revista da Anpege**, Ponta Grossa, n. 4, p. 89-108, 2008.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998, p. 92-123.

COSGROVE, D. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, n. 3, p. 31-51, dez. 1996.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p. 15-32.

DUNCAN, J. S. O supra-orgânico na Geografia Cultural Americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 63-102.

_____. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 91-132.

GOMES, P. C. da C. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Ed da UERJ, NEPEC, n.3, p. 31-42, dez. 1996.

MIKESELL, M. W. Tradition and Inovation in cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographres**, v. 68, n. 1, p. 1-16, 1968.

MIKESELL, M. W. Posfácio: novos interesses, problemas não-resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p. 85-109.

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: Para uma reconceitualização da idéia de cultura em Geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, Edição comemorativa, p. 31-51, dez, 1996.

MONDADA, L.; SÖDERSTRÖM, O. Do texto à interação: percurso através da geografia cultural contemporânea. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004, p.133-155

NADAL, F. Los nacionalismos y la geografía. **Geo Crítica**: Cuadernos críticos de geografía humana, ano 7, n. 86. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/geo86.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESPAÇO E CULTURA. **A Coleção “Geografia Cultural”**. Disponível em: < <http://www.nepec.com.br/cultural.htm> >. Acesso em: 07 jul. 2011.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.neer.com.br/home/index.php?pagina=1>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, n. 3, p. 1-7, 1996.

SAUER, C. O. Desenvolvimentos recentes em geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs) **Geografia cultural: um século (II)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p.16-98.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs) **Geografia cultural: um século (3)**, Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002. p 15-62.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertatand Brasil, 2003. p. 27-62.

Notas

¹ Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Graduanda em Geografia Bacharelado pela UFSM e Mestranda do programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências da UFSM (PPGGEO) e membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários. (NERA/UFSM), (elizandravoigt@yahoo.com.br).

² Professora Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. PPGGEO. Coordenadora do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA/UFSM), (meribezzi@yahoo.com.br).

³ A respeito da evolução da Geografia Cultural consultar Claval (1999a, 1999b, 2003); Corrêa; Rosendahl (2003).

⁴ Sobre paisagem cultural consultar Corrêa Rosendahl (2004); Duncan (2004); Cosgrove (1998).

⁵ Conforme Claval (2003, p. 149) “O Gênero de vida aparecia como uma solução ao problema de extrair do meio ambiente o que se necessitava para comer, vestir-se, proteger-se do vento, da chuva, do frio e para dispor de ferramentas diversas. O gênero de vida aparecia como um conjunto de técnicas e hábitos”. Sobre Gênero de Vida consultar Sorre (2002).

⁶ Sobre aspectos relativos à produção da Geografia Cultural brasileira ver Corrêa; Rosendahl, (2005, 2008).

CONFLITOS EM RELAÇÃO ÀS MANIFESTAÇÕES CONCRETAS DOS SISTEMAS DE SIGNIFICAÇÕES RELIGIOSAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A GEOGRAFIA DA RELIGIÃO.

Rachel Cabral da Silvaⁱ

Benhur Pinós da Costaⁱⁱ

Toda religião possui um lado que aborda a conduta pessoal (ético) e um lado que trata da adoração (cerimonial) - um aspecto interno e um externo, que podem ser contrastados segundo Kant, como “igreja visível” e a “igreja invisível” – então a geografia da religião trata acima de tudo da religião cerimonial, devendo lidar com as idéias cerimoniais de mais importantes expressões geográficas. (FLINKER, 1999).

1. Introdução

A cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo a sua definição é muito difícil, pode ser definida através da economia, como “centro de gestão do território”, como também pode ser definida através da cultura. Esta para SOUZA (2011) desempenha um papel crucial na própria

produção do espaço urbano e na dispersão da relevância de uma dada cidade para fora de seus limites físicos. Ao debruçarmos na organização interna da cidade, são perceptíveis os processos sociais que se envolvem na dinâmica da produção do espaço e através desta organização

encontra-se elementos para deciframos sua complexidade enquanto produto social.

Desde as origens das cidades há motivações religiosas que envolvem questões de poder e que *grafam* o espaço urbano na forma de segregações sócio-espaciais, isto desde as cidades da Antiguidade, atravessando a Idade Média e a adentrando a Modernidade até os nossos dias, conforme Mumford (2004). Desta forma é possível reconhecer o sagrado como elemento de produção do espaço.

ROSENDAHL (1999) apresenta a origem das cidades de acordo com o papel do sagrado onde existem duas vertentes de interpretação. A primeira alega que os santuários paleolíticos como base do desenvolvimento das cidades. Esta abordagem privilegia o papel da religião e que é compartilhada também por ELIADE (1962), COULANGES (1988), MUMFORD (1991), TUAN (1980). A segunda abordagem imputa às complexas transformações do período neolítico a gênese e evolução das cidades. CHILDE (1974), SJOBERG (1960), HARVEY (1980), SINGER (1976) e entre outros valorizam os fatores técnicos e econômicos.

A autora aponta o templo religioso como elemento de forte conexão entre a cidade e a religião, já que a presença do santuário ao exercer uma centralidade nos primeiros núcleos de povoamento passa a ser reconhecida pelas duas vertentes apresentadas, pois os santuários tinham o poder de atrair pessoas vindas de lugares longínquos, aproximavam-se pelo estímulo espiritual para compartilhar as mesmas práticas mágicas ou crenças religiosas. Contudo, alguns dos santuários não viraram cidades.

No processo de origem da cidade é necessário considerar que o excedente da produção agrícola vinculada à apropriação deste pela elite possibilitou também a divisão social do trabalho, o aparecimento de classes sociais e o surgimento de cidades. O papel da religião está presente quando autores alegam que o surgimento da elite foi para monopolizar o conhecimento espiritual ou religioso, por este ter impregnado as comunidades e seus respectivos líderes que ganhariam o status monopolizando poderes que todos pensavam ser essenciais para a prosperidade da comunidade.

Os rituais religiosos do período paleolítico permaneceram e foi ampliado. Segundo ROSENDAHL (1999):

O que efetivamente foi verificado com o surgimento das cidades foi a concentração de diversas funções até ali dispersas e desorganizadas dentro de uma área limitada. Essa concentração, realizada no interior de muralhas, já continha partes da protocidade: santuário, fonte, aldeia, mercado e fortificação. A cidade se revelou não simplesmente um meio de expressar em termos concretos a ampliação do poder sagrado e secular, mas também um meio de expressão ampliado de todas as dimensões da vida. Começando por ser uma representação do cosmo, “um meio de trazer o céu à terra, a cidade passou a ser símbolo do possível (Mumford, 1991:36). ROSENDAHL 1999, p. 17.

A cidade até este momento foi erguida, de acordo com período da vigência do paradigma Teológico, pela vontade de Deus sendo o sacerdote a simbologia da semi-divindade, um elemento que intermediava o céu e a terra. Através da necessidade de controlar o espaço, além de proporcionar

poderes ao Rei local, também deu mais autoridade àqueles que ocupavam a função de sacerdote. Por detrás da muralha a cidade tornou-se um local sagrado, conforme a autora era o lar de Deus. Na segunda abordagem Rosendahl e os demais autores apresentam a segregação na cidade:

A segunda vertente privilegia as transformações que se verificam no Neolítico, envolvendo o aparecimento de uma classe dominante e a imposição de uma separação entre dominadores e dominados; entre os que se apropriam de excedentes de produção e realizam trabalho intelectual, de um lado e a massa de agricultores de outro. Esta separação origina a cidade, cercada, que abriga os símbolos de dominação (o palácio e o templo), os agentes da dominação (militares, sacerdotes) e os especialistas diversos (artesões, comerciantes e escravos). A segregação e a centralização eram atributos do santuário. Não menos importante para a formação da cidade do que sua centralização foi a segregação. (ROSENDAHL, 1999, p. 19).

Neste caso a segregação pode ser considerada com induzida, pois são observadas em cidades da Antiguidade ao diferenciar os espaços da cidade reflete na diferenciação entre os grupos sociais. Conforme SOUZA (2011), “o pertencimento a um grupo étnico, cultural-linguístico ou religioso define, em muitas sociedades, linhas de clivagens muito fortes, às vezes intransponíveis, e que se refletem nas separações dos grupos assim definidos no espaço da cidade” (pag.67). Este tipo de segregação não pode ser considerada ou confundida como uma escolha do indivíduo. Segundo CAMPOS (2008) a cidade, em tese, deveria ser aberta a todos os segmentos sociais, contudo, na prática quotidiana, os pobres têm acessibilidade reduzida, em função dos

2. A cidade e a função religiosa

Segundo SODRÉ (2002), a história de uma cidade é a maneira como os habitantes ordenaram as suas relações com a terra, o céu, e os elementos naturais e outros homens. A

obstáculos erguidos no esteio das relações sociais. Tais fenômenos provocam filtros que, de certa maneira, impedem a liberdade em transitar pelos diversos pontos da metrópole.

Na contemporaneidade urbana brasileira a construção de *cidades de muros* é um emblema da segregação sócioespacial, segundo CALDEIRA (2000), onde a tradução das diferenças são tomadas como desigualdades, divisões e distâncias, separações, regras de evitação e de exclusão, restrições ao movimento, isolamento, distanciamento e encarceramento daqueles considerados perigosos, naturalizando preconceitos sociais e raciais, e dividindo o mundo entre o *bem* e o *mal*.

história dá-se num território, que é definido por ele como espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção da identidade grupal.

A idéia de território coloca de fato a questão da identidade, por referi-se à demarcação de um espaço na diferença com outros. Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente. É o território que, à maneira do *Raum* heideggeriano, traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo à ação do sujeito. Uma coisa é, portanto o espaço- sistema indiferenciado de definição de posições, onde qualquer corpo pode ocupar qualquer lugar- outra é o território (p.23)

Diante da complexidade divisão territorial do trabalho as cidades foram tomando outras formas e funções. Existem as cidades centrais que distribuem produtos industrializados e prestam serviços, conformadas pelas hierarquias entre si, outras especializadas como as cidades-portuárias, cidades-industriais, cidades-administrativas, cidades de recreação,

cidades-universitárias, cidades-religiosas, e entre tantas outras possibilidades de funções que uma cidade pode desempenhar. De acordo com ROSENDAHL (1999) as cidades religiosas possuem uma ordem espiritual que predomina gerando a prática religiosa da peregrinação ou romaria ao local sagrado.

Pelo simbolismo religioso que possuem e pelo caráter sagrado atribuído ao espaço, podemos chamar esses locais de hierópolis ou cidades-santuários. Assim, cidades-santuários são centros de convergências de peregrinos que com suas práticas e crenças materializam uma peculiar organização funcional e social do espaço. Esse arranjo singular e repetitivo pode ser de natureza permanente ou apresentar uma periodicidade marcada por tempos de festividades, próprios de casa centro de peregrinação (ROSENDAHL, 1994). E acrescenta-se que as formas espaciais construídas são variáveis segundo as diferentes religiões. As hierópolis podem ser encontradas em pleno deserto, como no caso de Meca; no sopé dos Pirineus, como em Lourdes; em área baixa e sujeita a enchentes, assim como Porto de Caxias, na Baixada Fluminense. Em outros locais podem apresentar a função religiosa convivendo com outras funções. (ROSENDAHL, 1999 p.25).

As hierópolis atraem um fluxo permanente de peregrinos para ao santuário durante todo o ano e não somente em época de festas. Já as cidades-santuário tem um fluxo periódico de fiéis, coincidindo geralmente em épocas de festividades. Os lugares de culto religioso, enquanto elementos da paisagem urbana, tomados como materialidade, são criações humanas sendo a efetiva expressão subjetiva e técnica, que são formadas através de diversos significados.

Dentro da perspectiva de compreender o que seja a cidade, um dos efeitos perversos da segregação sócio-espacial é o que SOUZA (2008) caracteriza como fobópolis, onde o medo e a violência gerada pela pobreza (e o racismo), na precária infra-estrutura e no favorecimento estatal dos moradores com alto poder aquisitivo, tem aprofundado a segregação bem como gerado crises nos espaços públicos. SODRÉ (2002) contribui ao dizer que:

Tema da segregação demanda algumas noções da Proxêmica, este ramo da semiótica que se ocupa da relação social do indivíduo com o espaço, da maneira como o homem ocidental percebe, estrutura e usa o espaço território. Assim, considerando-se os territórios do ponto de vista do acesso que as eles se pode ter, chega-se a uma classificação de quatro tipos (BURGOON e SAINÉ, 1978): 1) *território público*, que abrange ruas, praças, ônibus, teatros etc.; 2) *território da casa* ou *privado*, ou seja, qualquer lugar nomeado como “lar”, ou então o espaço particular da sala de trabalho; 3) *território internacional*, definido pelas áreas de acesso restrito a pessoas legitimadas, como, por exemplo, os estudantes inscritos numa universidade; 4) *território do corpo*, relacionado com o espaço pessoal, como o próprio corpo e o espaço adjacente- esta é uma delimitação invisível do espaço que acompanha o indivíduo, sendo capas de se expandir ou contrair-se de acordo com a situação e caracterizando-se, portanto, pela flexibilidade (p. 39).

Contudo essa relação apresentada por Zeny Rosendahal (1999), caracterizam cidades católicas e islâmicas que neste trabalho não apresentam determinadas relações de poder históricas que se espacializaram, tal como no Brasil que no final do século XIX, a partir do afastamento de escravos e ex-escravos, almejava romper social, economicamente com as formas de organização herdadas do período colonial, segundo SODRÉ (2002) já excluía o negro dos privilégios da cidadania- intensificaram-se as regras de segregação territorial, tradicionais da organização dos espaços brasileiros (p. 39). E esta segregação geram conflitos espaciais entre os diferentes sistemas de significação religiosas que dão formas materiais às relações simbólicas entre os seres humanos.

Carlos Walter Porto-Gonçalves parte do pressuposto de que não existe sociedade a-geográfica assim como não existe espaço geográfico a-histórico, logo o espaço geográfico tem historicidade. O resultado da colonialidade do poder e do saber é reescrever uma história dita universal que silencia e

aniquila as grafias da história ou as histórias das grafias locais.

Assim o espaço grafado pelo racismo é configurado de acordo com os lugares onde os negros podem se concentrar, onde o negro está e os lugares dos negros. Ressalto o negro por ser uma forma de problematizar a relação entre saberes e lugares, pondo em questão a idéia eurocêntrica de conhecimento universal. É importante ressaltar que não é de interesse recusar a idéia de que o conhecimento seja universal, mas de extrair o modo unilateral imposto pelos europeus, conhecido como eurocentrismo, considerando e afirmando que as diversas matrizes de racionalidades estabelecidas a partir dos diversos lugares.

Porto-Gonçalves diz que a visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente. Sucessão e simultaneidade, sucessões simultâneas, eis o espaço-tempo. O mundo não tem um *relógio* único. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.2). Essa visão também são algumas correntes marxistas partilhadas pelos

liberais desta forma se constituindo com um tempo “burguês, branco, europeu e fálico”, isto é, ele sintetiza aí todas as formas sociais de dominação.

E ao abrirmo-nos para as múltiplas temporalidades que conformam os territórios, reconhecemos outros lugares de enunciação em perspectivas emancipatórias. SANTOS (2006) propõe este olhar ao dizer que apenas a totalidade em movimento pode criar novos eventos. Estas por sua vez, abrangem as ações consideradas plausíveis em um lugar específico, por meio do qual permitem entusiasmar outros. Neste sentido, não são as ações impassíveis à realidade espacial, uma vez que é perceptível o condicionamento da localização dos acontecimentos por meio da composição do lugar.

Mudar o princípio que orienta a nossa posição espacial é necessário para que seja revisto e com outro olhar o processo de formação territorial do país. A partir daí podemos perceber a influência que cada espaço tem sobre o outro, assim como cada ator social tem sobre o outro.

Essas diferentes configurações espaciais se constituem em espaço de conformação das subjetividades de cada um, aonde o indivíduo aprende, aonde o indivíduo ou a coletividade, partindo da idéia de Carlos Walter que o corpo é a representação simbólica desta distinção pode entrar e onde não se pode estar.

Quando abordamos as religiões neopentecontais e de matriz africana temos outras configurações espaciais e outras manifestações religiosas que contribuem para produção de espaços e territorialidades, pois enfoca os sistemas sociais complexos que são criados a partir da diferenciação e/ou hierarquizações sociais e raciais, a cidade pode ser uma escala exemplar para as análises das dinâmicas, complexidades e pluralidades: nele, as diferenças se aproximam e demarcam suas propriedades; nela, há lugar para conflitos e coexistências provocando tensões e disputas; nela, há ainda possibilidades de múltiplos processos identitários – para diferentes grupos sociais ou para indivíduos com identidades processuais inter- e entrelaçadas.

Trazemos para discussão sobre a Geografia da Religião com GIL FILHO (2004 e 2009) que traz possibilidades analíticas para uma Geografia da Religião que contribui de forma específica na discussão sobre o fenômeno religioso. De acordo com o autor, o primeiro passo da espacialização do fenômeno religioso é dado pelo discurso fundador, que transforma experiências religiosas e míticas em verdades religiosas. Trata-se de um discurso que é reestruturado pelo líder religioso que dirigidas aos enunciatários pode haver a eficácia simbólica necessária na espacialização e nomeação da experiência religiosa com o mundo (SILVA e GIL FILHO, p.79, 2009).

Para complementar tal estudo, a luz dos conflitos espaciais entre neopentecostais e as religiões de matriz africana, recorremos a outras ciências humanas, tal como a psicologia social com AUGURAS (2008) que justifica o seu estudo a respeito da identidade mítica em comunidade nagô, abordando a complexidade do mundo do candomblé e os modelos míticos de comportamento na vida dos iniciados não

somente na religião, mas na totalidade da vida destes. A autora nos diz que em um país como o Brasil, “com enorme riqueza de culturas e subculturas que se opõem, se interpenetram, se chocam e se integram, não há muito sentido em aceitar os modelos euro-americanos como fontes exclusiva do saber” (p.16). E também recorremos a Antropologia com GONÇALVES DA SILVA (2007) que de acordo com o contexto de pluralidade religiosa no Brasil, onde há religiões para satisfazer a necessidade espiritual de cada indivíduo, gerou a concorrência entre as religiões, de um modo geral, tem sido marcante no Rio de Janeiro. Nesta dinâmica de competição religiosa, cada religião utiliza-se de estratégias próprias para garantir e expandir seu espaço na sociedade.

Também temos teses que abordam a dispersão espacial no meio urbano dos templos das denominações neopentecostais no Brasil. Em São Paulo, a geógrafa BONILHA (2009) pela PUC-SP, apresenta a dissertação de mestrado intitulada: *A territorialidade religiosa penteconstal*

em São Paulo- estudo de caso: Casa Verde Alta, que tem como tema de estudo a influência que o neopentecostalismo exerce na formação da estrutura social e espacial do lugar onde vive e quem o pratica, no município de Casa Verde, zona norte da capital paulista. O historiador MEDEIROS (2005), com *Igreja Universal do Reino de Deus: A construção Discursiva da Inclusão e da Exclusão Social- 1977-2004*, pela UFSC, tem como objetivo analisar o discurso religioso da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) detectando a construção discursiva da inclusão social e da marginalidade como idéias antagônicas, características do pertencimento ou afastamento da denominação. A abordagem do antropólogo ALMEIDA (1996) em *A Universalização do Reino de Deus*, pela UNICAMP, é o estudo da expansão da IURD através dos

recursos estratégicos que utiliza para tal. O primeiro seria a mensagem religiosa que está estruturada pelo tripé cura-exorcismo- prosperidade financeira, que procura responder aos apelos dos fiéis. E a utilização da figura do “diabo” que se apresenta como o ente religioso que permite a articulação destes três aspectos, além de se fazer presente nas religiões com as quais a IURD entra em intenso conflito, principalmente as afro-brasileiras. E em segundo ponto de análise é que a igreja universal tem ocupado espaços na sociedade qualitativamente novos como a política, a mídia e o mercado. E através destes dois níveis revela, segundo o autor, como a IURD cadencia sua expansão e propaga sua mensagem religiosa.

3. Os fenômenos religiosos na dimensão espacial

O espaço geográfico pode ser definido como a materialidade do processo de trabalho. É a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta (MOREIRA,

p.71, 2010). Conforme Milton Santos à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc. É a marca do

homem sobre a natureza, chamada de socialização. Também pode ser definido pela sua dinâmica, complexidade e pluralidade que é a essência do espaço de vivência humana, categorizado como espaço social, por SANTOS, HARVEY e entre outros. O sujeito age sobre o meio, modifica-o e, neste processo, ele o transformando e sendo igualmente

transformado por ele. Surgem assim, neste processo, como os valores dialéticos a construção espacial das sociedades, orientando a percepção, a vivência, a concepção do espaço e das relações espaciais dos homens. Estas relações espaciais humanas são também decorrentes de seus comportamentos orientados pelos sistemas teológicos.

O primeiro passo da espacialização do fenômeno religioso é dado pelo discurso fundador, que transforma experiências religiosas e míticas em verdades religiosas. Trata-se de um discurso que é reestruturado pelo líder religioso que dirigidas aos enunciatários pode haver a eficácia simbólica necessária na espacialização e nominação da experiência religiosa com o mundo (SILVA e GIL FILHO, p.79, 2009).

Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço (SANTOS, p. 22, 1988), e a partir das categorias de estrutura, processo, função e forma, o espaço deve ser analisado. Nestas categorias devem ser também consideradas em suas relações dialéticas. Sendo assim, o espaço das religiões não pode ser negligenciado pela Geografia, pois quando se nega e se propaga adjetivações

negativas a uma religião é o ponto de partida para compreender, interpretar a contradição, é a partir da superação da contradição, o reprimido/negado permanece dentro da totalidade. Assim, as diversas dimensões da vida humana têm uma lógica própria que levam a construções, grafias, simbologias, dinâmicas que denotam finalidades que

pertencem às suas respectivas dinâmicas. Conforme Silva e Gil Filho:

Os efeitos da relação religião x espaço são decorrentes da característica complexa pela qual se organiza o fenômeno religioso. O pressuposto de que a religião está impregnada de elementos míticos em sua dimensão espacial revela a saturação do sentir mítico; se a religião se diferencia do mito pela representatividade, o espaço no qual o Homem religioso se realiza também é representacional (SILVA e GIL FILHO, p.77, 2009).

O ser humano ao relacionar-se com a natureza faz a Geografia, e, a relação entre o ele e o sagrado, estabelecida por cada cultura, sinaliza uma dimensão específica da

existência humana. O autor teoriza sobre o homem frente ao fenômeno religioso quando diz que:

O homem é um ser simbólico, no sistema *cassireriano*, que o caracteriza como superação da vida biológica. Assim há uma ruptura da ordem natural gerada pelo homem e na qual ele deve ser submetido. Este processo conscientiza o homem de que ele não somente vive no universo de fatos, mas, sobretudo em um universo simbólico. Deste modo, a religião, é parte deste universo pleno de significados que faz parte indissociável da experiência humana. Sendo assim, o homem não está somente diante da realidade imediata, mas à medida que sua prática simbólica se realiza ele busca os significados da existência. Ao dar primazia à religião como um setor das atividades humanas não reduz o seu âmbito ou minimiza sua influência, mas sim o reconhece como fenômeno da vida humana (GIL FILHO, p.2, 2004).

Imputar à qualidade de “sagrado” a um objeto, a um espaço, um acontecimento, nada mais é senão necessário estabelecer uma forma de organização de mundo. O mundo é assim interpretado, codificado, transformado em mensagem,

mas não se torna sagrado em sua totalidade. Somente é sagrado aquilo que é sentido como poderoso, transformador e por isso significativo. Ordenar o mundo por meio deste

sentido é transformá-lo em grande sistema significativo (AUGRAS, 2008).

A partir da afirmação de AUGURAS, (2008) a religião é vista neste trabalho como um conjunto de sistema de significações, incluindo os modelos de comportamento humano e espacial que delas decorrem. Os fenômenos

religiosos são as manifestações concretas deste sistema. Partimos para ROSENDAHL (2002) que nos diz que quando estas duas práticas sociais se fundem através da dimensão espacial, já que a primeira analisa o espaço e a segunda ocorre espacialmente, como um fenômeno cultural. Para isso precisa-se fazer a diferenciação entre o nível material do espaço e o seu nível simbólico.

Na semiótica, esta dualidade se apresenta como diferença entre o “significado”, o sentido do objeto- no nosso caso a vivência espacial das pessoas e as suas relações espaciais- é o “significante”, que é a interpretação acadêmica deste. Fazer Geografia, expressa, conseqüentemente, uma ação dupla: a construção de um objeto científico e a compreensão do fazer geográfico cotidiano embutido no sentido comum (SAHR, 2007 p. 58)

Para HAESBAERT (2004), conceitua o território, antes de tudo, como território simbólico, ou espaço de referencia para a construção de identidades. Contudo, para que haja a constituição de uma territorialidade plena, ou seja, do sentimento de pertencimento com o território perpassando pela construção da identidade social e espacial, é fundamental a relação tempo/espaço. Conforme Campos

(2007), a territorialidade é a relação individual com o lugar apropriado, e a identidade espacial para ser fato e reconhecida pelos demais grupos sociais têm de ser primeira construída internamente pelo grupo, dentro do espírito de solidariedade ao mesmo tempo em que tem de haver uma forte relação com o meio ecológico e os membros da comunidade (CABRAL DA SILVA, 2010), e através desta

chega-se ao território simbólico-cultural que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

SOPHER (1961) que fornece modelos geográficos de interação entre sistemas religiosos a partir de um estudo micro-geográfico da religião. Aborda o comportamento estratégico adotado por minorias religiosas dentro de domínios religiosos maiores e a mistura de comunidades religiosas em áreas de transições (SOPHER apud ROSENDAHL, p.94, 1961). A territorialidade dos sistemas religiosos podem surgir de três tipos de comportamentos: i) por coexistência pacífica, ii) por instabilidade e competição e iii) por intolerância e exclusão.

O primeiro tipo de interação entre os sistemas religiosos, a de coexistência pacífica, é caracterizada pelo equilíbrio, pelo sentimento de mútuo respeito, antipatia ou indiferença. Vindos de sistemas religiosos que não demonstram preocupações com outras crenças e suas respectivas práticas religiosas. O sentimento de antipatia

pode uma tendência de gerar áreas auto-segregadoras, onde a separação é marcada pelo exclusivismo de uma religião **A** e outra pela religião **B**.

E o sentimento de indiferença em oposição à auto-segregação de comunidades religiosas, gera uma pluralidade harmoniosa cujo subsistema religioso, aquele que possui diversas denominações, tal como as igrejas evangélicas- sobretudo as neopentecostais no Brasil- que têm papéis institucionalizado bem como são socialmente aceitos e reconhecidos pelos outros subsistemas religiosos.

Já o segundo tipo de interação, é a competição e a instabilidade, em uma das religiões é caracterizado com instável. Neste tipo existem os movimentos missionários de conversão em que cada religião utiliza-se de estratégias próprias para agarrar novos adeptos e expandir seu espaço na sociedade, em estágio avançado, podem criar tanto centro de difusão como também áreas de resistência.

Por fim o terceiro e último tipo de interação entre sistemas religiosos, a intolerância religiosa. A intolerância é a expressão do preconceito com o que é diferente. Este

preconceito pode ser fruto do desconhecido como também de um deturpado ou falso conhecimento da realidade do outro se manifestando como uma opinião, uma idéia negativa sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas, que se forma e se desenvolve mesmo antes de se conhecer os fatos e as razões do outro. Ou seja, é feito um julgamento antecipado, geralmente baseado no fato daquela pessoa ou grupo serem diferentes de quem sente o preconceito. Essas possíveis diferenças vão justificar que um grupo se sinta superior ao outro e se julgue com mais direitos e privilégios.

Nesta discussão torna-se de vital importância destacar o conceito de etnocentrismo. É um conceito antropológico complexo, e que se analisar a etnologia da palavra (grego *ethnós*, -eos, raça, povo + *centrismo*), tem-se como

significado ter um povo/raça/cultura como centro. É considerar que uma cultura/religião como a medida de todas as demais. Desta maneira há a subestimação e o menosprezo a cultura ou religião do outro, sobretudo quando se é avaliado a religião a partir **A** como supostamente superior a **B**.

O etnocentrismo fez com que ocorresse a legitimação e o aprofundamento da inferioridade entre os povos e seus respectivos espaços. Este foi feito através de múltiplas estratégias de inferiorização, tais como o epstemicídio, genocídio, assimilacionismo, entre outras.

4. O conflito entre os neopentecostais e as religiões de matriz africana

Estes conceitos, acima abordados, são fundamentais para compreender o comportamento social de um sistema religioso que pratica e propaga a intolerância religiosa.

Porque o uso da linguagem para Gil Filho (2004) é o que permite o espaço de representações:

A linguagem enseja à representação, a posição espacial, as distâncias e possibilita ir além das determinações subjetivas das sensações quando estabelece premissas de objetivação de uma ordem espacial. Desde suas práticas primárias às mais complexas a linguagem permite a transposição de um espaço de expressões para um espaço de representações (GIL FILHO, p.4, 2004).

A partir da linguagem que se remete a um lugar de enunciação, gera outras formas de espacialização do fenômeno religioso:

(...) os primeiros veículos para a espacialização das idéias religiosas são as palavras, na oralidade e/ou na textualidade pela qual é difundido o saber religioso. A partir da apropriação desse conhecimento, o Homem religioso é sujeito “espacializador” através da enunciação do discurso religioso. As representações que permeiam os discursos se espacializam para além do espaço originário (SILVA e GIL FILHO, p.79, 2009).

Esta linguagem também está associada à pretensão de dominação social, geralmente, quando um grupo social pretende dominar o outro grupo pela via religiosa, prega-se a

satanização, o etnocentrismo, a intolerância em relação às outras religiões. Tal como apresenta Gonçalves da Silva (2007):

O neopentecostalismo, em consequência da crença de que é preciso eliminar a presença e a ação do demônio no mundo, tem como característica classificar as outras denominações religiosas como pouco engajadas nessa batalha, ou até mesmo como espaços privilegiados da ação dos demônios, os quais se ‘disfarçariam’ em dinvidades cultuadas nesses sistemas (GONÇALVES DA SILVA, p.1, 2007).

No contexto de pluralidade religiosa no Brasil, onde há religiões para satisfazer a necessidade espiritual de cada indivíduo, gerou a concorrência entre as religiões, de um modo geral, tem sido marcante no Rio de Janeiro. Nesta

dinâmica de competição religiosa, cada religião utiliza-se de estratégias próprias para garantir e expandir seu espaço na sociedade. Segundo o autor:

(...) a visão das igrejas neopentecostais sobre as religiões afro-brasileiras é consequência do desenvolvimento do sistema teológico e doutrinário do pentecostalismo, surgido no Brasil no século XX, sobretudo a partir dos anos de 1950 e 1960. Nessa época, o movimento religioso assumiu novos contornos, expandindo a base de suas igrejas, adensando o número de denominações e ganhando maior visibilidade. Ao se distinguir pela ênfase do dom da cura divina (por isso chamada muitas vezes de “igreja da cura”) e pelas estratégias de proselitismo e conversão em massa, essa segunda onda do pentecostalismo preservou as características básicas do movimento que já tinha 40 anos, como doutrina dos dons carismáticos (fé, profecia, discernimento, cura, línguas, etc.), o sectarismo e o ascetismo (apud MARIANO, p. 31, 1999).

Caberia aos fies, segundo esta visão dar prosseguimento à obra de combater a esses demônios iniciadas Jesus Cristo quando em João 3:8, diz que “Para isto se manifestou o Filho de Deus: para destruir as obras do diabo” (Idem, p.5). E para conquistar novos fies estes utilizam de pregações em espaços públicos; distribuição de jornais gratuitos, panfletos

convidando para cultos e limpezas espirituais; anúncios em ônibus de shows na praia de Copacabana e na Enseada de Botafogo; como também de canais/horários em televisões e rádios; e o mais alarmante são os políticos de Cristo que estão em todas as estâncias do Poder Legislativo.

O autor evidencia que o ataque às religiões afro-brasileiras é além de uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico que seriam potencialmente religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, é

conseqüência do papel que as mediações mágicas e a experiência do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro.

(...) No Brasil, enquanto os processos de secularização e racionalização atingiam os setores cristãos (catolicismo, protestantismo histórico, etc.), o pentecostalismo surgiu como uma possibilidade, ainda tímida na primeira e segunda fases, mas muito forte na terceira, de valorização da experiência do avivamento religioso. No neopentecostalismo, essa característica radicaliza-se em termos de transformá-la em uma religião da experiência vivida no próprio corpo, característica que tradicionalmente esteve sob a hegemonia das religiões afro-brasileiras e do espiritismo Kardecista. Combater essas religiões pode ser, portanto, menos uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento- embora tenha esse efeito- e mais uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões com forte apelo mágico, extáticas, com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão (idem, p.2).

A impregnação das idéias religiosas sobre a percepção leva o Homem a espacializar o sentimento religioso em ações cotidianas. A partir disso, o fiel passa a espacializar as ideias religiosas pelo seu sentir mítico-religioso. O religioso busca se

comportar de acordo com o modo religioso de agir descrito nas narrativas. Logo, o fenômeno religioso é espacializado pelo agir. Ação que, descrita, toma forma de palavra, depoimento e pregação com intuito de conversão.

Muitos fiéis se empenham bastante na conversão dos familiares que ainda *não aceitaram a palavra*. Pois, ao acreditarem nas bênçãos alcançadas e no habitar eterno do paraíso, buscam

através de seus atos levar ao mesmo destino as pessoas para as quais dirigem seu amor. O mandamento maior do Cristianismo: “*amai-vos uns aos outros como eu vos amo*” (João, 15,12), também pode ser interpretado como “levai o Evangelho a toda criatura”. Esse ímpeto missionário provocado pela narrativa é o propulsor da fundação da instituição. A crença nas graças de Deus e o apelo ao amor ao próximo incitam o fiel à ação. Nos casos em que a pessoa impelida à ação encontra uma estrutura institucional com uma linguagem religiosa satisfatória, ela passará, com seu trabalho, a fortalecê-la. No entanto, se suas concepções mítico-religiosas não puderem ser ancoradas em alguma organização institucional preexistente, a pessoa poderá erigir alguma (SILVA e GIL FILHO, p.85, 2009)

A espacialidade destas manifestações de intolerância são perceptíveis em bairros de baixo nível sócio-econômico, devido à disputa territorial das igrejas neopentecostais por fiéis, pela expansão territorial das ideias religiosas que concretiza-se com a construções contínua de templos religiosos. Gonçalves da Silva apresenta que Mariano (2004) que confirma esta afirmação quando diz que o crescimento do pentecostalismo no Brasil deve-se, sobretudo, à acentuação

de crises sociais e econômicas, tal como o aumento do desemprego, da violência (nos centros urbanos por conta da aumento populacional- grifo meu) e da criminalidade. O entendimento sobre a formação desta territorialidade religiosa pelos neopentecostais pode ser compreendida através de HAESBAERT (2004) quando apresenta relações interdependentes que estão contidas na sua definição:

A territorialidade envolve uma forma de classificação por área (...); deve conter uma fronteira de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão [1986:21]); (...) deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas

que estão no seu interior. (...) O território se torna assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização- internamente a este território, e de classificação- na relação com outros territórios. (pp. 88-89)

E o enfraquecimento da Igreja Católica que não conseguiu acompanhar o ritmo da vida social do país. Com a liberdade e o pluralismo religiosos, a abertura política, a redefinição do processo democrático do Brasil, juntamente com a expansão e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, estas igrejas souberam utilizar para seu benefício como recurso estratégico no esforço de conquistar novos membros e expandir-se territorialmente com igrejas em áreas pobres do país e do mundo.

A respeito dos meios de comunicaçãoⁱⁱⁱ, ressalta-se o rol de aquisições da Igreja Universal do Reino de Deus que foi grande. Após a compra da emissora de rádio e televisão Rede Record, atingiu níveis de audiência consideráveis devido aos investimentos financeiros e estruturais feitos pela direção evangélica da empresa. Além de editora de livros^{iv},

revistas^v, jornais gratuitos^{vi} tem uma produtora de material fonográfico religioso^{vii}.

As manifestações de intolerância religiosa violam a Lei 7716/89, estabelece a igualdade racial e o crime de intolerância religiosa. Contudo as delegacias de polícia fazem o registro de ocorrência não classifica o fato como intolerância religiosa, esta é a expressão do preconceito em relação ao outro que é diferente.

Ao utilizar o discurso que demoniza as religiões não-cristãs, e especialmente as entidades espirituais constituintes do universo simbólico das religiões afro-brasileiras, modificam o significado para a proliferação da intolerância e do preconceito no imaginário coletivo. E pode ser usado como recurso estratégico para conquistar novos membros, frente à impossibilidade de abolir do imaginário coletivo as

representações simbologias religiosas das entidades espirituais afro-brasileiras.

5. Cosmovisão dos neopentenconstais

O prefácio, escrito pelos editores do livro *Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios ?*, cuja vendagem já teria chegado a 3 milhões de exemplares, apresenta o

panorama da sociedade brasileira e a função do cristão-protestante:

Vivemos na época do demonismo. Os demônios atuam em todas as camadas da sociedade e tentam das mais diversas maneiras perverter o homem e afastá-lo de Deus. Desde as religiões confessadamente demonólatras até aquelas que atuam disfarçadamente, os demônios têm agido na humanidade e não há luta mais importante para os cristãos do que contra as potestades do ar, contra o diabo e seus anjos (MACEDO, 1988, p.3)

E tratam o bispo Edir Macedo^{viii} como uma pessoa qualificada para tratar do assunto.

e poucas pessoas estão tão bem qualificadas para falar desse assunto quanto o bispo Macedo. Ele tem se empenhado ferrenhamente, por muitos anos, na obra de libertação. Quem o conhece pessoalmente se contagia com sua ardente fé, pois dedica toda a sua vida a lutar contra os demônios, pelos quais tem repugnância e raiva. Esse homem, que Deus levantou nesses dias para uma obra de grande vulto no cenário evangelístico nacional e mundial, conhece todas as artimanhas demoníacas. Seu freqüente contato com praticantes do espiritismo, nas suas mais diversas ramificações, faz com que seja um grande conhecedor da matéria. Através dos veículos de comunicação e das igrejas que tem estabelecido pelos rincões de nossa pátria e no exterior, o bispo Macedo tem desencadeado uma verdadeira guerra santa contra toda obra do diabo. (ibidem).

O propósito do livro é de libertar os freqüentadores dos ditos demônios, de doutrinar os cristãos protestantes a fé, a

apresenta qual é a função da religião, define comportamentos aos fiéis e a sua missão:

Neste livro, denuncia as manobras satânicas através do kardecismo, da umbanda, do candomblé e outras seitas similares; coloca a descoberto as verdadeiras intenções dos demônios que se fazem passar por orixás, exus, erês, e ensina a fórmula para que a pessoa se liberte do seu domínio. Creio ser impossível a um praticante do espiritismo ler este livro e continuar na sua prática. Acredito também ser difícil a um cristão ler este livro e continuar a professar uma fé descuidada e estagnada. Todas as áreas do demonismo são postas a descoberto neste livro; todos os truques e enganos usados pelo diabo e seus anjos para iludir a humanidade são revelados. O leitor será esclarecido acerca da origem das doenças, desavenças, vícios e de todos os males que assolam o ser humano. Este livro deve ser lido com o coração aberto, pois as verdades nele apresentadas chegam a ser chocantes e inacreditáveis. Se uma ou outra passagem ferir seus conceitos, não o deixe de lado; siga em frente, continue lendo e verá que as pedras nas quais tropeçou, no final do caminho, servirão para construir um alicerce sólido do conhecimento adquirido. Creio que os demônios farão tudo para que este livro não seja lido até o fim, nem divulgado; para que suas verdades não sejam acreditadas. Tenho certeza, no entanto, de que Deus, através do Espírito Santo, tudo fará para que ele cumpra com sua finalidade, que é despertar as pessoas que estão enganadas, enlaçadas e escravizadas pelo diabo e seus anjos para uma vida de fé, bênçãos, paz e prosperidade. (idem, p.4).

ORO (1997) nos diz que o neopentecostalismo brasileiro reproduz e exacerba a crença no demônio. Especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus – esta igreja que há alguns anos constitui a face mais visível (e mais polêmica) dos evangélicos – sustenta dois princípios fundamentais: o primeiro (compartilhado com maior ou menor

ênfase por outras igrejas pentecostais): os demônios são os causadores dos males e problemas de toda ordem que afetam as pessoas, os elementos perturbadores da "ordem natural" das coisas ("natural" no sentido daquilo que está conforme a vontade divina), cujo objetivo é "distrair Deus" (ORO apud GOMES, 1994: 233-234).

6. Cosmovisão do Candomblé

De acordo com o Pierre Verger, o Candomblé sobrevive até os dias atuais porque não almeja convencer as pessoas sobre uma verdade absoluta, ao contrário da maioria das religiões. Na religião nagô, ou universo é ao mesmo tempo sagrado e concreto. Compõe-se de dois mundos, *orun* e *aiê*, o mundo sobrenatural e o mundo físico. “*Aiê* é o mundo físico, concreto, a vida de todos os seres que povoam a terra. Os escravos falavam da África como sendo o *Ilú aiê*, a “terra da vida” (...) *Orun* é todo o resto, o mundo sobrenatural, que inclui a terra, envolvendo-a. Traduzido com “outro mundo” (AUGURAS, 2008, p.56)

As comunidades religiosas negras que se conhece hoje por mais que desejem ser fiéis às tradições africanas, são parte constitutivas da formação e organização do espaço concreto e social brasileiro. “Essa religião existe dentro desta sociedade (...). Ora, esta sociedade possui sua tradição, seu

regime, suas taxas de emprego e desemprego, etc. Será que passa pela cabeça de alguém que Xangô poderá deixar de refletir toda essa realidade ao ser redor?” (AUGURAS apud MOTTA 1980, p. 30)

Conforme AUGURAS (2008), o Candomblé não só revelam a realidade social global como revelam particularmente o funcionamento de sua dinâmica. Se consideramos os terreiros como espaços de resistência cultura, a história mostra que frequentemente os grupos religiosos desempenharam papéis importantes na resistência armada, nas revoltas e levantes negros, esta forma denota a atuação destes grupos em meio ao locus da subalternidade.

As transformações das religiões africanas ocorreram diante a vinda forçada de grupos étnicos africanos que foram classificados no Brasil, na maioria das vezes, de acordo com o porto em que eles foram embarcados na África, a palavra

“Guiné” designa uma origem geográfica altamente imprecisa, a ponto do Vice-Rei, reclamar da dificuldade em 1758, em

não conseguir saber ao certo de que país que se tratava.

No final do século XVIII, e primeira metade do século XIX, particularmente na época do “contrabando”, entraram no Brasil grandes contingentes de “negros da Costa”, daomeanos, nagôs, hauçás. A chegada recente relativamente recente (menos de 150 anos) desses povos explica em grande parte o predomínio de seus descendentes na região da Bahia, que gozavam de um quase monopólio de importação graças a suas ligações diretas com os reis de Daomé. Dessa concentração do elemento loruba, Egbá, Ijexá, Kêto, em particular provém a importância do “modelo” nagô para ulterior evolução das religiões africanas no Brasil (idem, p. 28).

O aumento de africanos e, ainda mais, pertencentes ao mesmo grupo étnico, reforçava a identidade coletiva. Em um espaço onde os negros eram a maioria da população e os africanos natos a maioria dos escravos, segundo REIS, a cultura e a ideologia brancas foram incapazes de penetrar em profundidade na mentalidade escrava. Os escravos não se submeteram aos valores hegemônicos, eles forjaram novos comportamentos e instituições a partir das tradições vindas do continente africano através de recriações étnicas e sincretismos inter-étnicos.

Essas diversidades de religiões refletiam aos numerosos grupos culturais a que os negros escravizados pertenciam. Por esse motivo houve o sincretismo entre as religiões africanas e não como muitos acham que houve entre o candomblé e o catolicismo. “Acreditamos que seja possível falar em sincretismo, no caso da umbanda. Nela, as divindades e os ritos não se justapõem apenas. Fundem-se. A fusão opera-se em níveis ideológicos, pois a doutrina incorpora os diversos valores das demais regiões” (idem, p.31).

Na primeira metade do século XIX surgiram as grandes casas tradicionais que conhecemos atualmente. “ A cidade de Oyo, capital do país loruba, foi vencida e arrasada em 1835- (ano da Revolta dos Malês em Salvador- *grifo meu*). Talvez haja mais do que uma coincidência nas datas. É provável que muitos sacerdotes de altas funções, muitos príncipes, tenham sido vendidos como escravos, aportando na Bahia e, tentando reconstruir o seu mundo em solo brasileiro” (idem, p.35).

As casas tradicionais de candomblé nasceram em solo urbano, o primeiro grande templo começou a funcionar em pleno centro da capital baiana, Salvador.

7. Considerações Finais

É preciso considerar a potencialidade espacial do fenômeno religioso dentro da cidade, as práticas religiosas que atuam no sentido de trazer uma doutrina, aqui sem juízo de valor, em determinados grupos sociais dentro da urbanidade, por outro lado, os códigos de comportamentais

As festas tradicionais de Iemanjá nas praias ou a procissão de Oxalá pelas ruas do Rio de Janeiro ou em Salvador, com a Lavagem do Senhor do Bonfim, ou no entorno dos terreiros, nos mostram um poder de movimentação, de sacralização e de territorialização, estão fazendo parte da agenda cultural da cidade do Rio de Janeiro, Salvador e Niterói nesses casos, do candomblé e da umbanda nos espaços públicos da cidade. Contudo devido aos diferentes tipos de conflitos existentes, estratégias de coordenação coletiva de rituais e de espaços “naturais” têm sido colocadas em prática por essas sociedades religiosas.

religiosos acabam singularizam/diferenciam estes grupos diante de outros grupos religiosos ou não religiosos, sobretudo na forma de intolerâncias e preconceitos, fragmentando o tecido social e promovendo uma segregação sócio-espacial na cidade. É através do sentir místico que se

partilha uma linguagem religiosa. Esta se espacializa para além do local de origem e desta maneira o espírito humano, inspirado por uma linguagem religiosa, espacializa, através de seu sentir, os enunciados religiosos por meio do qual se realiza enquanto ser. A ação humana, incitada pelo simbolismo religioso, se retroalimenta no espaço material, nas representações dos templos e nos matizes presentes nas manifestações religiosas da paisagem.

Quando estas manifestações religiosas depreciam, propagam falácias e incitam a discriminação violam a Lei Federal 7716/89, estabelece a igualdade racial e o crime de intolerância religiosa. Embora as delegacias de polícia façam o registro de ocorrência, estas não são enquadradas como intolerância religiosa, o que impede que sejam criados dados para análises mais consistentes e meios estratégicos de respeito às diferenças de crença e de liberdade de culto. Esta ação policial é a materialização institucional do preconceito ou descaso para com o outro.

Para mudar este quadro perverso de não acesso a justiça é necessário que haja um diálogo democrático permanente

entre Estado e Sociedade Civil, afim de que juntos possam instituir mecanismos que assegurem o livre exercício das práticas religiosas, assegurando sobretudo o seu espaço físico e coibir manifestações de intolerância religiosa.

A garantia da igualdade em uma sociedade brasileira é o grande desafio na luta pelos Direitos Humanos, por estarmos em uma sociedade plural etnicamente, onde a cor da pele ainda é um estigma. E este é o outro motivo desta intolerância religiosa de demonizar o universo simbólico da religião do Outro, e especialmente das religiões afro-brasileiras, cujo motivo pode ser o racismo histórico, o qual está enraizado na cultura e na mentalidade dos brasileiros, já que a matriz religiosa africana chegou nesse país com os africanos escravizados, os quais estabeleceram e mantiveram relações primárias com os brancos, o grupo estabelecido, brancos europeus, estabelecendo diferenças diversas, sobretudo a biológica, para reforçar e instalar a estigmatização sobre eles e fazê-los com que estes grupos sociais africanos se conformem nesta condição subalternizada.

Na diáspora negra, a questão religiosa tem importância fundamental, já que a população negra foi desterritorializada e teve na religião a fonte guardiã dos valores da sua cultura e sobrevivência durante os séculos da escravidão, que desestruturou quase todas as suas instituições sociais e toda a sua relação familiar. Portanto a religião para o povo negro é mais do que a manifestação da espiritualidade, é um elemento fundamental da sua resistência a todas as formas violência (física, simbólica, moral) e atualmente é a luta pela não-folclorização de uma cultura ancestral, a tolerância pela a sua livre prática e manifestação e respeito aos direitos e a singularidade dos seus adeptos.

É importante ampliar o debate a construção de uma consciência de liberdade religiosa devido ao grande número de casos de violações de direitos de grupos que sofrem com a intolerância que representa uma das faces mais perversas do racismo, do preconceito e da discriminação. Hoje em meio a Era da Globalização, a faceta do racismo aparece na ótica

do mercado, em que a discriminação deixa de ser coletiva e passa a ser uma derrota individual, o que gera transtornos psicológicos de inferiorização pessoal, que garantem a reprodução das desigualdades.

Por isso, diante da séria ameaça e violação aos direitos religiosos como direito individual, é que se coloca como necessário aos cidadãos, articulados ou não em grupos religiosos, somar esforços por uma intensa mobilização a fim de garantir o direito de livre expressão de sua religiosidade.

Diante disto, podemos afirmar que nossa República não se fundou no princípio essencial do regime republicano que é a efetiva igualdade perante o Estado, perante a sociedade no seu conjunto. Todos são iguais perante a lei, mas a existência de mecanismos efetivos que fazem com que as pessoas sejam menos iguais, tal como o racismo institucional, quem vem reproduzindo as desigualdades étnico-raciais. A igualdade jurídica não é sinônimo de igualdade de fato.

Referências

- AUGRAS, M. **O duplo e a Metamorfose**: identidade mítica em comunidade nagô. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CABRAL DA SILVA, R. **As revoltas/levantes da população negra e as dinâmicas urbanas do meado do século XIX**. Monografia de Licenciatura Plena em Geografia. UERJ-FFP, 2010.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed. 34 / Edusp, 2000.
- CAMPOS, A. **Do Quilombo a favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E. et al. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- GONÇALVES DA SILVA, V. **Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras**: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. In: **Revista Mana** vol.13 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2007.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. 1ª Edição. Buenos Aires; CLACSO, 2005.
- MATTOS, W. R. de. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)** - Salvador : EDUFBA, 2008.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. São Paulo, Martins Fontes, (original 1961) 2004.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Editora Vozes. 1999

ORO, A. P. Neopentecostais e Afro-brasileiros: Quem vencerá... **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36. Novembro de 1997

PORTO-GONÇALVES, C. W. De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana. IN: **GEOgrafias**. Ano VIII. N. 16, 2006.

ROSENDAHL, Z. Geografia da Religião: Uma Proposição Temática. In **GEOUSP**: Espaço e Tempo. São Paulo, nº11, PP.9-19, 2002.

SAHR, W. D. **Signos e EspaçoMUNDOS** - A semiótica da espacialização na Geografia Cultural. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SANTOS, B. de S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências** IN: _____ Conhecimento prudente para uma vida decente. Cortez, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, A. S. da., GIL FILHO, S. F. Geografia da Religião a Partir das Formas Simbólicas em Ernst Cassier: Um Estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. In **Revista de Estudos da Religião**, junho, PP.73-91. 2009.

SOUZA, M. L. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ⁱ Técnica em elaboração de propostas de projetos para captação de recursos em projetos sócio-culturais, Bacharel em Ciências Sociais, Licenciada em Geografia, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociência e integrante do Grupo de Estudos Espacialidades Urbanas pela Universidade Federal de Santa Maria. Correio eletrônico: rachelcdasiva@gmail.com

ⁱⁱ Professor Doutor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, coordenador do Grupo de Estudos Espacialidades Urbanas – Universidade Federal de Santa Maria. Correio eletrônico: benpinos@gmail.com

ⁱⁱⁱ Outras emissoras entram na lista de propriedades da Igreja Universal do Reino de Deus, considerada a maior do país, estão Rede Mulher, Portal Arca Universal.

^{iv} Editora Gráfica Universal, responsável pela publicação de livros produzidos pela denominação e afins.

^v A Revista Plenitude

^{vi} Jornal Folha Universal e Jornal Hoje em Dia em Minas Gerais que é diário,

^{vii} A gravadora Line Records e a emissora FM de rádio Rede Aleluia fazem parte da Universal Produções que gerencia todos os meios de comunicação ligados à igreja.

^{viii} GONÇALVES DA SILVA nos apresenta quem é Edir Macedo “de origem católica e com passagem pela umbanda, havia se convertido à Nova Vida, na qual ficou por mais de uma década (Freston 1994:131; Mariano 1999:54). Dissidente desta igreja fundou, em 1977, juntamente com Romildo Soares e Roberto Lopes, a Igreja Universal do Reino do Deus. Porém, disputas pelo poder ocasionaram a dissolução do triunvirato, ficando a igreja sob o comando exclusivo de Edir Macedo. Nas décadas seguintes, aliando uma tática agressiva de proselitismo, investimento na mídia televisiva e acirramento da guerra espiritual contra as denominações rivais, a Universal tornou-se a mais conhecida e influente igreja do movimento neopentecostal. Na mídia impressa, o ataque iniciou-se desde as primeiras publicações da Igreja” (p.212)

Andrea Pereira Lockⁱ
Ane Carine Meurerⁱⁱ

1- Introdução

Manter o progresso da humanidade associado à manutenção da qualidade ambiental é algo claramente percebido como imprescindível, para que a vida humana se mantenha sólida e sadia na Terra. No princípio, imaginávamos que os recursos naturais eram infinitos e que existiam para satisfazer nossos interesses e caprichos, mas hoje, mesmo com o conhecimento de que essa prerrogativa é infundada, mantemos os mesmos hábitos e ações, dos tempos em que o homem acreditava ser soberano sobre todos os demais seres e coisas.

Hoje, além de reconhecermos que pertencemos a uma “teia de relações” com os demais seres, da qual somos apenas parte, com importância igualmente comparada aos demais, temos que buscar alternativas, novas formas de conduzir nossas ações, com o cuidado de não danificar mais o que é finito e necessário a nossa sobrevivência e qualidade de vida no Planeta, os recursos naturais.

Quando nos colocamos nessa busca, vemos que as relações sociais estão intimamente ligadas e que trabalhar com a problemática urbana é algo necessário e acessível a todos. Quando pensamos em um centro urbano, de grande

porte ou não, sabemos que há imensas quantidades de resíduos sendo produzidos direta ou indiretamente pelas ações humanas, mas poucas pessoas se preocupam se sua disposição está correta, se há tratamento ou se pode beneficiar alguém, além de ele mesmo.

Muitas pessoas dependem desses resíduos, é seu trabalho, seu sustento, mas são ignoradas pela grande maioria da população, sem perceberem que sem o trabalho desses operários, a solução dos problemas relacionados aos resíduos urbanos, fica longe de acontecer.

Todos nós temos direito a um ambiente saudável e o dever de preservá-lo, adotando uma postura ética, crítica e coerente, evitando o consumo abusivo e o desperdício que são os maiores geradores de lixo. Na medida em que utilizam matérias-primas recicladas, as indústrias podem demandar quantidades sensivelmente menores de energia, água e recursos naturais, além de contribuir para a redução da

poluição ambiental. Nesse contexto, se inserem os catadores, trabalhadores que, há mais de 50 anos, coletam nas ruas os materiais recicláveis e encaminham para a reciclagem, daí tirando seu sustento e o de sua família. Além de contribuir com a economia dos recursos naturais, o trabalho dos catadores contribui com a limpeza da cidade, com a saúde pública, com o meio ambiente e com a vida útil dos aterros.

Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento bibliográfico acerca desta temática. Inúmeras pesquisas realizadas em diversas áreas do conhecimento como de diferentes regiões do país contribuem para a fundamentação, destacando-se: Legaspe (1996); Veloso (2004); Scolari (2006); Bastos (2008) e (2009); Bauman (2008); Burgos (2008); Besen (2011); Barbosa e Abreu (2011) dentre outros. Esta temática se inter-relaciona com diversos fatores conforme a abordagem conduzida por cada autor.

2-Contextualizando as relações entre consumo, catador e o trabalho

Na perspectiva do consumo de bens e produtos que tendem a ser descartados, numa análise direcionada aos impactos ambientais, Santos (2004) em seu estudo sobre os resíduos sólidos urbanos, salienta que cotidianamente novos produtos são lançados no mercado com o apelo de serem indispensáveis a uma boa qualidade de vida e juntamente com esses produtos vem os resíduos sólidos. Bauman (2008), diz que nos dias atuais, as relações sociais passam a ser mediadas pelo consumo. Consumo este, não necessariamente de produtos, mas de hábitos, valores e

aparências. Os indivíduos, a partir da exposição aos padrões como de beleza, consumo ou ideológico impostos pelo mercado, passam inconscientemente a portarem-se como objetos de consumo. O autor complementa ainda que na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito antes de se tornar mercadoria. Seja pela posse de objetos de consumo desejáveis, ou pela sua própria transformação em padrões socialmente mais aceitos e destacáveis. A qualidade ambiental vem sendo estudada por alguns geógrafos. Conforme Basso (2000 apud BARATO, 2009, p.77),

as tecnologias e as técnicas utilizadas no processo de urbanização e na gestão de áreas urbanas exercem influência sobre a qualidade ambiental nas cidades. Alguns fatores podem comprometer a qualidade ambiental, entre eles a operação de sistemas de regime de fluxo aberto como a disposição de resíduos sólidos. Para o autor, uma solução para o problema da disposição do lixo urbano seria a redução no consumo associado à coleta seletiva com estações de compostagem.

A problemática social decorrente dos resíduos sólidos, que para alguns autores interfere e para outros colabora com a gestão dos mesmos, também tem sido abordada por alguns

geógrafos. A principal delas é o trabalho informal de catadores de materiais recicláveis, que ao buscarem apenas a sua sobrevivência, contribuem para a reintrodução no

processo industrial os resíduos cujos destinos, na maioria das vezes, seriam os aterros ou lixões.

Conforme o estudo realizado pelo geógrafo Legaspe (1996), sobre o cotidiano do catador de rua, na cidade de São Paulo, entre os catadores encontram-se homens com experiência profissional qualificada, mas a sua maioria são pessoas sem nenhum tipo de qualificação. Ainda segundo o autor, o catador é por natureza um excluído da sociedade, sendo a sua presença somente notada quando passa ou

mexe no lixo dos outros ou atrapalha o trânsito das ruas com sua carrocinha. Paralelo a atividade principal, que é o comércio dos recicláveis, muitas cooperativas também desenvolvem projetos sociais por meio dos quais buscam, com essas ações, *“reintroduzir não apenas o lixo na sociedade, mas também o catador”* (LEGASPE, 1996, p. 63, grifo nosso). Com base nas percepções e posições do autor Legaspe, ressalta-se que ficam aqui alguns questionamentos considerações:

De que forma “reintroduzir o lixo na sociedade?”

De que forma “o catador pode ser reintroduzido na sociedade?”

Será que a co-relação entre o lixo, catador e a sociedade não seria em outra perspectiva: “reintroduzir o resíduo no processo industrial e o catador na sociedade”?

Os resíduos sólidos urbanos são considerados um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade, relacionado diretamente ao desequilíbrio existente entre a produção e consumo desenfreado da sociedade capitalista. Ao que se refere ao Brasil, na maioria dos casos, a

preocupação com os resíduos sólidos restringe-se apenas a coleta, seguida de destinação final, em virtude desta questão à medida que cresce os problemas dos resíduos sólidos nas cidades também aumenta o contingente de pessoas excluídas das possibilidades de trabalho e produção. Visto que a

questão dos resíduos sólidos contempla inúmeros aspectos, entre eles às relações de trabalho na indústria da reciclagem, o lixo, nomeado tecnicamente de resíduo sólido, destaca-se no cenário nacional e local como um campo de trabalho e sobrevivência das camadas mais pobres, mas também de acréscimo dos lucros e redução dos gastos dos empresários.

Dessa combinação dramática surge a atividade do catador de resíduos, tratados com descaso e preconceito pela população, pela polícia e pelos representantes das administrações municipais, passam, com o tempo, a ser vistos por alguns segmentos como trabalhadores que

desempenham importante papel social e que merecem ser considerados. (BARBOSA; ABREU, 2011).

Conforme Bastos (2009), ao abordar a temática “catador” é fundamental entender como este trabalhador estabeleceu-se no mundo do trabalho e o seu papel no cenário sócio-econômico ambiental ao longo dos anos, visto que a matéria prima da sua atividade é sempre reconhecida como algo que não se deseja mais, o rejeito, a sujeira, o inútil; enfim o refugo humano. Na busca de referências históricas encontra-se registro da profissão de catador desde a antiguidade, através de relatos, onde

Durante o período medieval, os resíduos eram basicamente de natureza orgânica, sendo originados pela necessidade fisiológica, pela alimentação e pelo vestuário do homem. Esse lixo era constituído, praticamente, de cascas de frutas, carcaças de animais e trapos. Já existiam os catadores de lixo, que eram chamados de trapeiros. (VELLOSO, 2004, p. 26).

A era do Neoliberalismo desenvolve um quadro de desemprego, precarização do emprego e informalização das relações de trabalho. As cooperativas e associações surgem como alternativas de inserção dos excluídos no mundo do

trabalho, tendo em vista a geração de emprego e renda. (GONÇALVES, 2005).

O processo de organização social de catadores de materiais recicláveis em associações e cooperativas (figura 1), no Brasil teve início no final da década de 80 e tem se

consolidado como uma política pública ambiental de coleta seletiva com inclusão social no contexto da gestão dos serviços urbanos. (RIBEIRO et al 2009 apud BESEN, 2011).

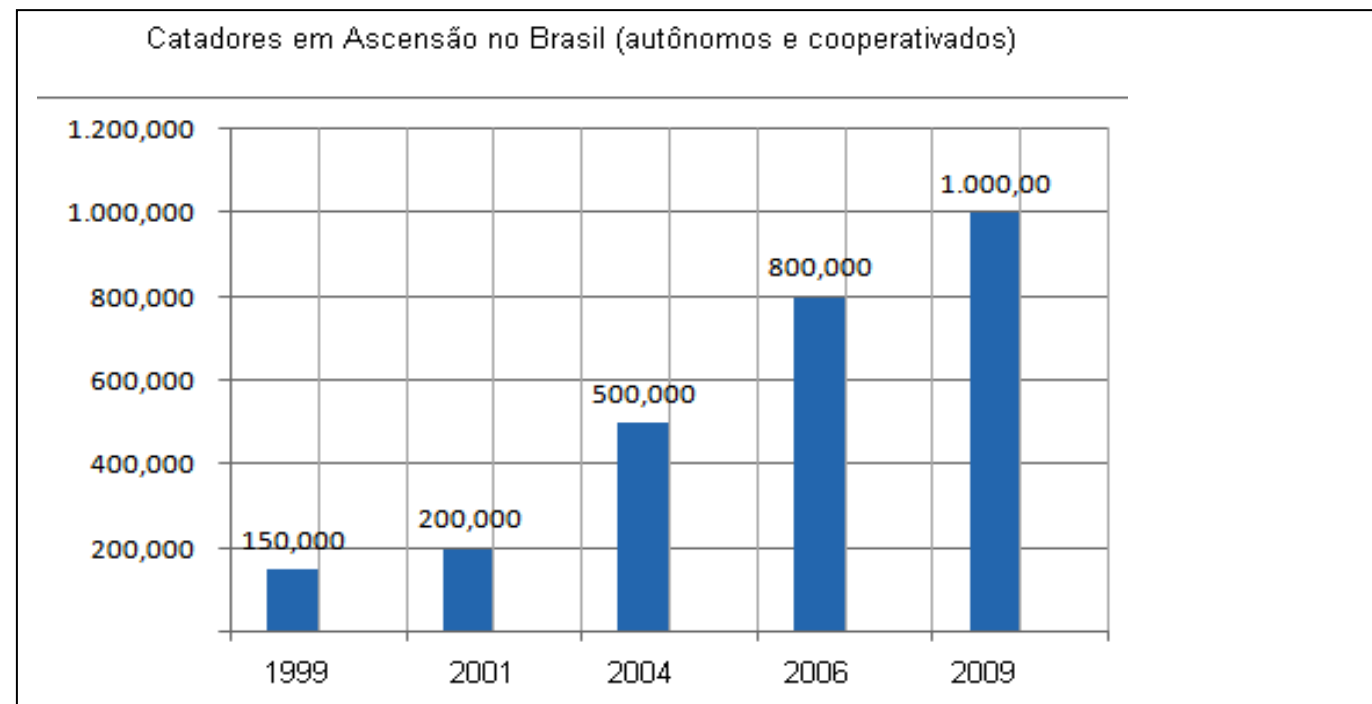
Conforme (BASTOS, 2009) inúmeros levantamentos e pesquisas acadêmicas focadas no trabalho dos catadores surgiram a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, onde encontra-se algumas produções apresentando vivências de diferentes Estados e Municípios a respeito da atividade de catação e dos profissionais que dela sobrevivem.

Diversos autores tratam do tema, sendo cada qual com sua particularidade. Podemos observar em Bastos (2008 e 2009) que aborda a construção identitária do catador partindo da questão da percepção do catador com relação a sua atividade, relacionando a atividade de catação de lixo e o mercado informal - meio de vida ou a única fonte de sobrevivência dos catadores. Para (SCOLARI, 2006, p. 8) “visando saber da possibilidade de uma resignificação da identidade como “catador” de material reciclável, por meio do trabalho realizado numa associação e também através da moradia”, apresentando outra visão de análise.

Com a queda na oferta de trabalho, o número de pessoas que passaram a ocupar as ruas e delas retirar seu sustento cresceu muito nas últimas décadas (Gráfico 1). A atividade de catar papéis e materiais recicláveis existente nas cidades agrega um número cada vez maior de homens e mulheres que passaram a fazer parte dessa economia marginal da sociedade. Observa-se através deste gráfico o crescimento da quantidade de catadores no Brasil, seja como autônomos ou cooperativados. Com a organização em cooperativas os catadores passam a ter o seu trabalho valorizado como agentes formais na gestão dos resíduos urbanos com benefícios que passa desde a geração de renda até a qualidade dos materiais separados do lixo. Esta força de trabalho atinge aproximadamente 1 milhão de pessoas no Brasil. Este percentual inclui tanto aqueles trabalhadores informais que percorrem as ruas quanto os cooperativados. Em vista as formas de trabalho, pode-se dividi-los em diferentes categorias de acordo com o grau de organização dos mesmos. Cita-se aqui, os pequenos grupos que trabalham sem as condições mínimas de segurança ou

higiene como também as grandes cooperativas que já possuem um alto grau de gestão de negócios, maquinários, veículos e controle de produção.

Gráfico 1- Número de Catadores em ascensão no Brasil.



Fonte: IPT/CEMPRE, 2010.

A grande maioria os catadores estão em situação irregular, sendo autônomos ou informais, estes fazem parte de um contexto onde estão sujeitos a uma rede de exploração caracterizada por atravessadores que revendem os materiais recicláveis a sucateiros de maior porte ou indústrias. Dentro dessa cadeia o preço do material que é a ferramenta de trabalho dos catadores torna-se quatro vezes superior ao que inicialmente foi pago aos carroceiros.

Dados comprovam que apenas 10% dos catadores estão organizados sem depender de intermediários, inclui-se neste percentual os que trabalham em galpões de reciclagem, que possuem equipamentos e melhor condição de infraestrutura, agregando-se em cooperativas. Ao unirem-se nestas cooperativas passam a ter uma melhor qualidade no trabalho aumentando a quantidade de resíduos e agregando valores materiais separados do lixo repercutindo um valor maior e mais atraente ao mercado e mais renda entre outros ganhos sociais.

Figura 1- Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari – ARPEJ



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguari – RS (2010)

De acordo com informações obtidas no *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*, a participação de catadores na segregação informal do lixo, seja nas ruas ou nos lixões, é o ponto mais agudo e visível da relação do lixo com a questão social (Figura 2). Trata-se do elo perfeito entre o inservível lixo e a população marginalizada da sociedade

que, no lixo, identifica o objeto a ser trabalhado na condução de sua estratégia de sobrevivência. Outra relação delicada encontra-se na imagem do profissional que atua diretamente nas atividades operacionais do sistema. Embora a relação do profissional com o objeto lixo tenha evoluído nas últimas décadas, o catador ainda convive com o estigma gerado pelo lixo de exclusão de um convívio harmônico na sociedade, trabalhando de uma forma desumana e sobrevivendo do lixo sem a menor condição de inclusão social.

O trabalho desempenhado por esses profissionais contribui com a preservação do meio ambiente, visto que insere novamente estes materiais no ciclo de produção, aumenta a vida útil dos aterros, contribui com a limpeza das cidades e, conseqüentemente com a saúde pública. Contudo, na maioria das vezes, esses profissionais são marginalizados e não são reconhecidos pelo trabalho que prestam à comunidade e ao poder público.

Figura 2- Foto Lixão da Caturrita – Santa Maria.



Fonte: Kist, A. C. F. (2006)

Burgos (2008, p.8) enfatiza que “tendo no ambiente urbano, elementos essenciais para a sua realização: abundância de resíduos sólidos urbanos, trabalhadores pobres urbanos, sobrantes dos mais diversos setores produtivos, territórios empobrecidos nos quais realiza um conjunto de atividades inscritas na base da indústria”. Dessa forma, percebe-se que ao abordar a temática “catador” deve-se relacionar os diferentes aspectos que envolvem esta questão, como a estruturação da indústria da reciclagem, os

aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos, como também das cooperativas, conforme, Miura (2004, p. 14)

Visam organizar esses catadores para que eles tenham no mínimo uma renda significativa, tentando assim evitar os “atravessadores” que comprem o material por preço muito abaixo que nem sempre são dirigidos para a reciclagem. Outra possibilidade que a cooperativa sustenta seria o reconhecimento profissional dos catadores, visto que atualmente existem várias entidades, como o Movimento Nacional dos Catadores que há cerca de quatro anos vem organizando meios de garantir uma autogestão para a classe.

Segundo a declaração do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), são os principais objetivos que a coleta de materiais recicláveis seja feita por catadores; que os catadores recebem pagamento pelos serviços de coleta de materiais; o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis; a conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias; o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.

O catador de lixo não é um novo personagem nas ruas das cidades brasileiras, o novo, aqui, é a elevação do número de catadores. Esses profissionais, através da catação informal de papéis e outros materiais encontrados nas ruas ou lixões, sustentam a indústria de reciclagem do Brasil. Eles não são mendigos, mas desempregados que devido à crise econômica, nos últimos anos, foram expulsos do mercado oficial de trabalho. (GONÇALVES, 2005)

2- Políticas Públicas: Profissão de catador e Resíduos Sólidos

A busca por uma solução para a problemática do uso inadequado dos recursos naturais, em relação aos resíduos sólidos urbanos, não se detém apenas nos trabalhos sobre produção e destinação desses resíduos, se não no conhecimento das relações de trabalho e produção dos profissionais da reciclagem.

Salienta-se a importância do fato deste trabalhador ser classificado pelo Ministério do Trabalho através do Decreto 397, publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de

2002, passando sua atividade a ser identificada como ocupação brasileira, sob o código 5192-05, recebendo o título: “Catadores de Materiais Recicláveis”. Conforme a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações - catador de Material Reciclável é profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Diversas outras políticas e programas foram instituídos em função da profissão de catador, dentre elas, pode-se citar:

Pró-catador DECRETO Nº 7.405, 2010 - Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

Redução do IPI sobre Reiciclaveis LEI Nº 12.375 - Alterações na Legislação Tributária para indústria que comparem matéria prima diretamente das cooperativas de catadores

LEI Nº 11.445, diretrizes nacionais para Saneamento Básico -No Art. 57 dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva

DECRETO Nº 5.940 de Coleta Seletiva em órgãos públicos - Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

(<http://www.mnccr.org.br>)

O trabalho dos catadores é essencial para o fim dos lixões e a implantação da coleta seletiva nos diversos municípios no Brasil, com menos poluição e mais renda. As cooperativas são aliadas das empresas nas ações para a reciclagem reforçando o aspecto social.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é outro suporte que busca dar subsídios aos catadores, o MNCR é um movimento muito bem estruturado que busca a valorização do catador e o reconhecimento profissional, contudo, ainda é enorme a quantidade de catadores que se encontram sem vínculo a cooperativas e ao movimento. Surgiu em meados de 1999, sendo fundado em junho de 2001, no 1º Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras (Figura 3). No

congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa às necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. (MNCR).

Em agosto de 2010, foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) a qual considera-se um grande avanço para a gestão adequada dos resíduos sólidos e na organização social e econômica dos processos e pessoas que convivem e sobrevivem através desta atividade. A presente lei prioriza a participação dos catadores a partir da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e a população. O Decreto Federal 7.404/2010 define a implementação da legislação, prevendo parcerias, incentivos financeiros, capacitação e a melhoria da produção e das condições de trabalho das cooperativas de catadores (CEMPRE, 2010).

Figura 3- Foto Marcha do 700-Brasília-2006



Autor: Alderon Costa/Rede Rua

Para efeitos desta lei, no seu capítulo 2º, art. 3º, estabelece as seguintes definições:

[...] V- Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme constituição ou composição

[...] IX- Geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que geram resíduos sólidos por meio das suas atividades, nelas incluindo o consumo;

XIV- Reciclagem: Processo de transformação dos Resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físico-químicas ou biológicas, com vistas a transformação em insumos ou novos produtos, observado as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA;

XV- Rejeitos: resíduos sólidos que depois de esgotar todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI- Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe a proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido, ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Cuidar adequadamente de nossos resíduos e solucionar os problemas, criados por nós mesmos, relacionados a eles são, hoje, exigências previstas em Lei, como exemplo a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que tem

como objetivo (cap. 2, art 7º) a: “I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; [...] II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos

rejeitos”. Ainda, no art. 8º, do Capítulo III, da referida Lei, nos diz que:

São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (PNRS, 2010)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece em seu cap. II, art.6º, parágrafo XII - a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania. A lei incentiva à criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associações de materiais reutilizáveis e recicláveis; e a educação ambiental.

Outro ponto a ser destacado em relação aos avanços que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos traz é a diminuição dos riscos à saúde e aumento da renda com inclusão social aos catadores, a inserção das cooperativas no serviço municipal de coleta e reciclagem, Maior quantidade e melhor qualidade da matéria-prima reciclada, Treinamento e capacitação para ampliar a produção e os ganhos (CEMPRE, 2010). Pode-se destacar no art. 8º, do Capítulo III, da referida Lei:

São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Menciona-se na lei o Art. 15, que compete a União elaborar, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, devendo o mesmo ser atualizado a cada 4 (quatro) anos. Salienta-se entre os conteúdos mínimos a serem abordados no plano, o diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos, metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Dentre outras definições o PNRS estabelece também o gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas que

compreendem a coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. De acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei define-se a gestão integrada de resíduos sólidos como um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

O tema Gestão dos Resíduos Sólidos, desde sua produção, coleta e disposição final, é uma discussão que envolve questões políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, a questão ambiental relacionada aos resíduos sólidos como algo a ser necessariamente resolvido, busca-se formas

de utilização dos resíduos como matéria-prima e, criação de maquinarias e processos que minimizem a produção dos mesmos.

3- Educação Ambiental e compromisso social

Primando por uma consciência sócio-ambiental adequada às exigências do mundo moderno e condizentes com os conhecimentos atuais, além de relacionar as condições ambientais do globo terrestre e a urgente necessidade de todo cidadão atuar com responsabilidade e compromisso social e ambiental, busca-se rever as relações

entre homem e meio ambiente, procurando incentivar a participação responsável da comunidade em geral, propiciando a formação de uma cultura eminentemente ativa na defesa de uma justiça ambiental e social. Para Loureiro, Layrargues e Castro (2009)

Fazer educação ambiental com compromisso social significa reestruturar a compreensão de educação ambiental, para estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social. Justiça e desigualdade social despontam como conceitos centrais para a educação ambiental com compromisso social, são os elementos que permitem ver com clareza a conexão entre as questões ambientais e sociais. (p.27)

De acordo com o ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, é necessário criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais, como também, estimular e apoiar as instituições governamentais e não-governamentais a pautarem suas ações com base na Agenda 21, acompanhar os desdobramentos dos programas de educação ambiental, zelando pela coerência entre os princípios e a implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis e estimular a cultura de redes de educação ambiental, valorizando essa forma de organização.

A educação tem por objetivo colaborar no sentido de promover um ambiente mais equilibrado, proporcionando uma melhor qualidade de vida envolvendo os diversos “atores sociais” em uma percepção e sentimento de responsabilidade comunitária na escolha dos caminhos que determinam uma melhor qualidade de vida. Estes objetivos se relacionam com

a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é considerado um marco histórico no Brasil, trazendo grandes desafios tanto ao poder público, empresas, catadores e a população, visto que estabelece a responsabilidade compartilhada.

Desta forma a educação ambiental tem um papel importantíssimo neste processo, objetivando, a sensibilizar a população sobre a importância da preservação ambiental, principalmente no que tange a problemática dos resíduos sólidos, qualificar grupos de educadores ambientais com a finalidade de potencializar os esforços e a formação de educadores ambientais, Ampliar o debate acerca dos problemas e potencialidades existentes de cada região, trabalhando dentro da realidade vivenciada de cada comunidade acerca desta temática promovendo mudanças de atitudes e de comportamento da comunidade com relação ao meio ambiente e ao consumo, entre outros.

Torna-se necessário a realização de diagnósticos para avaliar quais são as preocupações ambientais, sociais, culturais e econômicas que afetam as comunidades em reação aos resíduos sólidos e os meios e mecanismos que

dispõem e necessitam para buscarem o gerenciamento integrado dos resíduos e oportunizarem meios de inclusão de pessoas as associações de catadores.

A escola é um elo de ligação entre a comunidade devendo haver a criação de instrumentos pedagógicos de Educação Ambiental para o trabalho nas escolas, adaptados à realidade sócio-ambiental da comunidade na qual a escola está inserida; discutindo a criação e o formato de uma Rede Educadores Ambientais. Estes trabalhos devem levar em conta a dialogicidade, onde os temas, as propostas, as atividades e os problemas, serão desenvolvidos e decididos coletivamente, através de diálogo estabelecido abertamente

4- Considerações Finais

Diante das exposições dos diversos autores, embora uns enfatizam o catador como excluídos e outros como sendo indispensável à sociedade, vimos que a questão dos catadores é antiga e que somente agora está sendo reconhecida, tendo muito ainda para ser conquistado.

com os sujeitos envolvidos, oportunizando reflexões coletivas e ações coletivas.

A educação ambiental não é aqui entendida como uma simples ferramenta ou instrumento para a gestão ambiental, ou um auxílio no processo de conservação da natureza, mas como um poderoso instrumento de interpretação e de transformação da realidade sócio-ambiental em que vivemos. Daí a importância de enraizar a educação ambiental nas questões que efetivamente são relevantes para uma melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida da comunidade.

Apesar do Brasil, possuir uma das melhores legislações tanto a nível nacional como estadual e municipal, dispositivos que possibilitam a conservação e a preservação do meio ambiente, existem municípios cujos gestores ainda

não tomaram consciência da questão, não reconhecem os catadores como parte fundamental da coleta seletiva.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos trouxe a adequação de novas normas trazendo a responsabilidade compartilhada, onde todos os setores da sociedade que de alguma forma ou de outra trazem impactos negativos ao meio ambiente são chamados a refletir e adequar-se a nova lei, que representa um grande desafio e um longo caminho a ser percorrido. Torna-se necessário um trabalho conjunto com práticas integradas para que a lei seja efetivamente aplicada.

Neste contexto a efetividade das ações a serem implementadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos que influencia diretamente nas relações de trabalho dos catadores, dependerá da responsabilidade dos diversos setores, compreendendo o poder público, empresas e a coletividade no exercício da cidadania e da sensibilização aos

problemas ambientais referentes aos resíduos sólidos. Sendo a educação ambiental uma importante ferramenta de transformação da sociedade.

Ressalta-se a importância de ações sócio-ambientais com a finalidade de minimizar o impacto ambiental dos resíduos gerados nas grandes e pequenas cidades, harmonizando a relação com o meio ambiente do qual o homem é parte integrante e das relações sociais que fazem parte deste cenário que abrange diferenças culturais, econômicas e políticas entre os diversos setores e representações da sociedade. Desta forma os impactos positivos gerados pela sensibilização, responsabilidade, que a política estabelece refletirá numa melhor qualidade de vida e dignidade ao trabalhador catador de resíduos sólidos recicláveis. Gerando mudanças significativas na sociedade integrando os catadores e fortalecendo as associações.

Referências:

BARATO, D. S. **Diagnóstico do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos nos Municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2009.

BARBOSA, V. R.; ABREU, J. C. **Monitoramento do processo de gestão da associação dos catadores de materiais recicláveis de São João Del-Rei** – ASCAS. Relatos de Experiências. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publica%C3%A7%C3%B5es/III%20Encontro/arquivos%20III%20Encontro/Rel-12.htm>>. Acesso em: 01/07/2011.

BASTOS, V. P. **Catador: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador**. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais. 196 f.: il.; 30 cm. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410364_08_pretextual.pdf> Acesso em: 13 junho de 2011.

BASTOS, V. P. **A atividade de catação de lixo e o mercado informal: meio de vida ou a única fonte de sobrevivência dos catadores. Educação ambiental**. Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania. Apostila do curso de capacitação. Rio de Janeiro: Petrobras, 2009.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BESSEN, G. R. **Coleta Seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; USP; 2011.

BURGOS, R. **Periferias Urbanas da metrópole de São Paulo: Território base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. Tese de Mestrado São Paulo: 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/.../ROSALINA_BURGOS.pdf>. Acesso em: 08/11/10

CEMPRE. **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT/ CEMPRE, 2000.

CEMPRE. **Informações Gerais sobre Resíduos Sólidos Urbanos**. São Paulo: IPT/ CEMPRE, 2010.

GONÇALVES, R.C.M. **A Voz dos Catadores de Lixo em Sua Luta Pela Sobrevivência**. Fortaleza, 2005. Universidade Estadual do Ceará Dissertação (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade).

LEGASPE, L. **Reciclagem: a fantasia do ecocapitalismo**: um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal dos catadores. 1996. 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

LOUREIRO, C. F; LAYRARGUES, P.P; CASTRO, R. S. **Repensar a Educação Ambiental, um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – Diretoria de Educação Ambiental, Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Ed. MMA. 3ª Ed. Brasília, 2005.

MIURA, P.O.C. **Tornar-se Catador: uma análise psicossocial**: São Paulo, 2004.164p. Dissertação apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MNCR. **Boletim Informativo**. Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/>>. Acesso em 25/06/2011

Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei 12305/10 | Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024358/politica-nacional-de-residuos-solidos-lei-12305-10>> Acesso em:11/07/11

SANTOS, L. C. **A questão dos resíduos sólidos urbanos**: uma abordagem socioambiental com ênfase no município de Ribeirão Preto – SP. 2004. 120p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Rio Claro, 2004.

SCOLARI, R. M. D. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do Município de Erechim (RS)**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VELLOSO, M. P. **A Atividade e Resíduos Resultantes da Atividade Humana: da produção do lixo a nomeação do resto**. Rio de Janeiro, ENSP, 2004. (Tese de Doutorado).

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2004/santos_lc_me_rcla.pdf. Acesso em 14/07/11

ⁱ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. E-mail: andrea_p_lock@hotmail.com

ⁱⁱ Orientadora, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. E-mail: acmeurer@terra.com.br

Catia Regina Züge Lambⁱ

Ane Carine Meurerⁱⁱ

“(...) se a compreensão da cultura exige que se pense nos diversos povos, nações, sociedades e grupos humanos é porque eles estão em interação.”

(José Luiz dos Santos)

1- Introdução

A Geografia hoje vem sofrendo muitas transformações, assim como as demais ciências, uma vez que está se vivenciando a transição de uma modernidade fundamentada no racionalismo, que influenciou as academias na construção do conhecimento, e a pós-modernidade que vem a se contrapor aos antigos

paradigmas. Com a pós-modernidade se vivencia também uma mudança de conceitos, a partir de uma nova forma de ver o mundo, e a sociedade e suas relações com a natureza, vindo a interferir na construção do Espaço Geográfico. Neste processo de construção do Espaço Geográfico, percebemos que são os sujeitos que o constroem de acordo com o contexto histórico em que vivem e com a sua cultura.

Conforme Santos (1997, p.51) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas e objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas com o quadro único do qual a história se dá”. Então pensar em estudar o espaço como uma categoria de análise na Geografia, deve-se levar em consideração o momento histórico, ou seja, o contexto social em determinado momento vai influenciar nas ações interpeladas entre os sujeitos e objetos.

A sociedade que era vista a partir de uma homogeneidade cultural hoje se vê multicultural e em que multiculturalismo é entendido como uma forma de lidar com as diferenças, possibilitando que grupos minoritários que viviam reprimidos e discriminados, por um grupo cultural dominante tenham a oportunidade de viver a partir de sua própria cultura assim a consolidar culturas singulares. Pode-se dizer também que o multiculturalismo se opõem ao que chama de etnocentrismo, que é a visão de que apenas uma

cultura é válida, geralmente a visão de mundo da sociedade branca dominante que se toma por mais importante que as demais. Assim, visão multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural, principalmente a partir do momento em que esta homogeneidade é considerada única e verdadeira, submetendo outras culturas a sua dependência. Neste sentido “O multiculturalismo parte de uma manobra simples, ou mesmo simplista, que é a de transferir diretamente o raciocínio relativo a um indivíduo à cultura, ou seja, a um grupo. Uma cultura terá o direito de existir desde que ela se caracterize pela diferença em relação aos outros grupos” (GOMES, 2002, p. 95).

Segue-se aqui a abordagem de Strobel (2008) quando aponta para estas duas formas de pensar e ver o mundo, e assim analisar o próprio termo cultura. Para essa autora,

Na teoria moderna, a cultura se torna sabedoria grandiosa ou arma ideológica, uma forma isolada de crítica social. Esta teoria possui a idéia de uma cultura única e perfeita, a alteridade e a diferença são vistas como mancha para a sociedade, fazendo com que tenham a necessidade de transformação do “outro”, isto é, [...], moldando os sujeitos “diferentes” para serem iguais a eles. (STROBEL, 2008, p.16)

Já “Os autores pós-modernos enfatizam as múltiplas culturas e se dedicam a interagir de forma profunda no interior delas. Neste pensamento pós-moderno a pluralidade encontra-se cruzada com a auto-identidade, em vez de se dissolver em identidades distintas” (STROBEL, 2008, p. 17). Desta forma, com a pós-modernidade não há apenas um grupo dominante, uma única cultura, mas sim várias culturas, que a partir de então permitem que sujeitos assumam diferentes identidades. Como bem coloca Costa (2005, p.94) “Nesse sentido, não observamos cultura como uma entidade supra-orgânica, como uma entidade mística, dominante, entendida como acima dos homens, desvinculada de suas ações e impressora de suas características a todos os subalternos.”

A partir disso, discutir questões referentes ao Espaço Geográfico, de modo a apontar fenômenos sociais e culturais, é de grande importância no momento que estamos vivendo, pois a globalização tem trazido muitos conflitos culturais tornando-se necessário estudarmos a questão da diversidade cultural e implicações nos diferentes grupos sociais, pois segundo Hall (2006, p. 73): “[...] a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural [...]”. Hoje, ao estudar esse pluralismo cultural que se manifesta no Espaço Geográfico concretizado sob um

território que é também um lugar de convívio, está se fazendo o que um autor bastante renomado na Geografia enfatizou ao dizer que “O objetivo da geografia atual é compreender a maneira como as pessoas vivem sobre a Terra, fazem a experiência dos lugares que habitam ou visitam, encontram indivíduos e grupos, dão um sentido a esses contatos e tentam modificar as realidades nas quais vivem” (CLAVAL, 2001, p. 62-63). Para completar essa visão, traz-se também a idéia de Espaço Geográfico explicitada por Gomes (2002, p.172) “De forma resumida, o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido.”

Partindo dessa análise que a pós-modernidade aponta e juntamente com ela, o multiculturalismo que ressalta a

importância de grupos minoritários que lutam para serem reconhecidos na diferença e com uma cultura lhes é própria, habitam lugares e nesses lugares compartilham de bens simbólicos que concretizam sua cultura criando territórios e territorialidades, passa-se a abordar a seguir mais densamente essas questões. Nesse conjunto, no estranhamento com o outro, e com as coisas que nos cercam, tem-se também uma breve explanação sobre a Teoria das Representações Sociais. Também, neste contexto será abordado a escola enquanto um território por onde perpassam as representações sociais e relações de poder, onde são construídas as identidades, cabe ressaltar ainda que não será enfatizado uma escola regular, mas uma escola que possui em seu interior uma particularidade, ou seja, alunos Surdos.

2- A territorialidade escolar e a cultura

Ao dar um viés geográfico à noção de cultura, e para

buscar entender o pluralismo cultural que Hall aponta,

insere-se a idéia de Sauer *apud* Corrêa e Rosendahl (1998, p.9) quando ressalta que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado.” Além disso, pode-se perceber que a cultura é construída e também construidora de relações de poder. Uma vez que não pode se estabelecer uma definição única de cultura, como na modernidade se pregava. A cultura dos grupos sociais é muito variada, pois a bagagem que recebem da família e da vizinhança é constantemente transformada em função das diferentes situações com as quais são confrontadas e dos contatos que estabelecem (CLAVAL, 2001). Nesse contexto, a cultura passa a ser muito mais do que valores, costumes e formas de ver o mundo acumulado pela humanidade durante a sua história, mas é, uma relação que se estabelece na negociação diária, no convívio com os demais. Negociação essa que se processa através de um recurso que se materializa através da cultura que é a língua, que serve de linguagem usada para simbolizar uma determinada cultura.

Também aponta-se a importância do debate cultural na Geografia, já que a Geografia Cultural é um subcampo da Geografia que começou a ser discutida ainda no final do século XIX, porém ganha um grande impulso a partir da segunda metade do século XX e vem até hoje ampliando a temática em novas dimensões. Inicialmente a maioria dos geógrafos estudava a temática abordando a cultura apenas em seus aspectos materiais, não se reconhecia a não-materialidade, mas hoje o diálogo se faz abordando-a também como um sistema de representação simbólica, que são cercados de signos e significados que os grupos de determinada cultura atribuem.

Dentre muitas definições de cultura e autores que a definem, traz-se Poche (1989) que entende por cultura, os esquemas perceptivos e interpretativos segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo e com o conhecimento, ou qualquer outra proposição equivalente; assim a língua e a cultura são duas produções paralelas e, além disso, a língua é um "recurso" na produção da cultura, embora não seja o único. Pare ele, a língua é, neste sentido,

um instrumento que serve à linguagem para criar, simbolizar e fazer circular sentido, é um processo permanente de interação social. Percebe-se a partir de então que a cultura não é estática, muito menos única, mas que está em constante transformação, pois os sujeitos que a fazem também se transformam de acordo com o momento histórico ao qual vivem. Dessa forma, “É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço. A partir daí, podemos chamar a abordagem cultural ou análise geocultural tudo aquilo que consiste em fazer ressurgir as relações que existem a nível espacial entre a etnia e sua cultura” (BONNEMAISON, 2002, p.101-102).

Quando se aborda o tema cultura, não se deve deixar de falar da identidade, já que esta é construída em meio a um determinado grupo cultural e somente adquirem um sentido por intermédio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas (WOODWARD, 2009), ou seja, é graças às interações que os indivíduos desenvolvem entre si por meio da linguagem, que se reconhecem no coletivo e

adquirem uma identidade. Também ressalta-se Lunardi; Machado (2005, p.02) quando afirmam que “Na perspectiva cultural contemporânea, então, a identidade e a diferença são invenções sociais, interpeladas pela linguagem.” A linguagem assume um importante papel na construção de identidades, já que a partir dela que se instituem símbolos que marcam uma determinada cultura, que se manifesta em um território, por onde perpassam relações de poder. Ao mesmo tempo esse território pode ser chamado de lugar por um determinado grupo de indivíduos que ali vivem, ou convivem, que se encontram com certa frequência e criam laços afetivos com esse espaço, além de estabelecerem certas regras para seu funcionamento, definindo tarefas comuns e aos poucos vão se definindo necessidades, e assim, temos um grupo diferenciado, com uma identidade e até um nome (AGUIAR, 2009, p. 595).

É nesse processo, que acontece diariamente que os sujeitos constroem uma dimensão simbólica do território, a partir de seus anseios e necessidades, se apropriando desse lugar. Porém sabe-se que a apropriação desse território pode

variar em sua dimensão, podendo ser desde uma nação até mesmo nossos próprios corpos, mas também sabe-se que estabelecer as fronteiras desses territórios nem sempre são

pacíficas, podem trazer conflitos, já que na própria noção de território está intrínseco as relações de poder. Ao encontro com o que se quer dizer, Aguiar (2009, p. 594) afirma:

A definição de um território, a delimitação de seu contorno, é sem dúvida fundamental à existência. Ele pode ganhar dimensões mais extensas como a de um país, de uma cidade, de um bairro, ou nos parecer menor como quando nos referimos às nossas moradias ou aos nossos próprios corpos. É nesse “chão” que nos estabelecemos, espaço também é poder. Mas o território valorizado por sua fixidez e pela exigência do controle de suas fronteiras traz alguns problemas.

Dessa maneira, território não somente se refere a um substrato inerte, mas um contínuo diálogo com o espaço, como um de seus momentos dialéticos, que é apropriado nas relações sociais. E essas relações, podem ocorrer em largos

espaços (como o território de uma nação) e também em esferas cotidianas, na relação do habitante com o espaço imediato de sua vivência (PELUSO, 2005, p. 29). Tais afirmações vêm condizem ao que Silva (2010, p.266) traz, pois

“esses grupos sociais, em sua maioria, estão ligados a um território onde desencadeiam suas lutas e constroem suas identidades. A relação com o território está intrinsecamente ligada à construção das identidades dos sujeitos. O território é, assim, um elemento preponderante na construção das identidades, sendo à base das práticas sociais, das representações e das significações.”

Dessa forma, a construção de identidades está intimamente ligada à organização territorial e a maneira como é percebida por quem é responsável por essa organização. Ao encontro a essa questão Costa (2005, p.84) afirma que “[...] no processo identitário, o espaço torna-se suporte para a produção e manutenção do campo relacional que constrói o conjunto de atributos vinculados à identidade que se produz. Nesse caso, o espaço se transforma em território, que é ao mesmo tempo produzido e produtor dos processos de identificação, gerando sua manutenção.”

É a partir dessas colocações que se quer inserir nessa discussão, um espaço que além de ser um lugar de vivência, de construção de identidades é um território onde permeia o saber, as práticas e as relações sociais que é o espaço escolar. O espaço escolar assume grande importância nos estudos das mais diferentes ciências, uma vez que é nesse espaço que vem a ser coletivo, mas onde cada um expõe sua individualidade, que são construídas identidades a partir de valores, crenças, que o próprio grupo desenvolve. Assim concorda-se com Pinto (2009, 298) quando diz que

A escola como instituição social, no caminhar histórico, representou um local relevante para os diversos povos e sociedade, tendo peculiaridades específicas de acordo com contexto social vigente. Isto implica dizer que, sobre a escola ocorre uma construção social produzida de modo coletivo, incluindo valores, crenças, ideias e pensamentos que acabam influenciando a identidade social de determinados grupos.

A escola assume muitas funções e diferentes papéis em nossa sociedade, já que o modelo econômico vigente exige cada vez mais dos indivíduos que muitas vezes passam a serem “treinados” por essa escola. Os pais com menos tempo para educar seus filhos lançam para a escola a responsabilidade de educá-los, e de lhes atribuir valores. Porém não se pode esquecer que antes de tudo a escola deve ser um lugar de convivência que leva o educando a vivenciar o processo de construção do conhecimento, conhecimento este que é cada vez mais exigido e cobrado pela sociedade através de empresas, uma vez que deter o conhecimento é instrumento de poder (ZYCH, 2003).

No processo educativo precisa-se compreender que, para que a aprendizagem ocorra, deva haver um engajamento de todos os setores da escola, todos são atuantes nesse processo principalmente professor e o aluno, pois como afirma Freire (1996, p.25) “Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”. São esses elementos que dão vida a instituição escolar, uma vez que Forquin (1993) chama de “*mundo social*” da escola, ou seja, o

conjunto de “características de vida próprias, seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos” (FORQUIN, 1993, p. 167).

Perante estas questões, busca-se aqui não pensar numa instituição escolar qualquer, mas em uma escola que apresenta dentre outras particularidades, um grupo de sujeitos que compartilha dos mesmos anseios, do mesmo legado histórico e cultural que são os Surdosⁱⁱⁱ. Ao estudar esse grupo, pode-se dizer que a geografia deixa fazer o que fazia até mais ou menos uns 50 anos atrás, “onde os geógrafos costumavam oferecer uma visão tendenciosa de mundo, na medida que não exploravam verdadeiramente a diversidade real das pessoas: colocavam-se na perspectiva dos homens adultos dos grupos dominantes” (CLAVAL, 2001, p. 63). Precisa-se, pois, pensar no outro, nas minorias, deixar que essas minorias ajam de acordo com suas necessidades a partir de sua própria visão de mundo, para então entender como que esses grupos se relacionam com o outro e com o meio onde vivem.

3- Quem são os Surdos? Uma breve enunciação

Os Surdos por muitos anos viveram sob o domínio dos ouvintes, o chamado oralismo, fase em que o Surdo precisava usar a fala do ouvinte, onde o principal na educação de Surdos era a fala. O uso desse método na educação de Surdos (Oralismo) se concretizou num momento obscuro na História dos Surdos, “O Congresso de Milão”^{iv}, em 1880. Nesse evento, um grupo de ouvintes tomou a decisão de excluir a língua gestual do ensino de Surdos, substituindo-a pelo oralismo, vale ressaltar que esse comitê era composto por ouvintes. A partir de então se vê que muitas coisas continuam iguais, ou seja, quem diz o que é bom, ou ruim na educação dos Surdos ainda continua sendo em sua grande maioria ouvintes. Neste sentido Skliar (1998, p.15), para designar esta relação, estabelece o termo Ouvintismo que significa “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos [...] a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. Neste âmbito o

que se estabelece é uma relação de poder entre uma maioria que ouve e fala e quer impor esta forma a uma minoria que não ouve e por isso não fala. No bojo deste discurso o que se apresenta é a questão de que há aquele possuidor de algo (audição) e aquele que não tem, e por isso, é preciso compensar aquilo que lhe falta, passando ao discurso da análise clínica da surdez, de que é possível corrigir aquilo que está em falta ou apresentando problemas. Desta maneira os Surdos foram reprimidos, principalmente na questão de sua língua por mais de 100 anos, a partir do Congresso de Milão.

O método oralista, que consistia em fazer o Surdo falar, através de diversas técnicas, perdurou até meados da década de 70 onde começou a se discutir essa forma de educação. Porém a partir de vários estudos feitos por especialistas, inclusive surdos^v percebeu-se então que este método não é mais viável, mas sim que a educação de Surdos deve se dar

através do bilinguismo, ou seja, onde o aluno passa a ser instruído na sua primeira língua que é a Língua de Sinais (Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS no caso do Brasil) que é a língua natural dos Surdos e a na sua segunda língua a Língua Portuguesa, porém na modalidade escrita e não oral.

Os Surdos têm lutando pelo reconhecimento de sua

diferença, não econômica, mas cultural, pois sua forma de se comunicar, ver e perceber o mundo perpassa por uma dimensão cultural diferente dos ouvintes, que por longos anos de repressão por parte de uma cultura ouvinte, vem tentando se sobressair e numa constante busca e construção firmar sua identidade, pois para Perlin (2007), referindo-se aos sujeitos Surdos, diz que

[...] a nossa trilha perfaz nos identificarmos enquanto surdos, enquanto aqueles com marcas de diferença cultural. Não nos importa que nos marquem como refugos, como excluídos, como anormais. Importa-nos quem somos, o que somos e como somos. A diferença será sempre diferença. [...]. Continuamos a ser diferentes em nossas formas. Continuamos a nos identificar como surdos. Continuamos a dizer que somos normais com nossa língua de sinais, com nosso jeito de ser surdos. (p.10)

Desta maneira, a condição funcional dos sujeitos é parte constituinte, não só de sua identidade, mas também de como esse processo atua nas formas de organização política e social de um grupo minoritário. Logo, ressalta-se a importância do reconhecimento da diferença não como algo

de menor valor em relação ao que é compartilhado pelos grupos hegemônicos, mas, sim, como algo intrínseco e singular do sujeito, pois é com base nessa diferença que o Surdo constitui-se, sendo ele o “[...] ator principal no processo de celebrar a cultura surda, de lutar pelos direitos à diferença na educação, na política, nos direitos humanos. Trata-se de

uma história que os oralistas reprimiam por julgarem a si mesmo como identidade única, mas que sobreviveu”. (PERLIN, 2002, p.12). Sobre essa questão tem-se outros autores como Lunardi e Machado (2005) que propõe o entendimento da surdez a partir de sua experiência visual e sob esta ótica, o surdo compreende o mundo, comunica-se, estrutura-se cultural e cognitivamente por meio de um outro canal, mas um canal diferente do usado pelo sujeito ouvinte. Porém, nessa perspectiva, a diferença não é estabelecida por algo físico, mas sim pela invenção do sujeito em meio a relações de poder instituídas culturalmente. Relações essas que são permeadas por discursos com caráter de flutuação, produtos e produtores de representações.

Os Surdos, ou pode-se dizer o Povo Surdo que segundo Strobel (2006, p.06) “é conjunto de sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, tais como uma cultura surda, usam a língua de sinais, têm costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado”, como aborda o próprio conceito possuem uma cultura própria, já

que a visão que tem de mundo parte de uma experiência visual e não auditiva como os ouvintes. Segue-se novamente com as idéias de Strobel para definir a cultura surda como sendo “o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo” (STROBEL, 2008, p.24).

Assim como em qualquer cultura a língua é um dos principais artefatos culturais e para os Surdos isso não é diferente, já que a Língua de Sinais (LIBRAS) é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, essa é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e também é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2008). Então a língua é um instrumento que serve à linguagem para criar, simbolizar e fazer circular

sentido, é um processo permanente de interação social, ou seja, é através da linguagem que interagimos como o mundo, que damos significado a tudo que nos cerca.

É a partir de sua língua e sua cultura que são construídas as identidades surdas, pois segundo Bossé (2004, p. 163) “A identidade é uma construção social e histórica do “próprio”[do *soi*, do *self*] e do “outro”, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência “essencial”, estão constantemente e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca, ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no espaço e no tempo”. Porém, os Surdos por terem uma identidade surda, não implica em uma homogeneidade, ou seja, cada um expressa uma particularidade. Outro ponto importante é o de que nem todos possuem essa identidade surda, nem todos tem o compromisso político com a comunidade, muitas vezes por imposição familiar acabam por não aderir à língua de sinais, bem como às lutas pelo reconhecimento as diferenças. Há ainda aqueles que por vontade própria não assumem Ser

Surdo. Assim a identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, através de práticas simbólicas e discursivas, cada qual de sua maneira.

A cultura surda possui diversos artefatos culturais que se manifestam nos mais diferentes locais, como associações de Surdos e também escolas de Surdos. Cabe ressaltar aqui que a materialização e difusão dessa cultura torna-se prejudicada quando se pensa a inclusão de Surdos em escolas regulares, uma vez que os Surdos deixam de estar em grupos, em pares, e sabe-se que é no encontro com o outro que se constroem identidades e a cultura de desenvolve.

Um dos principais artefatos culturais é a Língua de Sinais e parte da experiência visual dos sujeitos. No que se refere à Língua de Sinais convém aqui enfatizar que há vários estudos desenvolvidos para registrar essa língua, onde foi criado um sistema de escrita de sinais, chamado de Sign Writing (SW), ou Escrita em Língua de Sinais (ESL). Outros artefatos que podemos destacar são as artes visuais, já que

pela grande expressividade desenvolvem e valorizam teatro, a literatura a partir de narrativas que envolvam temas relacionados à surdez, com personagens surdos, temos aí exemplos como: “A Cinderela Surda”, “Patinho Surdo”, entre outros. Na literatura há um grande número de Surdos que tem se destacado criando e contando piadas, poesias em Língua de Sinais, mas só a narrar em Língua de Sinais não é o bastante, essas poesias, por exemplo, são criadas a partir de contextos Surdos uma vez que a forma de ver e até mesmo

admirar o mundo é diferente. Há também os artefatos materiais, ou seja, é o uso das tecnologias que são empregadas a fim de facilitar a vida dos Surdos, como por exemplo, os TDD (Telephone Device for the Deaf), ou também chamado de telefone para Surdos, as campainhas luminosas, os despertadores vibradores, legendas closed-caption, e atualmente o Messenger (MSN), facebook e celulares com envio de mensagens, entre tantos outros.

4- Um olhar sobre a territorialidade da escola de surdos

Pinto (2009) em um recente artigo, desenvolve um trabalho que visa um olhar sobre as representações atribuídas a escola, onde estuda a escola como sendo um sub-espço do Espaço Geográfico, analisado a partir do conceito trazido anteriormente por Santos (1997). Porém, percebe-se que além de um sub-espço, a escola de Surdos pode ser

entendida como algo que vai além disso, que passa a ser um lugar, já que ali é um espaço de vivência dos sujeitos, onde se identificam com seus pares nesse espaço, e também desenvolvem laços de afetividade, pois muitos desses sujeitos não desenvolvem uma comunicação com seus familiares por não saber a Língua de Sinais e a escola lhes

aparece como uma oportunidade de trocar informações, criar amizades, vivenciar o processo de aquisição do conhecimento, que em outros espaços lhes é prejudicado pela falta de comunicação. É nessa escola também que o

sujeito Surdo, através de sua língua conseguirá ter acesso ao conhecimento, já que isso é uma das principais buscas nos tempos em que estamos vivendo. Assim Zych (2003) diz que

Vivemos numa sociedade cuja era é do conhecimento e conhecimento é um instrumento de poder. A busca do conhecimento transformou-se numa explosão universal e a relação entre conhecimento e poder é uma tendência globalizadora que o surdo precisa conhecer e aprender. Para ele, a escola constitui-se no grande laboratório de divulgação do conhecimento. Portanto, cabe à escola o compromisso de gerir e prover o conhecimento necessário para a construção da cidadania de seus partícipes. (p.125)

Apesar de muitos especialistas apontarem para a inclusão, inclusive de alunos Surdos, as escolas de Surdos tem se mantido abertas, porém sabe-se que por custa de muita luta por parte da comunidade surda. Um dos pontos principais que asseguram os Surdos em escolas especiais se

deve principalmente pela questão lingüística, já que os Surdos após ser reconhecida a Língua de Sinais como sendo a sua língua natural, têm o direito a serem instruídos em sua primeira língua. Veja na íntegra o que diz a de reconhecimento da LIBRAS:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002).

Na escola regular, a educação por meio desse aparato lingüístico é difícil, pois muitos professores não sabem a Língua de Sinais e só a presença do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa não assegura que o

processo de ensino-aprendizagem realmente ocorra. Skliar (1999, p. 8) afirma que “a escola é um território em que ideologias e formas sociais heterogêneas se debatem num contexto de poder”. Segundo esse mesmo autor,

O ensino é uma forma privilegiada de política cultural, onde se representam formas de vida social e nele sempre estão implicadas relações de poder e se enfatizam conhecimentos que proporcionam uma visão determinada do passado, do presente e do futuro. Para o autor, é evidente que a escola atual não proporciona oportunidades para o desenvolvimento e o fortalecimento das identidades pessoais; ao contrário, dá-se prioridade às habilidades técnicas que são sugeridas pela lógica contemporânea do mercado. Essa lógica impõe, por exemplo, a inclusão de surdos em escolas regulares, justificando tal decisão com argumentos da ordem do politicamente correto, do fazer surdos mais eficientes e eficazes.” (SKLIAR, 1999, p.8)

Seguindo esta mesma linha de pensamento tem-se a citação de Zych (2003), que desenvolveu um trabalho trazendo uma reflexão sobre educação escolar das pessoas

surdas, analisando a importância e o valor da escola no desenvolvimento sociocultural para o exercício da cidadania. Percebendo que ser Surdo não implica obrigatoriamente em

déficit intelectual, psicológico, desvio de conduta e/ou físico. Suas maiores implicações estão centradas no desenvolvimento do sistema fonoarticulatório, interferindo diretamente na aquisição da comunicação oral, e portanto, é necessário o desenvolvimento a partir de uma língua com

modalidade visual para que a comunicação seja possível. Modalidade esta que não era aceita pelos ouvintes que lhes impunham sistemas de comunicação que não condiziam com a realidade destes sujeitos.

A educação escolar dos surdos esteve por muitos séculos à mercê do poder ouvintista, que dela se servia para impor culturas, valores, saberes e conhecimentos desvinculados de sua identidade. Por décadas permaneceu subjugada a uma ideologia determinista e castradora, correspondente ao domínio de uma política sedimentada pelas hipóteses da oralização, distanciada do universo da inaudibilidade. Sendo o surdo considerado de modo errôneo, também foi errôneo o direcionamento dado ao seu processo educativo, negando-se a ele o direito de conviver socialmente, de receber educação adequada, de manifestar seus pensamentos e de utilizar sua linguagem (a Língua de Sinais). (ZYCH, 2003, 122)

Desta maneira entende-se que os Surdos necessitam de lugares onde possam estabelecer formas de comunicação, de trocas de construção de identidades, onde possam divulgar sua cultura, porém sabe-se que escola não é o único, existem outros espaços como as Associações de Surdos, mas a escola é importante, já que ela agrega pessoas de

mais diferentes idades, funções e ideologias. Para Zych (2003, p.123) os Surdos precisam portanto, “[...] de espaço e liberdade para apreender e divulgar a sua cultura, pois, somente quando se constrói os próprios significados é que se torna possível agir com logicidade. Para eles essa mediação só se efetiva autenticamente através da LS, que é a língua que dominam.” Porém, para enfatizar a importância da escola,

e em especial a escola de Surdos, concorda-se com Oliveira (2000, 11;12) quando diz que “A escola por ser um espaço de relações interpessoais desempenha, através de seu trabalho escolar, um papel decisivo na construção das identidades.”

Dialoga-se também com a contribuição de Lopes e Veiga-Neto (2006) quando apontam para o espaço escolar

como um território que possibilita a aproximação e a convivência entre os surdos, “isto é, um local inventado para que todos que o freqüentam saiam com marcas profundas no modo de ser e de estar no mundo -, a comunidade surda, quando constituída dentro da escola, também é fortemente marcada por ela” (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p.82).

5- A Escola de Surdos: um território de representações

Após alguns ensaios aqui abordados sobre os Surdos, e a escola de Surdos como um território, que engloba os espaços de vida, onde são construídas as identidades surdas, buscar-se-á discutir um pouco sobre as Representações Sociais. Uma vez que se vive em um universo cercados de representações. Concorde-se com Brasil (2007, p. 21) quando diz “Estamos “condenados” a produzir e reproduzir representações, uma vez que estamos inscritos no ambiente sociocultural de uma dada sociedade, no seu substrato

lingüístico, na rede de signos e símbolos eleitos para ver, sentir e interagir com o mundo”.

As representações sociais são construídas a partir de práticas sociais no espaço vivido pelos sujeitos, e o conhecimento geográfico é iniciado pela subjetividade, logo é interessante abarcar essas discussões.

Nos últimos anos, o conceito de representação social tem aparecido com freqüência em trabalhos de diversas áreas do conhecimento, uma vez que a Teoria das Representações

Sociais se originou na psicologia social e logo em seguida toma espaço na sociologia, graças a Serge Moscovici que era um psicólogo social. A Geografia também tem se aproveitado dessa teoria que foi desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Moscovici (2003) discorre que as Representações Sociais consistem em um conjunto de conceitos, proposições e interpretações originadas na vida cotidiana no desenvolvimento de comunicações interpessoais. Complementando Jodelet (2001, p. 27) afirma que as Representações Sociais são uma “forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto” e também “elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente com os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente posicionar-se frente a eles de forma defensiva.”

Neste sentido traz-se para esse debate o artigo de Magalhães (2010), que fez um estudo sobre as Representações Sociais no ensino de Geografia do caso da

escola indígena Jenipapo-kanindé, ele argumenta que a Geografia ao estudar o Espaço Geográfico e nele os indivíduos que fazem parte, pode-se utilizar a Teoria das Representações Sociais, uma vez que “o homem, em constante aprendizado, interioriza informações que vão dar origem a representações sociais” (MAGALHÃES; 2010, p.4). Também se pode pensar num estudo com base na Teoria das Representações Sociais, pois mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, no ato de representação há a expressão de uma internalização da visão de mundo que articula-se e gera modelos para a organização da realidade (MOSCOVICI, 2003).

Oliveira (2004) que traz em seu estudo um esboço da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, já que esta teoria parte de idéia que une o pensamento primitivo, o senso comum e a ciência, em que Moscovici se interessou a estudar o poder das ideias do senso comum, e como os sujeitos transformam essas ideias em práticas.

Qualquer uma dessas práticas mentais (e sociais), afirma o autor, é sempre uma forma de representação. Não são realidades, mas representações dela. Portanto, segundo Moscovici, é em função das representações (e não necessariamente das realidades) que se movem indivíduos e coletividades. Saber como se formam ou como operam essas representações – onde se misturam a um só tempo pensamento primitivo, senso comum e ciência – tece a trama da discussão apresentada. (OLIVEIRA, 2004, p. 182)

O espaço escolar se faz um local cercado de significações e representações, já que os sujeitos que ali vivem e circulam, em interação com o grupo dão significado a esse espaço e aos próprios sujeitos. Assim, “O objetivo da Teoria das Representações Sociais é observar: como os grupos interagem e difundem crenças, imagens, ideologias; como criam, interpretam e simbolizam; como produzem signos e espaços; como fundam lugares plenos de significados; e valores; como se influenciam, com o uso da linguagem como elemento de interação” (PINTO, 2009, p. 291). Da mesma forma que os indivíduos criam representações a tudo que não é familiar, para tornar-se

familiar, como mencionado por Moscovici (2003), assim pode-se dizer que criam representações a escola e também ao processo educativo como um todo, pois engloba a escolarização em todos os seus aspectos como o processo de aprendizagem, os métodos que são utilizados no ensino, o sistema de avaliação, enfim o sistema educacional como um todo, de acordo com o contexto histórico-social. Essas representações são criadas como forma de se acomodar com situações que podem remeter a um certo incomodo, ou até mesmo medo, já que se está diante de coisas novas, mas que se tem de conviver no dia-a-dia. Dessa forma, toma-se novamente os apontamentos de Pinto (2009) quando diz:

A partir de uma interpretação, apoiada no conhecimento e na identidade, os Sujeitos fornecem significados aos objetos e as ações, assim, o lugar recebe valores, impondo suas raízes e propriedades sobre o espaço. Os Sujeitos alunos e os Sujeitos professores ao atribuir valores a escola, proporcionarão uma maior comunicação-reflexão- dinamização aos processos relacionados as funções exigidas da escola. (p.290)

Brasil (2007, p. 21), também expressa essa questão das representações dizendo que “Estamos “condenados” a produzir e reproduzir representações, uma vez que estamos inscritos no ambiente sociocultural de uma dada sociedade, no seu substrato lingüístico, na rede de signos e símbolos eleitos para ver, sentir e interagir com o mundo.” Então, na medida em que se passa a interagir com o mundo e a dar significados aos objetos e aos sujeitos, se está representando o coletivo, porém mediados pela linguagem que se manifesta no individual. Para Gil Filho (2005, p. 53) “A linguagem é a mediação necessária entre as coisas e seus significados mais ocultos” e a “ individuação da representação é expressa por meio de formas concretas mediadas pela linguagem”.

A partir das representações, que engloba a articulação de afirmações conceituais e explicações que têm origem no cotidiano, muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para a organização da realidade (GIL FILHO, 2005) e a Geografia das Representações é uma Geografia do conhecimento simbólico. Portanto, enfatiza-se a importância de estudar os espaços, enquanto lugar de compartilhamento, de afetividade desenvolvida por um grupo que a partir de sua cultura territorializa esses lugares, simbolizando o espaço através de suas formas de ver, sentir e interagir com o mundo.

6- Algumas considerações

Neste esboço verificou-se alguns caminhos trilhados por geógrafos para estudar o Espaço Geográfico enquanto um lugar, onde indivíduos agem sobre o meio, criando representações acerca destes lugares e dos sujeitos que ali convivem.

Alguns geógrafos apontaram para o estudo do lugar enquanto um território onde os grupos sociais, se ligam a ele num desencadear de lutas, construindo identidades. Assim território é a base para práticas sociais, das representações e das significações. O território como visto neste estudo foi à escola, que é um lugar que além de convivência dos sujeitos, exercendo a função social de proporcionar aos sujeitos a vivência do processo de construção do conhecimento.

Evidentemente que a escola sendo um território permite que ali se construam identidades bem como representações sociais, consistem em um conjunto de

conceitos, proposições e interpretações originadas na vida cotidiana no desenvolvimento de comunicações interpessoais. Desta forma as representações sociais irão ligar um sujeito a um objeto, vindo a tornar conhecido ou familiar aquilo que lhes é estranho, mas que fará parte da sua vivência diária.

A temática aponta não para uma escola regular, mas para uma escola que atende sujeitos que lutam para serem reconhecidos a partir de suas diferenças, ou seja, a escola de Surdos. Os Surdos que por muitos anos viveram sob a repressão dos ouvintes, lutaram e continuam lutando para serem reconhecidos não como deficientes, mas como um grupo que compartilham de um mesmo legado cultural e histórico. Neste compartilhamento, diante de vários artefatos culturais, a cultura surda apresenta como principal o artefato lingüístico representado pela Língua de Sinais (LIBRAS). Assim, os Surdos por serem diferentes são cercados de

representações, e é neste contexto que apontou-se para o estudo das representações sociais no universo da escola de Surdos, uma vez que criam-se representações daquilo que parece diferente, ou seja, daquilo que causa estranheza, e assim pode-se ver a escola de Surdos que para eles próprios vem a ser algo diferente, mas que é necessário criar representações, simbolizar as ações para melhor conviver.

Como já explicitado anteriormente, vivencia-se hoje uma transição da modernidade para a pós-modernidade, onde tem-se grandes transformações sociais, econômicas e até mesmo estruturais. Então, caberá a muitos profissionais, entre eles o Geógrafos da contemporaneidade um olhar

diferenciado sobre os diferentes espaços, reconhecendo os sujeitos que vivem em grupos e compartilham o mesmo legado cultural e histórico a partir de suas diferenças e com isso, desenvolvem a sua cultura. A partir dessa cultura que se materializa e se simboliza num determinado espaço e tempo, os sujeitos constroem identidades em contato com seus pares, identidades que não são congeladas, mas estão constantemente engajadas e negociadas em relações de poder, de confrontação ou até mesmo de trocas. E em todo esse processo aqui abordado perpassam as representações sociais, uma vez que estamos a todo o momento criando representações.

Referências

AGUIAR, K. No calor de um lugar: território, subjetividades e poder. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 581-598, Set./Dez. 2009.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000300012

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.) **Geografia Cultural: Um século** (3). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002. p.83-132.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004, p. 157-179.

BRASIL, E. G. M. **Cuidado em saúde mental: representações sociais dos usuários, familiares e trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial**. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Reconhecimento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)
Acesso em: 28 de junho de 2011
Disponível: http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.htm

CLAVAL, P. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ. 2001, p. 35-85.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ. 1998.

COSTA, B. P. da. As relações entre os conceitos de Território, Identidade e Cultura no Espaço Urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.) **Geografia: Temas sobre a Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005. p. 79-114.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL FILHO, S. F. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 51-59, jan./dez. de 2005.

Disponível em: http://www.nepec.com.br/faustogil_espaco_e_cultura_19-20.pdf

GOMES, PAULO CÉSAR DA COSTA. **A condição urbana**: ensaios da geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrando, 2002.

HALL. S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomas Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

JODELET, D. (Org.) **Representações Sociais**: Um Domínio em Expansão. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

LOPES, M.; VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 81-100, jul./dez. 2006

Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10541/10078>

LUNARDI, M.L.; MACHADO, F. de C. Problematizando as normalidades nos discursos sobre a surdez. **Programa de pós-graduação a distância**, Universidade federal de Santa Maria, 2005.

Disponível em: <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/007e3.pdf>

MAGALHÃES, G. B. **REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O caso da escola indígena Jenipapo-kanindé**. Geosaberes – V. 1, n. 2, Dezembro/2010 Artigos Científicos

Disponível : <http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewFile/31/pdf0>

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

OLIVEIRA, M. S. B. S. de Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.55, p. 180-186, Junho 2004.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014

OLIVEIRA, I. A. de Espaço Escolar – Território de Construção de Representações e Identidades. **Trilhas**, Belém, v.1, n.2, p. 56-65, nov. 2000.

Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/1.pdf

PELUSO, M. L. O indivíduo como sujeito de conflitos sociais: identidade e território. **Espaço & Geografia**, v.8, n.1, p. 23-50, 2005.

Disponível em: http://vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_gea/lsie/revista/arquivos/volume_8_numero_1_2005/e_g_2005_v8_n1_p23-50_peluso.pdf

PERLIN, G. **História dos Surdos**. Florianópolis. UDESC/CEAD, 2002.

_____. Prefácio. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 09-17.

PINTO, K.; As Representações Sociais atribuídas ao (sub) espaço geográfico escola. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 285-294, 2009.

Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/viewFile/121/84>

POCHE, B. A construção social da língua. In: VERMES G.; BOUTET, J. (Org.). **Multilingüismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo razão e emoção. 2ª Ed, São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, R. Territórios e Identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 261-281, jul.-dez. 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a04.pdf>

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

_____. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SKLIAR, C. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. “A Localização Política da Educação Bilíngüe para Surdos”. In: SKLIAR, C. (Org.) **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos** – Processos e Projetos Pedagógicos. 2. ed., v.1. Porto Alegre: Mediação, 1999.p. 7-14.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 07-72.

ZYCH, A. da C. Reflexão sobre a educação escolar dos surdos. **Analecta**, Guarapuava, Paraná, v. 4, n. 2, p. 121-126, jul/dez. 2003.

Disponível em: <http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v4n2/reflex%E3o.pdf>

ⁱ Licenciada em Geografia (UFSM), Especialista em Educação de Surdos (UNISC), Mestranda do Programa de Pós Graduação da UFSM. Contato: catiarlamb@yahoo.com.br

ⁱⁱ Doutora em Educação (UNB), Professora do Centro de Educação (UFSM). Contato:

ⁱⁱⁱ Moura (2000) utiliza o termo "Surdo", com letra maiúscula, diferenciando-o dos termos "deficiente auditivo" e "surdo". Para a autora, o termo "Surdo" refere-se ao indivíduo que, tendo uma perda auditiva, não é caracterizado pela sua deficiência, mas pela sua condição de pertencer a um grupo minoritário, com direito a uma cultura própria e a ser respeitado na sua diferença. A utilização de "surdo" refere-se à condição audiológica de não ouvir

^{iv} O Congresso de Milão, foi realizado no período de 06 a 11 de setembro de 1880, reuniu em torno de cento e oitenta pessoas, na sua ampla maioria ouvintes, provenientes de diversos países como França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Itália, Estados Unidos, entre outros, para discutirem a educação de surdos e analisarem várias questões referentes ao período formal na educação dos surdos, como o número de alunos por salas, mas principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, se é através da linguagem oral ou gestual. Vale ressaltar, que no momento da deliberação, não contava com a participação da minoria interessada na causa que eram os surdos, desta forma, um grupo de ouvintes impôs a superioridade da língua oral sobre a língua de sinais, e decretou que a primeira deveria constituir o único objetivo do ensino.

^v Temos exemplo de uma surda Gládis Perlin que é a primeira Surda a obter título de Doutora em Educação (2003), na América Latina.

Leandro Dal Fornoⁱ
Benhur Pinos da Costaⁱⁱ

1. Introdução

A sociedade em seu processo evolutivo vem sofrendo mudanças significativas em suas estruturas materiais e ideais, representadas por sistemas de conteúdos e formas que constituem os princípios de sociabilização contemporânea. Assim, apresenta-se objetiva e subjetivamente como um todo complexo que se dialetiza por múltiplas escalas de ações de grupos diversos, que agem em função de seus objetivos políticos imediatos e em vistas de melhores futuros. Desta forma, a complexidade das dinâmicas sociais pode ser

evidenciada a partir das espacialidades de identificação e reconhecimento mútuo dos diferentes grupos e sujeitos que constituem a sociedade. Neste sentido, entender a materialização das atividades de reconhecimento social dos grupos LGBTT's – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros –, principalmente pela emergência de eventos políticos e culturais, é o principal foco de nossa pesquisa.

Mas para adentrarmos nesse mundo, inicialmente, o trabalho se propõe a apresentar e resgatar o surgimento dos

movimentos LGBTTT's no Brasil, e sua importância para a construção de enfrentamentos na desconstrução de uma sociedade heteronormativa, bem como suas lutas para o reconhecimento da sexualidade. Sabemos que os movimentos sociais são o produto de grupos que buscam, solidariamente, consolidar suas lutas por melhores condições de direitos e igualdades. Com o movimento LGBTTT não foi diferente. No Brasil este movimento ganhou força no início dos anos 90, quando uma quantidade de grupos organizados começa a crescer e se expandir por todo o país, permitindo a aliança entre diversos agentes sociais.

Este momento foi fundamental para compreendermos como os sujeitos LGBTTT's tiveram que criar ou ocupar "territórios alternativos", frutos da ocorrência de diversos fatores, como: a opressão, a discriminação e o preconceito para com exercício de sua sexualidade. Assim, os territórios e as territorialidades tornam-se as categorias essenciais para nossa pesquisa, pois na condição de um espaço social

heteronormativo (COSTA, 2008), territorializações e territorialidades "contra-norma" começam a se tecer.

A expansão e consolidação do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999) se estabelece pela disseminação de redes técnicas que produz o território, assim como o cotidiano (SANTOS, 1996), ou seja, "o saber" e o "fazer" cotidiano. Tal meio engessa e normatiza o cotidiano ditado pelo ordenamento imposto pela rede, mas, por outro lado, são pelas próprias redes técnicas normatizadoras que certos sujeitos podem dar vazão aos seus desejos e afetividades, assim como dinamizarem suas lutas de reconhecimento em uma sociedade excludente. A partir disto, o trabalho se propõe a discutir como agentes políticos, responsáveis pela organização dos eventos, se apropriam das redes virtuais para conectar diferentes territórios e sujeitos na materialização de territorialidades de reconhecimento dos grupos LGBTTT's.

2. O reconhecimento da sexualidade

A revolução tecnológica do pós-guerra veio acompanhada também de um conjunto de revoluções políticas e culturais que alteraram profundamente o viver em sociedade. Questões nunca antes debatidas e tidas como transgressoras começam a ser pautadas como direitos fundamentais do viver e do ser humano, como por exemplo, as questões que envolvem a sexualidade. Os movimentos sociais vinculados ao direito de exercício da sexualidade tendem a se expandirem pelos mais diversos meios e escalas sociais. A luta pelo reconhecimento dos sujeitos LGBTT's –

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros - nasceu como movimento social organizado no Brasil há pouco mais de trinta anos. Foi no final da década de 1970, período esse marcado por significativas mudanças na sociedade brasileira, que os “novos” movimentos sociais, como forma de organização e mobilização alternativa, diante das repressões impostas pela ditadura e pela emergência de políticas públicas para a classe trabalhadora, criaram condições para o florescimento desses novos sujeitos políticos. Para Gohn (1995), os movimentos sociais:

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN 1995, p. 44)

Os movimentos sociais são o produto de grupos que buscam, solidariamente, consolidar suas lutas na busca por melhores condições de direitos e de igualdades. A condição primeira para a associação neste movimento será a compatibilidade de idéias e ideais, reforçada pelo comprometimento e compromisso com a causa. Como define Touraine (1999, apud HOUTART, 2007), para fazer parte é necessário serem verdadeiros atores coletivos que necessitam de certa inscrição na história, de uma visão da totalidade do campo dentro do qual se inscrevem, de uma definição clara do adversário e, finalmente, de uma organização.

E com o movimento LGBTTT não foi diferente. No Brasil, ganhou força no início dos anos 90, quando uma quantidade de grupos organizados começa a crescer e se expandir por todo o país, permitindo a aliança de diversos agentes sociais. O Estado brasileiro começava aos poucos a olhar para os LGBTTT's como sujeitos de direitos, deixando de lado o vitimismo e encarando a sexualidade como parte da condição social e política da vida cotidiana. COSTA (2010) nos afirma que:

as culturas, ou seja, “as unidades vividas das experiências, que produzem determinadas estruturas de sentimentos” (JACKSON apud MACDOWELL, 1996, p.170), antes imersas na massa populacional e escondidas em padrões de classe social, emergem de seus esconderijos e são vividas, encenadas e sugeridas como possíveis alternativas à estética e ao comportamento padronizado.(p.208)

Hoje, a democratização dos lugares sociais relacionados às identidades sexuais, ou identidades de

gênero, tem se acentuado. O exemplo disso são as transformações dos discursos científicos, das legislações

nacionais e das práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania dos sujeitos orientados para o mesmo sexo, e de outros grupos oprimidos. Esses novos espaços conquistados são fruto da luta pelo reconhecimento que se organizou e que aos poucos foi politizando novas questões e

produzindo antagonismos sociais anteriormente impensáveis. A partir disto, podemos compreender e nos situar sobre como os movimentos LGBTTT's tomaram corpo e foram se fortalecendo em meio aos dilemas e contradições da sociedade brasileira.

3. Eventos LGBTTT's: a materialização da territorialidade

Para exercerem sua sexualidade os sujeitos LGBTTT's tiveram que criar ou ocupar territórios alternativos, tais como praças, boates, bares, saunas, paradas, eventos, etc. Para alguns, esta necessidade é fruto da ocorrência de diversos fatores como a opressão, a discriminação e o preconceito, inerente a grupos marginalizados, e mais especificamente, da homofobia para com os sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo. Mas, para outros, estes são espaços de

resistência e enfrentamento, possibilitando a visibilidade de movimento político de reconhecimento social.

Para Barreto (2010) as opressões irão resultar numa segregação desse grupo, que se dá social e também espacialmente, com a formação de espaços de convivência e interação homossexual, que surgem como uma forma de fuga e, até mesmo, de luta e resistência contra essa discriminação imposta pela sociedade dominante.

Muitos grupos se agregam espacialmente através de afinidades, buscando uma forma de reunir seus semelhantes num determinado espaço, podendo isso ser visto como uma forma de auto segregação, o que acontece em parte no caso dos territórios de convivência homoafetivos. No entanto o que irá diferenciar esses espaços dos espaços de outros grupos, por exemplo, será a necessidade de existência desses para garantir que esse perfil de indivíduo exerça sua identidade, pois fora dele provavelmente sofrerá discriminação da sociedade, o que faz com que esses espaços se tornem uma necessidade e não uma escolha voluntária desse grupo. Muitos são os fatores que determinam a formação de territórios e territorialidades, que variam desde a escala local até a global. (BARRETO 2010, p. 02)

Exercer a sexualidade homoafetiva em espaços convencionais ainda é tabu. Isto gera infinitas discussões contraditórias que não contribuem para construção de um diálogo de entendimento. O resultado disto é a produção destes territórios alternativos, ou seja, a ocupação de partes de espaços públicos, como as ruas, para a realização de movimentos em prol da visibilidade das causas LGBTT's, tendo como exemplo, as Paradas Gays. Neste momento, o território e as territorialidades tornam-se o ponto de chave de nossa pesquisa, sendo preciso compreender esses conceitos. O território é uma categoria fundamental na geografia e que

desperta profundos debates, e que tem contribuído para significativas mudanças nessa ciência.

O autor Haesbaert (1995, apud SILVA p.19, 2000) define o conceito de território afirmando que ele tem uma dupla face: “é um espaço dominado ou apropriado com um sentido político, mas também apropriado simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se do espaço como referência”. Neste sentido, a dupla dimensão do território, cultural e político-disciplinar pode estar conjugada, reforçada ou ainda contraditória, devendo ser analisada de acordo com as formas e a intensidade com que se apresenta a relação entre a

dimensão material (político-econômica) e a dimensão imaterial (simbólico-cultural). Já Guattari e Rolnik (1996, p. 323), afirmam que:

os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. (GUATTARI e ROLNIK 1996, p. 323)

Portanto, o território é definidor das relações e de sua própria delimitação. Os agentes e sujeitos se organizam conforme suas intenções, possibilitando, assim, a materialização de territórios, que representa a delimitação de espaços híbridos quanto aos teores sociais, culturais, estéticos, cognitivos de seus limites. Santos (1996), também acredita que o território tem um sentido peculiar e por isso é acrescido de novas interpretações. Para ele o território não é apenas forma, mas produto histórico no trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação

do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações.

Aqui podemos evidenciar a materialização de territorialidades específicas, que contribuem para o reconhecimento e exercício da sexualidade, em especial os eventos LGBTT's. As territorialidades conduzem a um campo imaginário de uma trama de histórias que são trocadas por diferentes sujeitos em diferentes períodos. As trocas conduzem a uma materialização que representa a possibilidade, mesmo que efêmera, de se estabelecerem

relações entre tais sujeitos e, por meio delas, a perpetuação de certos elementos imaginários que torna realidade uma identidade grupal. O território (alternativo e efêmero) se constitui na ação e na relação de sujeitos cujos seus propósitos de compartilhamento e apropriação de determinada fração do espaço são o desejo e a afetividade orientados para o mesmo sexo. Os marcos de concretização e consolidação destes imaginários estão representados pelos eventos políticos (de reconhecimento da sexualidade) e culturais (a festa gay) que são as chamadas “Paradas Gays” ou “Paradas Livres” ou “Paradas da Diversidade”. Nas cidades onde ocorrem, permitem a visibilidade das questões sensíveis a sexualidade e a desconstrução de uma sociedade heteronormativa, permitindo ações diretas de reconhecimento dos direitos das afetividades LGBTT’s.

Raffestin (1993, apud BARRETO, p.05, 2010) defini o território de forma mais ampla, como sendo formado a partir do espaço, observando que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer

nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

É exatamente isso o que ocorre com os eventos LGBTT's. Os agentes políticos e os sujeitos que compõem o evento, territorializam o espaço de acordo com suas aspirações e desejos, se apropriando de um período e de uma fração do espaço e materializando uma territorialidade. Nessa dinâmica, Souza (1995, p. 05) também se posiciona de forma clara ao afirmar que os territórios se apresentam como “relações sociais projetadas no espaço”, sendo que ele ressalta também a importância da territorialidade, que seria “aquilo que faz de qualquer território um território”. Ou seja, o território é a afirmação de uma territorialidade a partir de sua concretização.

Neste sentido, Haesbaert (2002) também observa que a territorialização, por sua vez, é compreendida, de modo muito genérico, como: “[...] o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com os elementos como o poder

(político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/subjetividade [...]" (HAESBAERT, 2002, p.45).

Isto nos leva a crer que as territorialidades, entre outros aspectos, podem minimizar conflitos, estabelecendo formas de diálogo, limites e regras sócio-espaciais entre os diversos grupos sociais, por meio de seus "campos de força" representativos de seus imaginários materializados em um determinado espaço, os quais passam a se constituir em territórios. As territorialidades caracterizam-se internamente pela composição de três elementos básicos fundamentais: as formas de expressão de poder, associados a objetivos comuns dos participantes do grupo; a identificação simbólica do território para seus componentes; e os meios de comunicação com o exterior.

Portanto, as territorialidades humanas seguem fins específicos, como sobrevivência material, melhores condições de vida, associados ideologicamente, de forma mais ou menos consciente, a contextos sócio-econômicos, políticos e culturais mais amplos. Já a identificação simbólica dos grupos LGBTT's refere-se aos diferentes significados e valores que o espaço assume para esse grupo na busca de uma identificação social não marginal; essa relação simbólica está muito diretamente associada às representações sociais, formadoras de uma trama complexa de diferentes significações que vão influenciar, motivar e mesmo justificar atitudes de resistência, defesa, animosidade dos grupos sociais em relação ao meio onde se encontram.

Em Haesbaert (1997) conseguimos identificar a nossa idéia sobre o conceito de territorialização:

Dessa forma, o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, afetiva. [...] O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como uma forma de controle simbólico sobre o espaço em que vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e

uma dimensão mais concreta, de carácter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como uma forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, pp.41 e 42 *apud* COSTA, 2010, pp. 210 e 211)

Como agregados relacionais espaciais, as territorializações são conformadas por materialidades, ou seja, partes do espaço, e subjetividades, isto é, as ações dos sujeitos sociais que promovem a territorialização. É aqui, que os agentes (micro)políticos atuam relacionalmente, produzindo as territorialidades materializadas pelos eventos, e as subjetividades, marcadas pelas ações dos sujeitos que a compõem.

Costa (2010, p. 215) observa que a atuação de sujeitos que começam a se apropriar do espaço a partir de ações com objetivos relacionais, tendem a constituir territorializações que expressam ações objetivadas, de

apropriação espacial devido a uma intenção relacional. Essa intenção relacional, no caso dos grupos LGBTT's é determinada pela sexualidade, busca afetiva, estética e comportamental, vinculadas a processos identificatórios pessoais que irão dar conformação a uma identidade coletiva, ou seja, um conjunto de sujeitos que se agregam por se identificarem por algum ponto, ou vários, que os une.

Os eventos LGBTT's tendem a se caracterizar como uma territorialidade específica com o objetivo de atrair esse público específico. Para que isso aconteça é necessária a ação de um agente, ou agentes políticos que juntos levaram a produção e materialização dos espaços.

O agente empreendedor explora algum processo identificatório do público alvo que quer atingir, e isso levará à reunião e à definição de uma territorialização, por um processo de interesse relacional, estético e comportamental. Por isso, ocorre uma integração entre a promoção do agente empreendedor e o grupo que começa a utilizar o ambiente para fins identificatórios e

relacionais. As transformações ocorridas no grupo participante poderão modificar também o propósito inicial do empreendedor ou aprimorá-lo. (COSTA, 2010, p. 216)

Para Haesbaert (1999, p. 173 apud COSTA, 2010, p. 216) a identidade é um conceito, em princípio, individual, mas também relacional. Essa identificação está ligada as histórias de vida, aos aprendizados e a qualidade dos grupos a que pertence e pertenceu, sendo que o sujeito se identifica com determinadas coisas e determinados outros sujeitos. A identificação é baseada no encontro. Esse encontro é tipicamente territorial, pois identidade “implica uma relação de semelhança ou de igualdade”. Neste sentido, territorializações que afirmam a identidade homossexual se vinculam a uma

cultura gay que transgride não só os comportamentos e estéticas de gênero sexual, mas vinculam-se a evidência de sujeitos que livremente as exacerbam em uma coletividade estabelecida e localizada.

Costa (2010) ainda define que as territorializações de sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo também se apresentam num padrão de convivência espacial, podendo elas ser de convívio amigável, de busca sexual, como festas gays e/ou GLS, de experiências estéticas e abertas ou fechadas ao convívio homoerótico.

Em primeiro plano, as territorializações apresentam-se principalmente como interseção de ações e motivações de diferentes sujeitos em um dado local, em virtude de um propósito em comum. O propósito de estar convivendo entre outros (que se tornam iguais por terem motivações iguais, mas também diferentes, por apresentarem diferenças nas negociações e jogos de interação) dá caráter identificatório a territorialização. Isto representa uma ordem territorial que, por mais tênue que seja, concentra ou que apinha (em diferentes intensidades) sujeitos e certos interesses de interações (envolvendo trocas simbólicas, expressões negociadas, fatores discursivos estimuladores). Em relação às interações homoeróticas e/ou homoafetivas, o principal atributo motivador dos sujeitos presentes é a busca de parceiro sexual. Isto ocorre porque esta busca não pode ser esclarecida em espaço público, muito embora o espaço público esteja permeado

de táticas de paqueras que aproximam sujeitos em virtude do homoerotismo. (COSTA, 2010, p. 220)

As festas gays tendem a serem mais frequentadas por gays pela identificação e reconhecimento desse grupo social, mas não são totalmente fechados ao público tido como heterossexual e nem sempre tem um propósito puramente erótico. Eles se constituem de intenções e interesses diversos. Portanto, os eventos LGBTTT's são a materialização de uma territorialidade de lazer, diversão, entretenimento,

erotismo, reconhecimento e visibilidade da sexualidade, constituída de sujeitos com interesses diversos. Essa territorialidade também pode abrir espaço para uma multiterritorialização facilitada pela interação de agentes políticos através das redes virtuais que conectam os sujeitos, e possibilitam a produção dessas novas territorialidades.

4. As redes virtuais na materialização dos Eventos

Observamos também a construção de redes virtuais na organização dessas dinâmicas sociais. Entender a importância da construção de espaços de sociabilidade virtual para a efetivação material dos eventos que se referem às políticas de lutas pelo reconhecimento das diversidades sexuais, se apresenta como outro foco importante deste trabalho.

Através da Revolução Tecnológica passamos a viver uma cultura da virtualidade, onde se modificam os limites para o fluxo e contrafluxo de informações. Os projetos sociais não conformam mais um modelo estruturante de um todo social, mas se referem a projetos políticos tecidos no âmago da sociedade como ente cada vez mais complexo e diverso. Neste sentido, encontram-se em situações sócio-espaciais

singulares em que novas escalas de análise devem ser consideradas, como o micro espaço de ação imediata e as redes de comunicação que se tecem em novas condições espaciais, como a idéia do espaço virtual e das materialidades emergentes do meio técnico-científico-informacional.

De acordo com Moreira (2007, p. 56) até o advento da primeira Revolução Industrial, no século XVIII, o mundo era composto por um conjunto de realidades espaciais diversas, e as sociedades se distribuíam na infinita diversidade espacial dos gêneros de vida das civilizações. Desde então, a tecnologia industrial passa a intervir na distribuição, unificando em sua expansão área a área, um após outro esses antigos espaços. E a organização em rede vai mudando a forma e o conteúdo dos espaços. O autor expõe ainda que com o desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), característica essencial da organização espacial da sociedade moderna – uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação

das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios –, tem-se lugar à mudança, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação. Esta seria a origem da sociedade em rede.

Já para Castells (1999 apud TRINDADE, p. 20) a rede seria um conjunto de nós interconectados, onde o nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta; o que um nó é, depende do tipo de redes que estejam sendo tratadas. Para este autor, redes são estruturas abertas capazes de expandirem-se de forma ilimitada, articulando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, quer dizer, desde que os mesmos códigos de comunicação sejam compartilhados.

Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articulando os diferentes lugares e agindo como uma nova forma de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado. É quando junto à rede se descobre a globalização. Esse momento propiciou uma aceleração na

organização do espaço, bem como a diminuição do tempo-espaço para a circulação de bens materiais e imateriais.

Para Dias (1995), a rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente duas estratégias: circular e comunicar. “[...] os fluxos de todo o tipo – das mercadorias às informações – pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade, os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência”. (DIAS, 1995, p. 147-148).

Para Costa (2010, p. 214) o conceito de rede também se define pela necessidade de circular e comunicar,

estabelecendo linhas de fluxo e nós. Para ele as redes seriam emaranhados de conexões, definidos por linhas de fluxos das mais diferentes ordens e espécies. Essas linhas de fluxo tenderiam a transpor as mais diversas barreiras, sejam elas naturais, políticas ou econômicas. Os nós das redes constituem as conexões dos objetos, informações ou pessoas que os fluxos transportam.

É nesse sentido que, conforme Haesbaert (1995 *apud* COSTA, 2010) o nó é o elemento mais territorializado da rede.

As linhas de fluxo tendem a transportar, mover, desterritorializar o nó, ou seja, tendem a conformar territorialmente as decisões e os interesses que transportam as linhas das redes. Elas podem ter diferentes escalas. As redes geralmente são estudadas, hoje, pelas conexões mundiais das grandes empresas multinacionais, que tendem a mundializar sua produção e estabelecer nós de influência em diferentes e distantes localidades do mundo. No entanto, a rede pode ser entendida em diferentes formas, como a noção de rede hidrográfica e de coordenadas geográficas, assim como redes do cotidiano, ou seja, as trajetórias que as pessoas seguem no seu dia a dia, estabelecendo linhas de movimento e ambiente de parada, as linhas e os nós. (p. 214)

Nesse sentido, observamos a territorialização como pontos de convergência, ou seja, nós de uma diversidade de fluxos de interesses e necessidades identificatórias afetivas, relacionais ou estéticas. São nas territorializações pós-modernas que se estabelecem fugas da vida do trabalho, da escola, das obrigações, da moral e das atividades institucionais, definindo-se como localidades de busca de prazeres, de sensações e de extravasamento das emoções.

Também podemos entender que a virtualidade representa a ausência de comunicação face-à-face e construção da estética imagética dos ambiente virtuais. Porém esta virtualidade está também representada por uma complexa materialidade objetiva que se refere às redes que compõem o meio-técnico-científico-informacional (as redes de energia, por exemplo, assim como os equipamentos que permitem a investida virtual dos sujeitos).

No caso da organização do movimento LGBTT, as espacialidades virtuais permitem a criação de redes de ação políticas objetivas, uma vez que os espaços de sociabilidade material em meio urbano (referente a pequena cidade) são mais restritos. As espacialidades virtuais permitem, assim, a construção de táticas que organizam eventos concretos em diferentes cidades do interior, ou seja, fazem interagir sujeitos políticos.

Tendo isso presente, acrescentamos a contribuição de Milton Santos (1996, p.25 apud SILVEIRA, 2003, p. 03) quando, do ponto de vista da Geografia, destaca a técnica como o mais importante modo de relação entre homem e natureza, entre homem e o espaço geográfico. Nesse sentido, concordamos com o autor que: “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Por sua vez, a segunda dimensão trata de seu conteúdo, de sua essência. Assim, a rede “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração”. (SANTOS, 1996, p.209)

Por outro lado, também permitem a criação de espaços de sociabilidade, de promoção da sexualidade e da afetividade para com uma diversidade de outros sujeitos. Tais eventos criam uma nova rede de interação regional, que liga agentes políticos e sujeitos comuns, fazendo transcender fluxos e polarizações urbanas clássicas, fazendo ligar cidades distantes pelos deslocamentos LBGTG's que promovem.

Além disso, Offner e Pumain (1996, p.15 apud SILVEIRA, 2003, p. 07) ao analisarem as redes técnicas em

sua relação com o território, evidenciam que essa relação é ambígua: "ora a rede é fator de coesão, ela solidariza, ela homogeneiza", ora ela transgride os territórios, "[...opondo às malhas institucionais suas lógicas funcionais...]". Nesse aspecto, a análise da evolução das redes, distinguindo sua infra-estrutura, seus serviços e seu comando, permite-nos superar esta contradição evidenciando que sua participação é essencial para a construção de novas escalas territoriais, ainda que seu papel não seja determinante, mas de acompanhamento, na estruturação dos territórios.

Assim, devemos pensar a rede técnica como um elemento que abre um horizonte de possibilidades em relação ao desenvolvimento de um dado território. A instalação e o aproveitamento das redes técnicas, engendrados por uma dada dinâmica social e econômica, e expressão de relações de poder existentes no lugar, torna aparente tanto as potencialidades como os constrangimentos ao desenvolvimento social e espacial do território. (SILVEIRA, 2003, p. 07)

Atualmente, em que a rede do computador é o dado técnico constitutivo dos circuitos, o espaço em rede por fim se

evidencia. Por outro lado, a relação entre espaço e a virtualidade percorrem outros fenômenos que devem ser

levados em consideração. De acordo com Sánchez (1991), ao analisar a relação entre espaço e novas tecnologias, trata-se efetivamente de pensar essa relação a partir de duas perspectivas. Se por um lado as novas tecnologias, e aqui se enquadram as redes técnicas, em especial a Internet, exercem visível influência sobre o território, por outro lado, este se apresenta como um condicionante ao desenvolvimento dessas novas tecnologias, em função tanto das suas características físico-ambientais, como também enquanto espaço social e historicamente produzido.

A internet tem se tornado o exemplo de espaço simbólico mais debatido. De acordo com Fragoso (2010) a

comunicação mediada pela internet afeta às relações entre o espaço geográfico e a identidade cultural, com especial atenção às questões relativas à vinculação territorial com os chamados 'lugares virtuais'. Esses "lugares virtuais" são importantes espaços de exercício da democratização da comunicação, de liberdade de expressão, e também de organização, identificação e reconhecimento.

Para Lévy (1999 *apud* HAESBAERT, 2004), o ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores.

O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo, Eu defino ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. (p. 271)

Nussbaumer (2008, p. 213) também afirma que a Internet se inseriu rapidamente em nosso cotidiano, sobretudo

porque os indivíduos decidiram partilhar através dela aquilo que lhes interessa. Não é a técnica que vem determinando as

relações sociais na rede, mas sim as características das relações sociais que vêm se apropriando da técnica e dando sentido a seu uso. Nessa perspectiva, o máximo possível de meios tem sido utilizado para aproximar os internautas, permitindo-lhes o acesso e instigando-os a intervir, não importa sob qual pretexto.

Podemos aqui, avaliar a sua importância na luta pelas causas de LGBTTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros: a Internet torna-se esse espaço de liberdade. A materialização dos lugares de encontros de sujeitos orientados para o mesmo sexo torna-se importante a construção de uma cultura LGBTT e da constituição dos movimentos de luta pelo reconhecimento social, principalmente em termos de uma luta para a desconstrução do componente heteronormativo da sociedade moderna brasileira. Porém a organização material das sociabilidades LGBTT's se conduzem a uma evolução de um espaço de

consumo (estabelecimentos comerciais) vinculado ao encontro destes sujeitos, que estão muito mais desenvolvidos nas grandes cidades da atualidade. Em situações de ambiente urbano de pequenas cidades, estes espaços de sociabilidade tornam-se restritos.

Neste sentido, a construção de um ambiente virtual baseado na disseminação regional das redes técnicas, que possibilitam a emergências de redes sociais virtuais, torna-se uma importante espacialidade de encontro, de debate e de afirmação sexual e política de sujeitos e grupos orientados sexualmente para o mesmo sexo. Além de oferecer os suportes para a criação, organização e compartilhamento desses lugares-territórios virtuais, a internet também potencializa a diversificação das interações e, com isso, a multiplicação das identidades e identificações culturais como definem Fragoso, Rebs, Barth (2010, p. 06):

Ou seja, a facilitação das interações sociais pela Internet potencializou as “múltiplas ‘tribos’ a que cada um pode pertencer [e que] revelariam múltiplas territorialidades, efêmeras, que assumiríamos ao longo de nosso cotidiano” (HAESBAERT, 2007, p. 226). Nesse processo, as

vinculações identitárias individuais e coletivas transpõem-se para as representações online (ou seja, para os lugares-territórios virtuais), potencializando a experiência multiterritorial ao ampliar a gama de territórios dos quais o sujeito pode fazer parte tanto material quanto simbolicamente.

Turkle (1997, p. 13 apud NUSSBAUMER, 2008, p. 218) também acredita que: “as experiências na Internet podem vir a ocupar um lugar de destaque na história, no que se refere à construção das identidades”. Essas identidades são fortalecidas por essa multiterritorialidade, ligando diferentes territórios e contribuindo para a materialização de apenas uma territorialidade específica, neste caso, os eventos LGBTT's.

As redes virtuais se constituem como espaços de excelência nos quais se tecem táticas políticas de lideranças e de grupos comprometidos com as lutas de reconhecimento

LGBTT's. Podemos dizer aqui, que além de serem espacialidades que permitem aos sujeitos orientados para o mesmo sexo exercerem suas sexualidades e afetividades, também se apresentam como espaços de mobilização política. A espacialidade aqui denota um caráter virtual movimentado pela evolução dos meio técnico-científico-informacional, acompanhado pelo processo de conexão das redes, que juntas conseguem interligar agentes e sujeitos de diferentes territórios na função de produzir, através da materialização de eventos, territorialidades específicas de exercício e reconhecimento da sexualidade LGBTT.

5. Considerações Finais

A complexidade das dinâmicas sociais são evidenciadas a partir das espacialidades de identificação e reconhecimento mútuo dos diferentes grupos e sujeitos que

constituem a sociedade. Neste trabalho, procuramos entender a materialização das atividades de reconhecimento social dos grupos LGBTT's pela emergência de eventos políticos e

culturais que se produzem nas cidades e que se evidenciam como formas de organização, de identificação e de reconhecimento da sexualidade destes grupos homoafetivos.

Observamos também a construção de redes virtuais na organização dessas dinâmicas sociais. Entender a importância da construção de espaços de sociabilidade virtual para a efetivação material dos eventos que se referem às políticas de lutas pelo reconhecimento das diversidades sexuais foram indispensáveis neste processo.

Também buscamos compreender, através da busca por conceitos de diferentes autores uma definição clara e objetiva do sentido de território e territorialidade, base fundamental para que a materialização dos eventos LGBTT's ocorra. Os territórios ligados através das redes virtuais por agentes políticos com intenções políticas e culturais, produzem territorializações específicas de reconhecimento do

movimento e das lutas da sexualidade. Portanto, ao estudarmos seriamente o espaço em que vivemos e tudo aquilo que o rodeia, nos deparamos com dinâmicas sociais cada vez mais complexas e desafiadoras.

Enfim, este trabalho é o início de uma busca incessante para construirmos uma nova Geografia sobre os fluxos de interações sociais baseadas nas afetividades e nas (micro) políticas LGBTT's. Isto nos permitirá contribuir as novas abordagem de pesquisa em Geografia e assim dar maior amplitude de ação de nossa ciência, fazendo desconstruir e reconstruir categoriais e estratégias metodológicas, assim como adentrar a campos sociais tidos, até muito pouco tempo, como transgressores e divergentes dos projetos sociais comuns. Isto promove ao "olhar" geográfico uma maior capacidade de adentrar as invisibilidades contidas no social, sendo assim, contribuiremos a uma ciência menos preconceituosa e mais cidadã.

Referências Bibliográficas

BARRETO, R. C. V. **Nas fronteiras do arco-íris:** territórios desociabilidade gay no Rio de Janeiro – RJ. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças, Porto Alegre, 2010.

COSTA, B. P. **Por uma Geografia do cotidiano:** território, cultura e homoerotismo na cidade. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

COSTA, B. P. **Geografias das interações culturais no espaço urbano:** o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas. Revista Latino americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 207-224, ago. / dez. 2010.

DIAS, L. C. **Redes:** emergência e organização. In: CASTRO, I.E. et al. (Orgs.). Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

FRAGOSO, S. **Espaço, Ciberespaço, Hiperespaço.** Textos de Cultura e Comunicação, Salvador, BA, v.42, 2000, p. 105-113. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/23794597/Sueli-Fragoso-Espaco-Ciberespaco-Hiperespaco>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

FRAGOSO, S.; REBS, R. R.; BARTH, D. L. **Territorialidades virtuais:** Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. XIV Encontro da Compôs. Rio de Janeiro, RJ. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2010.

GATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização**: o fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Desterritorialização**: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HOUTART, F. **Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>. Acesso em: 04 de julho 2007.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar**: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais , nº 1(3), vol. 1. Disponível em: <http://www.uff.br/etc>. Acesso em: 1º de junho de 2007.

NUSSBAUMER, G. M. **Identidade e sociabilidade em comunidades virtuais gays**. Revista Baoas nº 2. Salvador – BH, 2008, p. 211-230.

SÁNCHEZ, J-E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo XXI editores. 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

_____ **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Revista Território, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

SILVA, J. M. **Cultura e territorialidades urbanas**: uma abordagem da pequena cidade. Revista de História Regional nº 5, p. 9-37. 2000.

SILVEIRA, R. L. L. **Redes e território**: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona. Vol. VIII, nº 451, Barcelona, 2003.

SOUZA, M. L. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 86.

TRINDADE, G. A. **Globalização, redes e relação mundo-lugar**: insistindo em um debate ainda não esgotado na geografia. Revista Geonordeste, Ano XX, n. 2. p. 15-35. 2009.

ⁱ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, le.forno@gmail.com

ⁱⁱ Prof. Dr. do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, benpinos@gmail.com

GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL E COMUNIDADE: REFLEXÕES E INTERRELAÇÕES

Marcelo Bêzⁱ

Lauro César Figueiredoⁱⁱ

1. Introdução

O artigo em questão tem como objetivo discutir os conceitos de Geografia Socioambiental e comunidade, apresentando seus principais avanços na área. O debate tem crescido, e alguns autores têm avançado no sentido de buscar um maior entendimento sobre esses conceitos. Nesse sentido, uma visita à literatura produzida nos últimos anos mostra-se como um importante ponto de partida.

Em um primeiro momento realiza-se a abordagem dos pressupostos da Geografia Socioambiental, cujas reflexões ora são enfatizadas enquanto corrente do pensamento geográfico, ora como forma de se pensar e ver as coisas no/do mundo, numa perspectiva que possibilita refletir e agir, interrelacionando sociedade e natureza, Geografia Física e Humana, homem e meio, dentre outras dicotomias.

Num segundo momento procura-se adentrar nas idéias que compõem o conceito de comunidade, trazendo pensadores que abordam esta lógica segundo os aspectos socioambientais que a estruturam. Pensando a comunidade enquanto *locus* de formação e construção dos sujeitos no que se refere a questões como liberdade e segurança, ao mesmo tempo relacionais e excludentes, estruturação de saberes, relacionamentos interpessoais, conflitos, dentre outros processos subjetivos e ao mesmo tempo concretos.

2. Por que Geografia Socioambiental?

Nos últimos anos a noção de ambiente, não só na Geografia, como nas ciências em geral e na própria sociedade, tem inserido, paulatinamente, a dimensão social. Tal concepção deixa de ser somente naturalista, pois a crise ambiental contemporânea não pode mais ser compreendida e nem resolvida segundo perspectivas que dissociam

Busca-se explicar a Geografia Socioambiental a partir do conceito de comunidade, bem como o conceito de comunidade na perspectiva da Geografia Socioambiental, por isso as reflexões devem necessariamente estar interligadas ao espaço de análise. Esta forma de pensar e perceber não só a Geografia, mas a própria vida, tentando ir além daquilo que salta aos olhos, no sentido de investigar não só os objetos, mas as suas relações e trocas, fez com que se procurasse trabalhar este nó da imensa rede geográfica: a Geografia Socioambiental.

sociedade e natureza. Neste contexto, a problemática ambiental que caracteriza o momento presente levou a Geografia a rever suas concepções, o que resultou na busca e na formulação de novas bases teórico-metodológicas para a abordagem do meio ambiente.

O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais - nos quais o natural e o social são concebidos como elementos de um único processo - resultou na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico, aqui denominada Geografia Socioambiental. Segundo Mendonça (2001, p. 122), “Nesta corrente a problemática ambiental na geografia deixa de ser identificada apenas como ligada à geografia física e passa a ser geográfica.”

Este trabalho se inscreve no contexto das problemáticas socioambientais, que nas décadas recentes têm suscitado preocupações e crescente interesse social, além de testemunhar a problematização da relação sociedade e natureza. A questão socioambiental acaba por definir o conjunto das contradições resultantes das interações internas dos sistemas sociais e destes com relação aos sistemas naturais.

Certamente, a questão socioambiental mostra o retrato de uma crise pluridimensional que aponta para a exaustão de um determinado modelo de sociedade que produz,

desproporcionalmente, mais problemas que soluções e, cujas soluções propostas, por sua parcialidade, limitação, interesse ou má fé, terminam se constituindo em nova fonte de problemas. Essa perspectiva socioambiental traz também um caráter inovador, pois agrega à realidade contemporânea a interrelação de diferentes realidades, mesmo que até então fossem vistas de maneira fragmentada, demonstrando a universalidade dos problemas socioambientais e levando em consideração as diferenças locais.

A própria natureza da crise socioambiental tem propiciado reflexões e práticas na escala da comunidade orientadas para novas sínteses que articulam cultura e natureza, ciências naturais e sociais, economia e ecologia, ética e política, ciência e religião, entre outras dicotomias até então existentes. O trabalho com os problemas socioambientais através da interrelação homem-natureza, homem-meio e homem-homem busca mobilizar pesquisadores, atores sociais e poder público para refletir e buscar soluções para as questões pertinentes às inquietações da maioria da população.

Nesta pesquisa visa-se trabalhar a Geografia Socioambiental na sua interrelação com a comunidade, abordando para tal o meio natural e social de forma

indissociável, em uma perspectiva conexa. Esta abordagem diferenciada da Geografia pode ser mais bem explicada por Mendonça (2001), ao afirmar que:

O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e o social são concebidos como elementos de um mesmo processo, resultou na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico aqui denominada geografia socioambiental. (p. 113).

A inserção da perspectiva humana - social, econômica, política e cultural - na abordagem ambiental parece ter se transformado num desafio para toda uma geração de estudiosos, intelectuais, cientistas e ambientalistas que estão engajados com tais discussões no presente, e com certeza no futuro próximo. Tem-se assim, diante deste importante desafio, uma forte tendência ao uso do termo *socioambiental* de forma ampla, de maneira que se tornou difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente a partir da perspectiva da natureza, ao se pensar na problemática interação sociedade-natureza do presente, principalmente no que se refere aos países em estágio de desenvolvimento complexo. O termo

“sócio” aparece, então, conectado ao termo “ambiental” como forma de destacar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, nó fundamental da rede de processos referentes à problemática ambiental contemporânea. (MENDONÇA, 2001, p. 117).

O uso da terminologia socioambiental envolve muito mais do que a relação sociedade e natureza, trata-se também de outra forma de pensar e abordar a realidade. Ao atribuir maior importância à dimensão social desses problemas, possibilita-se o emprego da terminologia socioambiental, que não somente explica a perspectiva de dar ênfase ao envolvimento da sociedade como elemento processual, mas

também resulta da busca de cientistas naturais por preceitos filosóficos e da própria ciência social ao procurar compreender a realidade numa abordagem inovadora. A fenda observada no âmbito da ciência social para o envolvimento da dinâmica da natureza como integrante da complexidade da sociedade impulsiona, também, a constituição da compreensão socioambiental da realidade. (MENDONÇA, 2001).

Também é preciso compreender que os pressupostos que permeiam a Geografia Socioambiental dialogam intrínseca e diretamente com a lógica do pensamento complexo. Para se ter uma definição do que vem a ser a complexidade, segundo Morin (1998), a percepção usual a concebe como inimiga da ordem e da clareza. Já uma percepção na lógica do pensamento complexo remete à desordem, como algo ligado à ordem, que por sua vez, é relativa ao sistema e à sua dinâmica no espaço-tempo.

Dessa forma, as atuais e as novas gerações devem ser mobilizadas e levadas a perceber o mundo e os problemas

causados pelas gerações passadas e presentes, sob uma lógica linear e fragmentada, passando a percebê-lo numa outra lógica, a de **saber-pensar o espaço em sua complexidade**. Tal perspectiva demanda um compromisso do pesquisador em trabalhar a comunidade partindo de **uma visão complexa e dialética do mundo**: perspectiva complexa por levar em consideração não somente as relações causais e de tensão no processo, mas também as interconectividades; perspectiva dialética, por conter no interior do movimento social, histórico, cultural, a tensão e a contradição como uma constante. (NOGUEIRA, 2009).

O pensamento complexo nos remete aos princípios da incerteza, da imprevisibilidade, ao descontrole organizacional de um sistema, como é o caso do sistema capitalista; mas também nos remete aos princípios das relações, interrelações, das conexões, interconectividades das ligações. Camargo explicita melhor esta ideia ao afirmar que:

Sistemas complexos, como a atual dinâmica da economia-mundo globalizada, só podem ser pensados à luz das teorias da auto-organização, pois suas variáveis são expostas constantemente à imprevisibilidade, devido à sua complexidade, ou seja, ao grande número de variáveis que atuam conjuntamente no espaço e levam a caminhos não lineares, e que podem caracterizar-se pela previsibilidade zero. (2005, p. 112).

Na perspectiva da Geografia Socioambiental, Leff traz a complexidade ambiental como uma nova racionalidade e um novo pensamento a respeito da produção do mundo embasado no conhecimento, na ciência e na tecnologia; como o espaço onde se articulam a natureza, a técnica e a cultura. A complexidade ambiental é definida como um processo de reconstrução de identidades resultantes da hibridação entre o material e o simbólico; um campo formado por atores sociais que se mobilizam para fazer uso da natureza; uma nova cultura que possibilita a construção de novas visões e o surgimento de novas estratégias de produção sustentável e democracia participativa. (LEFF, 2003, p. 7-8).

Abordar a identidade de uma comunidade na lógica da complexidade implica pensá-la fora da lógica formal, trazendo-a para um mundo constituído por uma diversidade de identidades, compondo formas diferenciadas do ser e entranhando sentidos coletivos do povo. Na complexidade ambiental, a configuração das identidades e do ser surge como o posicionamento do indivíduo e de um povo no mundo; na formação de um ser que conduz estratégias de apropriação da natureza e a construção de mundos de vida variados. (LEFF, 2003, p. 47). De acordo com Camargo (2005), referindo-se à complexização do meio ambiente através da lógica socioambiental:

Levando-se em conta que a geografia da complexidade dimensiona o estudo da sociedade e da natureza, abrangendo os mecanismos de conhecimento da própria totalidade, torna-se possível, para essa ciência, substituir a antiga idéia fragmentada do meio ambiente mediante a aplicação do conceito de espaço geográfico nas análises socioambientais. (p. 214).

A realidade trabalhada neste estudo é concebida nos pressupostos da complexidade ambiental, vista como um sistema complexo, entendido como um conjunto de elementos interatuantes e dependentes entre si, de maneira que uma mudança nas partes “repercute” no todo. Um sistema complexo que inicia na teoria ambiental, identificando-se como uma interrelação das categorias sociais e naturais e que parte de estudos integrados. (PERALTA & RUIZ, 2003).

A Geografia abordada neste estudo transcende a já ultrapassada discussão entre Geografia Física e Geografia Humana, abordando-a em sua totalidade, ou seja, a unidade do conhecimento geográfico resultante da interação entre os diferentes elementos que compõe o seu objeto de estudo.

Essa divisão da ciência geográfica, de acordo com Nogueira (2010, p. 4), também acaba por provocar uma ruptura na maneira de trabalhar os conceitos e conteúdos geográficos: “[...] conceitos e temas trabalhados de forma parcelar e estanques, sem estabelecer as relações do meio natural com a dinâmica humana.”

Para trabalhar a comunidade em sua subjetividade, relações e processos deve-se partir do lugar, necessitando que se conheça a história e a espacialidade da mesma, procurando entender o que ali acontece. Callai (2005) relata a importância e a significância de se trabalhar o lugar em sua totalidade, como o espaço de vivência das pessoas-sujeitos de suas transformações:

Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. As pessoas que vivem em um lugar estão historicamente situadas e contextualizadas no mundo. Assim, o lugar não pode ser considerado/entendido isoladamente. O espaço em que vivemos é o resultado da história de nossas vidas. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades. (p. 236).

Porém é preciso entender que não há como pensar nos problemas socioambientais de uma comunidade, de um lugar, sem levar em consideração a totalidade do mundo. Também não há como conceber o mundo de forma linear, estudando cada uma de suas partes separadamente (casa, rua, bairro, cidade, estado, país, continente), para depois juntá-las. No atual período histórico o mundo é fragmentado pelo processo de globalização que produz espaços da globalização, de forma que não existem espaços iguais, pelo contrário, há os espaços homogeneizados e homogeneizantes, os hierarquizados e os hierarquizantes, os que dão ordens e os que as cumprem. Mas o mundo não pode ser compreendido apenas como a soma de suas partes, ele é a totalidade,

espaços que só fazem sentido no conjunto da totalidade. (STRAFORINI, 2001, p. 50-51).

Diante de um espaço geográfico complexo, formado por relações, conexões, trocas, onde o homem é sujeito na construção de um espaço social, surgem questões que desafiam a expansão das práticas e do modo de vida contemporâneo. Estas questões referem-se aos problemas socioambientais gerados pelo uso inadequado que o homem faz da natureza, criando e recriando espaços excludentes, que segregam e que desqualificam a própria vida.

Para pensar e agir diante desta problemática é preciso mobilizar todos os segmentos da sociedade, propondo alternativas viáveis de serem implementadas. O conceito de

mobilização é mais bem explicitado por Charlot (2000, p. 54-55) ao afirmar que “mobilizar é pôr em movimento; mobilizar-se é pôr-se em movimento.”, ainda nesta linha de raciocínio, “Mobilizar é pôr recursos em movimento. Mobilizar-se é reunir suas forças, para fazer uso de si próprio como recurso.”

É justamente esta movimentação em torno da história de vida das pessoas/moradores da Comunidade Estação dos Ventos que pode fazer surgir propostas de ação em vistas de qualificar suas vidas, permitindo-lhes perceber a importância e o impacto de suas atitudes. A mobilização para estruturar a intensificação dos problemas socioambientais ao longo do processo de ocupação da comunidade, que data de 1985, está inserida na própria relação das pessoas com os saberes que construíram e ressignificaram no decorrer de suas vidas.

Assim, a relação dos sujeitos/moradores da comunidade com o saber é uma relação com o mundo, com eles mesmos e com os outros. É relação com o mundo visto como *conjunto de significados*, também como *espaço de atividades*, e se inscreve no *tempo* (Charlot, 2000, p. 78). É dessa maneira que esta pesquisa trabalha na perspectiva de investigar a relação dos moradores com o “seu mundo”, aqui visto como o lugar, os significados que os mesmos atribuem ao local onde vivem, suas percepções, sendo que esta relação com o mundo é uma relação com a própria linguagem. Logo:

O mundo é dado ao homem somente através do que ele percebe, imagina, pensa desse mundo, através do que ele deseja, do que ele sente: o mundo se oferece a ele como conjunto de significados, partilhados com outros homens. O homem só tem um mundo porque tem acesso ao universo dos significados, ao “simbólico”; e nesse universo simbólico é que se estabelecem as relações entre o sujeito e os outros, entre o sujeito e ele mesmo. Assim, a relação com o saber, forma de relação com o mundo, é uma relação com sistemas simbólicos, notadamente, com a linguagem. (CHARLOT, 2000, p. 78).

Tal perspectiva de investigar as relações dos sujeitos com o seu mundo vivencial, com eles mesmos e com os outros, busca valorizar o conhecimento prévio dos moradores da comunidade e criar relações de afeto, amizade, respeito e comunhão entre pesquisador e colaborador. São estas trocas dialógicas e esta confiança mútua que podem trazer relatos e acontecimentos para a pesquisa que não seriam relegados a pesquisadores impessoais, que não conquistassem e valorizassem os sujeitos estudados enquanto seres humanos possuidores de uma história de vida única.

Diante destas explanações que procuraram conceber o natural e o social como elementos de um único processo, onde o conhecimento na Geografia deixa de ser físico ou humano para se tornar geográfico, é necessário compreender os problemas socioambientais na lógica da complexidade. Estes problemas são sistemas complexos, nos quais

interferem processos de diferentes racionalidades, ordens de materialidade e escalas espaço-temporais. A problemática ambiental é o campo privilegiado das interrelações sociedade e natureza, motivo pelo qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que possibilitem a conexão das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da cultura, da economia e da tecnologia. (LEFF, 2000).

O tratamento das questões socioambientais, levando-se em consideração que representa visões e interesses distintos, não deve ser feito exclusivamente pelas ciências; é preciso que a população afetada participe integralmente das ações e decisões através do diálogo de saberes, relatando conhecimentos e fatos imprescindíveis para a transformação da realidade. Dessa maneira,

[...] os conflitos ambientais que estão na raiz da problemática ambiental, e que implicam visões e interesses diferenciados, nos quais se inscrevem diferentes formas de saber e estratégias de poder no saber, não poderão anular-se, segurar-se e reintegrar-se dentro do campo próprio das ciências; por mais que estas contribuam para a clarificação e solução destes problemas, sua compreensão demanda uma abertura do cerco das ciências para um diálogo de saberes. (LEFF, 2000, p. 37).

O entrelaçamento da ciência, pensada em sua interdisciplinaridade, e dos conhecimentos cotidianos constitui o elo de afirmação de que as transformações da natureza poderão ocorrer a partir do momento em que forem derrubadas as muralhas da diferença. Os processos que implicam um diálogo de saberes e as hibridizações entre ciência, tecnologia e saberes só poderão ser compreendidos e desembaraçados a partir da interdisciplinaridade. Não a interdisciplinaridade como prática teórico-metodológica, mas como um conjunto de práticas sociais que intervêm na construção do ambiente como um real complexo. Uma interdisciplinaridade ambiental definida como o campo de relações entre natureza e sociedade, entre ciências naturais e ciências sociais. (LEFF, 2000).

Tais relações inter e transdisciplinares, para que ocorram fundamentadas no sujeito, devem proporcionar um “pensar sobre o mundo” a partir de um “pensar sobre si próprio”, conhecer o mundo a partir de um conhecimento sobre si mesmo. Dessa maneira, os processos pautados em uma lógica socioambiental, devem contribuir para que o homem possa conhecer a si próprio, na relação com o mundo e com o outro. (NOGUEIRA, 2009).

É por meio da construção de uma sequência dialógica de compreensão da relação homem-natureza que o ser humano estará formando um raciocínio geográfico na perspectiva de um espaço interrelacional, capacitando-se para pensar e agir diante de uma realidade que é desafiadora e dinâmica. A Geografia Socioambiental permite estabelecer

relações geográficas pensando nas interconexões ambientais, criando possibilidades de mudanças e transformações adequadas com a realidade, contribuindo, assim, para a construção de um pensamento geográfico crítico e emancipatório.

Também é necessário deixar bem claro que a Geografia é uma das inúmeras ciências que abordam a temática socioambiental e que, na medida do possível, tem procurado equacionar as questões atinentes ao assunto. Mas é preciso que se sublinhe também, buscando uma salutar compreensão e interferência da problemática, que os grupos de pessoas que atuam devam ser compostos de especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, completados por representantes da sociedade organizada e dirigentes políticos. (MENDONÇA, 2005).

Tanto para a Geografia quanto para as outras ciências, trabalhar as questões socioambientais no Brasil, significa antes de qualquer coisa, lutar pelo equacionamento de graves problemas sociais que tão marcadamente caracterizam o espaço geográfico nacional, resgatando o mínimo necessário

para a sobrevivência e a condição de cidadania de cada um, absurdamente apropriada por uma minoria hereditariamente no poder. Estes problemas acabam se tornando uma ameaça à paz social quando se pensa nos índices de criminalidade, violência, delinquência, corrupção, favelamento, mortalidade infantil, desemprego/subemprego, distribuição de renda, habitação, educação, alimentação, lazer, etc. É preciso pensar também em algumas questões: a) Como falar em meio ambiente diante de tais condições? b) Como falar de meio ambiente dentro de uma favela? c) O que estas pessoas precisam resolver primeiro? d) Quais as suas prioridades básicas?

Nesse sentido, retomando as idéias de Mendonça (2005, p. 72), deve-se considerar que o tratamento do meio ambiente, mesmo assumindo um ponto de vista de alguma especificidade do conhecimento, não pode perder a visão do todo. Em outras palavras, numa relação dialética, esta discussão socioambiental é uma manifestação do geral, e precisa ser compreendida neste raciocínio de interligações particular-geral-particular.

Por isso, julga-se necessário ad-mirar as peculiaridades do pensamento socioambiental, no sentido de visualizar desde dentro, no movimento de ir e vir do todo às

partes. Sendo importante no processo de abstração do espírito humano em compreender o concreto. O termo ad-mirar é fundamentado por Freire ao afirmar que

Ad-mirar, mirar desde dentro, cindir para voltar a mirar o todo ad-mirado, que são um ir até o todo e um voltar dele até suas partes, são operações que só se dividem pela necessidade que tem o espírito de abstrair para alcançar o concreto. No fundo, são operações que se implicam mutuamente. (FREIRE, 1981, p. 31).

Todas as discussões e apontamentos feitos até o momento buscaram a reflexão acerca da relação do homem com a sua realidade, ou seja, a relação homem/natureza. Buscando teorizar sobre de que forma a realidade é dada ao homem, Freire (1979, p. 15) postula que a realidade é relegada aos homens, num primeiro momento, como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Em outras palavras, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas sim uma posição ingênua. Neste nível de espontaneidade, ao aproximar-se da

realidade o homem faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura.

Tal processo de tomada de consciência ainda não se constitui enquanto conscientização, devido ao fato desta consistir no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica em que se ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade, buscando chegar a uma esfera crítica que concebe a realidade como objeto cognoscível na qual o homem assume uma posição epistemológica. Ainda,

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1979, p. 15).

A apropriação destes conceitos implica em um compromisso histórico, no qual os homens assumem o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo, exigindo que criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. Tal conscientização baseia-se na relação consciência-mundo, proporcionando aos homens o esclarecimento da sua condição obscura resultante de sua aproximação com o mundo.

O que se tem a fazer, na verdade, é propor ao povo, por meio de certas contradições básicas, sua situação

existencial, concreta, presente, como problema que o desafia e que, por sua vez, lhe exige resposta, não apenas no nível das idéias, mas no nível da ação. Não só dissertar sobre a prática e propor projetos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores. É preciso falar ao povo sobre a visão de mundo do cientista e fazê-la dialogar com a sua visão, uma visão que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. (FREIRE, 1987, p. 49).

3. Interrelações com a comunidade

A visão de mundo das pessoas que habitam e compõem um espaço comum é importante como perspectiva de compreensão desta realidade, pois a estruturam e a vivenciam. Fazê-la dialogar com a visão do cientista, de forma a construir um pensamento coletivo que venha a contribuir para a proposição de ações locais, constitui uma alternativa de materialização do poder de transformação da voz do povo.

Viver em um lugar comum, compartilhando conflitos, a própria batalha diária pela sobrevivência, criando e recriando saberes, valores, significados, relações com este espaço podem vir a constituir o que se entende por comunidade. Para começar, de acordo com Bauman (2003), comunidade é entendida como um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante onde todos se entendem bem, podem confiar

no que ouvem, estão seguros a maior parte do tempo e raramente ficam desconcertados ou são surpreendidos.

Na comunidade idealizada pode-se contar com a boa vontade dos outros, se alguém tropeça e cai, os outros ajudarão a ficar em pé outra vez, ninguém vai rir de ninguém, nem ridicularizar por causa da falta de jeito; nesta existe a fraternidade, o perdão, a doação, a comunhão com o próximo. Porém vale lembrar que se vivem tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando em resposta a um pedido de ajuda ouvem-se advertências para que cada um fique por sua conta e risco, tempos em que tudo o que a palavra comunidade evoca é aquilo que se sente falta e se precisa para viver seguros e confiantes.

Não é apenas a “dura realidade” declaradamente “não comunitária”, diferentemente da comunidade imaginária que produz uma “sensação de aconchego”, que cria um problema para esta imagem concebida desta organização social. O que também se constitui como um obstáculo para esta é a diferença existente entre a comunidade dos sonhos e a “comunidade realmente existente”, sendo que esta se constitui enquanto uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, mas ao mesmo tempo exige lealdade incondicional e não permite traições.

Diante do atual contexto das questões socioambientais, em distintos espaços e suas relações, os serviços e os benefícios prestados pela comunidade, em alguns momentos, exigem que seus membros abram mão de algumas conquistas. A segurança oferecida por esta organização social exige que o indivíduo abra mão de sua liberdade; a

confiança no próximo exige que não se confie em ninguém fora da comunidade; o entendimento mútuo requer a privação de falar com estranhos ou mesmo falar línguas estrangeiras; a proteção estabelece que ninguém acolha estranhos ou aja de modo esquisito; a dádiva do aconchego determina que sejam instalados alarmes em cada porta, câmeras de tevê no acesso, que ninguém chegue perto da janela e jamais abra a porta. (BAUMAN, 2003).

Há um preço a pagar pelo privilégio de viver em comunidade, e este preço é pago em forma de liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados, mas a atual forma de se conceber as “comunidades realmente existentes” torna a contradição entre estes dois valores mais visível e mais difícil de consertar. Dessa forma,

A tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar a solução correta e ficar frustrado com a solução adotada não nos levará a abandonar a busca – mas a continuar tentando. Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la. (BAUMAN, 2003, p. 11).

Pensar uma comunidade é refletir sobre as interrelações que se estabelecem com o espaço no qual se localiza, e estas conexões refletem o estágio de degradação ou de conservação da questão socioambiental desse contexto. Não apenas os problemas de caráter físico ou social, mas que surgem da complexa interação do homem com a natureza. Neste sentido, Leff (2007, p. 111) traz o homem como sujeito de suas próprias ações, destacando que “a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais”.

O homem estrutura e ressignifica percepções, opiniões, espaços, valores, sentimentos, intencionalidades, culturas e até mesmo a própria natureza, porém estes processos que modificam a essência do ser humano muitas vezes desqualificam a própria vida. Dessa forma, iniciativas individuais e coletivas, buscando reduzir os impactos gerados pela relação homem e natureza, precisam estar conectadas ao “saber ambiental”, no sentido de que o mesmo está vinculado à solução prática de problemas socioambientais e à elaboração de novas políticas e estratégias de desenvolvimento. Fundamentando este pensamento, Enrique Leff afirma que,

O saber ambiental vai-se configurando a partir de seu espaço de externalidade e negatividade, como um novo campo epistemológico no qual se desenvolvem as bases conceituais e metodológicas para abordar uma análise integrada da realidade complexa na qual se articulam processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade (física, biológica, social, cultural). (2007, p. 112).

Por isso, orientando-se numa perspectiva construtivista, o saber ambiental fundamenta, analisa e promove os processos de transição que permitem sustentar uma nova racionalidade social, que incorporem as condições ecológicas e sociais de um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro. Trata-se de estabelecer as contribuições das ciências sociais à compreensão da questão ambiental e delimitar os principais problemas emergentes da realidade estudada em sua multidimensionalidade. (LEFF, 2007).

Este movimento de ir e vir nos diálogos e reflexões acerca dos pressupostos socioambientais do pensamento geográfico, conectado ao conceito de comunidade como forma de promover iniciativas partindo do local, traduz a intrincada teia de nós que compõem a Geografia da Vida. Não apenas iniciativas individuais que primem pelo conhecimento fragmentado, mas sim ações coletivas que busquem ouvir e

valorizar o outro (a outriedade citada por Leff), levando em consideração que entre “eu e o mundo existe o outro”, que possui uma história de vida, valores, saberes, sentimentos, em suma, uma intencionalidade.

Diante de um mundo rapidamente privatizado e individualizado, Bauman (2003) traz a identidade como substituta da comunidade, devido ao fato de que a instantaneidade das transformações possibilita que cada uma delas possa ser livremente imaginada, sem temer o teste da prática, como abrigo de segurança e confiança desejada com ardor. Para isso, com o objetivo de oferecer um mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranquilizante e consolador, a identidade deve utilizar-se e ao mesmo tempo negar o papel de substituto da comunidade. Tal afirmação pode ser explicada com as palavras do autor:

“Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E, no entanto, a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus

medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. (BAUMAN, 2003, p. 21).

A partir destas informações surge um questionamento: como se pode conceber uma identidade abordada como singular, individual numa lógica interrelacional socioambiental? A resposta é que mesmo se tratando de um paradigma dialógico de pensamentos e ações coletivos, devem-se considerar as individualidades, as identidades, as intencionalidades; em outras palavras, para se compreender o todo é preciso estudar suas partes interrelacionadas, conectadas, interligadas, considerando-se as características singulares no contexto maior.

A afirmação de identidades no mundo que rapidamente se globaliza contrasta com o fortalecimento e o surgimento de novas fronteiras, que parecem ser erguidas em cada nova esquina de cada bairro decadente. Fronteiras estas que não foram traçadas para defender a singularidade das identidades já existentes, mas que transformam as identidades

comunitárias em subprodutos ou consequências do infindável processo de seu estabelecimento. (BAUMAN, 2003).

A delimitação destas fronteiras visa oferecer a esperança de alívio e tranquilidade, que torna a comunidade dos sonhos tão atraente, aos indivíduos que acreditam que o lar comum foi encontrado. “A comunidade realmente existente” será diferente daquela de seus sonhos, sendo o seu contrário tanto mais semelhante: aumentará seus temores e inseguranças em vez de diluí-los ou deixá-los de lado. E é no combate diário para manter os estranhos fora dos muros e para caçar os traidores em seu próprio meio que o sentimento de *estar em uma comunidade*, de *ser uma comunidade* pode ser mantido e impedido de desaparecer. “O aconchego do lar deve ser buscado, cotidianamente, na linha de frente.” (BAUMAN, 2003, p. 22).

Muitas são as transformações, as mudanças, as interconexões, os conflitos, as incertezas, as desordens, as trocas de sentimentos entre pessoas que compartilham um determinado espaço, e também de certa forma compartilham a própria vida com o outro; mas há uma emoção básica que deve estar presente para que seja possível a convivência

harmônica (às vezes não tão harmônica assim) e a perpetuação do viver em comunidade: o amor. Esta emoção tão nobre busca abrir um espaço de interações recorrentes com o outro, no qual sua presença é legítima, sem exigências. Tal emoção tão complexa e conexa, por isso socioambiental, é definida por Maturana como:

El amor es, hablando biológicamente, la disposición corporal para la acción bajo la cual uno realiza las acciones que constituyen al otro como un legítimo otro en coexistencia con uno. Cuando no nos conducimos de esta manera en nuestras interacciones con otro, no hay fenómeno social. El amor es la emoción que funda el fenómeno social. Cada vez que uno destruye el amor, desaparece la convivencia social. (1996, p. 251).

O amor está presente neste sentido coletivo de pertencimento a uma comunidade, de vivenciar as rupturas, de dialogar com os erros e os acertos, de construir conjuntamente, de respeitar e valorizar o outro. Mesmo quando existem muros materiais ou subjetivos, forjados pela atual sociedade globalizada, a ligação entre as pessoas que vivem em uma

comunidade e o significado de estar nesta organização social transpõe tal barreira e ressignifica sua própria existência.

Numa relação dialética de amor e rejeição, as transformações operadas pelos seres em seu ambiente acabam por transformar eles mesmos. O significado do viver e estar em uma comunidade também possui um lado negativo, no sentido de que a complexa interação homem e

natureza, subjugando esta última às “necessidades” humanas, acaba por gerar produtos e subprodutos que não podem ser decompostos ou assimilados pelo meio. Morin, em sua obra O Método 1, deixa isto bem claro ao estruturar que

“Todo ser age e retroage em seu ambiente. Toda atividade produtora tem efeitos múltiplos, diversos, complexos sobre o ambiente.” (2005, p. 253). Nesta linha de raciocínio o mesmo autor conclui que:

Assim, os seres vivos transformam seu ambiente; autoproduzindo-se, eles se alimentam e co-produzem seu ecossistema, sempre o degradando por suas poluições, seus dejetos, suas predações (animais) e suas depredações (humanas). (MORIN, 2005, p. 253-254).

As organizações sociais e o ambiente são, sempre se mantendo diferentes um do outro, *um no outro*, cada um à sua maneira; da mesma forma, suas inseparáveis interações e relações mútuas são complementares, concorrentes e antagônicas. Enquanto o ambiente ao mesmo tempo alimenta e ameaça, faz existir e destrói, a organização transforma, polui e enriquece. De maneira retroativa, ser vivo e ambiente se unem de forma que um produz o outro reciprocamente, ou seja, as complexas interações moradores e comunidade acabam provocando rupturas e transformações recíprocas.

Estas rupturas e transformações provocadas pela valorização dos bens materiais (tendo a natureza como uma fonte ilimitada de matéria-prima), em nível local e global, acabam por ocasionar problemas socioambientais em diferentes realidades. A crise ambiental, de acordo com Milton Santos, reflete uma despreocupação com as especificidades do local e das realidades ambientais, sendo que,

A busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais. (2006, p. 170).

Frente à indiferença para com o local nos dias de hoje, a comunidade é procurada como abrigo contra as sucessivas correntezas de turbulência global, sendo que estas correntezas são originadas em lugares distantes que nenhuma localidade pode controlar por si só. Nesse viés, a construção de comunidades cercadas acaba por desviar o foco das fontes da insegurança, sendo que estas estão profundamente imbricadas na crescente distância entre a condição de “*individualidade de jure*” (real) e a tarefa de obter a “*individualidade de facto*” (imaginada). (BAUMAN, 2003).

Comunidade como um espaço onde se busca a segurança, que nega e interage com a liberdade; onde ocorre

a valorização e o reconhecimento do outro como legítimo outro (o amor conceituado por Maturana); onde as complexas e retroativas relações homem e natureza acontecem, por vezes gerando ações, reações, produtos e subprodutos; como uma reafirmação da identidade, na qual se vive e se está na comunidade; em suma, uma vida em comunhão com o outro. Porém, o sentido de comunidade já não é mais o mesmo, tanto no que se refere aos problemas socioambientais advindos das interrelações entre pessoas e comunidade, quanto aos valores que já não são mais construídos nesta organização social, como a segurança, o aconchego, a identidade individual e coletiva, a solidariedade, o respeito, a comunhão, dentre outros.

4. Considerações finais

Pensar a comunidade é pensar na própria Geografia Socioambiental, pois os pressupostos desta abordagem devem partir do local, bem como a multidimensionalidade inerente a este espaço necessita de uma visão diferenciada do mundo e da vida. Refletir sobre as questões socioambientais dos lugares não quer dizer que serão considerados apenas os problemas, mas também as qualidades, os valores, os conhecimentos, as emoções, as intencionalidades, as percepções, e tudo aquilo que os moradores da comunidade construirão e ressignificarão ao longo das vivências neste contexto.

A natureza cambiante do mundo contemporâneo exige a simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo da Geografia. Impõe também a abertura das mentes para se criar o novo, o

diferente, superando o atual estágio de dificuldades e limitações de apreensão do real que ainda fortemente caracteriza o presente. Um novo pensamento, capaz de provocar mudanças, não se concretiza se não houver um diálogo de saberes distintos e sem considerar as resistências. Neste contexto é preciso estar aberto, ser criativo e ousado o suficiente para propor alterações e criar possibilidades para o surgimento de novas propostas como a Geografia Socioambiental.

Sendo assim, neste mundo onde todos os seres são interdependentes, há tarefas que podem ser enfrentadas por cada indivíduo, mas com as quais não se pode lidar individualmente. As barreiras que levam a manter a distância dos outros, a estabelecer limites e barricadas, tornam a administração dessas tarefas ainda mais difícil. Todos

precisam ter controle sobre as condições com as quais se enfrentam os desafios da vida, porém para a maioria esse controle só pode ser obtido coletivamente.

É justamente neste momento que a comunidade mais faz falta, sendo que também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma

comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de responsabilidade e de interesse no que se refere aos direitos iguais de todos serem humanos e de igual capacidade de agir em defesa desses direitos.

Referências

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

CAMARGO, L. H. R. de. **A ruptura do meio ambiente**. Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a Geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 120 p.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 53 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: JUNIOR, Arlindo Philippi et al. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 19-51.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Trad: Sandra Valenzuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MATURANA, H. **El sentido de lo humano**. 8. ed. Santa Elena: Productora Gráfica Andros Ltda., 1996.

MENDONÇA, F. de A. Geografia Socioambiental. In: **Terra Livre**, n. 16, p. 113-132, 1º sem. 2001.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 80 p. (Caminhos da Geografia).

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Trad: Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOGUEIRA, V. **Educação Geográfica e Formação da Consciência Espacial-Cidadã no Ensino Fundamental: Sujeitos, Saberes e Práticas**. 2009. 369f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NOGUEIRA, V. Os saberes na Educação Geográfica: tecendo uma rede de conceitos e temas voltados à compreensão da espacialidade geográfica. In: NOGUEIRA, V. **Bases referenciais da Educação Geográfica na formação da consciência espacial-cidadã**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2010.

PERALTA, J. E.; RUIZ, J. R. Educação popular ambiental. Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais**: o desafio da totalidade mundo. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação Aplicada às Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ⁱ Autor: **Marcelo Bêz**, graduado em Geografia Bacharelado e Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS. Mestrando em Geografia pela UFSM/RS. E-mail: marcelofresh@hotmail.com

ⁱⁱ Orientador: **Lauro César Figueiredo**, doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/SC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS. E-mail: laurocfigueiredo@hotmail.com

Cassiane Jrayj de Melo Victoria Barianiⁱ

Waterloo Pereira Filhoⁱⁱ

Nelson Mario Victoria Barianiⁱⁱⁱ

1 - Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a aplicação do sensoriamento remoto no âmbito da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Esta região possui uma área de 46.231Km² segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE/RS (2010), ocupando 13 Municípios de relevo plano a suave-ondulado e clima predominantemente subtropical, com grandes variações térmicas (IBGE, 1986). É uma área privilegiada em termos de recursos hídricos, pois possui grandes rios como o Uruguai e o Ibicuí, além de estar sobre o Aquífero Guarani que é o

maior manancial de água doce transfronteiriço do mundo. Alguns estudos como os de Santos e Girardi (2007) demonstraram uma grande quantidade de corpos d'água, como açudes e barragens, na região da Fronteira Oeste, além de verificar o aumento dos mesmos em um período de 15 anos entre os anos de 1991 a 2005.

Para o sucesso na produção de alimentos é importante que se tenha ou que se forneçam condições favoráveis para o bom desenvolvimento das culturas agrícolas. A região da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul possui

aptidões para a produção de alimentos, pois a combinação de clima, solo, relevo, e a disponibilidade de água são fatores fundamentais para o sucesso da produção agrícola. Esses fatores básicos que garantem uma boa safra agrícola são encontrados em praticamente todo o estado, mas principalmente na Fronteira Oeste, a qual possui extensas lavouras agrícolas.

Com todos esses atributos que propiciam o bom desenvolvimento de atividades agrícolas, a região vem aumentando paulatinamente a produtividade de grandes culturas, onde podemos destacar o arroz irrigado, já que segundo a Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado – SOSBAI (2010), o estado do Rio Grande do Sul foi responsável por 61% do total de arroz produzido no país, com destaque para a Fronteira Oeste que na safra de 2009-2010 teve a maior área plantada do estado com 302.690 ha, além da maior produtividade com 6.971 kg/ha, como mostra a Figura 01.

FIGURA 01: Estado do Rio Grande do Sul, dividido em regiões onde se identifica a área semeada e a produtividade do arroz irrigado para a safra de 2009-2010.



FONTE: IRGA *apud* SOSBAI (2010)

1.1- O Sensoriamento Remoto

Pode ser utilizado para diferentes funções de acordo com os interesses de cada pesquisador. O interessante dessa ferramenta é saber utilizá-la e interpretá-la de acordo com o produto final o qual se deseja obter. Para tais análises é necessário o conhecimento das interações da radiação com o ambiente a ser estudado, detectada através de sensores. Portando além de entender o comportamento e as funções

dos sensores é necessário que se entenda o que ocorre quando a radiação incide sobre o ambiente e posteriormente chega aos sensores; esta interação deve ser analisada e entendida pelo pesquisador.

São muitas as definições para o termo Sensoriamento Remoto, porém a definição colocada por Jensen (2011) traduz de forma clara este conceito.

Sensoriamento Remoto (SR) é o registro das informações das regiões do ultravioleta, visível, infravermelho e microondas do espectro eletromagnético, sem contato, por meio de instrumentos tais como câmeras, escâneres, lasers, dispositivos lineares e/ou matriciais localizados em plataformas tais como: aeronaves ou satélites, e análise da informação adquirida por meio visual ou processamento digital de imagem (JENSEN, 2011, p. 4).

Existe um número grande de satélites em orbitas no espaço; cada satélite possui a bordo sensores, que são equipamentos que registram a energia refletida ou a energia emitida pelos objetos na superfície da terra. Segundo Florenzano (2008): “Essa energia é transformada em sinais elétricos, que são transmitidos para as estações de recepção

que integram o segmento solo, na Terra. Os sinais por sua vez, são processados e transformados em imagens. Para captar os dados da superfície terrestre, os sensores a bordo dos satélites ficam apontados sempre para a Terra” (FLORENZANO, 2008, p. 22).

As informações resultantes de sensores remotos podem alcançar alto grau de especificidade, abrangendo propriedades como tipo de vegetação, comprimentos, áreas, declividades e outras. Porém, é a energia eletromagnética refletida ou emitida pelos alvos a que é utilizada para deduzir ditas propriedades reais. Para isso é necessário o uso de técnicas de processamento visual ou digital de imagens.

As informações em **SR** são transmitidas através da radiação eletromagnética que pode ser caracterizada através do **Comprimento de Onda** (λ), geralmente em nanômetros (nm) ou micrômetros (μm) ou a frequência (ν), em **Hz** relacionadas através da expressão: $\nu=c/\lambda$. Os intervalos de

comprimentos de onda (ou frequências) detectados por um certo sensor constituem as bandas (MOREIRA, 2011).

Portanto a primeira informação que o pesquisador deve buscar antes de começar a sua pesquisa em sensoriamento remoto são as características do satélite, o tipo de sensor que irá utilizar; qual a combinação de bandas que irá fazer para conseguir chegar com êxito e alcançar os objetivos esperados.

Assim esse capítulo tem por objetivo buscar um entendimento, esclarecer, a interação do sensoriamento remoto com o ambiente da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul.

2 - Aplicações para culturas irrigadas e corpos d'água

Atualmente um dos usos do Sensoriamento Remoto está sendo a obtenção de informações precisas sobre a produtividade das culturas agrícolas. Levantamentos confiáveis sobre as safras, antecipadamente ao período da

colheita, proporcionam estratégias para aprimorar as políticas públicas de abastecimento e a manutenção do equilíbrio entre oferta e demanda no setor agrícola (FIGUEIREDO, 2007). A produção agrícola é obtida como resultado do produto entre a

produtividade e a área ocupada pela cultura, obtidos de maneira independente (DEPPE et al, 2007).

2.1- Monitoramento Ambiental

Através do sensoriamento remoto é possível manter um monitoramento periódico dos sistemas agrícolas e aquáticos. Segundo Novo et al. (2007) “o sensoriamento remoto é uma ferramenta que torna possível a aquisição de informações para análise espacial e temporal de ambientes aquáticos integrando bacia hidrográfica e drenagem”. Como as lavouras de arroz irrigado possuem vegetação sob lâmina d’água, é importante o entendimento dessa dinâmica e do comportamento da energia refletida.

A Fronteira Oeste do RS dispõe de quantidades abundantes de água, sejam através de barramentos, barragens artificiais, açudes naturais, rios, arroios, córregos ou águas subterrâneas, sendo essas utilizadas para diversos fins, como para a dessedentação de animais, dos rebanhos

Outra aplicação importante é o monitoramento da qualidade da água e o meio ambiente, relacionando-os às atividades antrópicas.

bovinos, que são característicos da região, além da utilização para a agricultura, especificamente arroz irrigado, que se constituiu o cerne da Fronteira Oeste.

Esta região caracteriza-se pelo cultivo de grandes áreas de arroz, onde predomina o sistema de cultivo com taipas em nível. A irrigação, na grande maioria das lavouras, é pouco planificada, embora se tenha o domínio da água. A inundação ocorre a partir de patamares mais altos, sendo a água conduzida por gravidade, mantendo-se uma lâmina de água através de taipas construídas com diferença de nível de 5 a 10 cm.

O volume de água requerido pelo arroz irrigado por inundação do solo é o somatório da água necessária para saturar o solo, formar uma lâmina, compensar a

evapotranspiração e repor as perdas por percolação e fluxo lateral. No cálculo da necessidade de água de uma lavoura, devem-se incluir ainda as perdas nos canais de irrigação. Assim, a quantidade depende, principalmente, das condições climáticas, do manejo da cultura, das características físicas do

solo, das dimensões e revestimento dos canais, do ciclo da cultivar, da localização da fonte e da profundidade do lençol freático.

Segundo a Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado (SOSBAI):

Para suprir a necessidade de água do arroz, estima-se que venha sendo utilizado, atualmente, um volume de água médio de 8 a 10 mil m³/ha (vazão de 1,0 a 1,4 L/s.ha), para um período médio de irrigação de 80 a 100 dias. Solos com textura mais leve e com maior gradiente de declividade normalmente requerem maior quantidade de água. Da mesma forma, a demanda hídrica é maior em anos com temperaturas elevadas e umidade relativa do ar baixa ou com baixa precipitação.

Em síntese, a necessidade de água do arroz irrigado por inundação do solo é alta, variando, porém, com as condições climáticas, atributos e tipo de solo, manejo da cultura e a duração do ciclo da cultivar. Também as dimensões e revestimento dos canais, localização da fonte de captação e a profundidade do lençol freático influenciam o volume de água requerido pela cultura (SOSBAI, 2010, p. 87).

Atualmente, a otimização do uso da água pela lavoura de arroz constitui-se em questão prioritária do setor orizícola, que busca alternativas de manejo, técnica, econômica e ambientalmente sustentáveis. Destaca-se, porém, a forte interação do manejo da água com as demais práticas de manejo da cultura, influenciando seu desempenho.

Trabalhos sobre o monitoramento da qualidade da água vêm sendo desenvolvido em alguns municípios da Fronteira Oeste, principalmente na cidade de Itaqui, onde segundo Victoria Bariani (2011) são monitorados 18 pontos, os quais são influenciado pelas cheias e secas do rio Uruguai,

que consegue um efeito diluidor nos córregos da região, propiciando assim água de boa qualidade para a agricultura.

Os cuidados com a água utilizada para irrigação são fundamentais para a sustentabilidade do processo produtivo da lavoura de arroz irrigado por inundação. A localização geográfica das lavouras de arroz, próximas a rios e outras fontes de água, exige a adoção de práticas de manejo que

evitem ao máximo a saída da água das lavouras. Os agroquímicos utilizados na lavoura podem ter na água de irrigação o meio mais rápido de atingir mananciais hídricos e afetar organismos não-alvo, proporcionando contaminação ambiental com impactos negativos. Além de **agrotóxicos**, a água de drenagem da lavoura pode conter **fertilizantes** e solo. Segundo a SOSBAI:

O manejo de manter a água de irrigação na lavoura inicia no estabelecimento da irrigação definitiva da lavoura e continua até o final do ciclo. No início, o potencial de contaminação está mais relacionado a nutrientes, herbicidas, inseticidas e solo, dependendo do sistema de cultivo adotado. Ao final do ciclo tem maior relação com inseticidas e fungicidas utilizados para proteção das plantas.

Em qualquer sistema de cultivo, recomenda-se evitar o extravasamento da água da lavoura durante todo o período de cultivo de arroz e, se for necessário retirar a água, não fazê-lo antes de completar 30 dias da aplicação de agrotóxicos, efetuando-se apenas a reposição para manutenção da lâmina (SOSBAI, 2010, p. 92).

Portanto deve-se monitorar periodicamente a estrutura da lavoura evitando que as perdas de água aconteçam antes do período de segurança estabelecido em 30 dias. Esse

período deve ser respeitado, pois quando a água da lavoura fica estável, as concentrações de produtos químicos acabam diminuindo, pela absorção das plantas e decomposição.

2.1.2- Princípios Físicos

A energia refletida contém informações espectrais valiosas sobre as características da superfície ou próxima à superfície do corpo d'água. No caso que o ângulo zenital solar e ou ângulo de visada do sensor forem aproximadamente os mesmos, podemos obter uma reflexão puramente especular, que só serve para reconhecimento espacial de corpos d'água, fornecendo explicações de pouco valor espectral. Segundo Jensen (2011) “Esta é a razão que as coletas de dados com radiômetros devem ter em conta esse fator, não fazendo, por exemplo, uma medição ao nadir (perpendicular ao plano d'água) em um período de uma a duas horas ao redor do meio-dia local” (JENSEN, 2011, p. 412).

A energia total que vem do Sol é distribuída em várias componentes: uma parte absorvida, uma parte transmitida e uma parte refletida. Quando é analisada a energia que atingiu um sensor, ela contém registros de todos os eventos anteriores de absorção (A), transmissão (T) e reflexão (R). Mas geralmente, o que nos interessa são as características de A, T, e R de um certo alvo, por exemplo a água ou o solo.

No caso do Radiômetro, ele é usado para detectar as componentes refletidas. A continuação será feita uma análise destas componentes no caso da água. Segundo Nascimento,

O sensoriamento remoto envolve análises das variações da magnitude e qualidade da radiação que deixa a água para se obter informações quantitativa do tipo de substâncias presentes na água e suas concentrações. Essas análises devem ser baseadas no entendimento das propriedades ópticas do meio e dos processos óticos que ocorrem nesse meio. Quando se analisam as propriedades óticas de um meio, é necessário distinguir o efeito da própria água do campo de luz dos efeitos dos materiais dissolvidos e em suspensão na água (NASCIMENTO et al, 2011, p.86).

Portanto com sensoriamento remoto é possível, desde que se tenha um entendimento das propriedades ópticas, obter as características de refletância da água, bem como associá-las as características de refletância de componentes tais como, argila, silte, fitoplâncton, arroz, etc.

A radiância total (R_t) registrada por um sensor, por exemplo um radiômetro, é uma função da energia eletromagnética proveniente de 4 fontes: $R_t = R_p + R_s + R_v + R_b$, onde:

R_p é a porção da radiação registrada provinda da radiação solar direta e indireta (mas que não provém da superfície da água nem atmosfera), por exemplo, radiação termal, ruídos.

R_s é a porção refletida pela superfície no primeiro milímetro, com o qual pode ser considerada praticamente 100% refletida.

Essa radiação eletromagnética contém informações de absorções só da camada atmosférica, por exemplo, o vapor de água atmosférico, dióxido de carbono e outros gases, que

não são o foco do nosso estudo. Porém, pode servir de “branco” justamente para conhecer e eliminar estes efeitos. Na prática, são usadas placas de referência, por exemplo de spectralon, para considerar o 100 % de Refletância, que inclui em si os efeitos atmosféricos, e que serão eliminados na comparação com a refletância do alvo.

R_v é a porção da radiação que realmente penetra na água e interage com seus componentes orgânicos e inorgânicos, porém sem atingir o fundo. Essa **radiância** denomina-se **volumétrica de superfície**, e fornece informações valiosas sobre características da composição da coluna d'água. Ela é formada por reflexões em partículas suspensas na água, assim como energia absorvida pelas moléculas e posteriormente emitida como espalhamento. Dessa forma, a radiância que chega ao detector contém informações sobre a características químicas das moléculas, assim como características físicas (tamanho e carga de sedimentos).

R_b é a porção da **radiância** que chega ao sensor, após ter penetrado em forma descendente a coluna de água,

ter **refletido no fundo**, e propagado de volta até sair do corpo d'água. Em casos especiais como estudos batimétricos (com radar) ou estudos de corais ou do fundo do corpo d'água, ela é fundamental. Mas quando o que interessa é a característica da coluna d'água, essa porção (R_b) deve ser desagregada da R_v , o que pode implicar procedimentos mais complexos típicos da área de espectroscopia.

Para o objetivo de caracterizar os componentes ópticos da água que interajam com as lavouras, barragens, rios e córregos da região da Fronteira Oeste, a principal radiação a ser estudada é a **R_v** , pois separando-a das demais conseguiríamos identificar os constituintes presentes na água. Onde segundo Jensen (2011) “Para estudos de qualidade da água que se utilizem de dados de Sensoriamento Remoto, normalmente o que interessa é a radiância volumétrica da subsuperfície, R_v , pois essa interage com a água e seus constituintes, saindo da coluna d'água na direção do sensor sem interagir com o fundo, levando assim as informações valiosas para o pesquisador” (JENSEN, 2011, p.413).

As principais informações contidas nessa radiação são as concentrações de: 1) água pura, w ; 2) sedimentos inorgânicos em suspensão, SM ; 3) clorofila “a” orgânica, Chl ; 4) material orgânico dissolvido, DOM , e 5) quantidade total de atenuação por absorção e espalhamento que ocorre na coluna d'água derivado a cada um desses constituintes, $c(\lambda)$. Isto pode ser expresso na linguagem matemática da seguinte forma: $R_v = f[w_{c(\lambda)}, SM_{c(\lambda)}, Chl_{c(\lambda)}, DOM_{c(\lambda)}]$.

É comum utilizar o termo água pura para indicar um meio hipotético sem substâncias a não ser as próprias moléculas de água. A água contém uma variedade de constituintes orgânicos (clorofila a do fitoplâncton) e inorgânicos (minerais em suspensão na água). Quando as águas naturais contém uma mistura desses materiais, um dos problemas mais difíceis em Sensoriamento Remoto é derivar (extrair) informações quantitativas sobre esses constituintes específicos a partir de dados de sensoriamento remoto (Doxaran et al., 2002; Karaska et al., 2004).

2.2 - Sedimentos em suspensão

Os sedimentos podem ser provenientes de uma variedade de fontes, incluindo a erosão de áreas agrícolas e de pecuária, principalmente em culturas que utilizam áreas de várzea como é o caso do arroz irrigado na região da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul; o intemperismo de terrenos com grande declividade; erosão nas barrancas ou encostas ribeirinhas; e da ação antrópica quando se utiliza de áreas próximas aos cursos d'água. Dependendo do tipo de solo que deu origem ao sedimento, podem predominar partículas de diferentes tamanhos (diâmetros): argila fina (3 a 4 μm), silte (5 a 40 μm), areia fina (41 a 130 μm) e a grosseira (131 a 250 μm) (RESENDE et al, 2007).

A erosão do solo numa bacia hidrográfica lança uma carga de sedimentos nos corpos d'água que resulta em

assoreamentos mais rápidos dos principais rios e reservatórios. Isso pode diminuir a vida útil dos reservatórios e lagos, resultando na necessidade de drenagem de rios. Os sedimentos também afetam a qualidade da água e a sua adequação para consumo humano, recreação e uso industrial (CARVALHO et al, 2000). Segundo Jensen (2011) “Os sedimentos servem como um agente armazenador e transportador de pesticidas e nutrientes, como **fósforo** e **nitrogênio**. Também compostos orgânicos que podem ser um indicador de poluição” (JENSEN, 2011, p. 417). Os sedimentos em suspensão podem impedir a transmissão da radiação solar e reduzir a fotossíntese em vegetação aquática submersa e fitoplâncton próximo ao substrato do fundo, os quais têm um papel vital na cadeia alimentar do ecossistema aquático. Segundo Tundisi:

O comportamento de vários organismos aquáticos é muito influenciado pela intensidade de energia radiante subaquática e também pela quantidade espectral da luz presente em diferentes profundidades. Por exemplo, a migração vertical do zooplâncton e das formas bentônicas da superfície do sedimento, em lagos rasos, é fortemente influenciada pela energia radiante (TUNDISI, 2008, p. 71).

Estudos como os de Gliwicz (1986) demonstraram que mesmo a intensidade de radiação fraca existentes durante períodos de lua cheia pode influenciar a reprodução do zooplâncton.

Além de proporcionar energia, que é a fonte básica de vida para os organismos aquáticos, a radiação subaquática é muito utilizada pelos organismos para a orientação e

informação sobre o ambiente em que vivem. Portanto deve-se observar, na agricultura, e principalmente, na cultura do arroz irrigado, o escoamento através da água da lavoura, de sedimentos e produtos agrícolas que alterem a dinâmica da vida aquática. Tundisi cita um exemplo de como o ecossistema aquático pode ter a sua dinâmica alterada.

Tundisi (resultados não publicados) demonstrou que bancos de *Eichchrnia crassipes* em lagos do Pantanal de Mato Grosso podem reduzir a radiação solar que chega até 90% no nível da superfície da água. Extensos florescimentos de cianobactérias podem reduzir a radiação solar que chega à superfície de lagos, represas e rios a apenas alguns centímetros e, portanto, a zona eufótica é extremamente influenciada pela concentração desses organismos (TUNDISI, 2008, p. 72).

As cianobactérias ou cianofíceas, também conhecidas popularmente como “algas azuis”, são microrganismos aeróbios fotoautotróficos, procariontes e, portanto, muito semelhantes bioquimicamente e estruturalmente às bactérias (Azevedo, 1996). Segundo Ribeiro (2007) “As florações de cianobactérias se caracterizam pelo intenso crescimento dos microrganismos na superfície da água, formando uma densa

camada de células com vários centímetros de profundidade. A capacidade de crescimento nos mais diferentes meios é uma das características marcantes das cianobactérias” (RIBEIRO, 2007, p.16). Entretanto, ambientes de água doce são os mais favoráveis para o crescimento de cianobactérias associados a alta concentração de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo (FUNASA, 2003).

Nutrientes como nitrogênio e fósforo são amplamente utilizados na agricultura, principalmente no caso do arroz irrigado, pois esses elementos são essenciais para se obter uma boa produtividade. Como colocado pela SOSBAI (2010) “a capacidade de perfilhamento^{iv} depende de diversos fatores, tais como: cultivar, densidade de semeadura, temperatura do solo, disponibilidade de **nitrogênio** no solo e da altura da

lâmina de água de irrigação, dentre outros fatores” (SOSBAI, 2010, p. 15). Porém “Em seu estado natural, os solos orgânicos são deficientes em diversos nutrientes, principalmente **nitrogênio**, **fósforo** e potássio” (SOSBAI, 2010, p.48). Por esse motivo é que adubação se faz necessária nas lavouras de arroz. Segundo a SOSBAI,

Para os sistemas de semeadura em solo seco (convencional, cultivo mínimo e plantio direto), recomenda-se aplicar, na semeadura, entre 10 e 20 kg N/ha (dependendo da dose a aplicar e da expectativa de rendimento e do tipo de resíduo da cultura anterior) e o restante, em cobertura. Nesta, deve-se aplicar em torno de 50 % da dose total no estágio V3/V4, isto é, precedendo ou no início do perfilhamento. O restante da dose deve ser aplicada de modo que a planta tenha a seu dispor um ótimo suprimento desse nutriente na iniciação da panícula (estádio R0). Como este estágio não pode ser visualizado no campo, tem-se utilizado, como referência, a diferenciação da panícula (estádio R1), conhecido como “ponto de algodão”, que ocorre três a cinco dias após o R0 e que, com alguma prática, pode ser identificado no campo. No caso de doses próximas ou acima de 100 kg de N/ha em cobertura, pode-se aumentar a proporção da dose da primeira cobertura, desde que se mantenha uma aplicação em torno de 40 kg de N/ha na segunda cobertura. Nesse sistema de semeadura, a primeira adubação de cobertura com nitrogênio deve ser realizada preferencialmente em solo seco, desde que a inundação da lavoura seja realizada o mais rápido possível (indica-se um tempo máximo entre a aplicação de N e a inundação da lavoura de três dias). As aplicações de nitrogênio em cobertura após o início da inundação devem ser realizadas sobre a lâmina de água. Nestes casos, deve ser interrompida a circulação da água na lavoura por, no mínimo, três dias (SOSBAI, 2010, p.38).

A quantidade de N a ser aplicado depende do teor de matéria orgânica no solo e do histórico da área, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 01: Recomendação de adubação nitrogenada para o arroz irrigado, considerando a expectativa de resposta à adubação.

Teor de matéria orgânica do solo	Expectativa de resposta à adubação	
	Média	Alta
%	----- Kg de N/ha -----	
≤ 2,5	90	120
2,6 – 5,0	80	110
> 5,0	≤ 70	≤ 100

Fonte: Adaptado SOSBAI (2010)

Segundo a SOSBAI,

As doses de nitrogênio indicadas na tabela, poderão ser reduzidas ou acrescidas em até 30 kg de N/ha, levando-se em consideração, para reduzir: o histórico da lavoura com baixa resposta ao nitrogênio, tais como cultivos antecedentes com leguminosas, elevado desenvolvimento vegetativo da lavoura e expectativas de condições climáticas com baixas temperaturas e luminosidade, especialmente no período próximo a floração e baixo nível de manejo do solo e da cultura. Por outro lado, para aumentar (até 30 kg de N/ha), em condições excepcionais de manejo, com variedades de alto potencial produtivo, que propiciam uma resposta muito alta ao nitrogênio e uma expectativa de excelente condição climática no ano de cultivo (SOSBAI, 2010, p. 39).

Como já visto os sedimentos podem servir como um agente armazenador e transportador desses nutrientes, e

quando a água da lavoura é devolvida para os ecossistemas, essa pode conter esses nutrientes em altas quantidades, o

que acaba ocasionando alta produção de cianobactérias. As florações de cianobactérias além de desestabilizarem esses ambientes aquáticos, ainda segundo Ribeiro (2007) “[...] produzem e liberam para o meio líquido toxinas (cianotoxinas) que podem afetar a saúde humana, tanto pela ingestão de água como por contato em atividades de recreação no ambiente, ou ainda pelo consumo de pescado contaminado” (RIBEIRO, 2007, p.16).

Segundo Tundisi (2008) “A água natural contém um grande número de substâncias dissolvidas, o que lhe confere uma natureza química bastante complexa. Evidentemente, a origem das substâncias químicas e dos elementos que se encontram dissolvidos nas águas de ecossistema interiores é a geoquímica do solo e das rochas das bacias hidrográficas que os drenam para os rios e lagos” (TUNDISI, 2008, p. 96). Outro fator além das características pedológicas do solo é o seu uso característico dentro da bacia ou microbacia estudada.

Para monitorar a turbidez das águas que contenham diversos tipos de substâncias, provenientes de diversos fatores naturais ou antrópicos, pode-se utilizar do Sensoriamento Remoto, para isso devem ser realizadas medidas *in situ* de concentrações de sedimentos e correlacionadas com dados de SR para obtenção de uma relação quantitativa. Nesse caso, alguns detalhes práticos devem ser tomados em conta, como por exemplo, evitar dias com vento, que mascarariam os dados de SR por conta da rugosidade impressa pelas ondas na água (MAHTAB, et al, 1998).

Uma forma de medir a concentração dos sedimentos na água é através do disco de Secchi. O disco de Secchi é um instrumento antigo, robusto, muito utilizado há mais de cem anos. Segundo Tyler (1968) *apud* Tundisi (2008)

Em 1865, o padre Pietro Ângelo Secchi foi solicitado a fazer medições da transparência das águas costeiras do Mediterrâneo. Em abril de 1865, ele colocou na água um disco branco, de 43 cm de diâmetro, e mediu pela primeira vez, a profundidade em que esse disco desaparecia da vista humana. [...] Ele concluiu que os fatores críticos na estimativa da profundidade Secchi, a qual foi chamada, eram o diâmetro do disco, sua refletância espectral, a presença de ondas, reflexos do sol e do céu na água, e a concentração de plâncton – variações que até hoje são utilizadas (TUNDISI, 2008, p.73).

O disco de Secchi é então uma placa circular que é introduzida na água, até que ela não possa mais ser vista; quanto maior a quantidade de sedimentos em suspensão, menor será a profundidade de Secchi.

A refletância da água é consideravelmente modificada pela presença de sedimentos. Quanto maior a concentração de sedimentos suspensos, maior é a refletância ao redor de 650 nm, associada a componentes argilosos.

2.3 – *Clorofila*

Segundo Jensen:

Plâncton é um termo genérico usado para descrever todos os organismos vivos (plantas e animais) presentes em um corpo d'água que não podem resistir às correntezas (diferente dos peixes). O plâncton pode ser subdividido em organismos vegetais algais (fitoplâncton), organismos animais (zooplâncton), bactérias (bacterioplâncton) e formas inferiores de plantas como fungos algais. O fitoplâncton é composto por plantas unicelulares menores que uma cabeça de agulha. Se analisarmos a radiação refletida no caso de uma diatomácea e de uma única célula de alga verde pode-se constatar que os pigmentos de clorofila *a* absorvem a maior parte da luz azul incidente, fazendo com que a porção fotossintética apareça escura quando irradiada com luz azul (Jesen, 2011, p. 420).

Uma importante diferença acontece entre o carbono existente no zoo e fitoplâncton com o carbono de espécies terrestres, pois este acaba se depositando no fundo dos corpos d'água, ficando assim acumulado. Este carbono acaba sumindo assim do ciclo atmosférico, onde acabaria armazenado como dióxido de carbono (JENSEN, 2011).

Todo o fitoplâncton em corpos d'água contém o pigmento fotossinteticamente ativo **clorofila a**. Os diferentes tipos de fitoplâncton possuem concentrações de clorofila diferenciadas entre si, e essas aparecem com tonalidades diferentes aos sensores remotos, podendo ser identificadas. Por tanto o registro da cor de uma área de um corpo d'água possibilita uma estimativa da quantidade e tipo geral do fitoplâncton na área, e fornece informações sobre a condição ambiental e química do corpo d'água. A comparação de imagens ao longo do tempo identifica mudanças.

Se compararmos o espectro da água pura e água com clorofila *a*, em termos de Refletância em função de Comprimento de Onda, poderá ser perceptível uma forte

absorção da luz azul (entre 400 e 500 nm) e forte absorção da luz vermelha, em aproximadamente 675 nm. Por outro lado, acontece um máximo de refletância em torno de 550 nm (pico do verde), causado pela absorção relativamente menor da luz verde pela alga (Gitelson, 1992, apud Jesen, p. 421, 2011). Por tanto, quando a concentração de clorofila aumenta na coluna d'água, ocorre um decréscimo na quantidade relativa de energia refletida nos comprimentos de onda do azul e do vermelho, mais um aumento na refletância no comprimento de onda do verde e do infravermelho (na região entre 700 e 760 nm).

Quando a presença da clorofila acontece simultaneamente com a de sedimentos em suspensão, o espectro da clorofila muda significativamente, acontecendo uma atenuação dos picos na região do visível, com certo deslocamento para menores comprimentos de onda (maior energia). Isto é explicado pelo fato das componentes de menor energia dos picos serem absorvidas ou espalhadas pelos sedimentos.

O que acontece é que a água não se apresenta em sua forma pura nos ecossistemas, ela carrega materiais orgânicos e inorgânicos com si. Portanto é necessário o entendimento e o conhecimento das variáveis que possam afetar a coloração da água e sua resposta aos sensores

2.3.1 - Decomposição de espectros de refletância

A energia refletida pela água e seus componentes é sensível ao ambiente químico e físico que constitui a mesma: água pura, sedimentos orgânicos, sedimentos inorgânicos ou sub-componentes dos mesmos. Isso significa que a mudança de posição e/ou forma dos picos que aparecem no espectro

remotos. Pois segundo Jesen (2011): “[...] é geralmente difícil separar, nos dados de sensoriamento remoto, a informação sobre pigmento do fitoplâncton dos efeitos de materiais inorgânicos em suspensão ou de matéria orgânica dissolvida”.

de refletância está associada a modificações na composição local, podendo ser, como ilustração, aumento dos sedimentos de algum tipo, aumento das algas ou outras modificações desse estilo. Segundo Nascimento,

O obstáculo fundamental do sensoriamento remoto de águas interiores e costeira a mistura tipicamente complexa dos componentes ópticos orgânicos e inorgânicos. Essa complexidade óptica dificulta a extração por algoritmos de um único componente e ressalta a necessidade da metodologia de extração de múltiplos componentes, além das características do fundo que também influenciam o sinal detectado. Portanto, algoritmos de recuperação de múltiplos componentes que estimam a coexistência de concentrações de componentes orgânicos e inorgânicos são necessários ao sensoriamento remoto desses tipos de águas (NASCIMENTO, 2011, p.87).

Uma forma de aprofundar-se na informação contida nestas mudanças é a realização de uma análise de componentes de um pico ou banda determinado. O procedimento baseia-se em admitir que cada componente químico diferente da água corresponde a um pico de forma gaussiana (por exemplo, um pico para clorofila *a*, outro para sedimentos de um certo tipo, e assim por diante. A partir dessa suposição, se realiza um processo de decomposição da banda ou pico experimental em componentes (ver Figura 02), que é chamado também de deconvolução, embora não corresponde com o significado matemático dessa expressão.

Esta decomposição nunca é única e deve ser analisada com olhos críticos não se limitando ao simples procedimento matemático. A importância de uma decomposição é que ela reflete e esclarece a interpretação que o pesquisador está fazendo dos resultados.

O procedimento mostrado é um exemplo de processamento de dados de sensores remotos hiperespectrais como o AVIRIS e o MODIS, visando identificar

o tipo e a proporção dos diferentes materiais contidos num elemento de imagem individual (chamada de análise de mistura espectral dos membros individuais). Para isso são necessários softwares que reduzem a dimensionalidade dos dados (números de bandas) a um grau gerenciável, embora retenha a essência dos dados (Landgrebe e Biehl, 2006, apud. Jensen, pag. 30).

No exemplo hipotético da figura 2, um espectro de Refletância correspondente a diversas concentrações de sedimento em água, é decomposto em 3 componentes gaussianas: água pura (A3), silte (A2) e argila (A1) por meio da decomposição em gaussianas. Este exemplo mostraria que para maiores concentrações de sedimento, a componente argilosa foi maior, o que pode ser associado a fatores como intensidade de precipitações, declividade, bem como tipo de sistema de produção agrícola.

O mesmo procedimento pode ser aplicado em outros casos, como em lavouras de arroz, onde a componente vegetal advinda da refletância do dossel aumenta

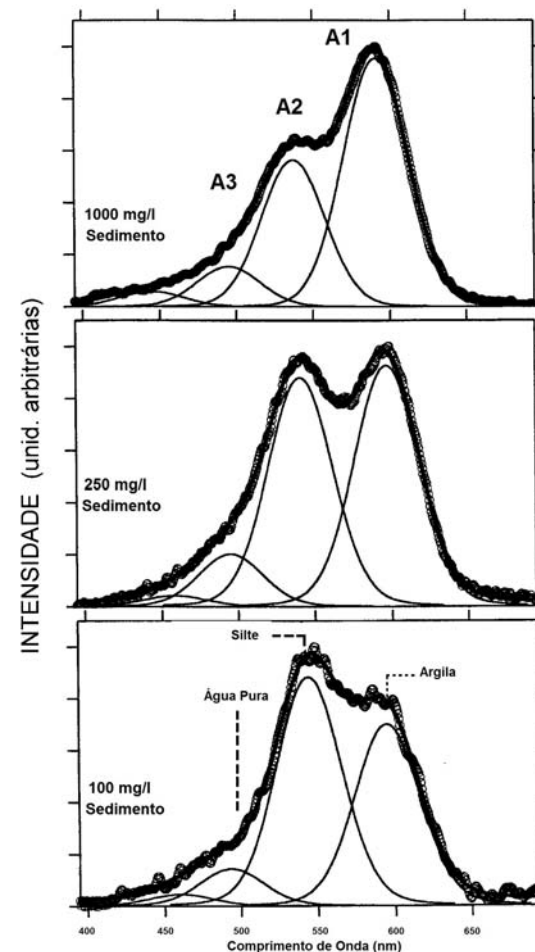
gradativamente com relação à água, ao longo do ciclo da cultura.

Outra aplicação pode ser visualizada de componentes devido a cianobactérias no espectro de refletância de reservatórios ou corpos d'água afetados pela presença das mesmas.

2.4 - Sólidos dissolvidos

Os materiais dissolvidos diferenciam-se dos suspensos pelo fato de estarem incluídos no sistema aquoso no nível molecular: são moléculas orgânicas ou inorgânicas rodeadas por moléculas de água, e que vão passar pelos filtros junto com o líquido.

FIGURA 02: Exemplo de decomposição de espectros de refletância em componentes gaussianas.



FONTE: Adaptado Victoria Bariani (2000)

A decomposição das células de fitoplâncton produz dióxido de carbono, nitrogênio inorgânico e compostos de fósforo. Quanto mais produtivo for o fitoplâncton maior será a liberação de matéria orgânica dissolvida. Isto pode chegar ao ponto de modificar a refletância da coluna d'água e ser

detectado por sensores remotos. Algumas substâncias podem ter efeitos especiais sobre a cor da água, como as substâncias húmicas, que são pigmentos de cor amarela, e afetam a absorção e espalhamento da luz (Jesen, 2011, pag. 425).

2.5 - Modelagem da qualidade da água

As prefeituras, órgãos estaduais como FEPAM no Rio Grande do Sul, agências nacionais como a ANA (Agência Nacional de Águas) precisam detectar e controlar descargas de poluição para os córregos e rios. As descargas de fontes pontuais, como as de origem industrial, são geralmente mais fáceis de controlar e regular, porque suas localizações são conhecidas. Um fenômeno mais comum e mais difícil de

detectar é a poluição de fonte não pontual (FNP). A FNP é definida como a poluição que se origina de descargas urbanas, construção, modificação hidrológica, silvicultura, mineração, agricultura, fluxo de retorno de irrigação, lixo sólido, deposição atmosférica, erosão de bancos de rios e esgotos (JENSEN, 2011). Segundo Corbitt (1990) apud Jensen,

Os impactos das fontes não pontuais incluem: a diminuição do uso da água para recreação; redução da capacidade de armazenamento de água em rios, lagos e estuários; bloqueio de condutores de água e canais de irrigação; excessivo aporte e sedimentação das águas, o que contribui para perda do habitat de peixes e vida selvagem; e uma redução na qualidade estética do ambiente aquático (JENSEN, 2011, p.439.).

Técnicas tradicionais de medidas *in situ* tem tido um efeito limitado na identificação e modelagem da poluição de fonte não pontual. Os pesquisadores têm verificado que a integração de dados *in situ* e de SR com técnicas de modelagem SIG podem fornecer alguma informação útil sobre a qualidade da água. De fato, a coleta de dados de

sensoriamento remoto combinada com técnicas de modelagem SIG oferece um meio de identificar e classificar fontes não pontuais (FNPs) de poluição potencial em águas superficiais, com um resultado final relativamente simples de compreensão pelo público.

2.5.1 - Um modelo de sistema integrado de monitoramento da qualidade da água por sensoriamento remoto e SIG

Esse breve estudo de caso, realizado por Victoria Bariani (2011), avalia a qualidade da água e os impactos das descargas urbanas e dos ecossistemas terrestres nos rios e córregos do município de Itaqui no Rio Grande do Sul. A cidade de Itaqui é banhada pelo rio Uruguai e possui em sua microbacias córregos de pequena vazão. A região é caracterizada pela sua alta produção e produtividade de arroz irrigado, e as atividades de pesca e lazer, esgotos e resíduos sólidos da população urbana, da população rural associada à

pecuária extensiva, das atividades agrícolas e agroindustriais relacionadas à cultura do arroz e da criação intensiva de suínos refletem em processos ambientais que afetam, direta ou indiretamente, os habitantes da cidade e região.

Estudos foram conduzidos para obter dados de qualidade da água em 18 pontos da região, e posteriormente integrá-los em uma base de dados SIG com outras informações espaciais como hidrologia, topografia e dados de uso do solo. Os dados foram então analisados usando índices

de qualidade em acordo com critérios da CETESB, levando em consideração observações contidas na percepção da população regional, como pescadores, agricultores, lenhadores e dos próprios pesquisadores para definir a ordem de qualidade dos pontos monitorados. O módulo relacional do software Spring foi utilizado para detectar pontos em

condições críticas de acordo com a legislação ou critérios de uso. As análises de fontes não pontuais surgiram a partir do cruzamento com informações espaciais existentes no SIG a partir de imagens de satélites ou radar topográfico da missão SRTM.

2.5.2 - Modelagem matemática

A partir de modelos matemáticos de microbacias espera-se entender e gerenciar exitosamente as complexas relações entre variáveis ambientais e antrópicas que determinam os valores dos indicadores de poluição. Se

aplicarmos no estudo anterior o modelo sugerido em Jensen (2011) chamado modelo AGNPS para gerar previsões de qualidade da água, seriam utilizados como parâmetros de entrada:

a) hidrologia da bacia (analisadas em células de 30x30m e para uma precipitação de por exemplo de 68mm em 24 horas); b) a topografia obtida por imagens SRTM e usada para extrair informação da declividade; c) dados dos solos amostrados em campo; d) características de cobertura da terra obtidas por análises de fotografias de satélites ou aéreas. Como dados de saída poderiam ser obtidos, por exemplo, o fluxo concentrado de pico em pés cúbicos por segundo e a erosão total da microbacia em toneladas por acre.

Esses resultados podem ser usados, por exemplo, para caracterizar áreas com aporte crescente de nutrientes como

também para indicar a extensão espacial do transporte de nutrientes e sedimentos, deposição e acumulação. Essa

informação pode ser utilizada para alocar espacialmente interceptadores ou filtros e determinar outras formas melhores de práticas de manejo. King et al. (2005) apud Jensen (2011)

discutiram o uso de dados Landsat TM para uso da terra e de RADARSAT para rugosidade de superfície como estrada de outro modelo similar denominado STREAM.

3 - Caracterização da vegetação e uso do solo

Segundo Jensen (2011) “As plantas adaptaram sua estrutura interna e externa para realizar a fotossíntese. Esta estrutura e suas interações com a energia eletromagnética tem um impacto direto na forma como as folhas e os dosséis vegetais aparecem espectralmente quando registrados usando instrumentos de Sensoriamento Remoto (SR)” (JENSEN, 2011, p.358).

Expressando na linguagem matemática a relação de fluxos de energias quando a radiação da luz interage com uma folha, podemos escrever: $i_\lambda = \rho_\lambda + \alpha_\lambda + \tau_\lambda$ onde ρ_λ é a reflectância hemisférica espectral da folha, α_λ é a absorvância hemisférica espectral da folha e o τ_λ é a transmitância hemisférica espectral da folha. Como a maioria dos sensores

em SR mede a reflectância, fica mais claro isolá-la da relação anterior: $\rho_\lambda = i_\lambda - (\alpha_\lambda + \tau_\lambda)$. Trabalhos pioneiros de Gates et al. (1965) e Gausmann et al. (1969), e outros demonstraram que o conteúdo de pigmentos, a umidade e a morfologia foliares afetam a reflectância e a transmitância das folhas. Isto equivale a dizer que a reflectância possui informação sobre o estado e composição da vegetação.

Tratando-se de reflectância espectral foliar, as regiões espectrais da região visível mais sensíveis a estresse localizam-se nos intervalos de 535 a 640 nm e de 685 a 700 nm. Valores aumentados de reflectância nas proximidades de 700 nm representam o que é chamado de “deslocamento da borda vermelha para o azul” é um sinal de estresse, o que

pode ser detectado por sensoriamento remoto, através de sensores como Thematic Mapper (Landsat) ou Modis (Aqua ou Terra), por exemplo. Se as diferenças são muito sutis, pode ser necessário o uso de um espectrorradiômetro imageador de alta resolução espectral, cujas bandas sejam muito estreitas.

Na região do Infravermelho próximo (700 a 1200 nm), o dossel vegetal foliar reflete 50 % da energia recebida, e transmite praticamente o restante 50 %. A energia transmitida pode repetir o mesmo processo na folha seguinte ou, no caso de dosséis vegetais de uma única camada, pode ser posteriormente absorvida pela cobertura do solo abaixo dela. Desta forma, variações na espessura do dossel vegetal podem ser detectadas através das variações na intensidade da refletância das imagens de satélite na região do infravermelho próximo. Observe-se que um dossel de uma única camada pode refletir só 50 % da radiação no infravermelho, pois o restante poderá ser absorvido pela

cobertura do solo abaixo do dossel. Enquanto dosséis mais densos poderão refletir próxima a 66% conforme explicado na Figura 03.

O fluxo radiante ϕ_i , provindo do sol, para ondas na região do infravermelho próximo (720 a 1200 nm) é refletido e transmitido em proporções iguais, (50%), o que redundará num valor aproximado de 66 % de reflexão para um dossel denso, e um valor menor (até 50 %) para um dossel fino.

A análise da potencialidade das bandas do infravermelho próximo e vermelho para avaliar o desenvolvimento dos dosséis vegetais levou ao desenvolvimento de índices de vegetação, que são combinações das bandas de forma a realçar as mudanças devidas a evolução das plantas. Um gráfico muito elucidativo sobre a variação na refletância ao longo do ciclo fenológico das culturas é obtido quando graficamos a refletância das bandas Infravermelha próxima x vermelho para um mesmo pixel. Este gráfico pode ser visualizado na Figura 04.

Figura 03: Exemplo hipotético de reflectância aditiva: interação da energia solar com folha.

Refletância Aditiva do Dossel Vegetal no Infravermelho Próximo

Fluxo Radiante Total Refletido (2 Folhas) $\approx 66\%$

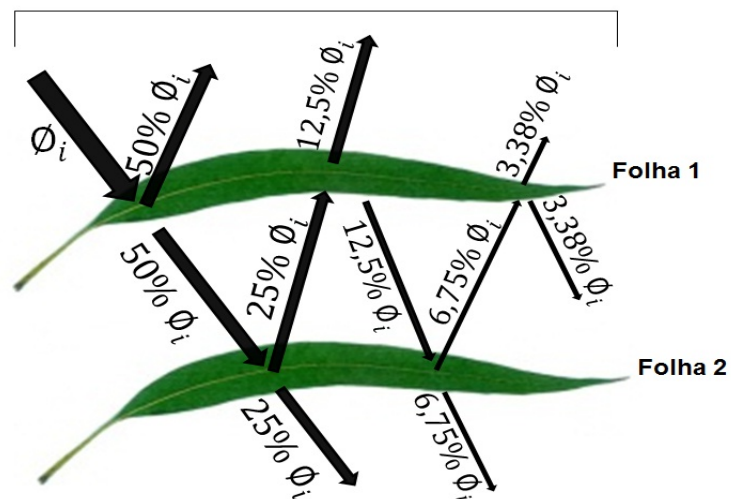
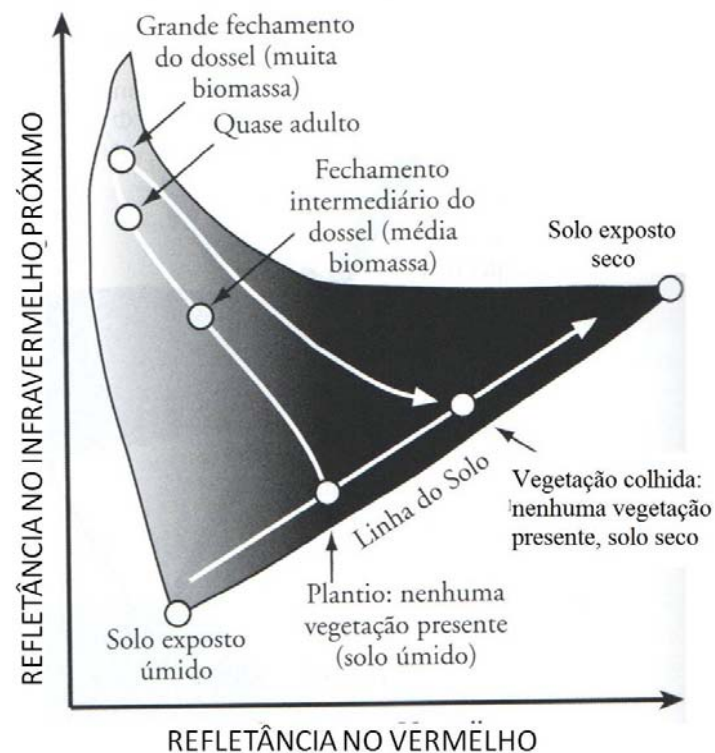


FIGURA 04: Exemplo hipotético da movimentação de um pixel ao longo do ciclo fenológico de uma cultura



FONTE: Adaptado de Jensen (2011), pag.366.

O gráfico mostra o percurso do pixel ao longo do ciclo fenológico da cultura, no qual a reflexão no infravermelho permanece alta, porém a reflexão no vermelho diminui devido

à capacidade crescente do dossel vegetal de realizar a fotossíntese, absorvendo assim uma proporção maior de energia no espectro visível.

3.1 - *Satélites*

As imagens de sensoriamento remoto integradas a um SIG são uma alternativa para se obter estimativas confiáveis e objetivas sobre a produção de culturas agrícolas (VAN et al., 1999; IRRI, 2003). Há mais de 30 anos, o Brasil grava

continuamente as imagens dos satélites americanos da série Landsat por meio de uma estação de recepção localizada em Cuiabá, MT. Segundo D' Arco et al (2007):

As imagens do sensor TM a bordo do Landsat-5 recobrem, a cada 16 dias, todo território brasileiro. Da mesma forma, as imagens dos satélites da série CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) vêm sendo gravadas sistematicamente, desde outubro de 1999, a cada 26 dias, pelo sensor CCD (Charge Coupled Devices). Contudo, a disponibilidade destas imagens para fins de identificação e monitoramento de culturas agrícolas é limitada devido a frequente presença de nuvens entre o sensor e a cultura agrícola, pois as nuvens atuam como um anteparo para imagens adquiridas na faixa óptica do sensoriamento remoto. Esta limitação é agravada por ocasião do cultivo das culturas de verão, quando a incidência de nuvens é elevada. Todavia, as nuvens não podem ser consideradas como um aspecto negativo, pois são elas que vão prover a água para o crescimento e desenvolvimento das culturas. Assim, é preciso buscar alternativas para contornar essa limitação do sensoriamento remoto óptico (D'ARCO et al, 2007, In: RUDORFF, p. 123).

As imagens de sensores que operam na faixa das microondas têm a grande vantagem de não sofrer interferência das nuvens, mas sua utilização para identificação dos diferentes cultivos ainda é limitada. Portanto, uma das alternativas para contornar o “problema” das nuvens é aumentar a frequência de observação da superfície terrestre a fim de diminuir a probabilidade de ocorrência de nuvens nas imagens, tal como ocorre com as imagens do sensor MODIS, obtidas diariamente. Por exemplo, enquanto o Landsat obtém uma imagem a cada 16 dias o MODIS obtém 16 imagens. Ou seja, a probabilidade de se obter uma imagem livre de nuvens, num período de 16 dias, é muito maior para o MODIS do que para o Landsat. Além disso, um intervalo de 16 dias não é perfeitamente adequado para o monitoramento de uma cultura agrícola de verão, cujo ciclo está em torno de 90 a 160 dias.

Todavia, cabe salientar que não basta obter uma ou mais imagens ao longo do ciclo da cultura para que ela seja corretamente identificada e discriminada dos demais alvos da cena, mas é fundamental que as imagens sejam adquiridas

em períodos-chaves quando a resposta espectral da cultura é típica (Rizzi, 2004). Ressalta-se que em 2000/01 estavam funcionando simultaneamente os satélites Landsat-5 e -7 com os sensores TM e ETM+, respectivamente, permitindo uma resolução temporal de 8 dias, aumentando a possibilidade de se obter imagens livres de cobertura de nuvens. Entretanto, a partir de 2003 o Landsat-7, por problemas técnicos, parou de gerar imagens no Brasil. Além disso, o Landsat-5, que se encontra em operação desde março de 1984, vem apresentando sinais do fim de sua vida útil desde novembro de 2005 (RUDORFF et al, 2007). Portanto atualmente se faz necessário explorar o uso de outros sensores para aplicações na agricultura, em especial aqueles que possuem alta resolução temporal, que é uma característica fundamental para o sensoriamento remoto agrícola.

Além da alta resolução temporal das imagens MODIS, outras vantagens observadas são: alta qualidade geométrica e radiométrica, correção atmosférica, disponibilidade gratuita de produtos prontos para serem utilizados em diversas aplicações, agilidade na entrega dos dados, etc. Portanto as

imagens MODIS apresentam-se como uma ótima alternativa para se trabalhar as áreas agrícolas da região da Fronteira

5 - Considerações finais

Embora se tratando da região mais produtiva de arroz irrigado do país, a Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul tem ainda muito para evoluir no que tange a utilização da ciência e tecnologia para aperfeiçoamento dos processos produtivos. O sensoriamento remoto tem muito a contribuir neste aspecto, no caso das lavouras de arroz irrigado, foi abordado neste capítulo o uso de sensores hiperespectrais como meio para acompanhar os estágios fenológicos da cultura, podendo assim ter o melhor controle da aplicação de herbicidas e fertilizantes, ao mesmo tempo pode-se monitorar o conteúdo de sedimentos e clorofila na água, como meio de controlar possíveis contaminações do ambiente. Esta

Oeste.

tecnologia esta se tornando imprescindível para que se consiga o ideal de conservação e preservação dos corpos d'águas, bem como para se produzir de maneira sustentável, integrando ferramentas que auxiliem o monitoramento de ecossistemas agrícolas, garantindo assim a utilização desses ambientes para as gerações futuras.

Além de contribuir para a preservação ambiental o sensoriamento remoto auxilia na previsão e estimativa de safras, isso o torna de extrema valia na gestão dos recursos econômicos para a implantação e desenvolvimento das lavouras, permitindo previsões necessárias para adequamento dos processos produtivos e das leis de oferta e demanda, evitando assim crises econômicas desnecessárias.

Com o advento de novos satélites no Brasil e no mundo, estas tecnologias estarão cada vez mais disponíveis para o uso de profissionais e pesquisadores.

Referencias

AZEVEDO, S. M. F. O. **Toxic cyanobacteria and the Caruaru tragedy**. In: IV Simpósio da Sociedade Brasileira de Toxicologia - Livro de Resumos, 1996.

CARVALHO, N.O.; FILIZOLA JÚNIOR, N.P.; SANTOS, P.M.C.; LIMA, J.E.F.W. **Guia de Avaliação de Assoreamento de Reservatórios**. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - Superintendência de estudos e Informações Hidrológicas, Brasília, DF, 2000. Disponível em: < www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/GuiaAsso.pdf> Acessado em 10/07/2011.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA Nº 357, de 17 de março de 2005**. Disponível em < http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/praias/res_conama_357_05.pdf> Acessado em 10/07/2011.

D' ARCO, E.; RUDORFF, B.F.T.; RIZZI, R. **Índice de vegetação para estimativa de área plantada com arroz irrigado**. In: RUDORFF, B.F.T.; SHIMABUKURO, Y.E.; CEBALLOS, J.C. O Sensor MODIS e suas aplicações ambientais no Brasil. Parêntese, São José dos Campos/SP, 2007.

DEPPE, F.; LOHMANN, M.; MARTINI, L.; ADAMI, M.; FARIA, R.T. **Monitoramento da evolução temporal de cultivos agrícolas através de imagens TERRA/MODIS**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 2007, Florianópolis. Anais... São José dos Campos: INPE, 2007. Artigos, p. 145-152. CD-ROM, Online. ISBN 978-85-17-000031-7. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.14.19.13/doc/145-152.pdf>>. Acesso em: 01/07/2011.

DOXARAN, D.; FROIDEFOND, J.M.; LAVENDER, S.; CASTAING, P. **Spectral Signature of Highly Turbid Waters: Application with SPOT Data to Quantify Suspended Particulate Matter Concentrations**. Remote Sensing of Environment, v.81, p. 149-161, 2002.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: <www.fee.tche.br> Acesso em 01/07/2011.

FIGUEIREDO, D.C. **Projeto GeoSafrá – aprimoramento metodológico das estimativas de safras**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 2007, Florianópolis. Anais... São José dos Campos: INPE, 2007. Artigos, p. 191-195. CD-ROM, Online. ISBN 978-85-17-000031-7. Disponível em: <<http://martel.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.14.17.58/doc/191-195.pdf>>. Acesso em: 01/07/2011.

FLORENZANO, T.G. **Os Satélites e Suas Aplicações**. 1ed. São José dos Campos/SP: JAC Gráfica e Editora, 2008.

FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. **Cianobactérias tóxicas na água para consumo humano na saúde pública e processos de remoção em água para consumo humano**. Ministério da Saúde. Brasília – BR, 2003.

GATES, D.M.; KEEGAN, J.J.; SCHLETER, J.C.; WEIDENER, V.R. **Spectral Properties of Plants**. Applied Optics. p.11-20, 1965.

GAUSMANN, H.W.; ALLEN, W.A.; CARDENAS, R. **Reflectance of Cotton Leaves and their Structure**. Remote Sensing of Environment. p. 10-22, 1969.

GLIWICZ. **The effect of fish predation on Cyclops life cycle**. Hydrobiologia Volume 167-168, 449-453, DOI: 10.1007/BF00026338. 1986.

IBGE. **Levantamento de Recursos Naturais**: folha SH.21 de Uruguaiana. Rio de Janeiro/RJ, 1986.

IRRI - International Rice Research Institute. Rainfed lowland rice ecosystem Project RL1. **Characterizing and analyzing rainfed rice environments**. Disponível em: < <http://www.irri.org/science/progsum/pdfs/dgreport99/rl1.pdf> > Acessado em: 10/07/2011.

JENSEN, J.R. **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. 2ed. São José dos Campos/SP: Parêntese, 2011.

KARASKA, M.A.; HUGUENIN, R.L.; BEACHAM, J.L.; WANG, M.; JENSEN, J.R.; LAUFMANN, R.S. **AVIRS Measurements of Chlorophyll, Suspended Minerals, Dissolved Organic Carbon, and Turbidity in the Neuse River, NC**. Photogrammetric Engineering & Remote Sensing, v. 70 p.125-133.

MAHTAB, A.L.; RUNDUIST, D.C.; HAN, L.; KUZILA, M.S. **Estimation of Suspended Sediment Concentration in Water Using Integrated Surface Reflectance**. Geocarto Inter. p.11-15. 1998.

MOREIRA, M.A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologia de aplicação**. 4ed. UFV, Viçosa, MG, 2011.

NASCIMENTO, R.F.F.; ALCÂNTARA, E.H.; STECH, J.L.; KAMPEL, M. Uso de dados MERIS/ENVISAT em águas interiores. In: ALCÂNTARA, E.H.; NOVO, E.M.L.M.; STECH, J.L. Novas tecnologias para o monitoramento e estudos de reservatórios hidroelétricos e grandes lagos. São José dos Campos: Parêntese, 2011. Cap. 2, p.81-113.

NOVO, E.M.L.M.; BARBOSA, C.C.F.; FREITAS, R.M.; Sistemas Aquáticos Continentais, In: RUDORFF, B.F.T.; SHIMABUKURO, Y.E.; CEBALLOS, J.C. (Org). **O Sensor MODIS e suas aplicações no Brasil**. São José dos Campos: Parêntese, 2007. Cap. 20, p.277-294.
RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B.; CORRÊA, G.F. **Pedologia: Base para distinção de ambientes**. 5. Ed. Lavras, Editora UFLA. 2007.

RIBEIRO, P.C. **Análise de fatores que influenciam a proliferação de cianobactérias e algas em lagoas de estabilização**. Dissertação Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental. 2007.

RIZZI, R. **Geotecnologias em um sistema de estimativa da produção de soja: estudo de caso no Rio Grande do Sul**. 2004-04-30. (INPE-TDI/). Tese (Doutorado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos. 2004.

SANTOS, J.S.; GIRARDI, A.G; **Mapeamento e Monitoramento da Cobertura Vegetal nos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 2007, Florianópolis. Anais... São José dos Campos: INPE, 2007. Artigos, p. 4225-4232. CD-ROM, Online. ISBN 978-85-17-000031-7. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.14.17.58/doc/4225-4232.pdf>>. Acesso em: 01/07/2011.

SOSBAI, Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado. **XXVIII Reunião Técnica da Cultura do Arroz Irrigado**. Boletim Técnico. Bento Gonçalves/RS: Brasil: 2010.

TUNDISI, J.G.; TUNDISI, T.M. **Limnologia**. Oficina de Texto, São Paulo, 2008.

VAN, D.M. F.; MOLENAAR, M.; NIEUWENHUIS, G.; WOLDAI, T. **Operational remote sensing for sustainable development**. International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation, v. 1, Issue 1. 1999.

VICTORIA BARIANI, C.J. M.; ZANELLA, A. PAZDIORA, P.C.; RAMOS, A.; FELICE, R.D.; VICTORIA BARIANI, N. M. **Análise de parâmetros microbiológicos e cloreto para monitoramento integrado em microbacias urbanas**. Anais... XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, INPE p.5654, Curitiba, PR, Brasil, 2011,

VICTORIA BARIANI, N.M. **Estudo das propriedades físicas de nitreto de carbono amorfo obtido por decomposição assistida por feixe de íons (IBAD)**. Tese de Doutorado, Departamento de Física Aplicada IFGW – UNICAMP, 2000.

ⁱ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – endereço pra contato: cassiane.victoria@gmail.com

ⁱⁱ Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – endereço pra contato: waterloopf@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – endereço pra contato: vbariani@gmail.com

^{iv} Capacidade que a planta tem de emitir folhas.

*Gerson Jonas Schirmerⁱ**Luiz Eduardo de Souza Robainaⁱⁱ*

1. Introdução

O espaço é resultado da ação do homem, dessa forma, o espaço geográfico constitui-se de aspectos sociais, econômicos, ambientais e de sua dinâmica. Diante das alterações ambientais vivenciadas até o presente século nota-se, cada vez mais, que não se pode pensar no espaço de forma fragmentada. Compreender que as mudanças ambientais além de terem sua origem natural, também são influenciadas pela ação antrópica, é um fato importante na análise dos elementos que compõem a paisagem.

Conforme Corrêa (1986), as obras do homem são suas marcas as quais apresentam um padrão de localização que é próprio de cada sociedade. Essas marcas geradas pela apropriação e transformação do meio natural, quando organizadas constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade, ou simplesmente o espaço geográfico.

No âmbito da Geografia é de grande importância entender a relação sociedade/natureza, pois hoje não existe natureza que não tenha sofrido a influência humana em nosso planeta, através dos diferentes meios de atuação antrópica

sobre os recursos naturais. A transformação do meio natural pelo homem em áreas com fragilidades ambientais resulta na degradação ambiental. Para Guerra (2006), a ciência moderna e os avanços tecnológicos e industriais têm sido aplicados às áreas rurais nas últimas décadas, tendo havido um progresso significativo em um curto espaço de tempo. Essas mudanças vêm acontecendo há bastante tempo, desde a Revolução Agrícola. Muitos avanços no meio rural aconteceram com rapidez, provocando, ao mesmo tempo, modificações no meio físico terrestre. Dentre essas modificações, a irrigação e o desmatamento em grandes extensões de terras, inclusive em vegetações ciliares ou matas galerias e encostas, tem proporcionado prejuízos ao ambiente e ao homem.

À medida que o conhecimento científico se aprimora as conseqüências são refletidas na forma de organização do espaço, na interrelação entre suas principais esferas. Nesse sentido, nas questões ambientais devem-se discutir os fenômenos da superfície terrestre, a partir de sua natureza heterogênea, tendo em vista o diagnóstico das

potencialidades e fragilidades de cada sistema, de maneira integrada. Esse tipo de estudo deve apresentar as interações entre processos e formas, que ao se agrupar formam uma paisagem complexa, com relações e interrelações entre Homem/Natureza.

Com o auxílio de geotecnologias torna-se possível o cruzamento de informação dos diferentes elementos que compõem a natureza, através da criação de um banco de dados, tornando-se possível o ordenamento lógico desses dados e a execução de uma vasta gama de análises lógicas sofisticadas. Dessa forma, as informações sobre os temas geológicos, hidrogeográficos, geomorfológicos, pedológicos e de uso e ocupação, além de questões pertinentes a degradação e as áreas de proteção ambiental, são temáticas norteadoras de estudos geoambientais.

O termo geoambiental, adotado pela *International Union of Geological Sciences - IUGS* foi criado para denominar estudos realizados por profissionais das geociências, sobre o meio ambiente. Estes estudos, na geografia contemplam aplicações dos conhecimentos

técnicos do meio físico e sócio-econômico, interrelacionando informações sobre ambos.

As informações pesquisadas são sintetizadas em um mapa final, onde são espacializadas as potencialidades e fragilidades de cada unidade de estudo. O mapa geoambiental, mostra a espacialização hierárquica distribuída em Sistema e Unidades, com suas principais características, a fim de definir as condições de fragilidade, limitações de uso e as conseqüentes potencialidades de cada porção. Através de uma representação de síntese, que caracterizaram a paisagem geoambiental.

O zoneamento geoambiental fornece a organização da área em sistemas e unidades com características ambientais semelhantes quanto às potencialidades e fragilidades de uso e ocupação devido às condições atuais da área, referentes

tanto as características físicas quanto as características de ação antrópica que constituirão sua dinâmica atual.

A definição dos sistemas geoambientais representa a integração, através da pesquisa dos elementos físicos, frente às atividades sociais desenvolvidas pela ocupação do meio que desenvolveram e transformaram a paisagem local. A unidade geoambiental caracteriza-se por destacar áreas semelhantes, diante do sistemas, mas que são passíveis de pequenas diferenciações dentro do sistema.

Por final faz-se uma discussão que correlaciona os vários temas abordados, com as referidas conclusões e recomendações. Cabe ressaltar que essas discussões são feitas em cada zona, pois todos, em maior ou em menor grau podem ter restrição ou potencial para algum tipo de uso.

2. Estudos geoambientais a partir da paisagem como categoria de análise

A análise da paisagem física tem por vistas fazer o levantamento das condições de uma série de variáveis ecológicas como clima, solo, geologia, topografia, hidrografia, vegetações espontâneas e cultivadas, fauna selvagem e doméstica, bem como sua interação com as variáveis socioeconômicas, uso da terra, etc. No entanto, neste trabalho a paisagem é observada não como algo a ser discutido epistemologicamente, mas apenas tentar compreender a categoria de análise dentro do enfoque de estudos geoambientais.

Para Denardin (2009), *parte-se do princípio de que cada autor vê a paisagem sob a ótica do seu campo teórico e seus conceitos são formulados a partir desta experiência.* Nesse sentido, a paisagem como categoria norteadora dos estudos geográficos pode ser compreendida através de várias definições de acordo com o tratamento metodológico a qual

esteja vinculada. No entanto ela existe de forma concreta e única, mas vista por diversas perspectivas.

Nos estudos geoambientais, a categoria paisagem atende os objetivos do trabalho devido a essa se manifestar de forma sistêmica. O pesquisador ao realizar a caracterização de um lugar, ele observa os elementos existentes de forma integrada. Nesse sentido, temos a contribuição de Tricart (1979) “a paisagem é originalmente um ser lógico espacial, concreto; tardiamente ela adquiriu a dimensão lógica de um sistema”. No caso do presente trabalho, usa-se a paisagem na dimensão lógica de um sistema que sugere combinações dos elementos físicos, biológicos e sociais, em um conjunto geográfico indissociável, uma interface entre o natural e o social, sendo uma análise em várias dimensões.

Bertrand (1972), coloca o significado de paisagem e meio, onde o primeiro é a combinação dinâmica, portanto

instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialéticamente, uns sobre os outros formam um conjunto único. Já o segundo está mais associado ao significado de ecológico, onde organismos vivos realizam trocas de energia e matéria. Seus estudos definem um sistema de classificação que comporta seis níveis temporo-espaciais: de uma parte a zona, o domínio e a região, esses como unidades superiores e; de outra parte, o geosistema, o geofácies e o géotopo, como unidades inferiores.

A paisagem está intrinsecamente ligada à noção de espaço, nesse sentido tem-se a contribuição de Santos (1996, P. 83), ao evidenciar a abrangência do significado de espaço como objeto de estudo da geografia, em detrimento da noção de paisagem. Enfatiza que “a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”, sendo portanto “um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (...) o espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Dessa forma a paisagem exprime as heranças que representam as sucessivas relações

localizadas entre homem e natureza. No entanto essa perspectiva possui maior contribuição para estudos relacionados a geografia cultural do que geografia física.

Os estudos geoambientais, a partir da paisagem física como categoria de análise, pressupõe na integração dos elementos da natureza. Nesse aspecto, temos a contribuição de Caseti (1991) o conceito de paisagem, como fator de integração de parâmetros físicos, bióticos e socioeconômicos. Tem sido utilizado em estudos de impactos ambientais em diferentes empreendimentos, com importantes resultados, o que leva, necessariamente, ao reconhecimento da vulnerabilidade e potencialidade da natureza, segundo os diferentes táxons.

Dentro desse enfoque, destaca-se a paisagem física como uma importante categoria de análise do espaço geográfico. A Ciência da Paisagem pode oferecer um referencial teórico-metodológico avançado, para estudo e encaminhamento dos problemas ambientais. Nesse sentido, a conceituação de paisagem que contempla as expectativas desta pesquisa, encontra-se em Bertrand (1972), Tricart

(1977) e Casetti (1991), além das contribuições mais recentes de Denardin (2009).

Dessa forma, dentro da metodologia de zoneamento geoambiental, a identificação da ocupação e dos usos da

terra possibilita entender como se estabelecem as relações sociais, tendo como palco o substrato natural.

2.1. *Ocupação humana e transformação da paisagem*

O processo histórico de ocupação do espaço, bem como suas transformações, em uma determinada época faz com que esse meio ambiente tenha caráter dinâmico. Dessa forma, o ambiente é alterado pelas atividades humanas e o grau de alteração de um espaço em relação a outro, é avaliado pelos seus diferentes estágios de desenvolvimento da tecnologia.

Está assegurado no Art. 225 da Constituição Federal que *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as*

presentes e futuras gerações. A preservação do meio ambiente pressupõe a busca da sustentabilidade do meio físico-biótico-social. Dessa forma, a exploração dos recursos naturais deve ser feita de tal maneira que se garanta a qualidade de vida e oportunidade das gerações futuras usufruírem do que existe no meio ambiente no momento atual.

Para Guerra (2006), as mudanças ambientais devido às atividades humanas sempre aconteceram, mas, atualmente, as taxas dessas mudanças são cada vez maiores, e a capacidade dos humanos em modificar as paisagens também tem aumentado. A combinação do

crescimento populacional com a ocupação de novas áreas, assim como a exploração de novos recursos naturais, tem causado uma pressão cada vez maior sobre o meio físico.

As alterações ambientais, decorrentes dessa relação histórica “sociedade-natureza”, têm gerado intensas discussões em todos os segmentos da sociedade. O marco dessas inquietações do homem moderno com o meio ambiente, incorporando questões sociais, políticas e econômicas, com o uso dos recursos deu-se em 1968, com o chamado Clube de Roma, onde um grupo de grandes empresários capitalistas contratou uma equipe integrada por especialistas de várias áreas para avaliar as condições ambientais do mundo e os limites do crescimento econômico.

Nos anos seguintes, os debates foram incentivados através da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de (1972), com a criação de políticas para gerenciar as atividades de proteção ambiental através do Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Apenas em 1983 foi realizado o segundo grande evento organizado pela ONU, onde foi criado

a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e formada a base para os eventos seguintes, como a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que preconizou a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo. A terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada de Rio+10, ocorreu na África do Sul em 2002, evento que aprovou o Plano de Implementação da Agenda 21.

Dos resultados das conferências sobre meio ambiente, destaca-se o relatório “Nosso futuro comum” (ou Relatório Brundtland) de 1987, que oficializa o termo desenvolvimento sustentável, e a Agenda 21 de 1992ⁱⁱⁱ, trazendo metas para atender as necessidades do presente, sem comprometer o atendimento das gerações futuras, além de buscar a solução para os problemas ambientais.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, que foi alimentada pelos encontros e conferências realizadas em todo o mundo. Para Jacobi (2003) a noção de

sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e, principalmente, a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento.

A análise unificada do espaço geográfico, através de conceitos e métodos que procuram integrar sociedade e natureza se desenvolverá por meio da abordagem da Ciência da Paisagem definida pela União Geográfica Internacional (IGU) como a disciplina científica que estuda a paisagem. Os pressupostos teóricos e conceituais que norteiam este tipo de pesquisa concentram-se em informações de caráter sistêmico, alicerçadas em bibliografias que tratam da integração dos elementos da sociedade e da natureza de forma espacializada.

Verdum (2005), acredita que as unidades de paisagem podem ser diferenciadas com base em Rougerie e Beroutchachvili (1991) e Roger (1995), através de quatro critérios: a forma, a função, a estrutura e a dinâmica. *“Mais do que simples espaços territoriais, povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais são responsáveis. Desde os mais altos*

escalões do governo a da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não-predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. Para tanto é preciso conhecer melhor limitações de uso específicas de cada tipo de espaço e de paisagem.” Nesse sentido, os trabalhos realizados pelos geógrafos tornam-se imprescindíveis na elaboração de estratégias de desenvolvimento, por possuir conhecimento sobre as paisagem existentes, determinando os limites e fronteiras possíveis de ser utilizado de maneira racional as potencialidades fisiográficas e ecológicas.

A proposta de Tricart em “Ecodinâmica”, de 1977, introduz o conceito ecológico na análise dos ambientes e desenvolve os princípios da Ecodinâmica cujos estudos baseiam-se na dinâmica dos ecótopos. A partir da análise morfodinâmica dos processos decorrentes de fluxos de matéria e energia, o relevo é entendido como integrante de um sistema. Os processos que ocorrem, se dão em diferentes níveis inter-relacionados entre si: nível da atmosfera, da parte

aérea da vegetação, nível da superfície do solo e, da parte superior da litosfera.

Sua proposta conclui que o conceito ecológico, associado ao instrumental lógico dos sistemas, permite estudar as relações entre os diversos componentes do meio ambiente. Também destaca, a necessidade de estabelecer uma taxonomia fundada no grau de estabilidade e instabilidade da morfodinâmica.

A idéia de Ross, ao mesmo tempo em que integra estas propostas, traz uma nova dinamicidade para as questões do relevo a partir do momento que propõe uma análise empírica da fragilidade ambiental (Ross, 1994). Essa análise empírica da fragilidade exige o cruzamento dos dados referentes à carta de declividade, carta simplificada da litologia, carta de uso da terra e cobertura vegetal, carta das formas de relevo e marcas de processos erosivos, além da análise dos dados pluviométricos.

Trabalhos desenvolvidos por Zuquette e Gandolfi (2004) utilizam como rotina fundamental a divisão da área em unidades, conforme a variação de seus atributos. As

unidades, por hipótese, representam volumes com heterogeneidade mínima quanto aos atributos utilizados e as suas condições geotécnicas e ambientais são diferentes em decorrência da evolução geológica, geomorfológica e climática.

Todas as propostas apresentadas podem ser aplicadas no Zoneamento Ambiental (ZA), que é um instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente pela Lei nº. 6.938 de 31/08/81 que, apesar de ter sido criada há mais de 20 anos, foi regulamentada pelo decreto nº. 4.297 somente em 10 de julho de 2002, sob o título de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). A elaboração de Zoneamentos possui, na atualidade, o apoio indispensável de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, com software que permitem a visualização de vários temas em uma única visualização, sendo possível a sua integração. Assim, um banco de dados desse tipo, possui grande importância não só pelos órgãos da administração pública, mas também, pelos agentes econômicos e pela própria população, visando o seu exercício de cidadania.

2.2. Zoneamento Geoambiental e o Planejamento do Espaço Geográfico

Já se pode prever que, entre os padrões para o reconhecimento do nível de desenvolvimento de um país, devam figurar a capacidade do seu povo em termos de preservação de recursos, o nível de exigência e o respeito ao zoneamento de atividades, assim como a própria busca de modelos para uma valorização e renovação corretas dos recursos naturais (AB' SÁBER, 2003).

Partindo desses pressupostos, o trabalho traz como proposta central a questão de que os estudos geoambientais devem ser desenvolvidos sob uma perspectiva sistemática de interação entre sociedade e natureza, a exemplo do que vem sendo preconizado por Jurandyr Ross, Aziz Ab' Sáber, Valter Cassetti, Jean Tricart, Georges Bertrand, Antônio Christofolletti, entre outros estudiosos brasileiros ligados as causas ambientais.

Ao consultar a literatura, verifica-se que várias instituições e pesquisadores nacionais e internacionais têm produzido elevada quantidade de informações geoambientais, com metodologias distintas, para serem utilizadas, principalmente, para o planejamento do uso adequado do território.

A proposta de Zoneamento Geoambiental procura definir, através de uma abordagem sistêmica, as fragilidades e potencialidades da paisagem. Essa paisagem pode ser estudada tanto no limite da bacia hidrográfica, no limite do município ou estado, desde que se consiga estabelecer uma relação entre o uso e ocupação com a geomorfologia. A metodologia sistêmica, busca conjugar conceitos de diversos meios científicos, visando resolver problemas, sob o ponto de vista da Teoria Geral de Sistemas.

Aproximando a discussão para a questão ambiental, Tricart (1977) afirma que o conceito de sistema é o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio ambiente, pois ele permite adotar uma atitude dialética entre a necessidade da análise e a necessidade contrária de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre esse meio ambiente. Para o autor, um sistema é um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia, sendo que estes fluxos originam relações de dependência mútua entre os fenômenos. Portanto, o método sistêmico aparece como um instrumento teórico-metodológico em que a relação entre os elementos que compõem um sistema é analisada com uma visão de totalidade.

A respeito do zoneamento geoambiental, foram utilizadas as concepções da cartografia geoambiental adotada por Zuquette (1987, 1993), posteriormente, Denardin (2009) e Denardin e Robaina (2010) o qual afirma ser “um processo que tem por finalidade básica levantar, avaliar e analisar os atributos que compõem o meio físico seja, geológicos,

hidrogeológicos, hidrológicos e outros”. Procura-se realizar a caracterização e sistematização dos elementos que compõem a paisagem de forma integrada, ou seja, traçando-se as interrelações existentes entre eles.

Sendo assim, a proposta de mapeamento Geoambiental Municipal adquire, um enfoque direcionado para a determinação das vulnerabilidades e aptidões ambientais das paisagens. Neste sentido, ao avaliar que o meio ambiente é formado por elementos interligados e interdependentes, a análise de sistemas compreende o método mais adequado para estudar e explicar a estrutura e as mudanças existentes nas paisagens.

A base do desenvolvimento deste tipo de mapeamento são as diversas pesquisas em nível de bacia hidrográfica, com destaque para o Laboratório de Geologia Ambiental (LAGEOLAM) da Universidade Federal de Santa Maria. A iniciativa baseia-se na necessidade de mapeamentos em escalas maiores, com informações sobre o ambiente e com relação à espacialização dos processos que ocorrem a partir das dinâmicas superficiais. Essas informações devem ser

ligadas a diferentes temas de forma espacializada e georreferenciada. Além disso, inúmeras instituições podem contar com um importante e amplo quadro de apoio às suas atividades, principalmente fortalecendo as atividades

turísticas, educação, gestão pública e planejamento ambiental.

2.3. Cartografia Geoambiental: representação síntese e correlação dos parâmetros presentes na paisagem

Desde as primeiras pesquisas por naturalistas, com destaque para Humoldt, busca-se a melhor maneira de representar a paisagem no espaço.

As primeiras tentativas baseavam-se em trabalhos descritivos, apresentando as características da vegetação e do relevo, principalmente. Posteriormente houve tentativas americanas de representação, essas buscavam auxílio da matemática para quantificar cada elemento da paisagem. Dentre os tipos de trabalho dessa magnitude tem-se os realizados na área de geomorfologia onde são definidos classificações métricas para cada parâmetros levantado. Este tipo de trabalho possui um caráter analítico e sintético.

Nesse mesmo período foram realizados estudos da paisagem por pesquisadores soviéticos e franceses principalmente, na tentativa de hierarquizar taxonomicamente estudos com caráter integrador dos elementos da paisagem. Dentre alguns desses pesquisadores destacam-se Sotchava, Tricart e Bertrand. Desde então houve uma evolução neste tipo de trabalho, deixando de ser algo apenas do meio acadêmico, para ser também utilizado na realização de diagnósticos e prognoses. Outros conceitos também vieram fazer parte destes trabalhos, tais como: conceito ecológico e econômico-ecológico.

A cartografia vem a esse encontro como uma importante ferramenta de auxílio para representação do

espaço. Através dela, as informações são transformadas em símbolos, necessitando o usuário, ao olhar para um mapa, decodificar a mensagem e realizar as análises necessárias para o entendimento dos fenômenos. Com a inclusão da tecnologia

computacional nas tarefas de produção e disseminação cartográfica, surgiram algumas facilidades para a utilização dos mapas.

Neste sentido, Duarte (1988) comenta que a cartografia e a geografia são ciências que jamais se separam, pois existe um grande relacionamento entre ambas, de maneira que o geógrafo necessita conhecer os fundamentos da cartografia a fim de elaborar suas interpretações no início do trabalho, buscando levantar as hipóteses, a seguir no desenvolvimento através da correlação de dados, e finalmente na apresentação dos resultados.

As intervenções antrópicas sobre o meio alteram as características naturais de um ambiente. A integração dessas intervenções com as características físicas da paisagem podem ser representadas pela cartografia geoambiental. Os

trabalhos cartográficos, que iniciaram a discussão sobre intervenções antrópicas, são os Mapas Geotécnicos e, por isso, servem como base para trabalhos Geoambientais. Envolve um grande volume de dados, com necessidade de cruzar níveis de informações variados, com atributos diferenciados, muitas vezes com critérios rígidos de precisão envolvidos (Zuquette 1993). A cartografia Geoambiental pode ser entendida, de forma ampla, como todo o processo envolvido na obtenção, análise e correlação dos parâmetros de cartas temáticas de hidrografia, geologia, relevo, solo, vegetação e uso atual, clima e aptidão das terras.

Segundo Vedovello (2004) "A *cartografia geoambiental* pode ser entendida de forma ampla, como todo o processo envolvido na obtenção, análise, representação, comunicação e aplicação de dados e informações do meio físico, considerando-se as potencialidades e fragilidades naturais do terreno, bem como os perigos, riscos, impactos e conflitos decorrentes da interação entre as ações humanas e o ambiente fisiográfico". Pode-se, por isso, incorporar elementos bióticos, antrópicos e sócio-culturais em sua

análise e representação. Nesta concepção, a cartografia geotécnica estaria incluída no escopo geral da cartografia geoambiental.

Os conceitos pioneiros de mapas geoambientais foram introduzidos no Brasil, pelos pesquisadores do IBGE (1986, 1990, 1993), definindo a região de estudo em macrocompartimentos, hierarquizados do táxon maior para o menor em *Domínios*, *Regiões* e *Geossistemas*, indicando o arranjo estrutural do relevo decorrente dos aspectos geológicos, geotectônicos e paleoclimáticos, constituindo-se em unidades naturais de planejamento (Del'Arco, 1999). Seguindo esse conceito, com algumas modificações, Corrêa & Ramos (1995) elaboram o mapa geoambiental a partir da análise e correlação dos parâmetros de cartas temáticas de geologia, relevo, solo, vegetação e uso atual, clima e aptidão das terras.

A partir disso pode-se dizer que, parte dos pesquisadores segue essa linha (analítica), entendendo que os *Domínios Geoambientais* são definidos pelos constituintes geológicos e padrões de relevo, as *Unidades Geoambientais* (táxon menor) pelos solos e cobertura vegetal e uso atual das terras, com a elaboração, dependendo das características regionais, dos demais temas: recursos minerais, formações superficiais, geoquímica ambiental, hidrologia, hidrogeologia, riscos geológicos, geofísica, solos, aptidão agrícola, unidades de conservação e pontos turísticos. Baseado nas informações dos temas levantados é apresentado, na legenda, para cada unidade geoambiental, as potencialidades e fragilidades do uso e ocupação frente a paisagem natural.

Cada vez mais se tem a necessidade de integração de diversas áreas nesses trabalhos. Há também a necessidade de realização conjunta de trabalhos com caráter analíticos, sintéticos e por final correlativos.

3. Procedimentos técnicos para trabalhos de zoneamento e cartografia geoambiental

O trabalho desenvolve-se, basicamente, através de 4 etapas. A primeira constituiu-se do levantamento bibliográfico, sendo realizado através da consulta, leitura e seleção de uma série de bibliografias relacionadas à área de estudo. A segunda etapa desenvolve-se a partir de cartas topográficas, imagens de satélite, de Radar e dados secundários, que definem a base cartográfica para elaboração de uma série de mapas.

O mapa base representa as informações da fisionomia dos diferentes elementos e formas que configuram a topografia. Esses elementos compreendem as curvas de nível, os pontos cotados e a rede de drenagem, sendo que a rede de drenagem pode ser atualizada através de imagens de satélite recentes, pois o sistema hídrico modifica-se de acordo com capacidade climática de atuar sobre o relevo.

A imagem de satélite, imagens de radar SRTM, integram o material cartográfico utilizado para a realização dos levantamentos. Para elaboração do mapa de uso e ocupação e para definição do relevo, respectivamente. As classes de uso são definidas pela

análise visual, com imagens de alta resolução (IKONOS, QUIK BIRD) e automática através do *software*, Spring, fornecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE. As imagens de radar, Shuttle Radar Topography Mission-SRTM formam a imagem 3D da área, auxiliando assim para classificar o relevo.

Na terceira etapa constrói-se o material cartográfico com todas as informações levantadas, processadas, analisadas e correlacionadas e por fim mapeadas, servindo de base para a caracterização geoambiental. As categorias de informação analisadas e levantadas são as classes de documentos Básicos, Derivados, Interpretativos e Finais, que em termos cartográficos representam a cartografia analítica e de síntese. Por final são correlacionados todos os parâmetros que dão origem ao Mapa Geoambiental realizado através da sobreposição do mapa geomorfológico e do mapa de uso e ocupação. A correlação se faz necessária, pois a paisagem não pode ser apenas avaliada a partir das partes, mas pelo conjunto do todo, ou seja, encontrar áreas homogêneas a

partir da heterogeneidade dos parâmetros analisados de forma sistêmica.

Na divisão geoambiental se utiliza um atributo como controlador estrutural ou um grupo deles para formar um sistema ou uma unidade, que são a base para a análise de

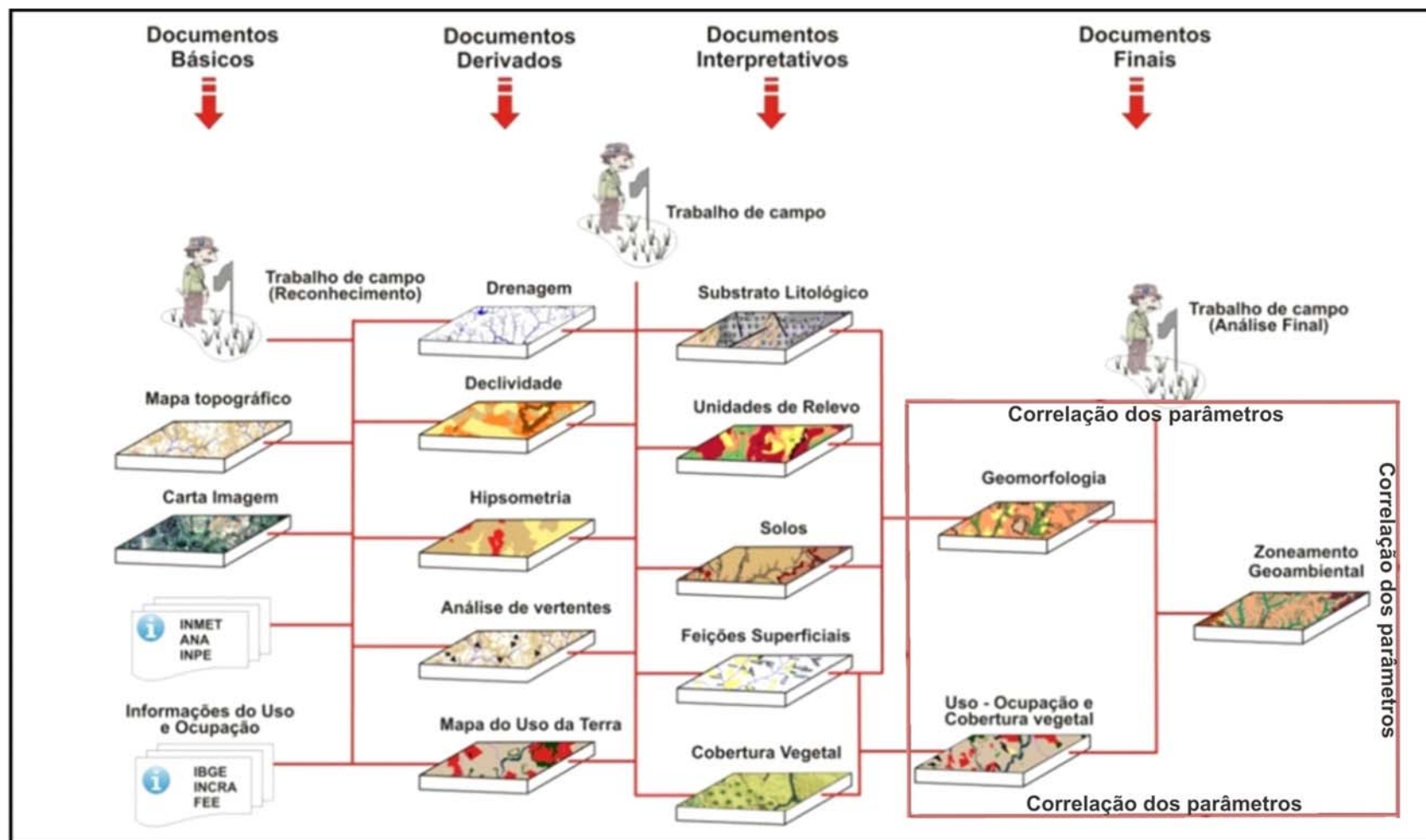
uma área. Define-se como atributo o elemento base que será inserido e manuseado sobre um documento cartográfico, como informação que representa parte dos componentes da paisagem.

4. Estudos geoambientais em municípios da Quarta Colônia: Agudo-RS

Na geografia o estudo geoambiental vem sendo empregado como a forma de apresentar as potencialidades e as fragilidades ambientais, utilizando a cartografia para representação, interpretação e correlação dos parâmetros que compõem a paisagem de determinado local, permitindo

compreender como se relacionam os processos de dinâmica superficial e a influência da ação antrópica. Esses estudos em âmbitos acadêmicos tratam de encontrar áreas homogêneas em meio a heterogeneidade da paisagem.

Figura 1: Esquema para realização do mapeamento geoambiental.



Fonte: LAGEOLAM/UFSM.

Em grande maioria dos estudos geoambientais realizados, utiliza-se o limite da bacia como limite da área de estudo. Isso justifica-se por ter-se um maior controle natural dos processos de dinâmica superficial a partir do divisor de água. Os trabalhos com limites de bacias são pouco utilizados pela população da área estudada devido não haver apoio da das autoridades locais. Isso deve-se, principalmente, por a área de estudo, muitas vezes, atingir dois ou mais município, dificultando o consenso entre esses sobre qual a área de maior importância. Outro fator que atua como barreira é o fato de uma administração pública não poder buscar um estudo que atenda a população em geral, a não ser que essa bacia envolva todo o município. Essa dificuldade ocorre pelo modo que se comporta nossa sociedade, pensando mais nos interesses individuais, ou seja, se não tiver um retorno econômico diretamente para si, não considera de valor.

Nesse sentido, os estudos geoambientais que utilizam como limite o município possuem maior relevância para os órgãos públicos. Ao elaborar um projeto utilizando o zoneamento geoambiental municipal, terá informações de

todo o município e atenderá os interesses da população em geral. Nessa perspectiva apresenta-se uma breve discussão do zoneamento geoambiental realizado no município de Agudo-RS(figura2) e de sua importância para estudos em outros municípios da Quarta Colônia.

Para este estudo foram utilizadas as informações básicas existentes nas cartas topográficas na escala 1:50.000 elaboradas pela Diretoria de Serviços Geográfico (DSG/IBGE, 1977) do Ministério do Exército, imagens de alta resolução e informações coletadas á campo, da área de estudo.

Os estudos determinaram 4 principais sistemas geoambientais e 8 subdivisão representadas pelas unidades geoambientais. As divisões são as seguintes: *Sistema de Perímetro Urbano, com 4 unidades; Sistema de Arrozaís; Sistema de Encostas do Rebordo do Planalto com 2 unidades e; Sistema de Colinas do Planalto Serra Geral, com 2 unidades.*

Sistema de Perímetro Urbano - representa as porções do município com maior concentração de moradias e de serviços. Essas áreas demarcam, principalmente, os lugares

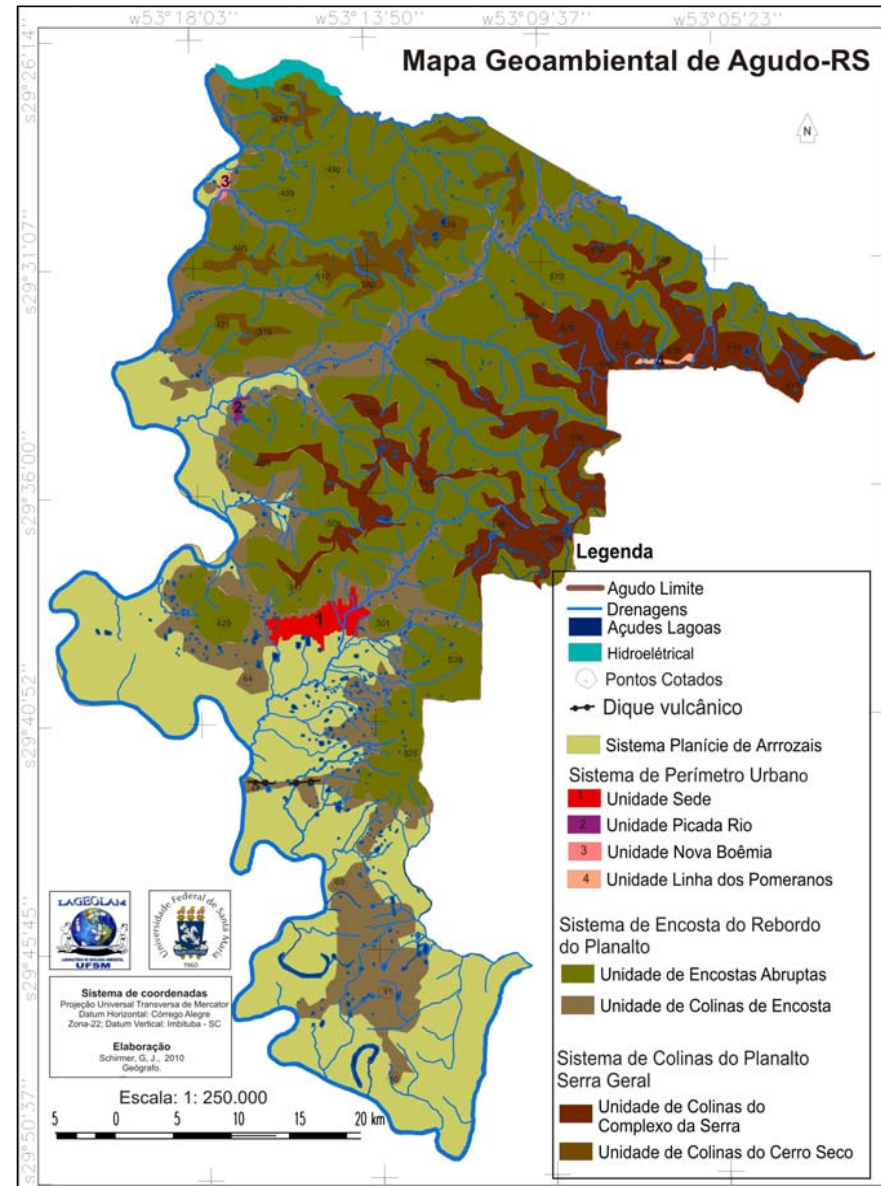
aonde chegaram os primeiros imigrantes da Colônia de Santo Ângelo, origem do município, formando comunidades que contam com escolas e igrejas. De um modo geral estão associado á porções de relevo plano a suavemente ondulado e próximo a drenagens. Este sistema apresenta necessidades de atenção, em termos de investimentos em serviços e infraestrutura básica, como saneamento básico, saúde, educação, transporte e manutenção das vias de transporte. São quatro principais unidades de perímetro urbano no município, que são: Unidade Sede, Unidade Picada do Rio, Nova Boemia e Linha dos Pomeranos. Essas unidades podem se tronar pontos estratégicos na realização de palestras, centralização de produtos e escoamento da produção.

Sistema de Arrozaís - totaliza uma área de 14.005 ha onde ocorrem os depósitos recentes (quaternário), localizados

próximos ao canal principal dos arroios e aos seus afluentes, que possibilitam o desenvolvimento, nestas várzeas, de solos mal drenados, hidromórficos uma associação de planossolo e gleissolo. A área de acumulação do Rio Jacuí está inserida nesse sistema onde ainda resta, em algumas porções uma pequena faixa de mata ciliar, onde as espécies vegetais mais características são o sarandi (*Sebastiania schottiana*), o coqueiro-gerivá (*Syagrus romanzoffiana*), o branquilha (*Sebastiania commersoniana*), a pitangueira (*Eugenia uniflora*), o camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*) e a aroeira-cinzenta (*Schinus lentiscifolius*), a capororoca (*Rpanea lorenziana*), Angico vermelho (*Parapiptadenia rígida*), Guajuvira (*Patagonula americana*), Canela do brejo (*Machaerium stipitatum*), Grápia (*Apuleia leiocarpa*).

Com relação ao relevo, estas áreas são definidas como rampas de baixas altitudes e apresentam declividades menores que 5%, caracterizadas por uma topografia plana e altitudes podendo atingir 90 metros. A principal atividade desenvolvida é o cultivo de arroz, que se associa à disponibilidade hídrica e potencialidade do solo. Grandes áreas alagadas, onde antes havia banhados, conhecidos localmente como ceival ou banhado, foram drenadas ou aterrados para o plantio de arroz.

A maior fragilidade deste sistema está associada aos banhados, compactação do solo e à mata ciliar, que vem sendo retirada nas últimas décadas de maneira muito agressiva, dando lugar para o desenvolvimento da agricultura. Nos banhados que ainda restam tornaram-se impróprios para vida aquática devido ao uso excessivo de agrotóxicos, principalmente nas lavouras de arroz. A vegetação arbórea ao longo do canal do rio Jacuí, em sua grande maioria, não mantém-se, dentro das áreas de proteção exigidas pela legislação ambiental, apenas em pequenas porções de margem do canal principal dos arroios e do Rio Jacuí. Esse sistema não possui muitas tendências em diversificação de a



hegemonia da atividade arrozícola, exceto em alguns casos onde desenvolve-se o cultivo do moranguinho.

Sistema de Encostas do Rebordo do Planalto - indica a porção de transição entre a Depressão Periférica e o Planalto Serra Geral. As declividades predominantes nesse sistema são superiores a 5% e as formas dissecadas, com drenagens encaixadas são as principais características. Este sistema foi dividido em duas principais unidades, que representam diferenças de relevo: a unidade de *Colinas de Encostas*, declividades entre 5 e 15% com solos predominantes argissolos, e em porções onde o solo é mais raso desenvolve-se cambissolos, substrato rochoso arenitos fluviais, fortemente utilizado para o uso agrícola; e a *unidade de encostas abruptas*, declividades acima de 15% com solos predominantemente rasos desenvolvendo-se cambissolos e neossolos, substrato composto por rochas vulcânicas, predominância de vegetação arbórea.

As principais fragilidades da unidade estão associadas ao risco de movimentos de massa em cortes e ao lançamento de dejetos e uso de agrotóxicos, principalmente do cultivo de

fumo, nas drenagens. Por localizar-se próxima da encosta e em sua grande maioria sobre arenito, ocorrem inúmeras surgências que acabam por ser afetadas pela ação antrópica. Além disso, a vegetação nessa área em alguns pontos de área de preservação permanente foi reduzida a pequenos capões ou até mesmo erradicada. Nesse sistema ocorrem um elevado número de açudes, o que indica um grande potencial hídrico para atividade de piscicultura. Os usos dessa área estão associados à pecuária de subsistência, cultivo do fumo e outro cultivos agrícolas, em sua grande maioria para subsistência.

Sistema de Colinas do Planalto Serra Geral - caracteriza-se por apresentar relevo ondulado a suavemente ondulado em altitudes elevadas, sobre substrato de rochas vulcânicas. Essas características demarcam o início do Planalto Serra Geral. Esse sistema foi possível definir duas unidades homogêneas. Além das diferenças ambientais das unidades estão nos aspectos culturais, na unidade *Complexo*

da Serra predomínio da cultura pomerana e na unidade Cerro Seco miscigenação do caboclo com alemão. O sistema encontra-se em declividades predominantemente inferiores a 15% e altitudes superiores a 400 metros.

Está assentado sobre rochas vulcânicas, solos argissolos argilosos, avermelhados e profundos, sendo que onde a declividade se aproxima de 15% apresenta cambissolos. Os usos são o cultivo do fumo e pecuária para subsistência. O sistema possui um grande potencial agrícola.

4.1 Zoneamento Geoambiental como Ferramenta para Gestão

Definir os sistemas geoambientais, com base no entendimento das potencialidades e fragilidades, representou um importante caminho para atingir a compreensão das alterações ambientais.

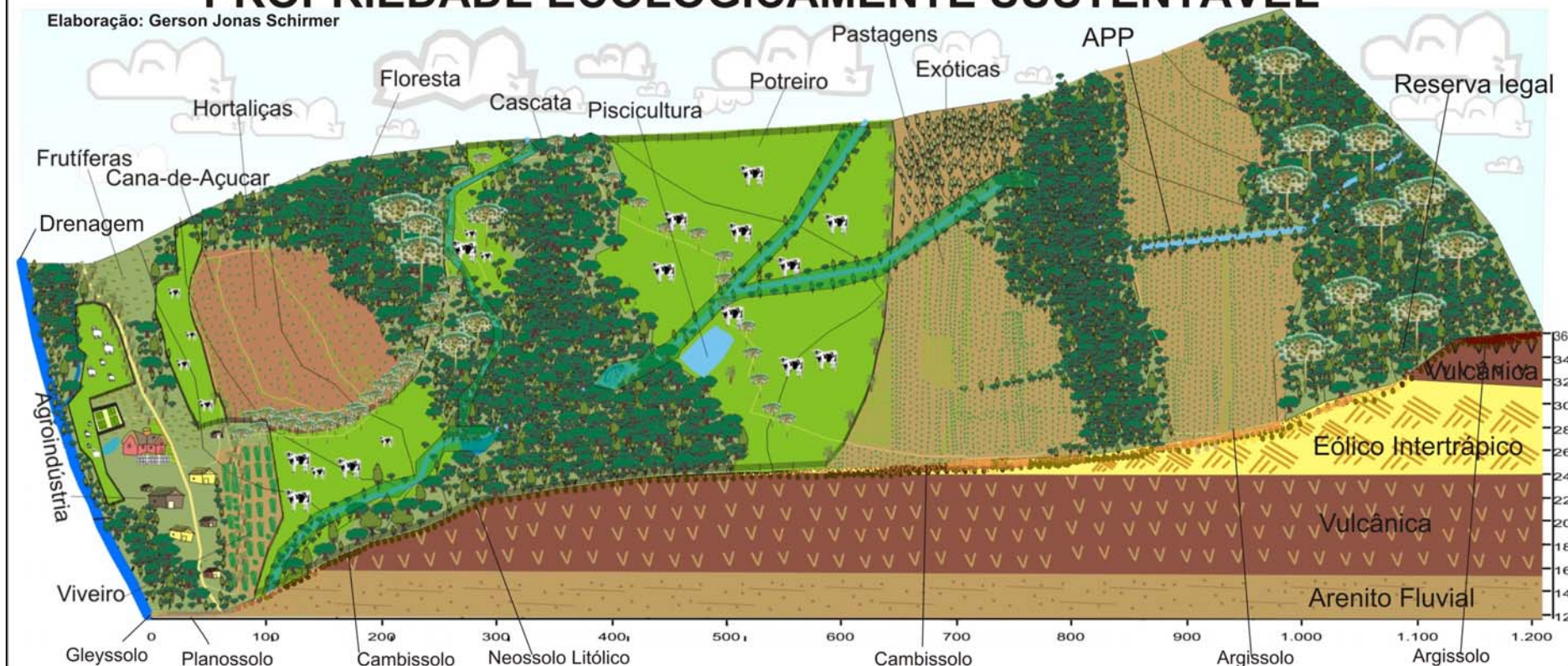
A partir desse entendimento pode-se definir modelos de planejamento, direcionando inicialmente para a esfera da propriedade rural, tendo em vista a maximização dos usos de maneira racional, respeitando as fragilidades existentes de cada ambiente, figura 3.

A proposta é que o conhecimento da paisagem permita estabelecer uma gestão a nível municipal e regional. Hoje

existem algumas iniciativas na região como a criação do Geoparque da Quarta Colônia, mas ainda não se tem um zoneamento geoambiental, onde pode-se identificar as vulnerabilidades e aptidões ambientais da região como um todo. Nesse sentido, pretende-se contribuir para a região realizando o zoneamento geoambiental utilizando como modelo o estudo realizado em Agudo-RS, aprofundando as discussões para estabelecer propostas de planejamento e gestão.

PROPRIEDADE ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

Elaboração: Gerson Jonas Schirmer



5. Considerações finais

Definir os sistemas geoambientais, com base no entendimento das potencialidades e fragilidades, representa um importante caminho para atingir a compreensão das alterações ambientais, baseada em estudos da drenagem, da geologia, dos solos, relevo, processos da dinâmica superficial, uso e ocupação, além de estudos das alterações da vegetação natural.

No que diz respeito à relevância do trabalho, a idéia é aproximar a discussão para a aplicação de planejamento e ordenamento territorial, com base na definição dos locais apropriados para os diferentes usos, uma vez que se percebe, que as ocupações, nem sempre são precedidas de estudos que considerem as restrições dos recursos naturais, especialmente com relação a fragilidade das drenagem, das litologias, dos solos e do relevo, quando submetido a

determinados usos. Por esse motivo, um conhecimento ordenado e sistemático da dinâmica ambiental se faz necessário, a fim de sugerir alternativas que tenham como premissa recuperar ou preservar a paisagem em suas dimensões natural e antrópica.

Com essa iniciativa tem-se a possibilidade de trazer maior aproximação entre meio acadêmico e sociedade como um todo, visando contemplar os interesses de ambos. Dessa forma, o estudo geoambiental na geografia diversifica a importância das pesquisas realizadas no meio acadêmico, podendo resultar em produtos que servem para fins científicos, didáticos, de planejamento e gestão de diferentes entidades públicas e privadas, ampliando o campo de atuação profissional e favorece a integração de especialistas e de experiências de áreas afins.

Referências

- AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.
- BAZZAN, T. ; ROBAINA, L. E. S. . **Zoneamento geoambiental da bacia hidrográfica do arroio Curuçu, oeste do estado do Rio Grande do Sul**. Geoambiente On-line, v. 11, p. 186-205, 2008.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. São Paulo: IG-USP. **Cadernos de Ciências de Terra**. n. 13. 1972. 27 p.
- CASSETI, V. **Ambiente e Aproximação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 147 p.
- CHORLEY, R. J e HAGGETT P. **Modelos físicos e de informação em geografia**. Tradução: Arnaldo Viriato de Medeiros. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. 270 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: 2 ed. 8ª Reimpressão. Edgard Blücher, 2003. 188 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial. São Paulo: E. Blücher, 1980, 313
- CHRISTOFOLETTI, A. Significância da teoria de sistemas em Geografia Física. In: **Boletim de Geografia Teorética**, 16-17(31-34): 1986-1987.p. 119 -128.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Blücher, 2002. 236 p.
- CORRÊA, P. R. S.; RAMOS, V. L. S. **Mapa Geoambiental**. In: **PROJETO Mapas Municipais - Município de Morro do Chapéu**, BA. Salvador: CPRM, 1995. Programa Nacional de Gestão e Administração Territorial - GATE
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ed. Ática, Série Princípios, 1986.

DE NARDIN, D.; ROBAINA, L. E. S. . Zoneamento geoambiental do oeste do Rio Grande do Sul: Bacia hidrográfica do arroio Miracatú. In: **V Seminário Latino Americano e I Ibero-americano de Geografia Física, 2008, Santa Maria. V Seminário Latino Americano e I Ibero-americano de Geografia Física**. Santa Maria, 2008. v. 1.

DE NARDIN, D.; ROBAINA, L. E. S.. **Zoneamento geoambiental do oeste do Rio Grande do Sul: um estudo em bacia hidrográfica em processo de arenização**. Santa Maria, Artigo Sociedade & Natureza, 2009.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.192p.

GUERRA, A. J. T. & CUNHA S. B. da **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 2.ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 372p.

IPT. **Mapeamento Geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo. Escala 1:500.000, v. 2, 1981. 130 p.

IBGE. **Diagnóstico do potencial geoambiental e aptidão agrícola das terras da região de alta Bacia do Rio Paraguaçu-BA, EPABA/IBGE**. Salvador, 1986. 76 p.

IBGE. **Diagnóstico Geoambiental e sócio-econômico: área de influência da BR-364 – Trecho Porto Velho/Rio Branco**. In: PROJETO de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas PMACI. Rio de Janeiro, 1990.132 p.

IBGE. **Diagnóstico Geoambiental e sócio-econômico da Bacia do Rio Paraguaçu-Ba**. Rio de Janeiro, 1993. (Estudos e Pesquisas em Geociências, 1).

MÜLLER FILHO, I.L. **Notas para o estudo da geomorfologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Publicação Especial n.1**, UFSM/Departamento de Geociências, 1970.

PENTEADO, M. M. O. **Fundamentos de Geomorfologia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1985.

RAISZ, E. **Cartografia Geral**. Rio de Janeiro: Editora Cientifica1969. 413p.

RIGHI, E.; ROBAINA, L. E. S. Estudos Geoambientais: mapeamento das bacias hidrográficas dos arroios Jaguarí-mirim, Inhandiju e Piquiri no oeste do RS. In: **V Seminário Latino-americano e I Ibero-americano de Geografia Física**. Santa Maria : UFSM, 2008. v. 1.

ROSS, J. L. S. O Registro Cartográfico dos Fatos Geomórficos e a Questão da Taxonomia do Relevo. **Revista da Pós-Graduação de USP**. São Paulo; n.6, 1992.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia. Ambiente e Planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

Santos, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo:Hucitec, 1996, 308p.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

TRENTIN, R. **Definição de Unidades Geoambientais na bacia hidrográfica do Rio Itu.-** Oeste do Rio Grande do Sul. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/SUPREN, 1977. 97p.

ZUQUETE, L. V.; GANDOLFI, N. **Cartografia Geotécnica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 190 p.

ⁱ .Geógrafo, Mestrando em geografia na UFSM

ⁱⁱ Prof. Dr. Depto. de Geociências – CCNE/UFSM

ⁱⁱⁱ Informações mais detalhadas em SACHS, Y. Estratégias de transição para o século XXI OLIVEIRA, L. e MACHADO, L.M.C.P. Percepção, Cognição, Dimensão Ambiental e Desenvolvimento com Sustentabilidade. In: Vitte e Guerra, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
www.ufsm.br/ppggeo